



DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES RURAIS BRASILEIRAS



DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E DIRETRIZES
PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS
JUVENTUDES RURAIS BRASILEIRAS



Instituto Virtual Internacional
de Mudanças Globais
COPPE / UFRJ

SECRETARIA NACIONAL DE
JUVENTUDE

SECRETARIA DE
GOVERNO





DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E DIRETRIZES
PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS
JUVENTUDES RURAIS BRASILEIRAS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Michel Temer
Presidente da República

SECRETARIA DE GOVERNO

Carlos Eduardo Xavier Marun
Ministro-Chefe da Secretaria de Governo

Carlos Henrique Menezes Sobral
Secretário-Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Francisco de Assis Costa Filho
Secretário Nacional de Juventude

Diego Antônio da Silva
Secretário Adjunto

Kécio da Silva Rabelo
Chefe de Gabinete

Hélber Augusto Reis Borges
Coordenador-geral de Políticas Transversais



EDITORIAL

Publicado em 2018 pela Secretaria de Governo da Presidência da República / Secretaria Nacional de Juventude em parceria com a Fundação Universitária José Bonifácio, com a interveniência do Núcleo Interdisciplinar para Desenvolvimento Social – NIDES e do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais – IVIG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
©SNJ 2018

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Coordenação do Projeto:

Hélber Augusto Reis Borges

Fiscal do Projeto:

Marcílio Marquesini Ferrari
Natália Cassanelli

Apoio técnico:

José Victor da Costa de Alecrim Bisneto
Kecio da Silva Rabelo
Bruno Araújo de Almeida
Lucas Silva Nascimento
Wesley da Costa Araújo
Felipe Ferreira Marques
Lucas Emmanuel Costa Nascimento
Hyago Antonio Araujo Andrade
Guilherme Soares de Aguiar
Caique de Souza Alves
Natanael Gomes dos Santos
Lucas Patrick

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Coordenação Geral
Walter Mitisui – NIDES
Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas - IVIG
Walter Suemitsu
Mario Moraes
Antônio Nuno Santa Rosa
Edson Américo Brasília

Mensagem do Secretário	4
Contexto do Projeto	5
Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil	7
Políticas Públicas para Juventude Rural	8
Articulações Institucionais	11
Movimentos Sociais e Atuação Política	16
Inserção de Conteúdo Vinculado à Realidade Rural	21
Direito à educação	21
Acesso e Permanência na Escola	26
Educação Diferenciada	27
Evasão Escolar	31
Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda	33
Acesso e Manutenção da Terra	37
Tecnologias Sociais	46
Economia Popular e Solidária	49
Trabalho Escravo e Infantil	52
O trabalho Infantil nas Atividades Agrícolas no Brasil	54
Direito à Saúde, à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente	62
Uso de Agrotóxico	66
Alimentos Orgânicos	70
Saneamento Básico	73
Álcool e Drogas	74
Gravidez na Adolescência	78
Saúde e Escolas	80
Cursos Técnicos para a Área de Agricultura Familiar e Agroecologia	82
Educação Ambiental como Disciplina	83
Direito à Cultura, ao Desporto e ao Lazer, à Comunicação e à Liberdade de Expressão	85
Infraestrutura Pública	88
Inclusão Digital	94
Incentivo Financeiro do Poder Público	98
Criação de Agenda/Calendário de Eventos da Juventude Rural	99
Cultura, Comunicação/ Liberdade de Expressão e Desporto/ Lazer na Área da Educação/Escolas	100
Direito ao Território e à Mobilidade	103
Planos Municipais e Reconhecimento e Demarcação de Territórios	104
Ampliação da Acessibilidade e da Mobilidade Rural	106
Cadeia Produtiva Rural	108
Direito à Diversidade e à Igualdade	109
Diálogos entre Territórios e Participação Pública	110
Adequação de Currículos Escolares	111
Combate à Discriminação	112
Acessibilidade	114
Segurança Pública e ao Acesso à Justiça	115
Acesso à Justiça	116
Infraestrutura para Atendimento aos Jovens	117
Ações Contra a Violência	118
Ressocialização de Infratores	121
Barreiras de Acesso	123
AÇÕES ESTRATÉGICAS	125
PALAVRAS FINAIS	129
BIBLIOGRAFIA	130

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

A compreensão das condições da juventude rural brasileira requer o entendimento de suas especificidades, por meio de fatores que produziram a desigualdade destes, com a população que vive nas cidades e que reflete a própria condição da sociedade brasileira.

De acordo com dados do último Censo/IBGE, entre 2000 e 2010, cerca de dois milhões de pessoas deixaram o meio rural, sendo que destas, um milhão são jovens. Ainda, identificou-se que a Juventude Rural representa uma diversidade de homens e mulheres que residem nas zonas delimitadas como rurais pelos municípios, inclusas nesse conceito as comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, entre outras. São cerca de oito milhões de jovens ou 27% da população rural brasileira.

Conforme dados divulgados pelo Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, do total de cerca de cinco milhões de estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 4,3 milhões são de agricultura familiar (84%) e 807 mil (16%) são de agricultura não familiar ou patronal, o chamado agronegócio. Em termos de área, essa proporção se inverte, a agricultura familiar ocupa apenas 24% do território rural, enquanto o agronegócio domina 76%. Quando analisamos as taxas de ocupação no campo, a agricultura familiar aparece como responsável por 74%, fato que evidencia o protagonismo desse segmento na geração de ocupação e renda no campo. Mais da metade da produção de alguns dos principais alimentos consumidos pela população brasileira, como o feijão (70%), a mandioca (87%), o leite (58%) e a carne suína (59%), são produzidos por eles.

Uma das principais questões colocadas para a ruralidade no país diz respeito às condições de permanência da juventude no campo. A compreensão dessas condições requer o entendimento de suas especificidades e levantamento dos principais problemas que a cerca. Conforme demonstrado anteriormente, o esvaziamento das áreas rurais apresenta-se ainda como um sério risco à continuidade da produção agrícola familiar brasileira.

As taxas de desocupação rural, em alguns estados brasileiros, apresentam-se em patamares expressivamente menores em comparação com as taxas urbanas, o que pode nos levar a pensar que os jovens desocupados nos centros urbanos, em proporções significativas, podem ter suas origens no campo. Se confirmadas deduções deste tipo, são necessárias políticas públicas de atratividade sustentáveis para recepcionar esses jovens de volta ao meio rural.

Partindo desse cenário, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) entende que, para uma maior efetividade das políticas públicas formuladas para os jovens do campo, é fundamental a precedência de um diagnóstico situacional aprofundado desse segmento populacional por todo o território brasileiro. O objetivo é dar subsídio para a formulação de políticas públicas direcionadas ao atendimento das principais demandas dessa juventude, promovendo ações que garantam a qualidade de vida no campo e a autonomia e emancipação da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais. É criar condições de permanência e sucessão no meio rural, com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis.

Assis Filho
Secretário Nacional de Juventude

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) tem, dentre suas atribuições, o dever de articular e monitorar a execução de políticas públicas de juventude que buscam a efetivação de direitos e garantias previstos na Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013, conhecida como Estatuto da Juventude.

Esta lei é fruto da mobilização de atores e movimentos sociais que pressionaram o Congresso para garantir as políticas que visam à emancipação e aos direitos às pessoas que possuem idade entre 15 e 29 anos no Brasil, e consistiu em um grande marco na efetivação da Política Pública de Juventude no país.

De forma a garantir o bem-estar da população brasileira de 15 a 29 anos, a SNJ está apresentando a atualização do texto do Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004), que terá objetivos e metas a serem alcançadas no prazo de 10 anos, visando ao desenvolvimento da cidadania e a igualdade de oportunidades para a juventude brasileira. Este plano servirá como suporte técnico para as políticas nacionais de juventude e, no intuito de alcançar o proposto e garantir todos os direitos previstos, tanto pelo Estatuto da Juventude, quanto pelo Plano Nacional de Juventude, é que se considera de suma importância o desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem à juventude rural condições suficientes para garantir sua permanência no campo.

Para melhor desenhar e direcionar essas políticas, é necessário buscar instrumentos que possibilitem o entendimento completo da atual situação desse segmento da juventude. Com este objetivo, a SNJ contratou os serviços técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro – a UFRJ –, por meio de sua fundação, a Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB, para a elaboração de um diagnóstico situacional da Juventude Rural em todo o país, seguido pela proposição de ações estratégicas de apoio à formulação de políticas públicas para este recorte social.

Esse diagnóstico vai ajudar a Secretaria Nacional de Juventude e os demais órgãos do Governo no planejamento e na elaboração de medidas governamentais para o desenvolvimento de ações, projetos e programas específicos de atendimento à população jovem residente em áreas rurais do Brasil. A compreensão das condições rurais da juventude brasileira requer o entendimento de suas especificidades, por meio de fatores que produziram desigualdade destes com a população que vive nas cidades, buscando, assim, entender as questões problema que fazem com que esses jovens deixem o campo.

Serão levantados dados de fontes oficiais acerca de vários temas relacionados à juventude rural brasileira, além de dados qualitativos em constante comunicação com os movimentos que lutam pelos direitos no campo, de modo a obter um retrato completo e fiel sobre sua situação no país e suas vulnerabilidades. Os dados históricos e encaminhamentos das Conferências Nacionais de Juventude e Conferências Nacionais de Políticas Públicas voltadas para o público rural também servirão como norte para a formulação das ações. Serão realizados encontros em todas as regiões do país para a coleta desses dados, assim como grupos focais. Com base nesses dados, métodos e registros, serão definidas as ações estratégicas para o enfrentamento dos problemas atuais dos jovens rurais do país.

CONTEXTO DO PROJETO

A contratação da FUJB também prevê a implantação e acompanhamento de até três ações de curtos e médios prazos implantados pela SNJ, por meio de indicadores de desempenho, para que, caso seja necessário, sejam feitos os devidos ajustes.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do Diagnóstico da Juventude Rural e das ações decorrentes deste são jovens que vivem nas zonas rurais tidas como clássicas (definidas pelas Câmaras de vereadores dos Municípios) e das comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros, de todos os Estados da Federação e Distrito Federal. O Estatuto da Juventude considera jovens aquelas pessoas com idade entre 15 e 29 anos.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Diante da importância de se cumprir os direitos previstos no Estatuto da Juventude, de modo a garantir a permanência dos jovens no campo, reforçamos a necessidade de se estabelecer um conjunto de políticas voltadas especificamente para o enfrentamento da vulnerabilidade dessa juventude.

Para que todos os onze direitos estabelecidos no Estatuto sejam cumpridos, é fundamental a compreensão do espaço rural como um celeiro de potencialidades em todas as dimensões do desenvolvimento. Principalmente, ter a percepção clara de que o território é mais que um espaço físico, pois também envolve relações sociais, econômicas, ambientais e de construção de identidades, marcado por concertações, assim como por conflitos e desigualdades internas, que devem balizar o desenho e as estratégias de implementação articulada das políticas públicas. Para tanto, em 2015, foram realizadas Conferências Territoriais.

Apresentamos aqui as principais propostas oriundas dessas Conferências, refletindo pensamentos e anseios da juventude ali presente, já discutidas e refinadas de maneira que os temas mais impactantes para a juventude rural fossem extraídos e expostos ainda como direitos. Todavia, alguns foram englobados dada a similaridade ou proximidade de seus temas.

A partir dos temas, informações são apresentadas com reflexões, tendo como eixos norteadores dois aspectos: juventude rural e políticas públicas, buscando mostrar como esses temas evoluíram no cenário brasileiro.

DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

A discussão sobre a tentativa de compreender a diversidade da juventude, sua organização e representação política em diversos espaços de atuação passa a compor a agenda pública e o meio acadêmico na década de 2000.

A construção de políticas públicas específicas para a juventude foi iniciada em 2004, quando se instituiu a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Juventude e Estatuto da Juventude. A Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (ProJovem) foram instituídos pela Lei n.º 11.129/2004. Com isso, foram dados os primeiros passos para a formalização de uma postura política que levasse em conta demandas e anseios dos jovens.

O Estatuto da Juventude, voltado para pessoas com idade entre 15 e 29 anos, entrou em vigor em agosto de 2013, dispondo sobre os direitos dos jovens, as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve). Entre seus princípios estão: a promoção da autonomia, a participação social e política, o bem-estar, o desenvolvimento, o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva, a vida segura, a cultura de paz, a solidariedade, a não discriminação e o diálogo e convívio com as demais gerações.

Construir sua autonomia e garantir sua inclusão social são grandes desafios ao jovem rural, pois dependem diretamente de suas possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, e essas questões ainda encontram muitas barreiras a serem derrubadas.

“(…) RESSALTOU QUE É IMPORTANTE OUVIR QUEM DE FATO MILITA, QUEM ESTÁ NA PONTA DO PROBLEMA, INCLUINDO OS MOVIMENTOS ENVOLVIDOS COM TAIS REIVINDICAÇÕES”.

(Participante da Oficina Região Nordeste).

O último censo realizado pelo IBGE apontou que o Brasil possui 32% da população entre 15 e 29 anos. Desses jovens, cerca de 15% vivem em zonas rurais do país. A Tabela 1, elaborada a partir da PNAD/IBGE, mostra que o percentual de jovens rurais nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é menor em relação à proporção encontrada no Norte e Nordeste.

TABELA 1: REPRESENTATIVIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DENTRE A POPULAÇÃO TOTAL POR REGIÃO (IBGE – PNAD 2015).

	POPULAÇÃO EM GERAL	JOVENS EM GERAL	% JOVENS EM GERAL	JOVENS RURAIS	% JOVENS RURAIS
NORTE	17.524.000	4.601.000	26,3%	1.062.000	23,1%
NORDESTE	56.641.000	14.022.000	24,8%	3.698.000	26,4%
SUDESTE	85.916.000	19.502.932	22,7%	1.246.000	6,4%
SUL	29.290.000	6.527.000	22,3%	800.000	12,3%
CENTRO-OESTE	15.489.000	3.717.000	24,0%	311.000	8,4%
BRASIL	204.860.000	48.346.000	23,6%	7.117.000	14,7%

DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL

Destacamos que o eixo de cidadania à participação social e política e à representação juvenil atua e se conecta a todos os demais, dos direitos da juventude. Para tanto, a participação do jovem na formulação e cobrança da aplicação de políticas públicas voltadas para a integração dos jovens rurais e a melhoria da qualidade de vida dos mesmos é necessária e de fundamental importância.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE RURAL

O jovem deve estar articulado politicamente na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que atendam suas demandas e necessidades. Os jovens rurais têm muitas potencialidades, entretanto, também possuem fragilidades relacionadas ao acesso dificultado a terra, lazer, educação, saúde e recursos de crédito para investir na propriedade rural. Portanto, programas e políticas públicas devem visar ao atendimento dessas demandas.

Sabemos que o meio rural vem passando por um processo de envelhecimento, onde as novas gerações não estão seguindo o caminho da sucessão familiar em suas propriedades. Isso vem acontecendo porque muitos jovens se mudam para as grandes cidades para estudar e trabalhar e não retornam para dar continuidade ao sistema de produção rural de sua família.

“(…) NENHUM TRABALHO, NENHUM CURSO, NENHUMA LINHA DE CRÉDITO VAI MANTER O JOVEM RURAL NA PROPRIEDADE SE NÃO TIVER OUTRAS CONDIÇÕES TAMBÉM, TAL QUAL UM JOVEM URBANO TEM, E TAMBÉM A VONTADE DELE DE PERMANECER NO CAMPO. (…) POR QUE O JOVEM SAI DA PROPRIEDADE, E PRINCIPALMENTE A MULHER? (…) O TRABALHO AGRÍCOLA É ESCRAVO PORQUE NÃO EXISTE O SALÁRIO PARA O JOVEM QUE TRABALHA NA PROPRIEDADE, ELE TRABALHA POR CASA, COMIDA E ROUPA LAVADA, E A MULHER AINDA TEM A TRIPLA JORNADA DE TRABALHO, ELE NÃO TEM AQUELA AUTONOMIA DE, NO FINAL DO MÊS, PODER IR COMPRAR UMA CALÇA, UM SAPATO; UMA MULHER (CUIDAR DA SUA) BELEZA. ENTÃO, MUITAS VEZES A MULHER SAI, TAMBÉM PARA TER A LIBERDADE (…) INDEPENDÊNCIA, NO CASO TER UM SALÁRIO, E O MESMO ACONTECE COM O HOMEM, ELE QUER A SUA INDEPENDÊNCIA”.

(Representante da oficina da região Sul)

“(…) IDENTIFICAR OS PROBLEMAS É MAIS FÁCIL DO QUE COMPREENDER AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS QUE A JUVENTUDE RURAL VIVENCIA, QUE FAZ COM QUE O JOVEM SAIA DO MEIO RURAL. IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR AS DINÂMICAS DA JUVENTUDE RURAL NA PERSPECTIVA DA SUCESSÃO DA POPULAÇÃO, PENSANDO NO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL”.

(Participante da Oficina Região Nordeste).

Com o objetivo de tentar manter os jovens rurais no campo, alguns programas foram implantados, tais como: o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que possui linhas de crédito para jovens rurais entre 18 e 29 anos, chamado de Nossa Primeira Terra, beneficiando filhos e filhas de agricultores sem terra ou com pouca terra e estudantes de escolas agrotécnicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE RURAL

Segundo dados da SEAD, 41% do crédito fundiário foram destinados aos jovens. Outros programas como o Pronaf Jovem, a Assistência técnica e Extensão Rural (ATER) para a Juventude, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronea), que se destinam ao jovem rural, necessitam de expansão e divulgação.

“ENQUANTO FEDERAÇÃO, A GENTE NÃO TEM NENHUM DADO DE JOVEM QUE TENHA ATENDIDO AO EDITAL E TENHA IDO PARA O PRONERA”.

“VOCÊS FALAM DO PRONAF JOVEM, MAS A GENTE AQUI NÃO TEM ACESSO; PRONAF JOVEM É UMA COISA MUITO DISTANTE, COMO O PRONAF MULHER E OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO”.

“NUNCA TINHA OUVIDO FALAR EM UM EDITAL PARA A JUVENTUDE, MAS EU ACOMPANHEI AQUI UM EDITAL DE MULHERES, E FOI SENSACIONAL. MULHERES QUE TINHAM A RENDA MENOR DE R\$ 75/CAPITA POR FAMÍLIA QUE SE LIBERTARAM COM ESSE EDITAL E HOJE ESTÃO PRODUZINDO E NÃO ESTÃO MAIS NAQUELE QUADRO DE POBREZA (...) ENTÃO SE TIVESSE UM EDITAL PARECIDO PARA A JUVENTUDE, EU ACHO QUE SERIA SENSACIONAL”.

(Representantes da oficina da Região Sul)

“SOBRE O PRONAF JOVEM, NUNCA TIVE CONHECIMENTO SOBRE ESSA LINHA DE CRÉDITO”.

(Participante da Oficina da região Centro-Oeste)

“(…) FOI SUGERIDO PARA A SEAD O RECORTE DAS DAPS POR FAIXA ETÁRIA. A DAP JOVEM TEM COMO FOCO ACESSO A UMA LINHA DE ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS QUE POR VEZES SE TORNA MUITO BUROCRÁTICA, OU COM JUROS MAIS ALTOS, FAZENDO COM QUE OS JOVENS ACESSEM AS POLÍTICAS VIA DAP PRINCIPAL”.

“(…) POR VEZES O JOVEM COM DAP NÃO CONSEGUE CRÉDITO, POR DESCONHECIMENTO DO CORPO TÉCNICO DO BANCO. SUGEREM TIRAR A DAP PRINCIPAL, QUE TEM UM PROCESSO FACILITADO, PARA CONSEGUIR CRÉDITO NO BANCO”.

(Participantes da Oficina Região Nordeste).

Em uma pesquisa sobre o acesso às políticas públicas no meio rural, o resultado demonstrou que o número de agricultores que acessam efetivamente as políticas públicas é reduzido devido à falta de conhecimento da existência das mesmas e que isto poderia ser resolvido na veiculação da informação por associações locais.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE RURAL

“(…) HÁ UM DESCONHECIMENTO BASTANTE GRANDE DOS JOVENS DESSA LINHA DE CRÉDITO VOLTADA PARA A JUVENTUDE, NA VERDADE, NA ÁREA RURAL, HÁ UM DESCONHECIMENTO BASTANTE GRANDE DE TODAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE (…) TODAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATÉ ENTÃO SÃO VOLTADAS PARA O URBANO (…) A JUVENTUDE RURAL SÓ É LEMBRADA QUANDO FALTA ALGUMA COISA NA PRATELEIRA OU HÁ O AUMENTO DO PREÇO DE ALGUM ELEMENTO DA ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO”.

(Representante da oficina da região Sul)

“A GENTE TEM MUITA DIFICULDADE PRINCIPALMENTE EM QUESTÃO DE TERRITÓRIO, E A GENTE ACABA ESBARRANDO EM MUITAS OUTRAS QUESTÕES, UMA VEZ QUE NÃO PODEMOS ACESSAR OS PROGRAMAS DE GOVERNO NEM AS CHAMADAS PARA A JUVENTUDE PORQUE NÃO TEMOS NOSSA TERRA”

“EM RELAÇÃO À QUESTÃO DO ACESSO AO CRÉDITO, EU REFORÇO A QUESTÃO DA BUROCRACIA E DA DIFICULDADE DO ACESSO A CRÉDITO, ALÉM DA DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO DA PRÓPRIA POLÍTICA E DE INFORMAÇÕES”.

(Representantes da Oficina da região Sudeste)

Outras reivindicações relativas às políticas públicas na 3ª Conferência Nacional da Juventude foram: a criação de uma comissão de juventude para cobrar do Legislativo o fortalecimento das políticas para os jovens; desburocratizar o acesso dos municípios ao programa Estação Juventude e o desenvolvimento de ações, inclusive com marcos legais, visando garantir e incentivar a valorização da integridade moral e cultural da juventude. Ainda dentro das reivindicações, a juventude quilombola reclama a observância da Secretaria Nacional de Juventude quanto às ações que estão sendo executadas em prol das comunidades quilombolas e incentivo de novos programas e ações.

ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

Um dos pontos mais destacados pela juventude, nas Conferências Territoriais, foi a necessidade de criar e fortalecer conselhos (formados por cooperativas, associações e organizações sociais), comitês territoriais temáticos e fóruns da juventude, nos âmbitos municipal e estadual, com caráter consultivo, deliberativo e avaliativo, para garantir a paridade de gênero, diversidade e participação das comunidades tradicionais, bem como a participação dos/as jovens nos conselhos de cada município (CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, CMS – Conselho Municipal da Saúde, CMDRS – Conselho Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável, etc).

“NÃO TEM, NO ESTADO, NENHUMA COOPERATIVA QUE SEJA SÓ PARA A JUVENTUDE RURAL... O ESTADO É MUITO FORTE NA QUESTÃO DAS COOPERATIVAS, MAS A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS SEMPRE É QUANDO TEM UMA COOPERATIVA GRANDE ... OS JOVENS TÊM UM GRUPO QUE PARTICIPA DENTRO DESSAS COOPERATIVAS ... ELES SÃO COOPERADOS, ELES TRAZEM ESSAS EXPERIÊNCIAS”.

(Participante da Oficina da região Sul)

“APOIO DAS COOPERATIVAS PARA OS JOVENS; ISSO É UMA COISA MUITO DIFÍCIL DE SE ENCONTRAR, JOVENS EM COOPERATIVAS, PORQUE AS COOPERATIVAS SÃO CRIADAS POR GENTE MAIS ADULTA, NÉ. É DIFÍCIL DE ACEITAR A JUVENTUDE OU IDEIA JOVEM, QUE É AQUELA IDEIA MAIS PRESA, NÉ. E A JUVENTUDE FICAR A PAR, MESMO AJUDANDO O SEU PAI EM TODO O PROCESSO DA COOPERATIVA, AINDA ASSIM NÃO CONSEGUE VIRAR UM COOPERADO. E ASSIM NO MS, NÃO SEI SE HÁ UMA COOPERATIVA SÓ DE JOVEM, NO MS NÃO TEM UMA COOPERATIVA SÓ DE JOVEM”.

(Participante da Oficina da região Centro-Oeste)

A criação, fomento e divulgação de espaços presenciais e virtuais permanentes de incentivo e inserção das juventudes na participação e construção das políticas públicas, torna efetivo o Estatuto da Juventude, principalmente em comunidades periféricas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino, secretarias municipais e diretorias de juventude.

“MAIS IMPORTANTE AINDA É IDENTIFICAR AS ESPECIFICIDADES DE CADA UMA DESTAS COMUNIDADES”.

(Participante da Oficina Região Nordeste).

“NA COMUNIDADE V. EXISTE O FÓRUM DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CAIÇARAS, INDÍGENAS, RIBEIRINHAS E QUILOMBOLAS), QUE PERMITE OS POVOS DISCUTIREM AS PROBLEMÁTICAS, QUE NA MAIORIA DAS VEZES SÃO AS MESMAS. DESSA FORMA, CONSEGUIMOS PENSAR JUNTOS DE COMO CHEGAR A UMA SOLUÇÃO (...)”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

As escolas rurais, tanto formais, como as de alternância, são espaços importantes de criação de cidadania, difusão de conhecimentos técnicos, e podem representar um local organizado e próximo para a reunião de jovens a fim de discutir questões que afetam suas vidas. No entanto, esses espaços estão cada vez mais raros segundo dados do último censo escolar, que revelou que 6.781 escolas foram fechadas em municípios considerados rurais somente no ano de 2017, conforme indica a Figura 1.

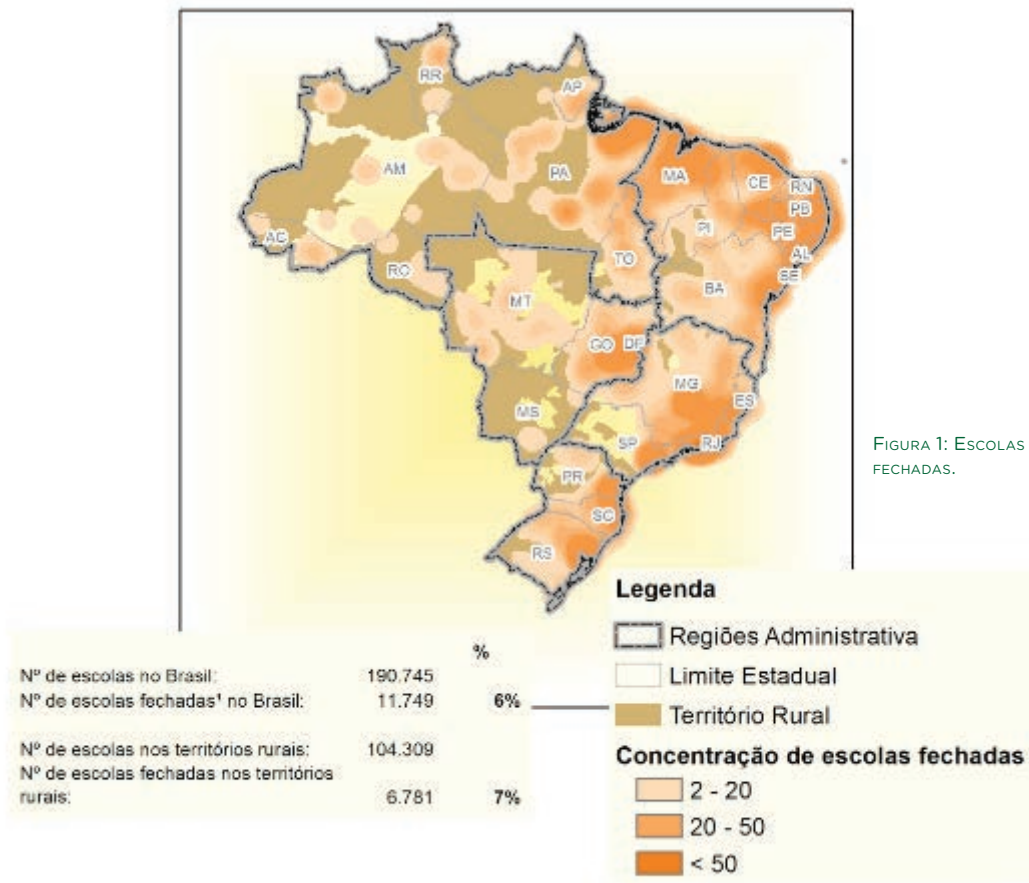


FIGURA 1: ESCOLAS FECHADAS.

¹ Nº de escolas fechadas. São informações sobre a coleta da 1ª etapa do Censo Escolar 2018 – Matrícula Inicial no

“O QUE A GENTE TEM IDENTIFICADO É UMA PARTICIPAÇÃO BAIXA DOS JOVENS NAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM GERAL. SÓ NA NOSSA REGIÃO, SÃO 18 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E PRODUTORES, APROXIMADAMENTE, E NÓS ESTAMOS COMEÇANDO A FAZER ATRAVÉS DA ESCOLA UM PRIMEIRO TRABALHO DE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE ATRAVÉS DO GRÊMIO DA ESCOLA, E A PARTIR DAÍ TENTAR CONSTRUIR UMA PARCERIA COM EMBRAPA, EMATER PARA ESTIMULAR ESSA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

Os jovens rurais pertencentes às comunidades quilombolas estão presentes em todo o território nacional, possuindo diferenças culturais entre si, com origens familiares e tradicionais predominantemente negras, afrodescendentes e agregados. Segundo o último levantamento realizado, em 2017, pela Fundação Palmares, existem 2.890 comunidades quilombolas, como demonstra a Figura 2. Nesse universo, 2.465 quilombos receberam a Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo que garante à comunidade o amparo legal, previsto na Constituição Federal nos artigos nº 215 e 216, que preveem a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e a obrigação do poder público na promoção e proteção deste.

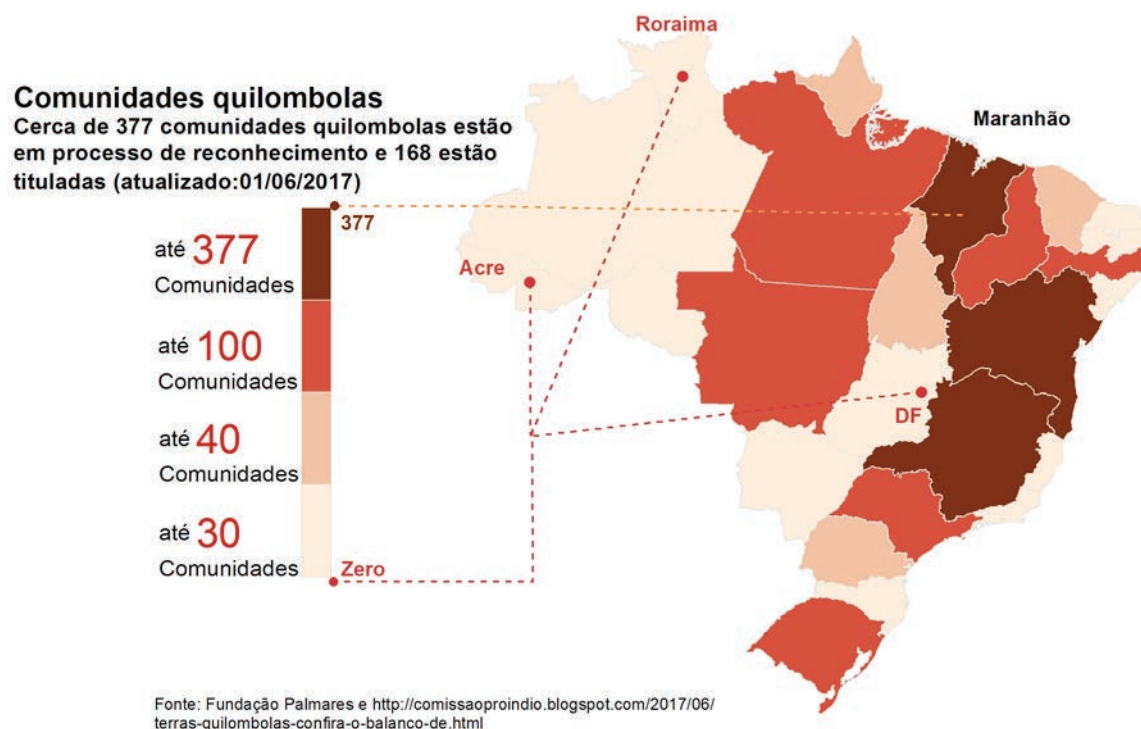


FIGURA 2: COMUNIDADES QUILOMBOLAS, SEGUNDO LEVANTAMENTO EM 2017.

Os quilombos são representados por coordenações estaduais e estas reunidas pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Dentre as principais reivindicações dos representantes jovens quilombolas, está a necessidade de ampliação dos espaços de participação composta por jovens quilombolas nas próprias comunidades e nas Conferências de Juventude. É reivindicado o auxílio direto e indireto à estruturação e à criação de espaços de formação voltados para a participação da juventude quilombola em editais públicos e atividades culturais, artísticas, políticas, de controle social, educacionais e científicas.

“EM MAIS DE 5.000 COMUNIDADES QUILOMBOLAS EXISTENTES NO BRASIL, NEM 1.000 POSSUEM REGISTRO OU TITULAÇÃO COMPLETA DA TERRA”

(Participante da Oficina da região Sudeste)

Já os indígenas, segundo o censo de 2010, têm uma população jovem na faixa de 15 a 29 anos de 131.961, distribuídos em 732 terras indígenas, conforme apresentado na Figura 3, nos diversos processos de reconhecimento e com uma população total de 817.962 pessoas. Essa população vem enfrentando uma rápida e complexa mudança social, buscando novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural, no intuito de garantir às próximas gerações melhores condições de existência e de qualidade de vida, com respeito a sua diversidade.

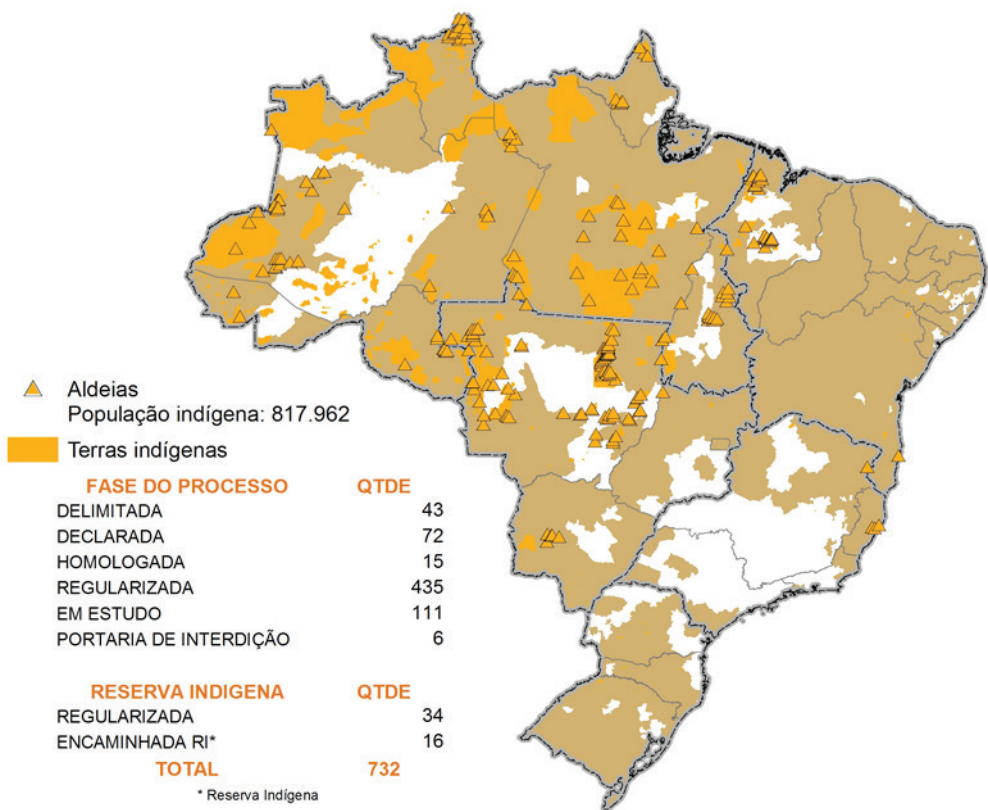


FIGURA 3: DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 2012 ocorreu o II Seminário Nacional da Juventude, em Goiás, reunindo mais de 70 jovens indígenas, representando 42 povos. Dentre esses jovens, 10 foram eleitos para compor a Comissão Nacional da Juventude Indígena.

A iniciativa de organizar Seminários da Juventude em que os próprios jovens indígenas pudessem indicar e eleger seus representantes incentivou a participação dos mesmos na construção de políticas públicas visando à solução de problemas. No II Seminário Nacional da Juventude as mesas temáticas discutiram assuntos como: território, meio ambiente, cultura, esporte e lazer, prevenção contra drogas e álcool na juventude indígena.

Em 2016 ocorreu o III Seminário Nacional da Juventude Indígena, sediado em São Luís do Maranhão, reunindo 20 povos indígenas das cinco regiões do Brasil, onde as comunidades indígenas mostraram preocupação quanto à extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos e à alocação das pautas na Secretaria de Direitos Humanos dentro do Ministério da Justiça. A principal preocupação era em relação à demarcação de terras indígenas, proteções legais e institucionais dos povos indígenas.

Na semana dos Povos Indígenas, em 2018, a discussão girou em torno da interligação entre justiça, terra e paz, onde a proposta do Bem Viver se apresenta como o utópico paradigma. Em todos os campos, como saúde e educação, o resultado dos encontros ocorridos no primeiro semestre terminou com uma visão de desalento e com a certeza de que a mobilização e união dos povos é, mais do que nunca, necessária.

Os demais jovens rurais, ribeirinhos, extrativistas e outros sem representatividade mais específica, se encaixaram como um todo na população rural brasileira e, para eles, é de grande importância a garantia de criação de Centros de Juventude Rurais onde ocorra a articulação dos grupos de juventude como instrumento de participação social.

“(...) ENTRETANTO NA GRANDE FLORIANÓPOLIS TEM OUTRA JUVENTUDE QUE É MUITO PARECIDA COM A RURAL, QUE É A PESQUEIRA. ESSE TIPO DE PROGRAMA VAI SER INCENTIVADO PARA ESSE TIPO DE JOVEM TAMBÉM? ELE VAI ENTRAR COMO O JOVEM RURAL? A GENTE (FLORIANÓPOLIS) NÃO TEM A (JUVENTUDE) RURAL, MAS TEM A PESQUEIRA”.

(Participante da Oficina da região Sul)

MOVIMENTOS SOCIAIS E ATUAÇÃO POLÍTICA

A exemplo da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR), que tem um papel fundamental no incentivo à participação política da juventude rural, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) também desenvolve atividades que fomentam a formação política da juventude trabalhadora rural, a promoção e a participação nas ações de massa, como, por exemplo, o Festival Nacional da Juventude Rural, Grito da Terra Brasil e Marcha das Margaridas. Além disso, tais órgãos também possibilitam a inserção dessa juventude nos espaços de controle social e debate de políticas públicas através do Conselho Nacional de Juventude, Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF, GT Juventude Rural da REAF, por exemplo, além de contar com parcerias nacionais e internacionais. Outros movimentos estão destacados na Tabela 2.

TABELA 2: EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS REPRESENTADOS POR INSTITUIÇÕES QUE TRATAM DA JUVENTUDE RURAL SÃO:

Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)
Articulação do Semiárido (ASA)
Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas (CONAQ)
Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER)
Confederação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil)
Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser)
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
Movimento Nacional dos Pescadores (Monape)
Rede Cerrado
Rede de Centros Familiares de Formação por Alternância (Rede CEFFAS)
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
Movimento da Mulher trabalhadora Rural- NE (MMTR-NE)
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF)

MOVIMENTOS SOCIAIS E ATUAÇÃO POLÍTICA

Na 2ª Conferência Nacional Rural de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (2ª CNRDSS), os jovens garantiram uma cota de 20% de delegados em todas as etapas de discussão territoriais, temáticas, setoriais, livres, estaduais e nacional. Essa cota promoveu a mobilização dos jovens acerca dos debates de políticas públicas voltados para autonomia, geração de trabalho e renda, acesso à educação, cultura, esporte e lazer, entre outros assuntos vinculados aos jovens rurais.

“EM MINAS GERAIS EXISTEM COMITÊS DE JUVENTUDE RURAL, POR EXEMPLO, O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS, ONDE A GENTE TEM UMA COMISSÃO ESTADUAL DE JUVENTUDE DENTRO DA FEDERAÇÃO, QUE É INSTITUCIONALIZADA E EM CARÁTER DE DIRETORIA. ESSA COMISSÃO É FORMADA POR DOIS JOVENS REPRESENTANTES, UM EFETIVO E UM SUPLENTE DE CADA REGIONAL, ELEITOS EM PLENÁRIA. ALÉM DISSO, HÁ OUTROS TIPOS DE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL, COMO CURSOS DE FORMAÇÃO DE JUVENTUDE RURAL NA UNICAFES, GRUPOS ORGANIZADOS NO MST, SECRETARIAS, ENTRE OUTROS”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

Tão importante quanto o apontamento das necessidades e a formulação de políticas públicas para o atendimento dos direitos previstos no Estatuto da Juventude é a divulgação das leis e das políticas públicas nas comunidades afetadas.

“(...) NA VERDADE, NA ÁREA RURAL, HÁ UM DESCONHECIMENTO BASTANTE GRANDE DE TODAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A JUVENTUDE”.

(Representante da oficina da região Sul)

“A GENTE AVANÇOU MUITO EM MINAS, A NOSSA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE JUVENTUDE EM MINAS GERAIS CONTOU COM GRANDE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL. NA CONFERÊNCIA NACIONAL, CONSEGUIMOS UMA UNIFICAÇÃO DE JUVENTUDES DO CAMPO E FOI UMA VITÓRIA MUITO GRANDE, ELEGENDO A SEGUNDA PROPOSTA MAIS BEM VOTADA DA CONFERÊNCIA QUE FOI A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

“O JOVEM PASSA DESPERCEBIDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, HOJE MESMO PODERIAM TER MUITOS MAIS PARTICIPANTES NESTE EVENTO E PERCEBE-SE QUE TEM QUE MELHORAR A MOBILIZAÇÃO ENTRE OS JOVENS”.

“MAS NÓS, DA JUVENTUDE RURAL DO NORTE, TEMOS UM CUSTO MUITO ALTO PARA PARTICIPARMOS DE ENCONTROS E NOS REPRESENTARMOS EM OUTRAS REGIÕES DO PAÍS OU MESMO ENTRE A GENTE, DEVIDO À DISTÂNCIA E CUSTOS COM ISSO”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

MOVIMENTOS SOCIAIS E ATUAÇÃO POLÍTICA

Quanto à participação política partidária, segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, nas últimas eleições foram 469.692 candidatos inscritos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Desses, 47.117 são jovens de 18 a 29 anos. Contudo, não é possível identificar, efetivamente, nesse universo, os representantes do meio rural.

“TENHO UM GRUPO NO WHATSAPP DO JS E AMPLIO MEU CONHECIMENTO. ELES TÊM OUTRA VISÃO, VIAJAM MUITO”.

(Representante da Oficina da região Norte)

“EU COMPONHO O SISTEMA JS TAMBÉM, SOU DO PARTIDO PCDOB, SOU TAMBÉM DO PET, EDUCAÇÃO PELO TRABALHO”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

**Candidatos jovens no Brasil (ano eleitoral 2016) - 47.124
% nos territórios rurais - 59%**

FIGURA 4: DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS COM IDADE ENTRE 18 E 29 ANOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS.

**Candidatos Jovens de 18 a 29 anos
por região administrativa**

Centro-Oeste - 2.176
Nordeste - 13.217
Norte - 4.641
Sudeste - 3.755
Sul - 3.824

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

Dos 47.124 jovens que concorreram a algum cargo eletivo, 42% são compostos por mulheres e 58% são homens, como demonstra a Figura 5. Quanto à escolaridade, Figura 6, 49% terminaram o ensino médio. Quanto à etnia, 49% se declararam brancos, conforme a Figura 7. A representatividade de negros e indígenas é baixa, confirmando o fato de esses povos ainda estarem muito distantes de suas reivindicações específicas, principalmente a população quilombola. Em relação aos cargos eletivos pretendidos, a esmagadora maioria, com 97%, foi para vereador, demonstrado na Figura 8.

FIGURA 5: DIVISÃO DE GÊNERO DOS CANDIDATOS JOVENS RURAIS NAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES.

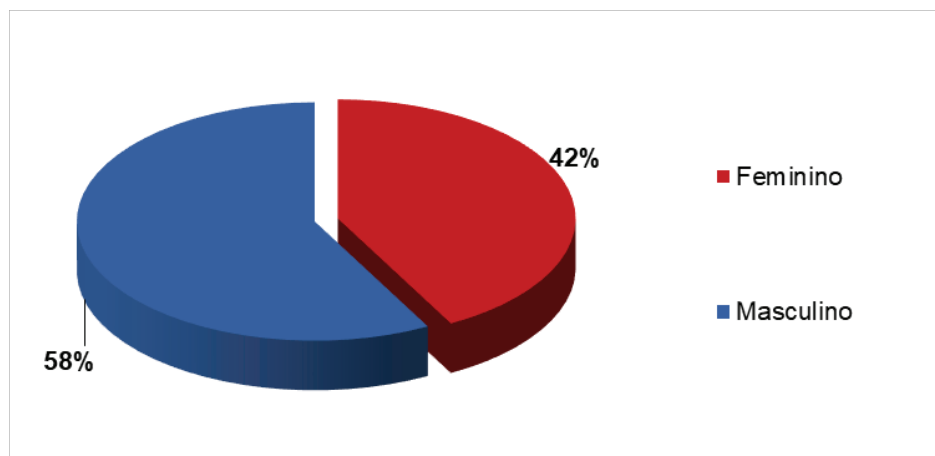


FIGURA 6: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CANDIDATOS JOVENS RURAIS NAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES.

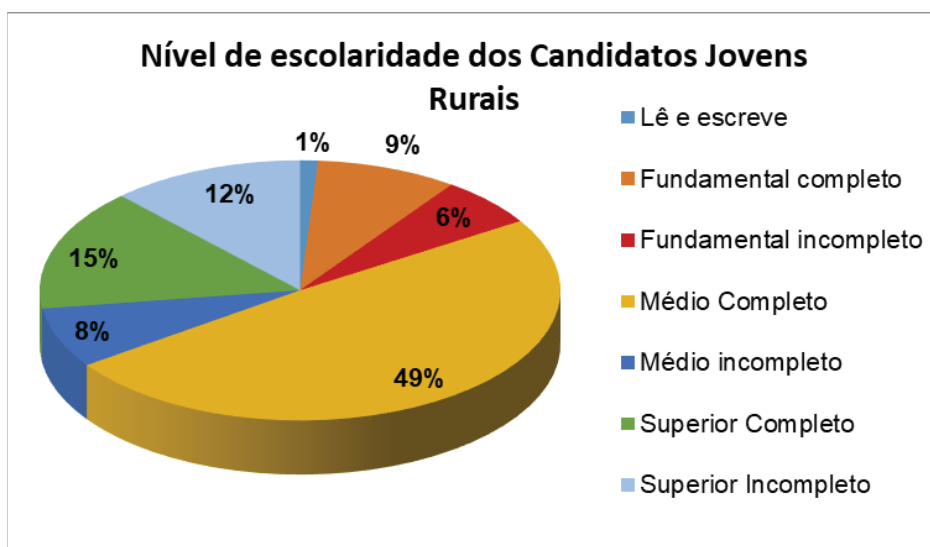
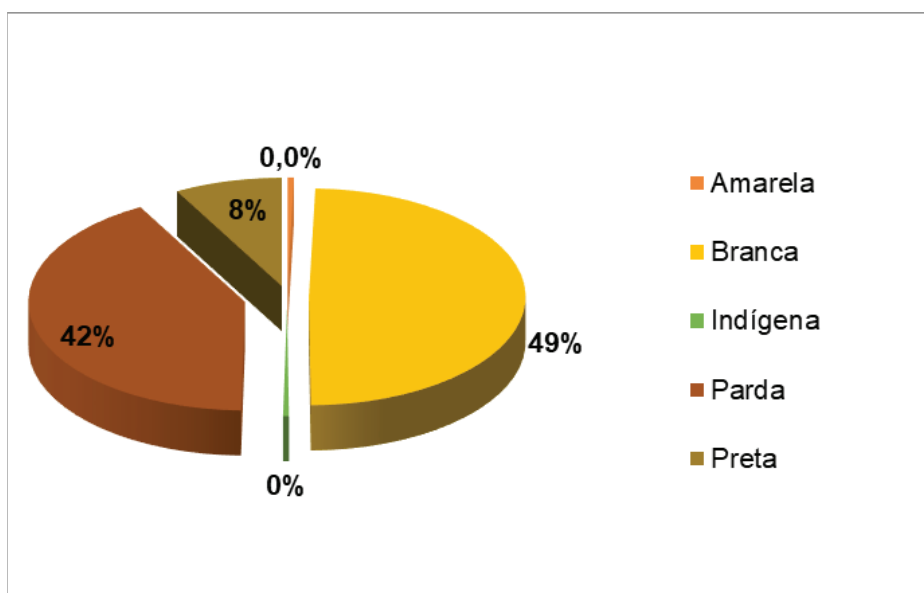


FIGURA 7: ÉTNIA DOS CANDIDATOS JOVENS RURAIS NAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES.



MOVIMENTOS SOCIAIS E ATUAÇÃO POLÍTICA

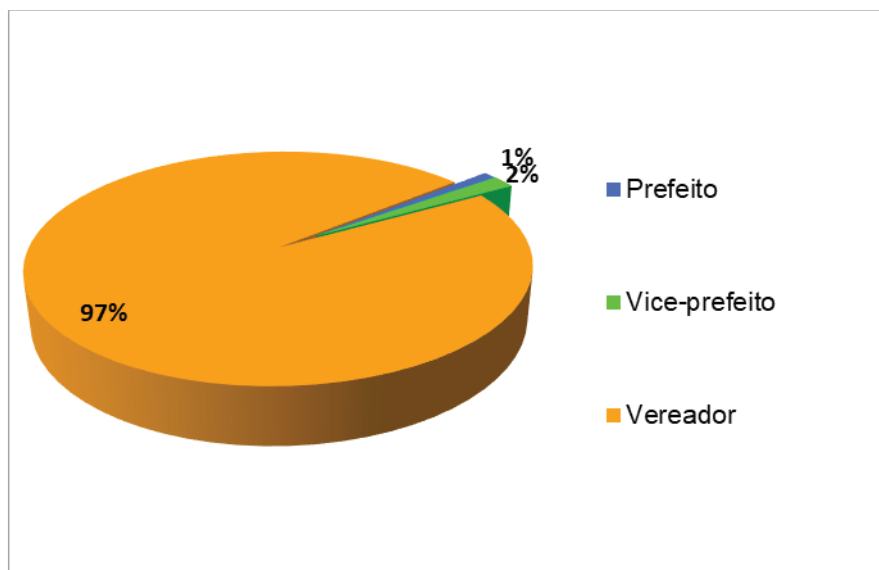


FIGURA 8: CARGO PRETENDIDO PELOS CANDIDATOS JOVENS RURAIS NAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES.

Destacamos a dissociação entre a população rural jovem da participação em associações com a finalidade de lutar por demandas locais e em ações de melhoria da comunidade com o conceito de “política”, pois esse conceito é associado à política partidária e a políticas públicas realizadas pelos governos, marcadas pelo descrédito.

A percepção da juventude rural quanto à democracia formal ligada às políticas governamentais está desgastada porque a mesma não tem sido suficientemente eficaz na garantia dos direitos de uma vida digna.

“NOSSA TAREFA É OCUPAR OS ESPAÇOS DE PODER E A NOSSA JUVENTUDE DEVE FAZER ISSO NESSE MOMENTO”.

(Representante da Oficina da região Norte)

Para tentar mudar esse quadro, a juventude rural vem expressando, ao longo das Conferências Territoriais, a importância em garantir a representação de sua parcela nos espaços de debates das políticas públicas em níveis municipal, estadual ou federal, através da promoção de seminários, fóruns e debates, com periodicidade anual.

Além disso, é importante também garantir, através da criação de Projetos de Lei, o assento e a participação da juventude nas diversas instâncias de participação na definição, monitoramento e avaliação das políticas públicas; garantir a diversidade étnica e de gênero; inserir, no mínimo, um jovem em cada conselho das três esferas de governo (agricultura, meio ambiente, assistência social, criança e adolescente, saúde, alimentação escolar, etc.), com retorno para o público beneficiário por meio das redes sociais, por exemplo, e garantir a presença dos jovens rurais na decisão de onde alocar os recursos de seus municípios utilizando o mecanismo de orçamento participativo.

Esse direito está agregado a um conjunto de direitos sociais sem nenhum tipo de distinção. Quando se observa a educação para o meio rural é possível identificar uma escassez de ações e políticas que perdurou por um longo período de tempo. Um olhar diferenciado para esse campo foi possível de ser construído a partir da Constituição de 1988, que possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

INSERÇÃO DE CONTEÚDO VINCULADO À REALIDADE RURAL

Um dos pontos mais discutidos pela juventude rural é a discriminação dos saberes não formais que não são respeitados no âmbito escolar, inclusive por professores, quando relacionam o meio rural ao que é atrasado. A Educação Rural é descrita, em geral, como domesticadora, neoliberal e urbanizada, sem comprometimento com os valores do campo. Em sua maior parcela, as escolas rurais não têm adaptação curricular e de calendários buscando atender às necessidades e características de cada região. Os legisladores não conseguem o devido distanciamento do paradigma urbano, exaltando o modo de vida urbano e desvalorizando a vida no campo.

A educação do campo é estruturada no Movimento Camponês, na perspectiva da construção de uma educação humana e emancipatória, articulada à vida, ao trabalho, à cultura, e aos saberes das práticas sociais dos camponeses. Ela promove a formação integral do indivíduo, de maneira a valorizar o local e as vivências ali desenvolvidas, considerando seus saberes como conhecimento adquirido historicamente.

Os conhecimentos produzidos nos movimentos sociais fortalecem o interesse público no embate com os interesses do Estado. Nesse sentido, garantir a implementação das indicações previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais através da flexibilização curricular, da prática interdisciplinar e da utilização de temas transversais vinculados à realidade do campo se faz necessário, porque é uma forma de superar a atual dualidade do sistema escolar vigente, onde a integração proposta não é considerada.

A educação no campo tem na pedagogia da alternância um dos seus pilares. Diferentes modalidades podem ser incentivadas, estimuladas e incorporadas ao sistema formal de educação, como as Casas Familiares Rurais (CFRs), surgidas na França, em 1935, trabalhando com a Pedagogia da Alternância, ou as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), adaptadas da metodologia francesa, utilizadas na Itália, também trabalhando com Pedagogia da Alternância.

INSERÇÃO DE CONTEÚDO VINCULADO À REALIDADE RURAL

“ACHO QUE ESSA DIFICULDADE É A NÍVEL GERAL ... ESSE INCENTIVO, PORQUE REALMENTE PRO JOVEM DO CAMPO HOJE, EU FALO PELO MEU ESTADO (RS), A CRISE QUE OS MUNICÍPIOS ESTÃO ENFRENTANDO, TÊM ATÉ DIFICULDADE DE LEVAR ESSE JOVEM, TIRAR ELE DO INTERIOR E LEVAR PARA ESCOLA, PARA CONCLUIR O ENSINO MÉDIO. A GENTE OUVIU MUITO FALAR NO RS ... FALTA DE TRANSPORTE ESCOLAR ... A DIFICULDADE É IMENSA ...O FOCO VAI TER QUE SER MAIS MESMO O JOVEM, NÃO TANTO QUANTO A AGRICULTURA FAMILIAR, QUE SE DESVIOU UM POUCO ... TERIA QUE FOCAR MAIS NO JOVEM, NAQUELA FAIXA ETÁRIA, OPORTUNIZAR O JOVEM, PORQUE ISSO JÁ ESTÁ PASSANDO POR UM ESQUECIMENTO, COMEÇOU A SE ENGLOBAR NO FAMILIAR E TALVEZ ISSO AÍ DESFOCOU UM POUCO ... ”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

“HOJE TEMOS 3 UNIVERSIDADES FEDERAIS EM MG COM CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO NO CAMPO, NA MODALIDADE DA PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA. ENTÃO, A GENTE ENFRENTA UM DESAFIO MUITO GRANDE, MAS TEMOS UMA CONSTRUÇÃO MUITO FORTE ATRAVÉS DA REDE MINEIRA DE EDUCAÇÃO PARA CONTINUAR GARANTINDO ESSA POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO. INCLUSIVE, A ABRANGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO ESTADO AMPLIOU MUITO DENTRO DESSAS LICENCIATURAS DE EDUCAÇÃO NO CAMPO. PARA MIM, HOJE, (A EDUCAÇÃO NO CAMPO) É UMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE, PELO MENOS ENQUANTO O JOVEM ESTÁ ESTUDANDO, É A ÚNICA QUE EU VEJO QUE GARANTE A PERMANÊNCIA DO JOVEM DA COMUNIDADE”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

A CFR procura desenvolver e direcionar sua formação mais ao trabalho agrícola, não perdendo e se distanciando de sua proposta inicial, de trabalhar e preparar os filhos de trabalhadores rurais para a permanência no campo, porém não deixando de atender suas necessidades quanto à formação escolar. Já a EFA surgiu em outro contexto, pensada a partir de outra realidade, direcionando sua prática educativa para a formação escolar, sem deixar de praticar o trabalho agrícola, porém, dando menos ênfase à mesma, o que atende a uma formação mais escolar do que agrícola.

“AS EFAS SÃO UM DOS PRINCIPAIS PARCEIROS PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO JOVEM NO CAMPO, E, PORTANTO, IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA SUCESSÃO RURAL. DENTRO DA POLÍTICA DE JUVENTUDE NO CAMPO, ESTAMOS FAZENDO UM PROJETO PILOTO JUNTO ÀS EFAS, QUE TEM A VER COM A ATER JOVEM, POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE BOLSISTAS EGRESSOS DAS EFAS PARA ATUAR NOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DAS ESCOLAS DE FAMÍLIA AGRÍCOLA. A IDEIA É QUE AS 21 ESCOLAS DE FAMÍLIA AGRÍCOLA SE TRANSFORMEM EM UNIDADES DE REFERÊNCIA AGROECOLÓGICA EM MG.”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

INSERÇÃO DE CONTEÚDO VINCULADO À REALIDADE RURAL

Nesse contexto, outras reivindicações da juventude acabam por ser contempladas como: reverter o quadro de municipalização predatória da escola pública e estabelecer um novo marco de cooperação entre os entes federados para assegurar a universalização básica e o resgate da qualidade de ensino em todos os níveis; valorização e qualificação dos professores, garantindo remuneração adequada, formação, reciclagem e condições adequadas de trabalho; dialogar com as linguagens e culturas jovens; melhorar a infraestrutura e os equipamentos escolares adequados à realidade do campo.

“O PESSOAL QUE MAIS SOFRE [COM A DIFICULDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO] É O DO SERINGAL... MUITOS CHEGAM, NO MÁXIMO, NA QUINTA SÉRIE NÃO CONSEGUEM FINALIZAR E QUANDO CHEGAM AO ENSINO SUPERIOR, TÊM A FALTA DE PERSPECTIVA E DE EMPREGO E ACABAM indo PARA A MARGINALIDADE, ENGRAVIDAM cedo...”

(Participante da Oficina da Região Norte)

A escola se constitui efetivamente em um espaço público e democrático aberto à população, uma vez que esta é integrada ao processo de aprendizagem como agente transmissor de saberes e conhecimentos. Essas modalidades ainda podem contemplar as reivindicações de indígenas e quilombolas.

No Brasil, tais modalidades constituem os Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs, Figura 9), abrangendo as Casas Familiares do Mar (CFMs); as Casas Familiares Rurais (CFRs); as Escolas Comunitárias Rurais (ECORs) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

“AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS QUE EU ACOMPANHEI, É DE ALGUMAS (CEFFAS) QUE ESTAVAM MAL DA VIDA, QUASE FECHANDO, FALTAVA APOIO DO GOVERNO DO ESTADO, ALI PERTO DE UNIÃO DA VITÓRIA, NAQUELES MUNICÍPIOS ALI, ISSO FAZ O QUÊ, UM ANO E MEIO, DOIS ANOS (...) HOJE EU JÁ NÃO SEI BEM COMO (...)”

(Representante da Oficina da região Sul)

A maioria das instituições existentes se concentra na região sul do Brasil e não está, necessariamente, ligada aos movimentos sociais. A maioria recebe suporte financeiro das prefeituras locais e, no caso do Paraná, a CFR está regulamentada junto à Secretaria de Estado da Educação, enquanto as CFRs que estão na região Nordeste do país estão ligadas diretamente aos movimentos sociais. Já no caso da EFA, tem forte ligação com a Igreja Católica, em alguns casos, como no Espírito Santo, também com a Igreja Luterana, com sindicatos e movimentos sociais.

INSERÇÃO DE CONTEÚDO VINCULADO À REALIDADE RURAL

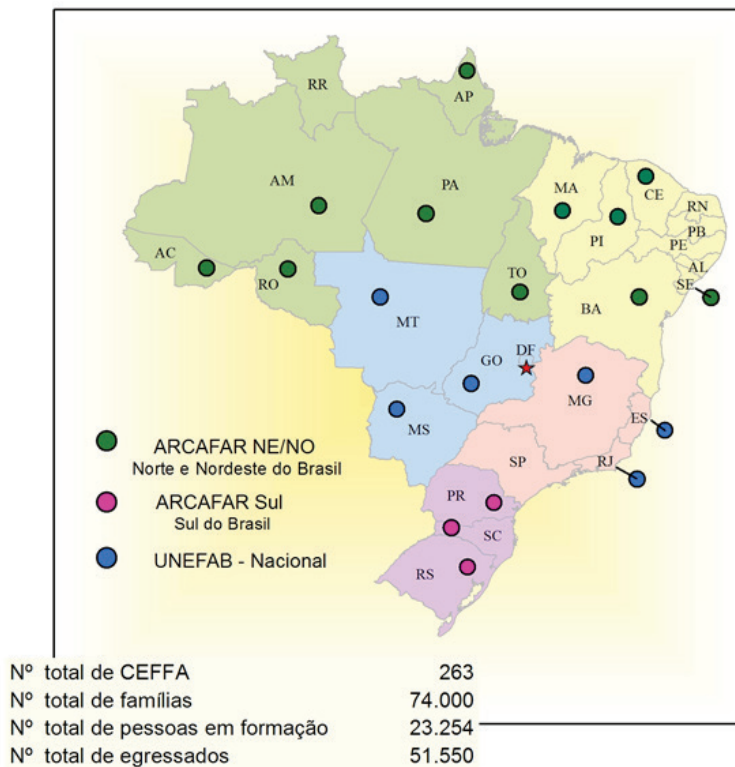


FIGURA 9: DISTRIBUIÇÃO DOS CEFFAS NO BRASIL.

A Medida Provisória n.º 746/2016 altera alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei que regulamenta o Fundeb e pode impactar essa realidade, distanciando ainda mais a escola da juventude rural. Segundo a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab), essa medida apresenta riscos à revogação do direito da juventude rural ao ensino médio, já em condições críticas, pois estabelece limitações à elaboração de projetos educativos nas redes públicas que contemplem as necessidades e os interesses da juventude rural. Mesmo havendo liberdade para inclusão de temas, o financiamento e a amarração ao sistema de avaliação, ou seja, as condicionantes impostas pela Lei podem comprometer experiências realizadas com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com os Centros de Formação por Alternância (Ceffas) ou ainda apoiadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), pois as mesmas estarão submetidas à disponibilidade de cada sistema de ensino. Isso significa que, se quiserem, poderão fazer, mas o financiamento será apenas para garantir o que seja obrigatório.

“(…) SOBRE O PRONERA, A GENTE SABE QUE EXISTE UMA PERDA MUITO GRANDE DE RECURSOS. NA REALIDADE NUNCA SE TEVE RECURSO NAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE SUFICIENTE PARA TER GARANTIA DE ACESSO, ASSIM COMO A PARCELA DO ORÇAMENTO DESTINADA À JUVENTUDE É INSUFICIENTE. NO PRONERA, DUAS DAS CONQUISTAS RECENTES EM MINAS FORAM A INAUGURAÇÃO DO CURSO DE AGRONOMIA, ATUALMENTE JÁ FUNCIONANDO, E A PUBLICAÇÃO DE UM EDITAL PARA MEDICINA VETERINÁRIA NO ESTADO (…) O PRONERA É UMA POLÍTICA PÚBLICA IMPORTANTE DE ACESSO DE UM GRUPO DA POPULAÇÃO QUE NÃO TEM RECONHECIMENTO, QUE É A JUVENTUDE ASSENTADA E ACAMPADA (…)”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

INSERÇÃO DE CONTEÚDO VINCULADO À REALIDADE RURAL

O estudo que fundamentou tais mudanças se dedicou a ações complementares nas políticas relativas ao sistema de educação e ao desenvolvimento de competências, regulamentação do mercado de trabalho e programas de emprego, que poderiam ser realizadas para aumentar o potencial de produtividade do jovem brasileiro. Entretanto, a base massifica o jovem e não considera as reais condições de vivência.

No campo, a reforma contradiz toda filosofia da alternância e do reconhecimento dos vários saberes pertencentes aos povos dos campos, das florestas e das águas. A criação de um novo currículo baseado em competências está na contramão de uma educação inclusiva e participativa para o campo, principalmente porque essas múltiplas realidades não estão sendo consideradas. Essa pode ser uma das razões para o aumento do fechamento de tantas escolas rurais.

“(...) A QUESTÃO DE SAIR DA SUA COMUNIDADE PARA IR A OUTRA CIDADE EM BUSCA DE EDUCAÇÃO E UMA VIDA MELHOR. (...) EU VEJO QUE OS CURSOS OFERTADOS, TECNOLÓGICOS, NÃO SÃO PARA A NOSSA REGIÃO... POIS ESTOU CONCLUINDO UM CURSO DE AGROINDÚSTRIA DO IFAC, MAS AINDA HÁ POUCO INVESTIMENTO NESTA ÁREA NO ESTADO [DO ACRE]. (...) GESTÃO AMBIENTAL, OK, O ESTADO DO ACRE É BEM ECOLÓGICO, MAS, AS OPORTUNIDADES NESTA FORMAÇÃO NO ESTADO NÃO HÁ... SE FORMAM E QUEM É DA ÁREA RURAL NÃO SE ADAPTA À ÁREA URBANA E VOLTA PARA O CAMPO. (...) MAS COM RELAÇÃO À JUVENTUDE RURAL, HÁ GRANDES DIFICULDADES DE PESSOAS DE ÁREA RURAL VIR PRA CIDADE. É COMO SE NÃO EXISTISSE A UNIVERSIDADE, PORVENTURA NÃO ESTÁ TENDO MUITA SERVIENTIA. (...) PRECISA MUITO DE INCENTIVO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM AQUI NO ACRE (...) E AS PESSOAS QUE SÃO REPRESENTANTES DESTES MOVIMENTOS FICAM APENAS EM QUATRO PAREDES... O JOVEM SERVE APENAS COMO UM FANTOCHE POLÍTICO. O NOSSO JOVEM FICA À MERCÊ DAS INFORMAÇÕES, FALTA O GOVERNO INCENTIVAR E LEVAR ESSAS INFORMAÇÕES”.

“E POR EU TRABALHAR, HOJE, NO MOMENTO, NA PREFEITURA, NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TÔ TENTANDO, TÔ LEVANDO INFORMAÇÃO, É VOLUNTÁRIO QUE É SÁBADO E DOMINGO, DE CAPACITAÇÃO, ORIENTAÇÃO DOS AGRICULTORES. E HOJE, FICO MUITO FELIZ QUE A COMUNIDADE ONDE CRESCI, QUE É O PÓLO AGROINDUSTRIAL DO XAPURIÚ, O PRIMEIRO DO ALTO ACRE, POR TER 22 PRODUTORES, DO ALTO ACRE, FORNECENDO ALIMENTOS PRO PNA E PRO PAE E HOJE A PREFEITURA TEM OBRIGAÇÃO DE COMPRAR DESSES PRODUTORES. MAS NÃO É A REALIDADE DE TODO O ESTADO. PRECISA MUITO DE INCENTIVO, POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O JOVEM. E AS PESSOAS QUE SÃO REPRESENTANTES FICAM EM QUATRO PAREDES, NÃO SAEM, ACABA QUE OS JOVENS SÃO FANTOCHESES POLÍTICOS, ESSA É A REALIDADE. EU VIM PARA FAZER ALGO PARA AS COMUNIDADES, PARA O MEU MUNICÍPIO. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO POLO XAPURIU SÓ ESTÁ TENDO PORQUE CONSEGUIMOS FAZER O DAP E TEM UM PROJETO”.

(Representantes da Oficina da região Norte).

INSERÇÃO DE CONTEÚDO VINCULADO À REALIDADE RURAL

Outro ponto levantado pelos jovens é a promoção de educação para os jovens rurais com idade escolar que vivem em acampamentos. Ações foram desenvolvidas ao longo dos anos, principalmente no Rio Grande do Sul, onde foi elaborada a proposta da Escola Itinerante para a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação (CEEd/RS), pelo Parecer n.º 1.313/1996. Essa proposta foi implementada como projeto piloto, por dois anos (novembro de 1996 a outubro de 1998), nos acampamentos de trabalhadores sem-terra do Rio Grande do Sul, tendo como Escola-Base (escola que responde por todo o processo organizativo e institucional da Escola Itinerante) a Escola Estadual de 1º Grau Nova Sociedade, do assentamento Itapuí, no município de Nova Santa Rita/RS.

No Brasil, algumas destas escolas foram regulamentadas, tornando-se escolas públicas, asseguradas por lei. De acordo com dados do MST, a Escola Itinerante foi aprovada em seis estados brasileiros - Rio Grande do Sul (1996), Paraná (2003), Santa Catarina (2004), Goiás (2005), Alagoas (2005) e Piauí (2008), mas hoje só estão em funcionamento nove escolas no Paraná e três no Piauí.

ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Além da importância de se respeitar as necessidades e especificidades do campo, com suas diversidades regionais, culturais, econômicas e sociais, para garantir o acesso e a permanência de jovens no sistema educacional, é fundamental constituir uma agenda associada à expansão do sistema público do ensino em todo o território nacional, à conformação de políticas que garantam o acesso e a permanência dos/as estudantes na escola - transporte, auxílio pecuniário, vagas noturnas. Contudo, esse direito está longe de ser conquistado.

“A EDUCAÇÃO NOS QUILOMBOS DO AMAPÁ É BEM COMPLICADA, A MAIORIA DAS ESCOLAS É SÓ O ENSINO FUNDAMENTAL; TEM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, A MAIORIA DAS CRIANÇAS TEM QUE IR DE BARCO. (...) TODAS AS COMUNIDADES SÃO DISTANTES DA CAPITAL E, MESMO ASSIM, O ESTADO ATÉ FORNECEU UM TRANSPORTE, MAS UM TRANSPORTE DE QUALIDADE DUVIDOSA PORQUE MUITAS VEZES AS CRIANÇAS DEIXAM DE CHEGAR ATÉ A ESCOLA POR FALTA DE COMBUSTÍVEL OU PORQUE UMA PEÇA QUEBROU. EM PIRATIVA, ONDE FIZ UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE, ASSIM, AS CRIANÇAS TÊM QUE VIR DE BARCO, ISSO QUANDO O BARCO TEM UM ÔNIBUS PARA CHEGAR ATÉ LÁ, E DEPOIS PEGA UMA KOMBI PARA ATRAVESSAR UMA ESTRADA ALAGADA. ESSA ESTRADA ALAGADA NO PERÍODO DE INVERNO É PIOR AINDA PORQUE AUMENTA DO NÍVEL DO RIO E AS CRIANÇAS TÊM QUE DESCER PARA EMPURRAR A KOMBI PORQUE A KOMBI TRAVA”.

(Participante da Oficina da região Norte)

De 2002 até o primeiro semestre de 2017, cerca de 30 mil escolas rurais no país deixaram de funcionar. Contraditoriamente, enquanto escolas fecham, as matrículas em unidades de ensino no campo crescem em alguns estados.

ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

O fechamento das escolas é consequência de uma decisão que vem sendo adotada por grande parte dos gestores municipais e estaduais brasileiros: a nucleação das escolas rurais. Para reduzir custos de manutenção das escolas (infraestrutura, professores e profissionais da educação), os municípios e estados decidem desativar as escolas rurais e transferir seus alunos para escolas maiores, localizadas nos perímetros urbanos, oferecendo transporte escolar financiado pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

“TIVEMOS 544 ESCOLAS DO CAMPO FECHADAS NO PERÍODO ENTRE 2007 E 2015. ESSE ANO, JÁ TIVEMOS INÚMERAS ESCOLAS FECHADAS, EM ALGUNS CASOS, AS COMUNIDADES CONSEGUIRAM REVERTER A SITUAÇÃO, MAS NA MAIORIA DOS CASOS NÃO CONSEGUIRAM. O GOVERNO TEM ATACADO FORTEMENTE AS ESCOLAS DO CAMPO, FECHANDO-AS COM AS JUSTIFICATIVAS DE GASTOS ELEVADOS. NO ENTANTO, ESTUDOS MOSTRARAM QUE OS GASTOS NO TRANSPORTE PARA LEVAR AS CRIANÇAS ATÉ AS CIDADES ONDE FICAM AS ESCOLAS MAIORES JÁ FARIAM VALER A PENA TER PROFESSORES NAS ÁREAS RURAIS. ALÉM DISSO, HÁ MUITAS SALAS MULTISSERIADAS, PRINCIPALMENTE NO FUNDAMENTAL 1”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

A política nacional de educação escolar diferenciada é desenvolvida pelo MEC desde 1991, com o objetivo de reconhecer e valorizar a diversidade étnica representada por mais de 220 povos indígenas e 3.524 comunidades quilombolas no país. Nesse sentido, o MEC desenvolve programas e projetos em parceria com os sistemas de ensino estaduais e municipais, universidades e organizações não-governamentais indígenas e de apoio aos índios, assim como entidades de apoio aos quilombolas.

Contudo, em março de 2018, ocorreu, em Brasília (DF), a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), com o tema “O Sistema Nacional de Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos povos indígenas”. O evento contou com presença de pelo menos 600 delegados – entre indígenas, gestores, apoiadores – e mais de 90 convidados e observadores, além de toda a equipe de infraestrutura. Foram três dias de intensos debates, oscilando entre otimismo com o futuro da educação e pessimismo pelo contexto atual de corte de verbas e imposição de limites e regras pela Medida Provisória (MP) n.º 746/2016, que altera alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da lei que regulamenta o FUNDEB.

Essa segunda conferência teve como objetivo avaliar avanços, impasses e desafios da educação escolar indígena (EEI); construir propostas para consolidar a política nacional de educação escolar indígena; reafirmar o direito à educação específica e diferenciada e ampliar o diálogo do regime de colaboração.

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

A II Conferência foi uma conquista do movimento indígena, uma vez que a I Conferência ocorreu em 2009 e desde então não havia mais sido realizado um evento dessa natureza. Mesmo com o entendimento de que não haveria avanços significativos, o movimento indígena percebeu a necessidade de se reunir, debater sobre os rumos da educação escolar, enfrentar os desafios e propor novas diretrizes.

De fato, não houve avanços significativos. A sensação de que a política de educação está dando voltas sem progredir foi quase unânime entre os participantes em virtude da não concretização dos Territórios Étnico Educacionais aprovados no decorrer da I CONEEI, do Sistema Próprio para Educação Escolar Indígena, entre outras pautas.

“FALTA MUITO PROFESSOR PARA ÁREA INDÍGENA QUANDO A ÁREA É DISTANTE E ELES NÃO TÊM FORMAÇÃO PARA ENSINAR ESSA EDUCAÇÃO DIFERENCIAL”.

(Representante da Oficina da região Norte)

Além disso, vários programas criados no âmbito da SECADI, como Prolind, Saberes Indígenas na Escola, foram paralisados por cortes de verbas. Nenhum curso de Licenciatura Intercultural foi criado, os existentes mal conseguem sobreviver e a própria Secretaria ficou reduzida em pessoal e funções.

Por isso, o resultado do encontro foi a indicação da necessidade de garantir e manter a educação escolar indígena específica e diferenciada, com autonomia de gestão pelas comunidades indígenas, destacando a necessidade de criar um sistema próprio, que contemple as particularidades dos contextos socioculturais e econômicos dos povos indígenas.

Para tanto, segundo os delegados presentes na Conferência, é fundamental que sejam concretizados os Territórios Étnico Educacionais, que seja criado um fundo especial para financiar a educação escolar indígena.

Um aspecto positivo da educação indígena foi a criação dos Fóruns de professores indígenas que têm tido uma intensa atuação, inclusive, junto ao MEC, com solicitação de audiências para o estabelecimento de cronogramas e metas para implementação das propostas aprovadas.

Já as comunidades quilombolas ainda não atingiram esse nível de amadurecimento, e, portanto, ainda estão inseridas no bojo das pautas mais genéricas, da educação no campo e, juntamente com os demais jovens que compõem a juventude rural, têm participado, quando a informação chega até eles, de programas como o Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que tem como principal foco atender jovens agricultores e familiares, tendo sua primeira edição em 2014, com 41 mil jovens matriculados.

“HOJE, DENTRO DA NOSSA COMUNIDADE QUILOMBOLA, EXISTE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL 2 E MÉDIO. CONSEGUIMOS TAMBÉM UMA ESCOLA TÉCNICA, PORÉM FUNCIONOU DURANTE OS QUATRO ANOS INICIAIS E, HOJE, NÃO TEM MAIS CURSO. E DENTRO DO ENSINO FUNDAMENTAL 1, VOLTAMOS À ÉPOCA DA SALA MULTISSERIADA, ONDE OS ALUNOS DO 1º AO 4º ANO ESTUDAM TODOS JUNTOS. INFELIZMENTE, AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ESTÃO VIVENDO ESSA REALIDADE”.

(Participante da Oficina da região Sudeste)

“OUTRA DIFICULDADE É QUANDO OS RAPAZES E MOÇAS VÊM DE SUAS COMUNIDADES PARA ESTUDAR NA CIDADE, NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E NOS INSTITUTOS, ELES NÃO TÊM CASA, E AS FACULDADES E INSTITUTOS NÃO OFERECEM ESPAÇO PARA ESTE JOVEM MORAR, ALIMENTAÇÃO. TAMBÉM NÃO TEM ACESSO A EMPREGOS, POIS A GENTE VEM MUITO DESPREPARADO, NÃO VEM COM ENSINO TÉCNICO MÉDIO, VEM COM O ENSINO MÉDIO BÁSICO, ISSO QUANDO É COMPLETO E COM UMA DIFERENÇA DE QUALIDADE DE ENSINO MUITO GRANDE COM RELAÇÃO À CIDADE, É EXORBITANTE, A QUALIDADE DE ENSINO NO QUILOMBO É UMA E FORA É OUTRA. ATÉ PORQUE A DIFERENÇA NA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS É GRANDE COMPARANDO OS DA CIDADE COM OS DOS QUILOMBOS, DE ÁREAS INDÍGENAS MUITOS PROFISSIONAIS NÃO TÊM NEM O SUPERIOR COMPLETO, A DIFERENÇA DO ENSINO É MUITO GRANDE, POR SER TAMBÉM MODULAR, SÃO TRÊS MESES ESTUDANDO E SEIS MESES SEM ESTUDAR”.

(Representante quilombola da Oficina da região Norte)

Além do Projovem, está em andamento o Programa Bolsa-Permanência, que é uma ação do Governo Federal com 87 instituições, e conta com a concessão de auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições federais de ensino superior. No início do programa, foram atendidos entre jovens rurais, quilombolas e indígenas, 4.736 estudantes. Com a ampliação do programa, que passou a incluir jovens em situação de vulnerabilidade social, o número saltou para 13.931 em 2016, o que gerou um estouro orçamentário e levou à suspensão de novas inscrições em maio de 2018. A Tabela 3 apresenta o número de bolsas concedidas no período e a Figura 10 demonstra a evolução dessa concessão entre os anos de 2013 e 2015.

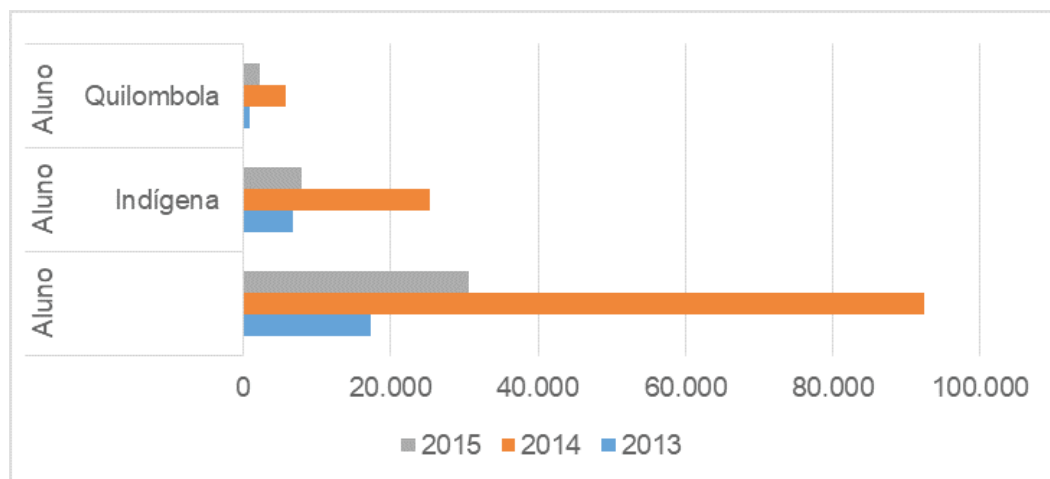
TABELA 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS-PERMANÊNCIA CONCEDIDAS DE 2013 A 2015

ANO	ALUNO	ALUNO INDÍGENA	ALUNO QUILOMBOLA	TOTAL	VALOR TOTAL R\$
2013	17.260	6.732	770	24.762	13.665.200,00
2014	92.318	25.248	5.721	123.287	64.799.500,00
2015	30.554	7.949	2.159	40.662	21.318.800,00

Fonte: <https://slideplayer.com.br/slide/10571474/> (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Programa de Bolsa Permanência CGRE/SESu/MEC 29 de abril de 2015.)

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

FIGURA 10: EVOLUÇÃO DA CONCESSÃO DE BOLSAS NO PERÍODO DE 2013 E 2015.



“NOSSOS FILHOS ÀS VEZES PERDEM AULA, DESISTEM DAS SUAS FACULDADES PORQUE NÓS NÃO TEMOS APOIO (...)”.

“(...) OS ÍNDIOS DO RIO NEGRO E MUITAS PARTES DO BRASIL, PROCURAM AS CIDADES PARA ESTUDAR PORQUE TÊM O SONHO DE TER UMA VIDA DIGNA E NÃO TEM SIDO FÁCIL. NÓS NÃO TEMOS PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA OS ÍNDIOS ESTUDANTES”.

(Participante da Oficina da Região Centro-Oeste)

“FAÇO PEDAGOGIA NA CAPITAL, QUE FICA A 80 KM DA MINHA CIDADE, PORQUE LÁ NÃO TEM, MAS ESTÁ MELHORANDO (...)”

“FAÇO LICENCIATURA EM FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA”.

“QUERIAM FECHAR O CURSO DO PRONERA PORQUE O INCRA NÃO TINHA DINHEIRO PARA MANTER”. QUERÍAMOS AVANÇAR NO CURSO DE DIREITO AGRÁRIO, INÉDITO, MAS SÓ TEVE RETROCESSO, ISSO PELO PRONERA. ESTOU NA UNIVERSIDADE, NÃO É PELO PRONERA”.

“MEU MUNICÍPIO, SÃO CAETANO E COLARES, AS ESCOLAS DO CAMPO ESTÃO NO PAPEL, NÃO FUNCIONAM. ENSINO MÉDIO NO MEU MUNICÍPIO NÃO TEM. SÃO QUASE 550 ALUNOS QUE VÃO PARA A CIDADE DE FORMA PRECÁRIA ESTUDAR O ENSINO MÉDIO; UM ENSINO DE QUALIDADE DEVERIA TER NA REGIÃO DAS ILHAS, COM COMUNIDADES RIBEIRINHAS, EXTRATIVISTAS E AGRICULTORES”.

“A EDUCAÇÃO ESTÁ BEM PRECÁRIA, MAS ESTÁ MELHORANDO. EU GASTAVA R\$ 350,00 POR MÊS DE TRANSPORTE MAIS A FACULDADE. (...) ESTÁ FALTANDO O ESTADO LEVAR MAIS CURSOS PARA LÁ; PERTO TEM A UNIVI, MAS NÃO TEM O PERFIL DO AGRICULTOR, TEM EDUCAÇÃO FÍSICA, ENTRE OUTROS, MAS SERIAM IMPORTANTES OS CURSOS MAIS LIGADOS AO AGRICULTOR, COMO AGRONOMIA, ENGENHARIA FLORESTAL, ZOOTECNIA”.

“A EDUCAÇÃO INICIAL, INFANTIL, NÃO TEM EM TODOS OS BAIRROS E ENSINO MÉDIO TEM QUE IR PRA CIDADE, A 5 KM POR UMA ESTRADA PRECÁRIA QUE DEPENDE DE ÔNIBUS PARA BUSCÁ-LOS”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

A população jovem do campo alcançou, até 2015, uma média de 8,3 anos de estudo. Entre 2014 e 2015, a escolaridade média da população brasileira avançou 0,1 ponto percentual, a exemplo do que vem ocorrendo desde 2012. O avanço lento evidencia a dificuldade de se atingir a meta estabelecida pelo PNE, de 12 anos de estudo, como demonstra a Figura 11.

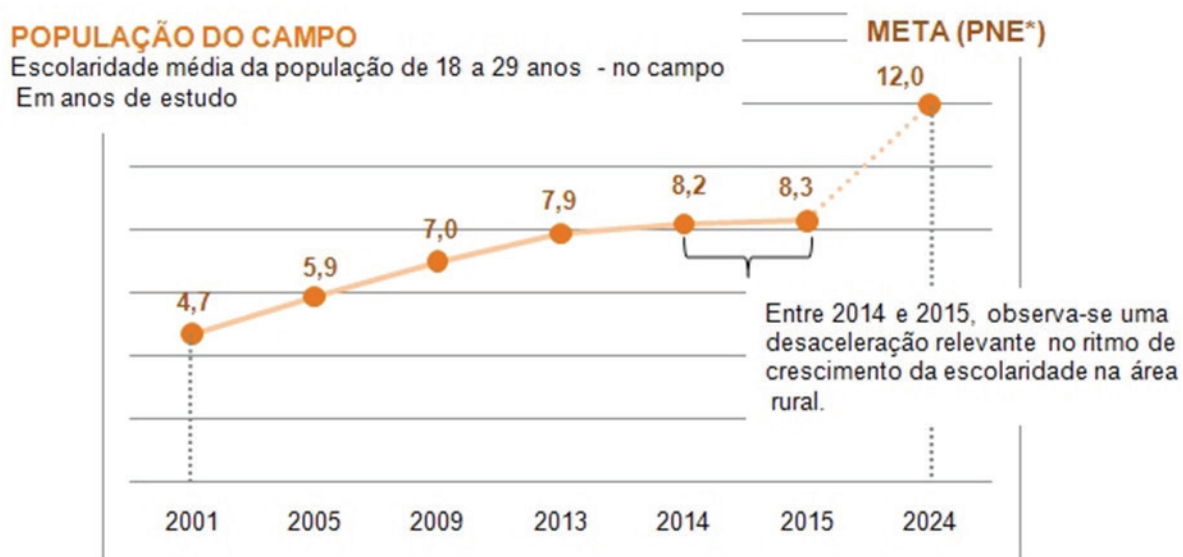


FIGURA 11: ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS NO CAMPO. FONTE: ABEB, 2017

EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar tornou-se um dos temas mais desafiadores enfrentados no processo de escolarização. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre as 100 nações com melhor Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil é o 3º com maior taxa de evasão escolar.

Essa temática é complexa e, por isso, precisa de definições precisas. Alguns a definem como “um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo”.

Tais consequências na educação técnica causam grandes problemas na qualidade da formação do estudante e seu ingresso na vida profissional. Saber as características sociais dos alunos, pode levar a entender porque aparecem riscos de evasão escolar. As escolas deveriam cumprir o papel de ser o espaço de oportunidades para a superação dos limites dos indivíduos, permitindo uma projeção na vida social.

A dualidade de objetivos e de organização é reconhecida como a marca distintiva da escola média no Brasil, desde os anos de 1930 até hoje. Na atualidade, a política educacional é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, além de decretos, resoluções e regulamentações posteriores. O conjunto de medidas adotadas não apenas manteve, como aprofundou a dualidade entre a formação geral e a formação profissional, ao organizar a educação técnica em uma rede de ensino totalmente distinta daquela da educação básica.

EVASÃO ESCOLAR

Se por um lado, refletir sobre o drama da evasão nas escolas no meio urbano é um grande desafio, colocados esses impasses à educação do campo, tendem a assumir feições mais complexas.

Diferentemente do que a maioria pensa, as escolas do campo apresentam entre si uma diversidade de perfis e de problemas a serem enfrentados. Com isso, os estudos que possuem tais espaços como lócus de investigação se deparam com uma série de dificuldades, a exemplo de: acesso muitas vezes dificultoso, distâncias das escolas em relação às estradas em melhores condições de infraestrutura, dispersão das populações estudantis camponesas por grandes extensões territoriais, formação docente deficitária, desvalorização ainda mais acentuada por parte do poder público quanto à pertinência e importância de investimentos nesse segmento da vida social, dentre outros fatores.

Além disso, nem sempre o formato pedagógico acionado nas escolas do campo atende de fato aos interesses e às peculiaridades de seus alunos. Nesse contexto, o estudo da evasão apresenta-se ainda mais retraído quando em contraste com as escolas urbanas. Assim, são imprescindíveis esforços para aprender as particularidades que decorrem dos processos de abandono escolar no campo.

“OS PROFESSORES DAS ESCOLAS NÃO SÃO DA COMUNIDADE E ACABAM DISTORCENDO A CULTURA E A VIVÊNCIA DAS CRIANÇAS NO DIA-A-DIA. NÃO SÃO DADAS OPORTUNIDADES PARA OS PROFESSORES DA PRÓPRIA COMUNIDADE (...) QUE SÃO PESSOAS QUE POSSUEM O CONHECIMENTO DA COMUNIDADE”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

Como já foi mencionado anteriormente, além de projeto pedagógico inadequado, o campo sofre com o fechamento de escolas. Essa política de fechamento de escolas rurais de pequeno porte vem obrigando os alunos a estudarem em comunidades mais populosas intracampo ou se dirigirem para a sede dos municípios contribuindo para o esvaziamento do campo.

O mapeamento das características dos grupos de estudantes e suas realidades coloca-se como um dado importante para as ações que tenham o objetivo de conter ou diminuir os processos de evasão escolar em suas múltiplas dimensões. Assim, duas questões podem ser postas e respondidas pelos que tentam compreender os meandros que se encontram por trás do problema da evasão escolar: o que faz a pessoa ficar na escola? E o que faz com que ela saia da escola? Por isso, o conhecimento desses indicadores socioeconômicos poderá alimentar discussões importantes para a realização de novas pesquisas e antecipar proposições de estratégias, no intuito de minimizar o problema da evasão escolar no campo.

“OBSERVOU-SE QUE AS ESCOLAS NOS MEIOS RURAIS MUITAS VEZES INCENTIVAM O JOVEM A SAIR DO CAMPO, POIS NÃO HÁ DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO FORMAL E A EDUCAÇÃO POPULAR”.

“MAIS IMPORTANTE AINDA É IDENTIFICAR AS ESPECIFICIDADES DE CADA UMA DESTAS COMUNIDADES”.

(Participantes da Oficina Região Nordeste).

DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

O trabalho de jovens vem ganhando grande visibilidade e prioridade na agenda da política pública a nível mundial. O trabalho do jovem e do adolescente é difundido como medida de formação educacional e de profissionalização, assim como a sua inserção precoce no trabalho tem efeitos preventivos e educativos. O trabalho é compreendido como espaço de aprendizagem e formação do indivíduo, onde se adquire responsabilidades e dignidade.

Contudo, o desemprego entre os jovens no Brasil, no final de 2017, atingiu a maior taxa em 27 anos, com 30% das pessoas de 15 a 24 anos em busca de uma ocupação. Os dados são do estudo Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A taxa brasileira é mais que o dobro da média mundial, de 13,1%. Esse estudo aponta, ainda, que a juventude representa mais de 35% da população desempregada em todo o mundo em 2017. Enquanto em 2016 a taxa global de desemprego juvenil ficou estável em 13%, a expectativa é que ela aumente levemente para 13,1% em 2018.

O número estimado de 70,9 milhões de jovens desempregados em 2017 é uma melhora significativa em relação ao auge da crise em 2009, quando existiam 76,7 milhões de jovens desempregados no mundo. No entanto, a OIT estima que esse número deve aumentar em mais 200 mil em 2018, para um total de 71,1 milhões de jovens em busca de uma ocupação.

“(...) O QUE ESTÁ MANTENDO O MEU MUNICÍPIO SÃO OS CARGOS DA PREFEITURA. FALANDO SOBRE A CRISE, AS PESSOAS VENDEM MUITAS COISINHAS NA PORTA DE CASA. MAS COM RELAÇÃO À PRODUÇÃO RURAL, NÃO TEM MUITO, A RENDA NÃO ESTÁ FLUINDO...”

(Representante da Oficina da região Norte)

A queda do crescimento da economia brasileira, a informalidade e as incertezas de investimentos foram responsáveis pelo aumento do desemprego brasileiro em geral e também entre os jovens. Em 1991, a taxa brasileira de desemprego entre os jovens era de 14,3% e, em 1995, chegou a cair para 11,4%. Mas a segunda metade da década de 90 registrou um aumento, com um pico em 2003. Naquele ano, o desemprego de jovens era de 26,1%. Entre 2004 e 2014, a taxa caiu, chegando a 16,1%. E, com a crise, voltou a subir, atingindo, em 2017, 27,1%.

O estudo da OIT também destaca as vulnerabilidades contínuas das mulheres jovens no mercado de trabalho. Em 2017, a taxa global de participação das mulheres jovens na força de trabalho era 16,6% menor que a dos homens jovens. As taxas de desemprego das mulheres jovens também são significativamente maiores do que as dos homens jovens. Além disso, a diferença de gênero na taxa de jovens que não estão trabalhando nem estudando ou recebendo treinamento era ainda maior: globalmente, essa taxa é de 34,4% das mulheres jovens, comparado a 9,8% dos homens jovens.

“NA COMUNIDADE INDÍGENA É MUITO FORTE AS MULHERES FAZEREM PRODUÇÃO ARTESANAL DE CAPIM DOURADO, ELAS NOS OFERECEM E DEVEM LEVAR PARA VENDER EM FEIRAS TAMBÉM. ARTESANATO VOLTADO MAIS PARA MULHERES”.

(Representante da Oficina da região Norte)

DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

A partir de 2017, 39% dos 160,8 milhões de jovens trabalhadores no mundo emergente e em desenvolvimento vivem em pobreza moderada ou extrema, ou seja, com menos de 3,10 dólares por dia. Atualmente, mais de dois em cada cinco jovens na força de trabalho estão desempregados ou estão trabalhando enquanto continuam na pobreza.

Ainda de acordo com o relatório, para muitos desses jovens o presente e o futuro estão na economia informal. Três em cada quatro jovens mulheres e homens empregados estão no emprego informal, em comparação com três em cada cinco adultos. Nos países em desenvolvimento, essa proporção chega a 19 em cada 20 jovens mulheres e homens.

O desafio do emprego juvenil não é, portanto, apenas sobre a criação de emprego, mas também – e principalmente – sobre a qualidade do trabalho e empregos decentes para a juventude.

O relatório também revela que os setores com algumas das maiores taxas de crescimento de emprego juvenil na última década incluem finanças, comércio e saúde. Os jovens são relativamente mais fluentes em tecnologia do que os trabalhadores mais velhos, e se aproveitam cada vez mais disso para ganhar a vida, embora existam diferenças entre as regiões, dependendo da taxa de difusão e acesso digital.

As demandas por habilidades também estão mudando. Houve um declínio na demanda por habilidades de nível médio, enquanto a demanda por trabalhadores altamente qualificados e menos qualificados está crescendo, contribuindo para uma maior polarização no mercado de trabalho. A demanda por jovens altamente qualificados cresceu fortemente em países de renda alta, enquanto nos países em desenvolvimento e emergentes houve um aumento no trabalho de baixa habilidade.

O emprego de jovens trabalhadores semiqualeificados diminuiu na maioria dos países, em todos os níveis de desenvolvimento. Essa tendência de polarização do trabalho pode ser acentuada pelas novas tecnologias e potencialmente exacerbar as desigualdades existentes.

Um número crescente de jovens à procura de emprego e de jovens empreendedores está recorrendo à internet – ou seja, à economia sob demanda das plataformas digitais, conhecida como gig economy – onde encontram formas novas e diversas de emprego. Um exemplo disso é o crowd-work realizado remotamente por meio de plataformas online, que pode oferecer flexibilidade e expandir as oportunidades de obtenção de renda. No entanto, existem riscos importantes, incluindo baixos rendimentos, nenhuma garantia de continuidade no emprego ou de renda e falta de acesso a benefícios relacionados ao trabalho.

Os jovens muitas vezes iniciam suas vidas profissionais em empregos temporários, sabendo que talvez nunca consigam conquistar a tão almejada “segurança”. Eles são mais propensos a fazerem a transição para empregos estáveis e satisfatórios nas economias desenvolvidas e emergentes do que nos países em desenvolvimento. Mais investimentos em educação de qualidade e desenvolvimento de habilidades são críticos, pois quanto mais tempo uma pessoa jovem estuda, menor é o tempo de transição para o emprego, mostra o relatório.

DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

“TEM UMA COOPERATIVA DO ESTADO QUE COMPRA A PRODUÇÃO DE HORTALIÇA PARA FORNECER PARA A MERENDA ESCOLAR. AS ÁREAS INDÍGENAS PRODUZEM BASTANTE FARINHA DE MANDIOCA, TANTO PARA CONSUMO PARA COMERCIALIZAR”.

“OS INDÍGENAS E MST PRODUZEM MAIS PRA CONSUMO E NO QUILOMBO É MAIS PARA EXPORTAR”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

O relatório também destaca a necessidade de políticas que levem em conta as rápidas mudanças nas características do mundo do trabalho, impulsionadas pela tecnologia, e que permitam que mulheres e homens jovens estejam à frente da curva.

Se para a juventude urbana a situação é nebulosa, para os jovens que moram no campo ela é ainda mais complexa. Sabe-se, por meio da literatura, que a exclusão social da juventude campesina brasileira também difere conforme a matriz histórica de cada região e está ligada às transformações territoriais contemporâneas que “globalizam” algumas regiões em detrimento de outras.

“COM RELAÇÃO À PRODUÇÃO, OS JOVENS NÃO SÃO MUITO LIGADOS NISSO, O QUE MAIS VEJO SÃO OS PAIS CUIDANDO E, QUANDO DÁ, DURANTE A SEMANA, VÃO À CIDADE PARA COMERCIALIZAR”.

(Representante da Oficina da região Norte)

Nesse contexto, pode-se analisar o fenômeno da exclusão dos jovens do campo através do modelo de ajustamento da oferta e da procura de trabalho entre regiões, onde parte da população economicamente ativa de uma região migra para uma outra, se seus salários e/ou suas chances e condições de trabalho forem melhores do que na região de origem. Porém, o aumento da oferta de mão de obra interfere nos salários e nas condições empregatícias existentes e pode tornar uma região menos atraente. Assim, uma região pode ter a evasão de mão de obra estancada se os atrativos diminuírem em outro lugar ou se ela tiver seus próprios atrativos incrementados. Trata-se da função de equilíbrio da migração da força de trabalho em termos de mercado interregional.

A evasão de força de trabalho de regiões estagnadas influencia negativamente o seu desenvolvimento econômico e suas perspectivas. A concentração do capital humano em determinados locais de uma região pode não apenas provocar um desequilíbrio intrarregional, mas também interregional. Se o desenvolvimento de certas áreas ocorre em detrimento de outras vizinhas, a tendência para uma migração aumenta, porque os indivíduos potencialmente migrantes procuram localidades que possam corresponder às suas expectativas pessoais e/ou profissionais. Trata-se da convergência entre suas ambições pessoais e representações construídas e/ou adquiridas sobre o lugar de destino. As representações, no entanto, são construções individuais e coletivas oriundas de diversas informações sobre chances de ocupação no mercado de trabalho e custos com mudança, de moradia e de vida.

DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA

Mesmo em regiões de economias agroexportadoras e desenvolvidas tecnologicamente, existe a exclusão dos jovens. Cabe entender se o atual êxodo rural, sobretudo de jovens, aponta uma nova forma de organização socioeconômica do meio rural na qual o monopólio tecnológico das empresas agroexportadoras contribui significativamente para a exclusão destes jovens. Estes “excluídos do interior” objetivam, na cidade, se apoderar dos conhecimentos e modo de vida que não lhes foram acessíveis no meio rural. Desse modo, a emigração rural não estaria ligada apenas à procura de uma melhor ocupação, mas também de um outro modo de vida. Acredita-se que a decisão de migrar seja um processo racional que não ocorre repentinamente, mas sim de forma gradual, com diversos fatores interferindo desde os intrafamiliares aos externos à família.

“A SITUAÇÃO DO JOVEM NO MEIO RURAL HOJE, (...) ACREDITO QUE NÃO É DIFERENTE DO QUE NOS OUTROS ESTADOS: É A DIFICULDADE DE FICAR LÁ, DE SE TER ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS, DE SE TER UM MEIO PARA ESTUDAR, ENTÃO A NOSSA JUVENTUDE, ASSIM COMO NOS OUTROS ESTADOS, TEM SAÍDO MUITO DO CAMPO E IDO PARA A CIDADE EM BUSCA DE OPORTUNIDADES, PORQUE AS OPORTUNIDADES E OS PROGRAMAS QUE SE TÊM PARA A JUVENTUDE EXIGEM UMA BUROCRACIA IMENSA PARA PODER ACESSAR”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

“SE ELE FOR SAIR DO CAMPO, NÃO TEM PERSPECTIVA, ELE TEM QUE FICAR NO CAMPO PARA SE ESPECIALIZAR. (...) E TER UMA ESTABILIDADE. AGORA TODOS NÓS TEMOS WI-FI QUE TRAZ INFORMAÇÃO. MUITO MAIS SEGURO FICAR NO CAMPO E TER UMA RENDA GARANTIDA. MELHOR DO QUE TROCAR O CERTO PELO DUVIDOSO”.

(Representante da Oficina da região Norte)

A diversidade das condições de vida e de trabalho dos jovens que habitam o meio rural brasileiro resulta em diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos e diferentes padrões de sociabilidade. Esses jovens compartilham os desafios que a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária encaram para garantir sua autonomia econômica e a melhoria das suas condições de vida.

“A PRODUÇÃO É BEM COMPLICADA, NÃO TEMOS CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS, A GENTE PRATICA AGRICULTURA FAMILIAR, MAS SEM SUPORTE. É APENAS PARA CONSUMO, A GENTE NÃO ESCOA”.

(Representante quilombola da Oficina da região Norte)

No cenário apresentado se destacam, a partir das Conferências Territoriais, como temas principais para os jovens rurais o acesso e manutenção da terra; tecnologias sociais; combate ao trabalho escravo e infantil e economia popular e solidária.

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

Para se pensar em acesso e manutenção da terra é fundamental analisar as políticas de desenvolvimento agrário e as políticas de suporte à exploração produtiva da terra, considerando sua adequação às demandas e condições da juventude rural.

“(...) SOU UM JOVEM CAMPONÊS DA AMAZÔNIA, MILITANTE DOS PEQUENOS AGRICULTORES QUE SE CHAMA MPA, E GRITO INCESSANTEMENTE POR REFORMA AGRÁRIA POPULAR, QUE É ‘PRA MÓ DE’ ACABAR COM A VIOLÊNCIA QUE MATA E DESTRÓI NO CAMPO E NA CIDADE DO ESTADO DO PARÁ.”

(Representante da Oficina da região Norte)

“(...) DESDE 1888 (PROMULGAÇÃO DA LEI ÁUREA) TIVEMOS, ENQUANTO NAÇÃO, DIFICULDADE DE ALOCAR AS PESSOAS EM ESPAÇOS DE TERRA PARA O AUTOSSUSTENTO DESTA PARCELA DA POPULAÇÃO”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

Para definir o que é considerado política de acesso à terra foi tomado como referência o II Plano Nacional de Reforma Agrária, pois o documento destaca o público alvo da reforma agrária como

trabalhadores rurais sem terra, público potencial de novos assentamentos; atuais assentados, que necessitam de infraestrutura e apoio à produção; um imenso setor da agricultura familiar que ainda não acessa os mecanismos do Plano Safra; posseiros, marcados pela insegurança jurídica em relação ao domínio da terra que lhes restringe o acesso às políticas agrícolas e os expõe a ameaças de despejo; populações ribeirinhas; comunidades quilombolas, que demandam o reconhecimento e a titulação de suas áreas; agricultores que ocupam terras indígenas, que precisam ser reassentados; extrativistas, que lutam pela criação e reconhecimento de reservas extrativistas; agricultores atingidos por barragens; juventude rural; mulheres trabalhadoras rurais; entre outros pobres do campo. Estes setores serão objeto de instrumentos diferenciados e apropriados às suas especificidades e às características de cada região. (MDA, 2005, pg. 17).

A primeira política implantada foi a da reforma agrária tradicional, por meio de desapropriação de terras e sua concessão às pessoas selecionadas. Em seguida, foi constituído um segundo instrumento de acesso por meio de financiamento para a aquisição de imóveis rurais.

Vários dos critérios estabelecidos nas normativas de participação desses programas desfavorecem a juventude rural, ao privilegiarem, em seu intento de obter terra: a) características da família (tamanho e força de trabalho) do candidato, em geral, sempre menor para os mais jovens; b) tempo de residência no imóvel, em geral, menor para os

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

jovens; c) faixas etárias maiores com maior pontuação do que as faixas etárias de jovens (15 a 29 anos), sendo essa inadequação uma das principais críticas feitas pelo movimentos de jovens rurais.

Tais críticas ainda persistem, mesmo depois de, em 2013, o Incra estabelecer novas regras, garantindo que 5% dos lotes de assentamentos sejam destinados aos jovens. Essa persistência reside no fato de pouca ou nenhuma divulgação dessas regras no meio rural, fazendo com que os jovens desconheçam seus direitos e possibilidades de acesso à terra.

Outra ferramenta disponibilizada pelo Incra é o Crédito Instalação, que consta de uma ajuda financeira que, segundo o órgão, serve para que o assentado possa se instalar no lote, começar a trabalhar a terra ou executar os projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Contudo, a norma de execução que detalha as finalidades, o público-alvo e os valores não tem nenhum atendimento diferenciado para a juventude rural.

“MICROCRÉDITO NÃO CHEGA EM NOSSA REGIÃO, PRINCIPALMENTE PELA QUESTÃO DE A GENTE NÃO TER ACESSO À TERRA. COMO NÃO TEMOS ACESSO À TERRA, A GENTE ACABA FICANDO SEM ACESSO A OUTROS EIXOS. SEM TERRA, NÃO TEM EDUCAÇÃO DO CAMPO, GERAÇÃO DE RENDA (...) NÃO TEMOS ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PORQUE NÃO TEMOS TERRITÓRIO”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

A alternativa mais viável para o jovem rural é candidatar-se ao financiamento de imóveis rurais, dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais e propriedades produtivas que não sejam passíveis de desapropriação. Além da compra de terras, o PNCF também financia assistência técnica e subprojetos complementares que auxiliam no estabelecimento dos empreendimentos, assim como nos investimentos iniciais necessários para melhorar a produtividade das terras recém-adquiridas.

As condições de acesso à terra pelo PNCF foram alteradas este ano, por meio do Decreto n.º 9.263. Entre as principais mudanças destaca-se a ampliação dos tetos de financiamento e dos perfis de renda e patrimônio, atendendo a uma recorrente reivindicação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar.

“EU ENTENDO A DAP COMO UM CONTRACHEQUE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO”.

“ACESSO À TERRA EM 2010 ERA MAIS FÁCIL, HOJE NÃO, TEM QUE COMPRAR (...) MUITOS SAÍRAM DE SUAS TERRAS ANTIGAMENTE E AGORA QUEREM VOLTAR, MAS NÃO TÊM COMO COMPRAR”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

De acordo com os gestores do órgão, as novas condições têm como objetivo atender a um público maior da agricultura familiar, ampliando e fortalecendo o acesso à terra. Além disso, essas alterações também modificam o processo de tramitação do programa, envolvendo todas as esferas públicas e os movimentos sociais, com o objetivo de assegurar que o trabalhador possa, sim, ter a sua terra, com maior viabilidade técnica, econômica e social e com condições para poder produzir.

Nesse sentido, para os agricultores inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais (CAD Único) a renda anual passa de R\$ 9 mil para até R\$ 20 mil. Já o patrimônio, que era de R\$ 30 mil, pode chegar a R\$ 40 mil. Para o público intermediário, a renda anual passa de R\$ 30 mil para até R\$ 40 mil. E o teto do patrimônio aumenta de R\$ 60 mil para R\$ 80 mil.

Há ainda uma nova linha destinada a famílias com renda de até R\$ 216 mil com patrimônio de até R\$ 500 mil. Com a nova regulamentação, o risco da operação é do agente financeiro. Para todos os casos, o teto de financiamento será de até R\$ 140 mil, conforme os tetos microrregionais. Vale ressaltar que não existe nenhuma normativa específica para a juventude rural.

Em 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) introduziu mudanças substanciais nos regulamentos e normas do PNCF, tanto no que se refere às condições de contratação de financiamento para aquisição de imóvel rural com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) (Resolução n.º 4.177, de 07/01/2013), que passaram a vigorar a partir de 1º de abril de 2013, quanto aos processos e condições de repactuação dos contratos adimplentes e inadimplentes que estão ao abrigo do FTRA (Resolução n.º 4.178, de 07/01/2013).

A principal mudança consistiu na criação de uma linha de financiamento de terras denominada Nossa Primeira Terra (NPT). Anteriormente, a NPT era uma ação complementar às linhas tradicionais do PNCF (CAF ou CPR). A partir destas mudanças, a NPT assume as características de uma linha de financiamento específica para os jovens rurais. A Tabela 4 apresenta os requisitos para enquadramento nesta linha e, ainda, nas linhas convencionais do PNCF (CPR e CAF).

TABELA 4: CONDIÇÕES DE ENQUADRAMENTO DO FINANCIAMENTO, POR LINHA DE CRÉDITO DO PNCF

Linhas de Crédito	Juros (a.a.)	Renda Anual	Patrimônio	Experiência na Agricultura	Formas de Acesso	Infraestrutura Básica e Produtiva
Combate à Pobreza Rural (Cad-Único)	0,5%	Até R\$ 9 mil	Até R\$ 15 mil	5 anos	Coletivo	Não reembolsável R\$25 mil + adicionais por beneficiário
					Individual	Não reembolsável Até R\$15 mil
NPT (18 a 29 anos)	1,0%	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 30 mil			Reembolsável Até R\$15 mil
Consolidação da Agricultura Familiar	2,0%	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 30 mil			Reembolsável: Até R\$15 mil
Limite de Crédito			R\$ 80 mil por Beneficiário			
Recursos para ATER			R\$ 7.500,00, por até 5 anos			
Prazo de Financiamento			20 anos, com 3 de carência			

Fontes: a) Resolução CMN no. 4.177, de 07/01/2013 (CMN, 2013a);
b) Apresentação das novas condições do PNCF (SRA/MDA, 2013).

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

Além disso, existem as ações complementares, entendidas por incentivos à inclusão e equidade de públicos diferenciados e situações específicas de adequação das propriedades adquiridas. Os Adicionais temáticos preveem R\$ 3.000 para cada família que apresentar um projeto de convívio com o semiárido ou relacionadas à recuperação de passivos ambientais nas Unidades Produtivas do PNCF. As ações complementares são:

- PNCF Mulher: tem a finalidade de implementar projetos comunitários e/ou produtivos a partir das demandas específicas das mulheres. Esta ação prevê um adicional de SIC de até R\$ 1.000 por participante de grupo organizado em associação formada exclusivamente com beneficiárias.
- Terra Negra Brasil: Os negros e negras possuem condições especiais para acesso ao PNCF com recursos complementares na implementação de produtos comunitários e/ou coletivos. O adicional de SIC é de até R\$ 1.000 por participante de grupo organizado em associações estruturadas a partir das demandas do movimento negro.
- Meio Ambiente: A linha CPR traz a possibilidade de um adicional (não cumulativo) no teto do financiamento de até R\$ 3.000, por família, para solucionar problemas ambientais existentes anteriormente à aquisição do imóvel ou para a introdução de melhorias ambientais na propriedade como, por exemplo, a conservação e a correção da fertilidade de solos, recuperação e reflorestamento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, introdução de sistemas agroflorestais ou agroecológicos e conversão para a produção orgânica.

Como se pode observar, as condições de financiamento são semelhantes para todos os grupos sociais. Embora com valores baixos, considerado o montante total que a dívida pode assumir, é um estímulo para que os jovens possam buscar o programa, ou seja, é um estímulo para a adesão dos jovens ao programa, mais do que para apoiar o desenvolvimento de seus empreendimentos.

Em relação às famílias assentadas, o Incra realizou uma pesquisa, em 2010, de qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária. Em termos de gênero, a população nos assentamentos apresentava-se predominantemente masculina (53,43%). Em idade, esta população pode ser considerada jovem, já que as faixas de idade mais baixas (de 0 a 20 anos) somam quase 45% da população. No entanto, a pesquisa não disponibilizou dados sobre a idade de beneficiários e não beneficiários, o que não permite concluir sobre o acesso de jovens rurais à terra.

Para o PNCF, são usados o Painel de Indicadores do PNCF e dados do Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário (SIG/CF). O Programa Nacional de Reforma Agrária assentou mais de 1,1 milhão de famílias até 2011. Observam-se dois picos de assentamentos, o primeiro em 1998 (com 101.094 famílias), e o segundo em 2006 (136.358 famílias). A média de assentamentos, no período, é de 66.221 famílias assentadas. A tendência observada nos últimos anos é de decréscimo do número de assentamentos e, portanto, do acesso à terra por meio deste programa, independente da idade do beneficiário, como mostra a **Figura 12**.

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

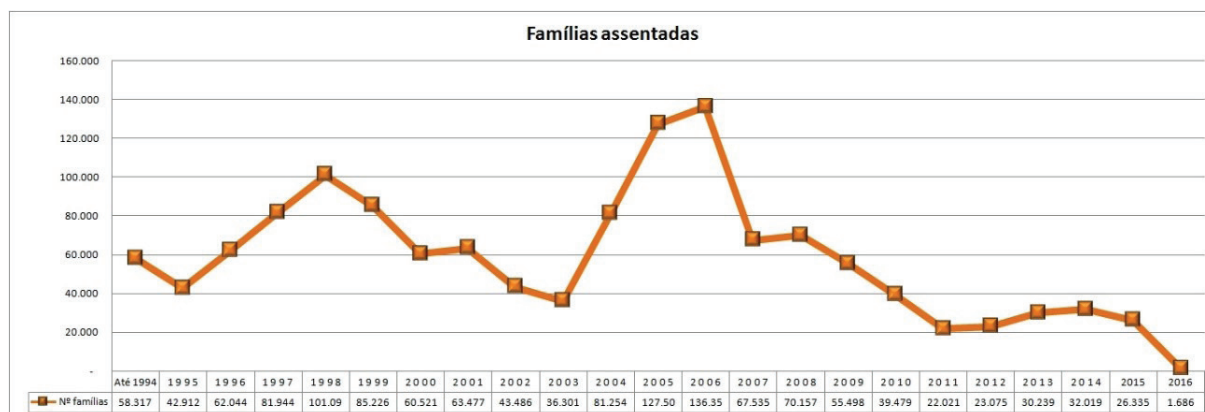


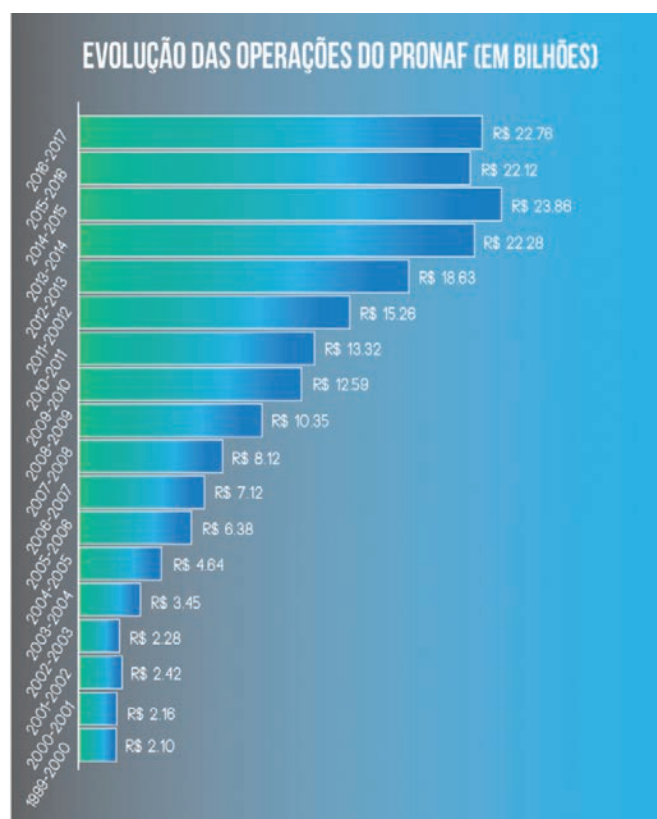
FIGURA 12: FAMÍLIAS ASSENTADAS, POR ANO (1995-2012), PELO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. INCRA.

No ano de 2015 houve 81 projetos, atendendo 5.490 famílias. Já em 2016, este número caiu para 28 projetos, atendendo somente 1.012 famílias.

Outro programa que pode ter um papel fundamental para a manutenção do jovem no campo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal política pública brasileira de crédito para as unidades familiares de produção (Figura 13). Ao longo dos seus 22 anos de existência, já aplicou cerca de R\$ 200 bilhões. Os recursos foram aplicados na efetivação de cerca de 28,5 milhões de contratos, com inadimplência em torno de 1%. Esses números ressaltam a capilaridade de uma política consolidada, que se tornou referência em financiamento da agricultura familiar.

Nas safras 2012/2013 e 2013/2014, os agricultores familiares utilizaram todo o valor disponibilizado pelo Governo. No ano agrícola seguinte, o Pronaf atingiu o seu recorde, alcançando o valor de R\$ 23,8 bilhões em operações. A última safra, que finalizou em junho de 2017, apresentou aproximadamente 1,6 milhão de contratos, movimentando mais de R\$ 22,7 bilhões, dos R\$ 30 bilhões disponibilizados no Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017.

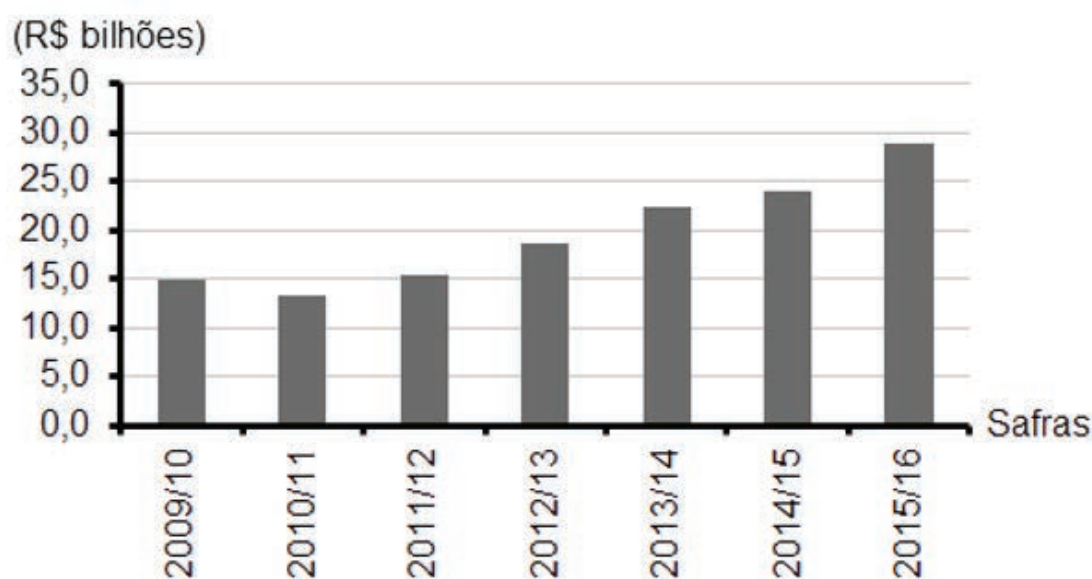
FIGURA 13: EVOLUÇÃO DO PRONAF NA SÉRIE HISTÓRICA DE 1999 A 2018. FONTE: [HTTP://WWW.MDA.GOV.BR](http://www.mda.gov.br)



ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

A importância do programa é equivalente à importância do(a) agricultor(a) familiar, responsável por, aproximadamente, 70% do alimento consumido pela população brasileira. Além disso, o programa conta com uma linha específica para jovens, sendo beneficiários aqueles maiores de 16 anos e com até 29 anos, integrantes de unidades familiares que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O limite de financiamento é de até R\$ 15 mil por contrato, podendo o jovem realizar até três contratos. A taxa de juros é de 2,5% ao ano e o prazo de pagamento é de até 10 anos, incluídos três anos de carência, mas pode ser elevada para até cinco de carência quando a atividade requerer esse prazo ou o projeto técnico. Na Figura 14 é possível observar a evolução da oferta de recursos do Pronaf entre os anos de 2010 e 2016.

FIGURA 14: EVOLUÇÃO DA OFERTA DE RECURSOS DO PRONAF. 2010-2016. FONTE: MDA/SAF



“EU FUI COM MINHA MÃE LÁ PARA EMITIR MINHA DAP, ELA SE CADASTROU COMO A PRINCIPAL E PASSA UM PEDAÇO DE TERRA PRA MIM, DOIS HECTARES. EU ACESSEI O PRONAF JOVEM E CONSEGUI R\$ 15 MIL”

“ACONTECE, MUITAS VEZES, QUE O PESSOAL PEGA O DINHEIRO DO FINANCIAMENTO E NÃO INVESTE, COMPRA CARRO, COMPRA MOTO, CASA (...) E AÍ, COMO É QUE VAI PAGAR O BANCO (...)”?

(Participantes da Oficina da região Norte)

“COM RELAÇÃO AO ACESSO AO CRÉDITO, NO ÂMBITO DO PRONAF JOVEM, NO ESPÍRITO SANTO, DE 78 MUNICÍPIOS, EM APENAS TRÊS OS JOVENS CONSEGUIRAM ACESSAR, DEVIDO À IMENSA BUROCRACIA, O QUE ATRAPALHA O JOVEM ACESSAR ESSA POLÍTICA PÚBLICA”.

“A QUESTÃO DO PRONAF JOVEM NÃO É VERIFICADA PARA OS JOVENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FALTA ORIENTAÇÃO. É UMA QUESTÃO QUE PRECISA DE APOIO”.

“EM RELAÇÃO À QUESTÃO DO ACESSO AO CRÉDITO, EU REFORÇO A QUESTÃO DA BUROCRACIA E DA DIFICULDADE DO ACESSO A CRÉDITO, ALÉM DA DIFICULDADE DE IDENTIFICAÇÃO DA PRÓPRIA POLÍTICA E DE INFORMAÇÕES”.

(Representantes da Oficina da região Sudeste)

Outro programa significativo para a permanência do jovem no campo é relativo à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que se orienta por dois documentos denominados Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), além da própria Lei de ATER (Lei n.º 12.188, sancionada em 11 de janeiro de 2010).

A Lei de ATER define a assistência técnica e extensão rural como:

“serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Presidência da República, 2010, p. 1).

A ATER compreende desde ações de qualificação profissional de agricultores familiares, organizados de diversas formas e com o esforço de diferentes atores, a orientação técnica para elaboração de um projeto técnico para a propriedade, e o acompanhamento da execução deste projeto, até a formação de extensionistas e de redes de discussão e aprimoramento em diversos eixos temáticos.

Na PNATER, o jovem rural aparece entre as diretrizes estabelecidas para ATER, do seguinte modo: “Viabilizar ações de ATER dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão (...)”. No entanto, até recentemente, o jovem rural não havia ainda sido contemplado com as ações que a diretriz estabelece.

A primeira foi a Chamada Pública SAF/ATER 3/2012, divulgada em maio de 2013, estabelecendo grupos (lotes) de municípios, em determinados estados, em que se registra a presença de jovens rurais, para os quais se demandavam serviços de ATER, em termos de atividades e carga horária por unidade beneficiária, como: diagnóstico (unidade de diagnóstico = 4 horas), intercâmbio (4 horas), reuniões (4 horas) e visitas técnicas (4 horas).

A Chamada focalizou um total de 10.010 jovens em treze Estados, com um valor total de R\$ 14.574.418,76. Nesse conjunto de ações, o diagnóstico e as visitas foram ações direcionadas a cada jovem; intercâmbios, reuniões e avaliação final foram atividades coletivas. Cada uma delas teve as mesmas quatro horas de duração. A atividade de diagnóstico levantou as necessidades dos jovens; as atividades coletivas mesclaram objetivos de motivação e de elaboração do Projeto Profissional do Jovem (PPJ); e as visitas técnicas visaram iniciar e monitorar a implantação do projeto.

Considerando o valor total da Chamada (R\$ 14.574.418,76) e o número previsto de jovens atendidos (10.010), os valores médios por jovem são similares (cerca de 1500 reais); esta similaridade ocorre mesmo quando se considera os valores específicos para cada região. A Chamada, tal como se apresentou, pareceu insuficiente para atender às necessidades dos jovens rurais em termos de ATER, seja pelo montante destinado a cada jovem, seja pelo número e tipo de atividades previstas, seja pelo tratamento único dado às diferentes regiões do país. No entanto, ela tem o valor objetivo de direcionar esforços para o jovem rural, algo que ainda

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

não havia sido feito, e o valor simbólico de colocar este público na agenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, avançando em políticas mais claras e orientadas a este segmento.

Associado às atividades de ATER, ainda existe o Programa Fomento Rural (Fomento às Atividades Produtivas Rurais), que contribui com a estratégia de inclusão produtiva por meio do apoio aos investimentos produtivos de famílias rurais que se encontram em situação de pobreza.

O programa envolve a combinação de duas ações: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) ou por meio de parcerias com os governos estaduais, e a transferência direta às famílias, por meio do cartão do Programa Bolsa Família, de recursos financeiros não-reembolsáveis.

Na modalidade Semiárido podem acessar o programa os agricultores familiares, assentados rurais ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais residentes do semiárido que: detenham tecnologias sociais de armazenamento de água para produção; estejam inscritos no Cadastro Único, tendo renda mensal, por pessoa, de R\$ 170; estejam aptos ao Pronaf ou constem na Relação de Beneficiários do Incra; e terem sido selecionados para recebimento dos serviços de ATER pelas entidades parceiras.

Na modalidade tradicional são atendidos os agricultores familiares, assentados rurais ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais que: estejam inscritos no Cadastro Único, tendo renda mensal, por pessoa, de R\$ 85; estejam aptos ao Pronaf ou constar na Relação de Beneficiários do Incra; e terem sido selecionados para recebimento dos serviços de ATER pelas entidades parceiras.

As entidades de ATER são responsáveis por identificar e mobilizar as famílias para participar do programa. Esta seleção é feita a partir dos dados do Cadastro Único e de Busca Ativa realizada por estas entidades. As entidades de ATER são orientadas a, na medida do possível, priorizar a cobertura de famílias que cumprem os requisitos para participar do Fomento Rural dentro de uma mesma comunidade, e a dar prioridade a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. Vale ressaltar que esse programa não apresenta nenhuma linha específica para jovens, bem como não houve até o momento nenhuma chamada de ATER específica para jovens.

“COM RELAÇÃO À QUESTÃO DA ATER, A GENTE TEM UM ESTUDO REALIZADO POR UMA ESTUDANTE DA REGIÃO SOBRE O SERVIÇO DE ATER NA NOSSA COMUNIDADE, A PARTIR DE ENTREVISTAS COM APROXIMADAMENTE 50 AGRICULTORES DA REGIÃO, E O RESULTADO QUE ELA OBTVEU FOI QUE QUEM PRESTA SERVIÇO DE ATER SÃO AS LOJAS QUE VENDEM VENENO (DEFENSIVOS AGRÍCOLAS). ENTÃO, REFORÇO A NECESSIDADE DE UMA ATER CONTEXTUALIZADA, SEJA PARA JOVEM OU PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, MAS ACIMA DE TUDO UMA ATER AGROECOLÓGICA”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

Na realidade, de maneira geral, as políticas públicas enxergam os jovens mais como um problema social e menos como sujeitos com direitos, importantes para construir um país justo, sustentável e forte. Por exemplo, o Pronaf Jovem estabelece critérios que só os jovens

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

precisam comprovar 100 horas de capacitação, além de outras exigências, tratando-os como beneficiários de risco. Há uma série de programas para a juventude rural, mas as políticas estruturantes nas áreas de educação e saúde, por exemplo, ainda são bem precárias. É preciso criar, ainda, instâncias para que esses espaços possam dialogar com as organizações e movimentos das juventudes.

“ACESSO AO CRÉDITO EM QUALQUER LUGAR É DIFÍCIL, QUEM DIRÁ DAS ÁREAS RURAIS. PODE-SE DIZER QUE É IMPOSSÍVEL. NO CASO DE UM OU DOIS, NO MÁXIMO, CONSEGUEM TER ACESSO AO CRÉDITO. PRONAF, O PRIMEIRO PRONAF JÁ VEM LIBERADO QUANDO A GENTE PEGA A TERRA, QUE JÁ VEM DE FÁCIL ACESSO. FILHO ÚNICO, VOCÊ PEGA O PRIMEIRO PRONAF E DEPOIS NÃO CONSEGUEM MAIS NADA. 80% DOS ASSENTADOS CONSEGUEM PEGAR. PORQUE TEM UM REQUISITO MÍNIMO LÁ QUE ALGUNS FICAM DE FORA. MAS 80% CONSEGUEM PEGAR”.

(Participante da Oficina da região Centro-Oeste)

“(...) A DIFICULDADE É COM O PRÓPRIO BANCO (...) PARA ACESSAR O PRONAF, ELES (BANCO) ALEGAM QUE NÃO TÊM ESSA LINHA ... PRECISA ENQUADRAR O JOVEM NO DAP PRINCIPAL PORQUE (...) FACILITA O ACESSO, PORQUE É MUITA DIFICULDADE O ACESSO AO PRONAF JOVEM”.

“DE UM CERTO ÂNGULO, NÃO SEI QUAL, O BANCO DO BRASIL INSTITUIU TAL DO LIMITE DE CRÉDITO, ENTÃO CADA FAMÍLIA (...) TEM UM LIMITE DE CRÉDITO, E ISSO PREJUDICOU MUITO, NÃO SÓ O PRONAF JOVEM, MAS O PRONAF MULHER TAMBÉM, PORQUE AQUELE LIMITE É DA FAMÍLIA E, NORMALMENTE, O PAI USA TODO O LIMITE NA SUA PRODUÇÃO (...) AÍ QUANDO A MULHER OU O JOVEM QUEREM TENTAR ALGUMA COISA, O PAI JÁ ATINGIU O LIMITE DA FAMÍLIA”.

“(...) ESSE CRÉDITO (PRONAF JOVEM) É MUITO POUCO ACESSADO A NÍVEL JOVEM, ELE É MAIS AGRICULTURA A NÍVEL FAMILIAR MESMO, E DAÍ ELE TAMBÉM NÃO É TÃO BEM VISTO ASSIM NO ESTADO. O QUE MAIS É USADO LÁ É O PROGRAMA PRONAF MAIS ALIMENTO, MAS TAMBÉM A NÍVEL FAMILIAR, NÃO JUVENTUDE. NÃO TEM NO ESTADO DO RS ALGUMA COISA ASSIM QUE POSSA SE DIZER QUE ESTA POLÍTICA PÚBLICA É DE ACESSO DO JOVEM, ISSO AQUI É SÓ O JOVEM QUE DESENVOLVE. ISSO A GENTE NÃO TEM NO RS ATÉ O MOMENTO”.

“(...) DO PERÍODO DE 2012 ATÉ 2018 (...) 17 JOVENS ACESSARAM O PRONAF JOVEM (...) MUITO POUCO (...) O CRÉDITO FUNDIÁRIO, QUE É GERIDO PELA SECRETARIA DA CULTURA, FORAM 22 JOVENS. POR QUE ELE ACESSOU MENOS O PRONAF E MAIS O CRÉDITO FUNDIÁRIO, QUE NÃO É POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA OS JOVENS? PORQUE O CRÉDITO FUNDIÁRIO ACABA TENDO UM POUCO MAIS DE FLEXIBILIDADE (...) VOLTADO PARA A AQUISIÇÃO DE TERRA, O FOCO É A AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL, DÁ A OPORTUNIDADE AO JOVEM PARA ADQUIRIR A SUA PROPRIEDADE, E ELE TEM UMA AUTONOMIA”.

(Representantes da Oficina da região Sul)

ACESSO E MANUTENÇÃO DA TERRA

Dessa forma, o reconhecimento, neste caso, não deve ser entendido como apenas um reconhecimento normativo da categoria, pautado em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por se fazer reconhecer frente a outros atores e perante o Estado.

“NOSSA LUTA É POR REFORMA AGRÁRIA NAS ÁREAS DO ESTADO.”

(Representante da Oficina da Região Norte)

TECNOLOGIAS SOCIAIS

As Tecnologias Sociais (TS) são produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade, e que representem efetivas soluções de transformação social. São experiências inovadoras que contribuem para resolver grandes problemas sociais. Um exemplo pode ser o apoio à constituição de empreendimentos solidários por meio da criação de soluções tecnológicas que promovam estratégias de produção, comercialização e consumo coletivas, contribuindo para a organização produtiva de milhares de trabalhadores inseridos na economia popular.

Uma das principais características da tecnologia social é que ela concilia os saberes popular e acadêmico. Ela surge do encontro entre a experiência das pessoas que vivenciam os problemas no dia a dia e o conhecimento de especialistas, obtido a partir de estudos e pesquisas sistematizadas no ambiente acadêmico.

Outro ponto importante é o fato de que, em geral, ela não deve ser simplesmente copiada tal como foi concebida. É importante que seja recriada, ajustada, e que sejam agregados novos elementos pelas pessoas da comunidade. Ou seja, ela deve ser, de fato, apropriada pelas pessoas que vão utilizá-la. Apesar de ainda não se constituírem em políticas públicas, as tecnologias sociais vêm sendo cada vez mais reconhecidas pela sua capacidade de promover um novo modelo de produção da ciência e da aplicação da tecnologia em prol do desenvolvimento social.

A incorporação de recursos tecnológicos de baixo custo é uma estratégia para minimizar a exclusão social no meio rural, sendo que diversas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas e difundidas pela agricultura familiar e camponesa têm possibilitado o reforço em favor de uma agricultura sustentável onde tanto direito à vida, quanto as condições dignas às pessoas do campo ficam fortalecidos.

A agricultura familiar, com o modo de produção centrado no trabalho não assalariado, emprega quase 75% da mão de obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros. Apesar de ocupar apenas um quarto da área agricultável total, responde por 38% do valor da produção agrícola do país, conforme demonstra a Figura 15.

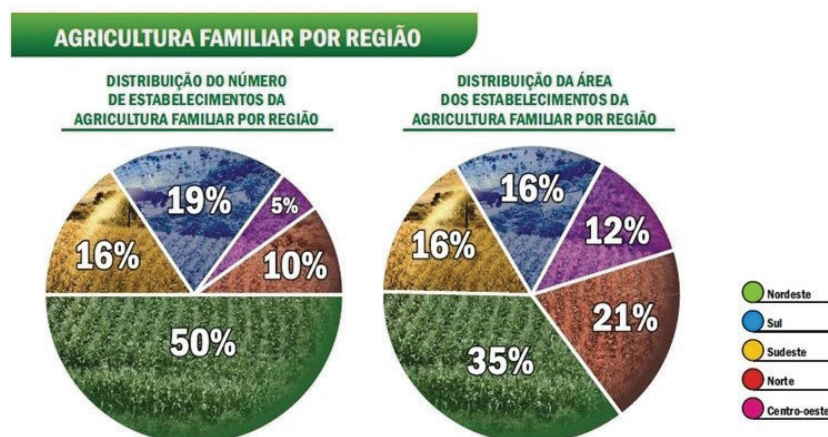


FIGURA 15: AGRICULTURA FAMILIAR DISTRIBUÍDA POR REGIÃO GEOGRÁFICA. FONTE: SEBRAEMERCADOS.COM.BR

Considerando a situação social exposta, as TSs encontram campo fértil de aplicação nas áreas rurais, onde recursos de toda a ordem são escassos, além de apresentarem como característica importante ser adaptada a produtores de baixo poder econômico. Assim sendo, o desenvolvimento nas áreas rurais, em especial na agricultura familiar, deve considerar as TSs como indutoras, como verdadeiras ferramentas, em suma, como forte elemento estratégico para o desenvolvimento rural.

As TSs, graças às suas características de serem adaptadas aos pequenos produtores, de promoverem o modelo sustentável e de incentivar o potencial e a criatividade dos pequenos produtores, são capazes de viabilizar economicamente empreendimentos, como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária e agricultura familiar, levando os produtores a priorizar a reprodução social e a sustentabilidade ambiental onde vivem.

No Brasil, a Rede de Tecnologia Social (RTS) reúne mais de 786 organizações de todo país e do exterior entre organizações não governamentais, centros de pesquisa, universidades, cooperativas, entre outras instituições e tem por objetivo ampliar a difusão e a reaplicação de Tecnologias Sociais, possibilitando a inclusão social, a geração de trabalho e renda e a promoção do desenvolvimento local sustentável.

O Portal da RTS é hospedado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), um dos organismos mantenedores da rede e o responsável pelo portal RTS. As tecnologias a serem difundidas pela RTS compreendem técnicas, produtos e metodologias reaplicáveis e desenvolvidas em interação com a comunidade rural. Desde a sua criação, em 2005, a RTS investiu em projetos de reaplicação de tecnologias sociais geradoras de trabalho e renda em áreas como agroecologia, reciclagem, bioenergia, incubação de empreendimentos solidários e captação de água de chuva para produção de alimentos.

Participam do Comitê Coordenador da RTS nove mantenedores, até quatro representantes de articuladores de redes sociais e um representante de instituições de ensino, pesquisa e extensão e uma instituição responsável pela divulgação da RTS - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

TECNOLOGIAS SOCIAIS

São eles:

- **NOVE MANTENEDORES** - Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Petrobras, Sebrae, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Integração Nacional (MI) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- **QUATRO INSTITUIÇÕES ARTICULADORAS DE REDES SOCIAIS** - Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Rede Cerrado.
- **UMA INSTITUIÇÃO REPRESENTANDO AS UNIVERSIDADES** - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex).

A título de exemplo, pode-se relatar a ação da Fundação BB. Ela apoia 49 projetos de juventude rural, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). As propostas foram selecionadas via edital, apresentadas por entidades de agricultores familiares ou de extrativistas, pescadores artesanais e povos tradicionais. Os projetos foram desenvolvidos a partir de 2016, com um volume de recurso na ordem de R\$ 8 milhões.

Entre as iniciativas esteve a da Associação dos Trabalhadores Extrativistas das Comunidades do Curuçá e Furo do Maracá (Astemac), na região rural do município de Mazagão, no Amapá. Cerca de 30 jovens atuaram junto com suas famílias no cultivo, colheita, transporte e comercialização dos produtos do agroextrativismo. Entre os produtos estão milho verde, açaí, pimenta de cheiro, frutas, farinha de mandioca, galinha caipira, peixe e camarão.

Com recurso de R\$ 188 mil, a entidade adquiriu um caminhão, usado no transporte para os pontos de venda, e equipamentos de informática para treinamento. O espaço também foi utilizado para a capacitação dos jovens em manejo do açaí e outros cursos relacionados à comercialização, além do uso pela comunidade. A ideia do projeto foi fomentar o que já existe e melhorar as técnicas de produção de forma sustentável. Essa ação teve por finalidade possibilitar a permanência do jovem no campo.

Da mesma forma, no município de Goiás (GO), a iniciativa da Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Goiás funciona como uma incubadora de projetos para os 30 jovens envolvidos. Em 2016, formataram 18 projetos individuais de criação de galinha caipira, fruticultura, hortas agroecológicas e apicultura. Também estavam em andamento dois projetos coletivos: um que envolveu a construção de uma fábrica de insumos agroecológicos, como fertilizantes e húmus, e a formação de um núcleo de apicultura para embalar e rotular a produção. O objetivo principal era a autonomia econômica dos integrantes e a contribuição para o desenvolvimento rural sustentável dos municípios da região.

Atualmente, no Brasil, existem muitas iniciativas em andamento, mas não existe nenhum estudo que centralize as informações acerca delas e, portanto, a divulgação, o conhecimento e, conseqüentemente, a replicação, assim como a troca de experiência, são inviabilizadas.

Segundo a Cáritas, a Economia Popular Solidária (EPS) é uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado, empresas de autogestão ou mesmo em grupos informais, com atuação nos processos de produção, comercialização e consumo de bens e serviços. É ainda uma maneira de combater as desigualdades do atual sistema e de construção de outro modo de produzir, consumir e de pensar as relações entre as pessoas, principalmente em comunidades em situação de pobreza.

O trabalho desenvolvido por inúmeras entidades espalhadas pelo país consolidou o movimento de economia solidária que, por sua vez, fortaleceu o desenvolvimento local por meio de experiências significativas, como cooperativas de coleta e reciclagem de materiais, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, ações que fortalecem as economias locais, proporcionando trabalho e renda às famílias e preservação ambiental. Essas experiências estão espalhadas pelo território nacional como exemplo de redes e cadeias produtivas, destacando-se: Rede Abelha (mel), Justa Trama (algodão), Rede Bode (BA), Rede Marcas (MG) e Rede Mandioca (MA).

Além disso, ao longo dos anos, foi se construindo espaços coletivos para o debate das diferentes demandas e articulação dos diferentes segmentos que compõem o movimento da economia solidária. Nesse sentido, uma das principais conquistas do movimento de economia solidária foi sua inserção na agenda governamental, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Lei n.º 10.683/03, dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pelo governo federal, e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), Decreto n.º 5811 de 2006. Uma demonstração da capacidade do movimento organizado de propor novas políticas públicas voltadas para uma “outra economia”, a Senaes “coordena atividades de apoio à Economia Solidária visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário. Suas ações buscam atender às principais demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de acesso ao crédito e serviços financeiros, de infraestrutura, de conhecimentos, de incremento à comercialização e de reconhecimento institucional. Suas finalidades institucionais estão definidas no art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004”.

“AS PESSOAS DESCONHECEM OS PROGRAMAS DE ACESSO AO CRÉDITO QUE A POPULAÇÃO TEM DIREITO, MAS NÃO SABEM E NÃO TEM ACESSO. (...) A INFORMAÇÃO NÃO CHEGA A TODAS AS FAMÍLIAS. COMO É UM PLANO DE GOVERNO, DEVERIA SER INFORMADO A TODOS. (...) PARA CHEGAR ATÉ A ZONA RURAL É DIFÍCIL PORQUE O ACESSO É POR BARCO, ENTÃO NÃO SEI COMO ESSAS INFORMAÇÕES PODERIAM CHEGAR A ELES”.

(Representante da Oficina da região Norte)”

Nesse cenário, a Cáritas assumiu a execução do Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária (CFES Nacional), um programa da Senaes. As ações do CFES são realizadas em seis regiões do país: Amazônia 1, Amazônia 2, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A Cáritas brasileira executa nacionalmente o CFES desde 2009. Seu papel é articular as ações em rede com os demais centros regionais.

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Nesse contexto da Economia Solidária, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) surgem como uma alternativa ao desemprego, obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, uma fonte complementar de renda, e desenvolvimento de um trabalho associado onde os participantes são proprietários do negócio, condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios, recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu ou em processo de falência.

A agropecuária, o extrativismo e a pesca são as atividades econômicas predominantes nos EES e representam 39,32% do total. Na sequência, produção de artesanato com 16,90% e serviços de alimentos e bebidas, representados por 16,66%. Em 2012, a distribuição de EES no Brasil seguia as seguintes proporções: Centro-Oeste: 10,11%, Norte: 12,15%, Sul: 16,39%, Sudeste: 17,90% e Nordeste: 43,45%, sendo cerca de 10 mil organizações entre associações e grupos informais e cooperativas. Informações sobre identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil estão mapeados e organizados num Atlas Digital com dados do SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e conta atualmente 19.708 EES registrados.

“A SAÍDA PARA O PEQUENO PRODUTOR É O GADO, PRA ALGUNS (...) PARA O GRANDE PRODUTOR É O PEIXE, SOJA TAMBÉM TEM LÁ (...)”

(Participante da Oficina da região Norte)

Uma forma de incentivar e concretizar esses Empreendimentos (EES) é por meio das Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Solidários (ITES), espaços de socialização dos conhecimentos produzidos nas universidades, que favorecem articulação entre ensino-pesquisa-extensão. O papel delas é fomentar desenvolvimento e formação de negócios baseados na economia solidária e empreendedorismo social, promover ações de desenvolvimento territorial, formação de redes e inclusão social por meio da geração de renda. A importância das incubadoras é conciliar o saber científico com saberes populares das pessoas atuantes nos empreendimentos sociais, otimizando a gestão, comercialização, organização, logística e relacionamento entre os cooperados e envolvidos no processo de produção da economia solidária.

O incentivo a uma Economia Solidária também tem sido incluído em políticas públicas municipais, gerido pelas secretarias municipais com iniciativas como as Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares Solidários (Ipeps), com equipe técnica multidisciplinar cuja composição varia de acordo com os segmentos econômicos incubados. No município de Osasco/SP, por exemplo, a economia solidária foi adotada como uma política municipal de governo, priorizando a inclusão social e o desenvolvimento com fomento à economia popular e solidária do município, ações coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), por meio de programas redistributivos e de desenvolvimento sociais, a fim de promover uma ruptura no ciclo da pobreza.

Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com a OIT, uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Sobre a taxa de desemprego, é importante considerar que as desigualdades de gênero, raça e etnia são ainda mais graves quando ocorre sobreposição destas dimensões: chega a 34,1% a taxa referente a mulheres jovens e negras na zona urbana metropolitana.

Constatar que os jovens filhos e filhas da classe trabalhadora têm dificuldade de encontrar emprego não significa dizer que não trabalham. Para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), as mulheres pretas, pardas e indígenas são a maioria entre os 5,3 milhões de jovens de 18 a 25 anos que não trabalham formalmente e nem estudam. Para se verem “livres” da tutela dos pais ou complementar a renda familiar, trabalham por conta própria, individualmente ou em pequenos grupos. Quando não encontram emprego, acabam por criar suas estratégias de trabalho e de sobrevivência, entre elas as de cunho associativo.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) representam para os jovens não apenas uma alternativa econômica, mas também uma alternativa política para fazer frente à lógica perversa do capital. Estratégias fundadas em relações de doação, cooperação e reciprocidade têm sido fundamentais para preservação e melhoria da qualidade de vida de um grande contingente da classe trabalhadora.

Por motivos políticos, econômicos, religiosos, recreativos ou de qualquer ordem, o associativismo tem como característica a construção de laços sociais calcados na confiança, na cooperação e na reciprocidade, conferindo aos jovens o sentimento de pertencimento a um grupo.

O envolvimento dos jovens com a economia solidária pode contribuir para dar outros sentidos para a vida em sociedade. Sabe-se que nenhuma economia se torna solidária apenas porque homens e mulheres se tornam “bons” ou “conscientes”, mas fundamentalmente quando o trabalho se torna a categoria que orienta todo o processo de trabalho. Em uma organização econômica solidária, os jovens podem fazer do processo de trabalho um fator de satisfação de suas necessidades básicas, incluindo as de criação, participação e liberdade. Receber apoio de uma entidade ou instituição é um elemento fundamental para a sobrevivência dos grupos. Contudo, há de se criar mecanismos para não se estabelecer uma relação de dependência.

A oportunidade de se envolver num segmento da Economia Solidária aparece como uma importante alternativa para o jovem rural inserir-se no mercado de trabalho e com uma rede de apoio durante toda a produção. Para o financiamento e início do negócio, os jovens podem procurar os bancos comunitários de desenvolvimento que, junto com fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito, formam um sistema de finanças solidárias, facilitando o acesso ao crédito. Este é um projeto pioneiro, iniciado há 15 anos pelo Banco Palmas, em Fortaleza/CE, e que atualmente é uma rede formada por 103 bancos comunitários pelo Brasil. Esses bancos são serviços financeiros solidários de origem associativa, criados e geridos por moradores das próprias comunidades e mantidos por captação de recursos públicos ou por doações de pessoas físicas ou jurídicas das associações participantes.

Cada banco comunitário emite sua própria moeda, chamadas moedas sociais, que só podem circular localmente e possuem o mesmo lastro do Real, não o substituindo. Este tipo de moeda existe em diversos países e no Brasil são mais de 104 tipos, sendo a Palma a principal moeda, criada pelo Banco Palmas, em 2001 (Lei n.º 10.214/01). A vantagem das moedas sociais é proporcionar a seus usuários aumento da riqueza por meio de financiamento de atividades econômicas locais, realização de pagamentos, trocas ou transmissão de obrigações entre os membros de uma determinada comunidade, aumentando o bem-estar social.

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária no Brasil. Atualmente são mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. O documento base orientador do FBES é o Documento Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em dezembro de 2012, em Luziânia/GO.

O FBES criou o Cirandas, iniciativa que tem como objetivo a inclusão digital dos participantes do movimento de Economia Solidária, oferecendo ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política. *Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos.*

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD), executado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), aparece como uma forma de organização da economia solidária, uma nova trajetória de desenvolvimento para o país e tem suas propostas inseridas nos Planos Plurianuais do Governo Federal para incentivar empreendimentos econômicos solidários tanto em ambiente urbano como rural apoiando as cadeias produtivas de economia solidária.

Atualmente existem diversas experiências em andamento pelo Brasil, principalmente no que diz respeito a cooperativas e associações de produtores rurais. Em relação aos jovens rurais, existem vários trabalhos acadêmicos apresentando estudos de casos em diversas partes do Brasil, mas, até o momento, não há um esforço para sistematizar informações específicas acerca dos empreendimentos solidários tocados por jovens e para os jovens.

TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

O Brasil foi, em outubro de 2016, o primeiro país a ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), uma instituição judicial autônoma da Organização dos Estados Americanos (OEA), por tolerar a escravidão em suas formas modernas. O país foi responsabilizado internacionalmente por não prevenir a prática de trabalho escravo moderno e de tráfico de pessoas. Mesmo depois disso, segue como líder na América Latina em número absoluto de pessoas em situação análoga à escravidão. São 369 mil pessoas nessa condição, segundo o relatório Índice Global de Escravidão 2018, publicado pela Fundação Walk Free.

Proporcionalmente, o Brasil tem 1,8 pessoa escravizada para cada 1 mil habitantes. Neste sentido, os países latino-americanos com as maiores taxas de pessoas em situação análoga à escravidão são a Venezuela e o Haiti, ambos com uma taxa de 5,6 vítimas para cada 1 mil habitantes. No mundo, mais de 40 milhões de pessoas encontram-se em situação análoga à escravidão.

TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

De acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal do Brasil, é proibida qualquer forma de exercício do trabalho por menores de 16 anos, salvo como aprendiz, a partir dos 14 anos, assim como também é vedado a menores de 18 anos o trabalho noturno, perigoso e insalubre.

No cenário internacional, em 1999, a OIT promulgou a Convenção 182, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação. Entre as mais de 90 atividades que compõem a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) estão presentes: operar máquinas agrícolas; produzir carvão vegetal, fumo ou cana-de-açúcar; manusear agrotóxicos; cuidar de crianças ou pessoas idosas; trabalhar em matadouros, construção civil, borracharias, lixões, ruas ou qualquer outro lugar ao ar livre; e trabalho doméstico.

Após uma trajetória consistente de redução do trabalho infantil, em 2014, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/IBGE) apontaram o contingente de 3,31 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhando no país, indicando um preocupante aumento no número de crianças e adolescentes submetidos ao trabalho (143.540 a mais que os dados de 2013). A edição de 2015 da Pnad constatou uma redução de 659 mil crianças e adolescentes ocupados em relação ao ano de 2014. Verificou-se tal redução no grupo etário de 10 a 17 anos, enquanto houve aumento de 8,5 mil crianças de 5 a 9 anos ocupadas. Mais de 60% se encontram nas regiões Nordeste e Sudeste, sendo que, em proporção, a Região Sul lidera a concentração de crianças e adolescentes nessa situação.

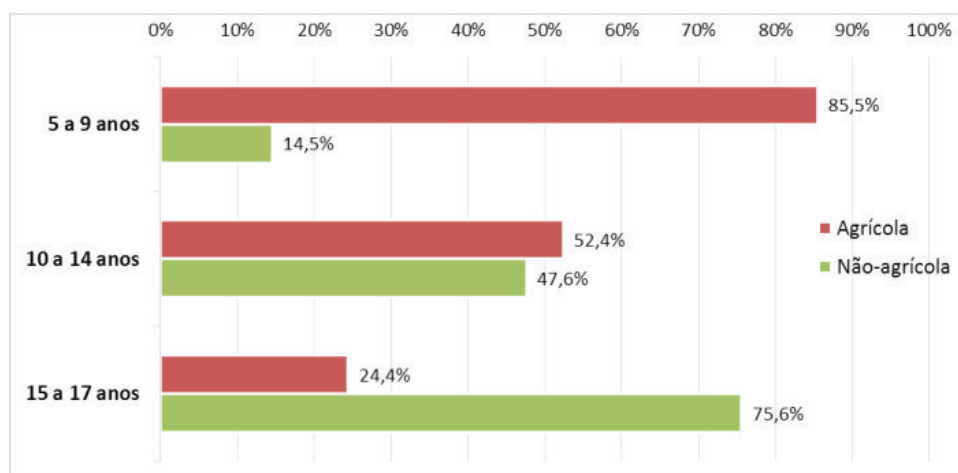


FIGURA 16: NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SUBMETIDOS AO TRABALHO.

De acordo com a figura acima, percebe-se uma especificidade que requer um olhar prioritário e estratégico, que é o trabalho infantil na agricultura. É possível perceber que o trabalho especificamente agrícola se concentra entre as crianças mais novas (entre 5 e 9 anos), enquanto o contrário sucede no grupo de 15 a 17 anos.

TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

“ALGUÉM FALOU
“ALGUÉM FALOU
MAS QUEM FALOU?
QUEM FALOU?!
QUEM FALOU QUE QUEREMOS SAIR DA
ÁFRICA
QUEM FALOU?
QUEM FALOU QUE QUEREMOS DEIXAR
NOSSAS TERRAS
QUEM FALOU?
QUEM FALOU QUE A VIAGEM FOI
TRANQUILA
QUEM FALOU?
TRABALHAMOS SIM, NÃO QUE
QUERÍAMOS
FOMOS FORÇADOS
CONSTRUÍMOS TODAS AS
CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS QUE
EXISTEM NESSE BRASIL
DEBAIXO DE CHIBATADA
COM SANGUE NEGRO
FUGIMOS SIM
PORQUE CANSAMOS DO TRABALHO
ESCRAVO
AFINAL, NINGUÉM MERECE SER
ESCRAVO DE NINGUÉM
FUGIMOS SIM

PARA CONSTRUIR NOSSOS QUILOMBOS
FUGIMOS SIM
PARA PRESERVAR NOSSA CULTURA
FUGIMOS SIM
RUMO À LIBERDADE
AGORA VÊM NOS DIZER QUE SOMOS
DRAMÁTICOS
AGORA VÊM NOS DIZER QUE NÃO
TEMOS DIREITO À TERRA
AGORA VÊM NOS DIZER QUE SOMOS
PREGUIÇOSOS
AGORA VÊM NOS DIZER QUE SOMOS
CARENTES
AGORA QUEREM ACABAR COM O
NOSSO CERRADO
AGORA QUEREM DESTRUIR AS NOSSAS
NASCENTES
SOMOS UM POVO GUERREIRO
E VAMOS CONTINUAR NA LUTA
SEGUINDO EM FRENTE
QUE AÍ SIM, UM DIA, E QUEM SABE
TER UM KALUNGA PRESIDENTE
SABE POR QUÊ?
PORQUE SOMOS COMPETENTES.”

(Participante da Oficina da
região Centro-Oeste)

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

De acordo com a última Pnad, o trabalho infantil brasileiro, apesar da tendência geral de decréscimo, ainda representa obstáculo para o pleno desenvolvimento de 2,6 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos de idade.

A seguir está um gráfico relacionando o número de pessoas entre 5 e 17 anos ocupadas no Brasil ao longo de dez anos (2005-2015), segundo o tipo de atividade desempenhada por esses indivíduos. Pode-se constatar que o trabalho não-agrícola agrega maior quantidade absoluta de indivíduos nessa condição e possui maior variação em sua frequência ao longo dos anos – de 2011 e 2012, 2013 e 2014. Tal observação implica que a mão de obra infantil utilizada em atividades e ocupações de caráter não-agrícola é requisitada por demanda mais volúvel do que a verificada para as atividades e ocupações no setor agrícola.

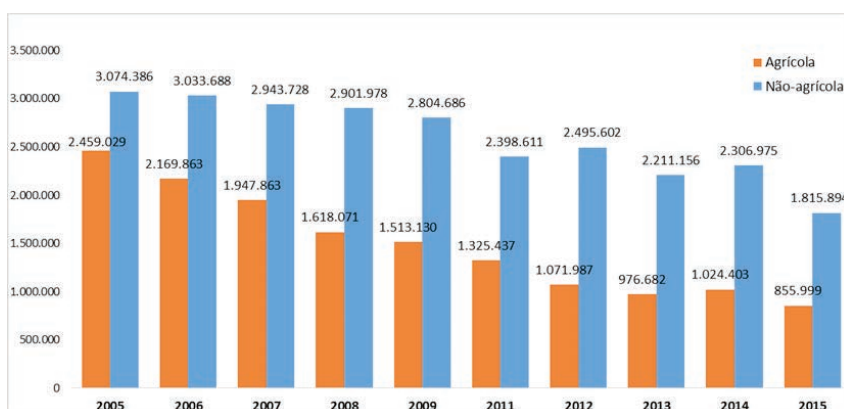


FIGURA 17: PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADAS SEGUNDO ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL, BRASIL: 2005 A 201. FONTE: IBGE - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

Mesmo que menos expressiva, a concentração de crianças e adolescentes ocupados no setor agrícola demonstra tendência de redução constante. De 2005 a 2015, a redução no trabalho agrícola foi 24,3% menor do que a redução verificada entre as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, determinando dificuldades de identificação, prevenção e combate no trabalho de crianças e adolescentes em atividades agrícolas.

De acordo com a **Tabela 5**, a seguir, com a distribuição de pessoas ocupadas pelos grupos etários, constata-se que a faixa dos 15 a 17 anos apresenta, no Brasil, a maior concentração, com 76% dos casos em 2015. Em seguida, a faixa dos 10 aos 14 anos, com 20,9%, possui a segunda maior proporção de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil, deixando os 2,9% restantes para as crianças de 5 a 9 anos que, ainda que representem baixas proporções em relação ao restante daqueles que trabalham, em termos absolutos, significam 78,5 mil crianças nessa condição.

TABELA 5: PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADAS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2015.

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Faixas etárias			Total
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	
Brasil	78.527	560.416	2.032.950	2.671.893
Região Norte	11.938	87.154	212.010	311.102
Rondônia	541	7.564	22.430	30.535
Acre	1.226	5.428	10.684	17.338
Amazonas	651	17.572	41.977	60.200
Roraima	-	826	6.200	7.026
Pará	8.760	49.344	110.317	168.421
Amapá	-	2.365	3.939	6.304
Tocantins	760	4.055	16.463	21.278
Região Nordeste	36.714	231.579	583.878	852.171
Maranhão	5.263	39.087	99.968	144.318
Piauí	4.503	24.205	46.719	75.427
Ceará	4.019	11.657	58.219	73.895
R. G. do Norte	-	11.299	30.382	41.681
Paraíba	4.523	30.382	39.430	74.335
Pernambuco	3.627	31.444	88.228	123.299
Alagoas	629	7.551	22.652	30.832
Sergipe	1.832	16.499	29.328	47.659
Bahia	12.318	59.455	168.952	240.725
Região Sudeste	17.349	139.096	697.374	853.819
Minas Gerais	15.126	77.889	236.524	329.539
Espírito Santo	-	8.393	38.985	47.378
Rio de Janeiro	-	7.056	64.206	71.262
São Paulo	2.223	45.758	357.659	405.640
Região Sul	8.537	63.133	360.527	432.197
Paraná	2.686	22.938	132.069	157.693
Santa Catarina	717	6.448	89.574	96.739
R. G. do Sul	5.134	33.747	138.884	177.765
Região Centro-Oeste	3.989	39.454	179.161	222.604
M. G. do Sul	2.209	6.188	37.557	45.954
Mato Grosso	876	11.824	45.538	58.238
Goiás	904	20.793	78.218	99.915
Distrito Federal	-	649	17.848	18.497

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

Analisando os dados relativos a crianças e adolescentes que trabalham segundo seus grupos etários e tipo de atividades, fica clara a inserção dos menores de 17 anos no mercado de trabalho, principalmente aqueles que possuem menos de 15 anos e realizam atividade laboral de forma precária e ilegal.

É possível notar que, a respeito da preponderância (em termos absolutos) do trabalho não-agrícola sobre o trabalho agrícola, este último tem maior frequência entre os indivíduos de 5 a 9 anos – tendo uma diferença de 55,7 mil pessoas em relação aos ocupados da mesma idade desempenhando atividades não-agrícolas. Tendência que se inverte entre os de 15 a 17 anos. Em sua maioria, essas pessoas encontram-se ocupadas em trabalhos de caráter não-agrícola, demonstrando haver no trabalho agrícola um obstáculo adicional à prevenção, identificação da exploração de mão-de-obra infantil, assim como o combate; no seguinte sentido: se desconsiderarmos a faixa etária que cobre os 15 aos 17 anos em função da possibilidade legal do trabalho nessa idade, veremos que nas atividades agrícolas aproximadamente dois em cada cinco ocupados (42,1%) possuem menos de 14 anos enquanto entre os ocupados em atividades não-agrícolas essa proporção é aproximadamente três vezes menor (15,3%).

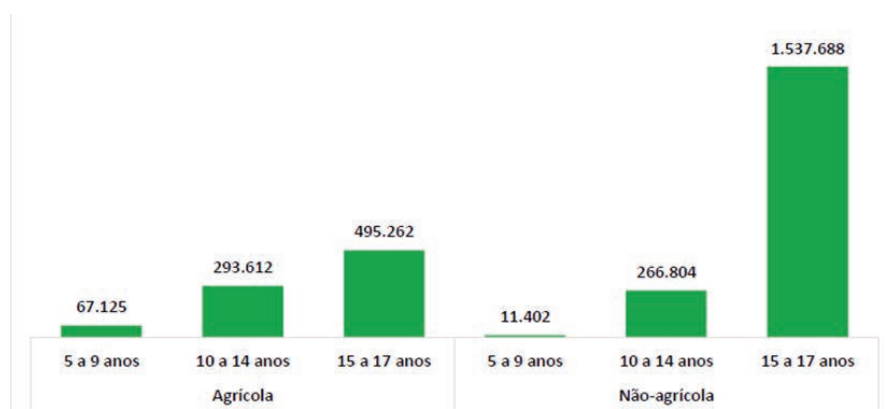


FIGURA 18: PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADAS SEGUNDO ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL E GRUPOS DE IDADE BRASIL: 2005 A 2015.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Verifica-se, na figura a seguir, uma redução proporcional do trabalho em todas as faixas etárias e tipos de atividade, com exceção do trabalho agrícola entre os menores de 9 anos, que teve um aumento de 15,4% em seu contingente, razão pela qual o trabalho agrícola deve assumir centralidade em ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

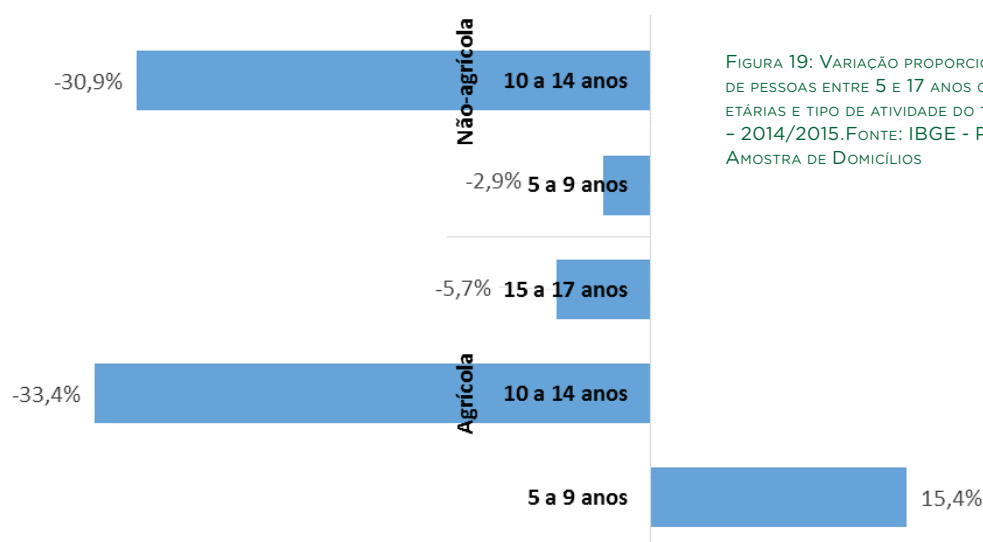


FIGURA 19: VARIAÇÃO PROPORCIONAL DA CONCENTRAÇÃO DE PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADAS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E TIPO DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL, BRASIL - 2014/2015. FONTE: IBGE - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

A análise dos dados de crianças e adolescentes ocupados por tipos de atividade pode ser também demonstrado da seguinte forma: em média, aproximadamente 91% dos ocupados que possuem entre 5 e 9 anos desempenham atividades agrícolas. Quinze das vinte e sete unidades da federação apresentam apenas casos de trabalho agrícola nessa faixa etária, como é o caso de Rondônia, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Ceará, Paraná e todos os outros estados da região Sul.

TABELA 6: PROPORÇÃO DE OCUPADOS ENTRE 5 E 17 ANOS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, TIPO DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL, BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2015.

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Agrícola			Não-agrícola		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	85,5%	52,4%	24,4%	14,5%	47,6%	75,6%
Região Norte	94,2%	65,1%	41,9%	5,8%	34,9%	58,1%
Rondônia	100,0%	82,2%	34,9%	-	17,8%	65,1%
Acre	85,7%	67,7%	59,0%	14,3%	32,3%	41,0%
Amazonas	100,0%	68,5%	51,9%	-	31,5%	48,1%
Roraima	-	75,1%	23,3%	-	24,9%	76,7%
Pará	94,1%	63,1%	41,8%	5,9%	36,9%	58,2%
Amapá	-	44,4%	6,7%	-	55,6%	93,3%
Tocantins	100,0%	50,0%	30,8%	-	50,0%	69,2%
Região Nordeste	82,5%	58,7%	38,2%	17,5%	41,3%	61,8%
Maranhão	100,0%	69,2%	51,1%	-	30,8%	48,9%
Piauí	100,0%	76,7%	55,4%	-	23,3%	44,6%
Ceará	91,2%	75,5%	22,6%	8,8%	24,5%	77,4%
Rio Grande do Norte	-	43,7%	25,6%	-	56,3%	74,4%
Paraíba	71,4%	46,8%	42,6%	28,6%	53,2%	57,4%
Pernambuco	71,2%	47,5%	28,5%	28,8%	52,5%	71,5%
Alagoas	100,0%	33,3%	36,1%	-	66,7%	63,9%
Sergipe	80,0%	55,6%	41,3%	20,0%	44,4%	58,7%
Bahia	72,7%	59,9%	37,1%	27,3%	40,1%	62,9%
Região Sudeste	80,3%	43,1%	15,3%	19,7%	56,9%	84,7%
Minas Gerais	92,1%	56,7%	34,6%	7,9%	43,3%	65,4%
Espírito Santo	-	64,3%	29,2%	-	35,7%	70,8%
Rio de Janeiro	-	-	3,1%	-	100,0%	96,9%
São Paulo	-	22,6%	3,2%	100,0%	77,4%	96,8%
Região Sul	100,0%	44,0%	14,8%	-	56,0%	85,2%
Paraná	100,0%	38,1%	12,6%	-	61,9%	87,4%
Santa Catarina	100,0%	33,3%	11,2%	-	66,7%	88,8%
Rio Grande do Sul	100,0%	50,1%	19,2%	-	49,9%	80,8%
Região Centro-Oeste	77,8%	33,8%	13,2%	22,2%	66,2%	86,8%
Mato Grosso do Sul	60,0%	35,7%	12,9%	40,0%	64,3%	87,1%
Mato Grosso	100,0%	48,2%	23,1%	-	51,8%	76,9%
Goiás	100,0%	26,1%	9,2%	-	73,9%	90,8%
Distrito Federal	-	-	5,5%	-	100,0%	94,5%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

Os indivíduos ocupados em atividades agrícolas são, majoritariamente, do sexo masculino, representando aproximadamente quatro em cada cinco pessoas, 79,4% das pessoas nessa condição. As pessoas do sexo feminino ocupam aproximadamente 20% desse universo, sendo proporcionalmente uma em cada cinco e concentrando 176 mil indivíduos ocupados nesse tipo de atividade.

TABELA 7: PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS
SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, SEXO, BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2015.

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Masculino			Feminino		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	47.566	230.927	401.234	19.559	62.685	94.028
Região Norte	9.013	43.170	72.136	2.235	13.575	16.651
Rondônia	541	5.134	6.756	-	1.080	1.083
Acre	876	3.151	4.729	175	525	1.577
Amazonas	651	7.487	13.997	-	4.554	7.808
Roraima	-	620	1.447	-	-	-
Pará	6.185	24.217	39.880	2.060	6.901	6.183
Amapá	-	788	263	-	262	-
Tocantins	760	1.773	5.064	-	253	-
Região Nordeste	20.446	109.602	184.912	9.851	26.238	37.966
Maranhão	3.759	23.305	44.347	1.504	3.759	6.765
Piauí	2.814	14.072	18.577	1.689	4.503	7.317
Ceará	2.199	8.066	12.416	1.466	733	733
R. G. do Norte	-	4.236	6.360	-	706	1.413
Paraíba	2.585	9.698	13.577	646	4.524	3.232
Pernambuco	1.538	13.410	23.353	1.044	1.538	1.814
Alagoas	629	2.516	8.177	-	-	-
Sergipe	1.100	8.432	10.633	366	734	1.467
Bahia	5.822	25.867	47.472	3.136	9.741	15.225
Região Sudeste	10.840	47.275	87.733	3.098	12.638	18.981
Minas Gerais	10.840	33.346	68.288	3.098	10.840	13.576
Espírito Santo	-	3.597	7.797	-	1.798	3.600
Rio de Janeiro	-	-	1.316	-	-	657
São Paulo	-	10.332	10.332	-	-	1.148
Região Sul	5.056	18.869	35.522	3.481	8.916	17.784
Paraná	672	7.391	11.229	2.014	1.343	5.376
Santa Catarina	717	1.433	7.163	-	717	2.868
R. G. do Sul	3.667	10.045	17.130	1.467	6.856	9.540
Região Centro-Oeste	2.211	12.011	20.931	894	1.318	2.646
M. G. do Sul	883	1.768	4.419	442	442	442
Mato Grosso	876	4.818	8.758	-	876	1.752
Goiás	452	5.425	6.781	452	-	452
Distrito Federal	-	-	973	-	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

Ao analisar apenas os ocupados em atividades agrícolas, podem ser vistas proporções mais acentuadas de indivíduos que não frequentam a rede de ensino; os exemplos mais nítidos se encontram nos estados do Rio de Janeiro (66,7%) e Amapá (59,9%); outros estados, como Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Distrito Federal, possuem, em média, 35,3% dos indivíduos ocupados sem frequentar a rede de ensino formal. É preciso salientar, ainda, que mesmo que haja frequência à escola, a qualidade do aprendizado para esses indivíduos, provavelmente, já é comprometida pelo trabalho em fase de desenvolvimento incompleto.

TABELA 8: PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, FREQUÊNCIA À ESCOLA, BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2015.

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Frequenta escola					
	Sim			Não		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	66.165	285.878	364.271	960	7.734	130.991
Região Norte	11.072	53.538	66.073	176	3.207	22.714
Rondônia	541	5.674	5.945	-	540	1.894
Acre	875	3.151	4.554	176	525	1.752
Amazonas	651	11.716	14.971	-	325	6.834
Roraima	-	620	1.240	-	-	207
Pará	8.245	30.088	35.554	-	1.030	10.509
Amapá	-	263	263	-	787	-
Tocantins	760	2.026	3.546	-	-	1.518
Região Nordeste	29.513	132.513	166.593	784	3.327	56.285
Maranhão	5.263	26.312	39.840	-	752	11.272
Piauí	4.503	18.575	20.829	-	-	5.065
Ceará	3.665	8.799	7.662	-	-	5.487
R. G. do Norte	-	4.236	3.534	-	706	4.239
Paraíba	3.231	14.222	9.697	-	-	7.112
Pernambuco	2.582	14.179	20.552	-	769	4.615
Alagoas	629	2.516	6.919	-	-	1.258
Sergipe	1.466	8.066	9.533	-	1.100	2.567
Bahia	8.174	35.608	48.027	784	-	14.670
Região Sudeste	13.938	58.713	74.639	-	1.200	32.075
Minas Gerais	13.938	44.186	60.497	-	-	21.367
Espírito Santo	-	4.195	6.597	-	1.200	4.800
Rio de Janeiro	-	-	657	-	-	1.316
São Paulo	-	10.332	6.888	-	-	4.592
Região Sul	8.537	27.785	41.245	-	-	12.061
Paraná	2.686	8.734	12.765	-	-	3.840
Santa Catarina	717	2.150	5.732	-	-	4.299
R. G. do Sul	5.134	16.901	22.748	-	-	3.922
Região Centro-Oeste	3.105	13.329	15.721	-	-	7.856
M. G. do Sul	1.325	2.210	3.093	-	-	1.768
Mato Grosso	876	5.694	7.006	-	-	3.504
Goiás	904	5.425	4.973	-	-	2.260
Distrito Federal	-	-	649	-	-	324

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados)

Elaboração: Fundação Abrinq

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

Dentre as crianças e adolescentes que trabalham em atividades agrícolas no Brasil, 35.084 (4,1% do universo pesquisado) afirmam não saber ler ou escrever. Em relação a territórios do país, entretanto, essa proporção triplica sua representação. Em média, 12,3% das crianças e adolescentes que trabalham em atividades agrícolas nos estados do Acre, Paraíba, Alagoas e Bahia afirmam não saber ler ou escrever, sendo que no Acre 15,9% dos que trabalham nesse tipo de atividade e grupo etário não possuem as habilidades mencionadas. Para as crianças entre 5 e 14 anos que trabalham nesse tipo de atividade, a habilidade de ler ou escrever é ainda mais rara. Se verificarmos que nas regiões Norte e Nordeste, em média, um em cada dez indivíduos afirma não ser capaz de ler ou escrever, proporção que chega a atingir um terço do universo de crianças e adolescentes que trabalham em atividades agrícolas no estado do Acre.

TABELA 9: PESSOAS ENTRE 5 E 17 ANOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, HABILIDADE DE LER OU ESCREVER, BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2015.

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Masculino			Feminino		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	47.566	230.927	401.234	19.559	62.685	94.028
Região Norte	9.013	43.170	72.136	2.235	13.575	16.651
Rondônia	541	5.134	6.756	-	1.080	1.083
Acre	876	3.151	4.729	175	525	1.577
Amazonas	651	7.487	13.997	-	4.554	7.808
Roraima	-	620	1.447	-	-	-
Pará	6.185	24.217	39.880	2.060	6.901	6.183
Amapá	-	788	263	-	262	-
Tocantins	760	1.773	5.064	-	253	-
Região Nordeste	20.446	109.602	184.912	9.851	26.238	37.966
Maranhão	3.759	23.305	44.347	1.504	3.759	6.765
Piauí	2.814	14.072	18.577	1.689	4.503	7.317
Ceará	2.199	8.066	12.416	1.466	733	733
R. G. do Norte	-	4.236	6.360	-	706	1.413
Paraíba	2.585	9.698	13.577	646	4.524	3.232
Pernambuco	1.538	13.410	23.353	1.044	1.538	1.814
Alagoas	629	2.516	8.177	-	-	-
Sergipe	1.100	8.432	10.633	366	734	1.467
Bahia	5.822	25.867	47.472	3.136	9.741	15.225
Região Sudeste	10.840	47.275	87.733	3.098	12.638	18.981
Minas Gerais	10.840	33.346	68.288	3.098	10.840	13.576
Espírito Santo	-	3.597	7.797	-	1.798	3.600
Rio de Janeiro	-	-	1.316	-	-	657
São Paulo	-	10.332	10.332	-	-	1.148
Região Sul	5.056	18.869	35.522	3.481	8.916	17.784
Paraná	672	7.391	11.229	2.014	1.343	5.376
Santa Catarina	717	1.433	7.163	-	717	2.868
R. G. do Sul	3.667	10.045	17.130	1.467	6.856	9.540
Região Centro-Oeste	2.211	12.011	20.931	894	1.318	2.646
M. G. do Sul	883	1.768	4.419	442	442	442
Mato Grosso	876	4.818	8.758	-	876	1.752
Goiás	452	5.425	6.781	452	-	452
Distrito Federal	-	-	973	-	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

A Tabela 10 seguir trata das crianças e adolescentes que afirmaram pertencer à categoria “empregados”. Vale ressaltar que 85,7% dos ocupados em atividades especificamente agrícolas em 22 estados desempenham atividades sem registro profissional. Dezoito desses estados não apresentaram nenhum caso de registro para trabalhadores agrícolas de 10 a 17 anos. Santa Catarina e Mato Grosso do Sul concentram os maiores percentuais para essa população, atingindo a proporção de um em cada três trabalhadores tendo registro em carteira.

TABELA 10: PESSOAS ENTRE 10 E 17 ANOS OCUPADOS EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS SEGUNDO REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO, BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2015.

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Frequenta escola					
	Sim			Não		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Brasil	66.165	285.878	364.271	960	7.734	130.991
Região Norte	11.072	53.538	66.073	176	3.207	22.714
Rondônia	541	5.674	5.945	-	540	1.894
Acre	875	3.151	4.554	176	525	1.752
Amazonas	651	11.716	14.971	-	325	6.834
Roraima	-	620	1.240	-	-	207
Pará	8.245	30.088	35.554	-	1.030	10.509
Amapá	-	263	263	-	787	-
Tocantins	760	2.026	3.546	-	-	1.518
Região Nordeste	29.513	132.513	166.593	784	3.327	56.285
Maranhão	5.263	26.312	39.840	-	752	11.272
Piauí	4.503	18.575	20.829	-	-	5.065
Ceará	3.665	8.799	7.662	-	-	5.487
R. G. do Norte	-	4.236	3.534	-	706	4.239
Paraíba	3.231	14.222	9.697	-	-	7.112
Pernambuco	2.582	14.179	20.552	-	769	4.615
Alagoas	629	2.516	6.919	-	-	1.258
Sergipe	1.466	8.066	9.533	-	1.100	2.567
Bahia	8.174	35.608	48.027	784	-	14.670
Região Sudeste	13.938	58.713	74.639	-	1.200	32.075
Minas Gerais	13.938	44.186	60.497	-	-	21.367
Espírito Santo	-	4.195	6.597	-	1.200	4.800
Rio de Janeiro	-	-	657	-	-	1.316
São Paulo	-	10.332	6.888	-	-	4.592
Região Sul	8.537	27.785	41.245	-	-	12.061
Paraná	2.686	8.734	12.765	-	-	3.840
Santa Catarina	717	2.150	5.732	-	-	4.299
R. G. do Sul	5.134	16.901	22.748	-	-	3.922
Região Centro-Oeste	3.105	13.329	15.721	-	-	7.856
M. G. do Sul	1.325	2.210	3.093	-	-	1.768
Mato Grosso	876	5.694	7.006	-	-	3.504
Goiás	904	5.425	4.973	-	-	2.260
Distrito Federal	-	-	649	-	-	324

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Microdados)
Elaboração: Fundação Abrinq

O TRABALHO INFANTIL NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO BRASIL

Para muitas famílias a realidade no campo não é das melhores. É o que mostra o alto índice de trabalho infantil na agricultura.

Desde 2015, o Brasil e outros 192 países adotaram uma nova agenda de desenvolvimento – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contendo 17 objetivos e 169 metas que devem ser cumpridos por todos os países do mundo. A erradicação do trabalho infantil foi incluída como uma das metas do ODS 8. O texto da meta 8.7 diz que os países devem “tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas”.

O cenário atual nos mostra que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Entretanto, é fundamental uma revisão das estratégias de diagnóstico e proposição de soluções e políticas públicas voltadas para o novo perfil do trabalho infantil que emerge após anos consecutivos de redução do indicador.

DIREITO À SAÚDE, À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

O meio rural brasileiro sofreu grandes transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas, contudo inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento almejado. Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que poderiam conferir aumento da qualidade de vida dessa parcela da população.

“ELES CRIARAM UMA UPA DENTRO DA MINHA COMUNIDADE, MAS COM ATENDIMENTO PRECÁRIO, E NA MAIORIA DAS VEZES ESTÁ FECHADA. POR SER MUITO DISTANTE, OS PROFISSIONAIS NÃO QUEREM TRABALHAR LÁ. ATRAVESSA DE BALSA, É DIFÍCIL ACESSAR(...)”

(Representante quilombola da Oficina da região Norte)

Acredita-se que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e a expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Nesse cenário, a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos.

“(...) TEM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS, MAS PARA COISAS QUE SEJAM A MAIS TEM QUE IR PRA CAPITAL”.

(Representante da Oficina da região Norte)

A qualidade de vida tem sido preocupação constante do ser humano desde o início de sua existência e, atualmente, constitui um compromisso pessoal a busca contínua de uma vida saudável. Assim, para enfrentar este desafio de aumentar a qualidade de vida da população jovem do campo, evitando o êxodo rural e as desigualdades sociais, a alternativa é melhorar continuamente os serviços prestados, principalmente por meio de políticas públicas adequadas.

DIREITO À SAÚDE, À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

“(…) A JUVENTUDE SAI DA COMUNIDADE POR CONTA DE POUCA OPORTUNIDADE. O JOVEM NÃO TEM ACESSO AOS PROGRAMAS E PROJETOS QUE FACILITARIAM A PERMANÊNCIA DELE NA COMUNIDADE (...)” (Participante oficina região Sudeste)

Nesse sentido, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural sintetiza os principais desafios e metas do jovem do campo a respeito da Qualidade de Vida em um dos cinco eixos temáticos, reunindo neste eixo as principais questões envolvendo os direitos dos jovens à Saúde e à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.

A saúde é considerada alicerce essencial que sustenta e alimenta o crescimento, a aprendizagem, o bem-estar pessoal, a satisfação e o enriquecimento social, a produção econômica e a cidadania construtiva. É a primeira e mais importante forma de riqueza para a vida, construída pelos próprios indivíduos, no seu cotidiano, e dentro de suas possibilidades. Vista como um fenômeno multidimensional, a saúde abrange uma combinação de fatores biológicos, genéticos, organicistas, físicos, psicológicos e sociais, que mapeiam os diferentes contextos nos quais o ser humano se insere. Mais ainda, de acordo com o Ministério da Saúde, ela envolve um conjunto de direitos de todos os seres humanos ao bem-estar físico, psicológico e social, em seus ambientes mais diversificados.

“TODAS AS COMUNIDADES INDÍGENAS TÊM POSTO DE SAÚDE E A POPULAÇÃO DAS VILAS TEM SAMU. TEM UM HOSPITAL EM ALTO ALEGRE QUE ESTÁ EM REFORMA, TEM CIRURGIA. ESTÁ AVANÇADO, SE UMA PESSOA QUEBRA A PERNA NÃO FICA DIAS ESPERANDO, LÁ MESMO CONSEGUE RESOLVER”.

“TEM UM POSTO DE SAÚDE GRANDE, MAS SEM FUNCIONAR, COM EQUIPAMENTOS, MAS SEM USO. PARA SER ATENDIDO TEM QUE IR LÁ PERTO DA BR (...) A SAÚDE ESTÁ ABANDONADA”.

“TEM APENAS UMA UNIDADE BÁSICA, PARA TODAS AS COMUNIDADES INDÍGENAS. DIFICULDADE DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE CHEGAREM LÁ. OS MÉDICOS NÃO CUMPREM CARGA HORÁRIA, PASSAM ATÉ UM MÊS SEM APARECER NA UNIDADE. ENFERMEIROS ACABAM ASSUMINDO FUNÇÕES QUE NÃO SERIAM DELES. ATÉ PARA PARIR, TEM QUE IR ATÉ PALMAS QUANDO É GESTAÇÃO DE RISCO, E DEPENDEM DA DISPONIBILIDADE DE CARROS”.

“COM RELAÇÃO À SAÚDE, A PESSOA ADOECE E EM UM MÊS VEM A ÓBITO, NÃO SEI QUANTOS FORAM PELA DOENÇA DE CHAGAS, MAS É ASSOCIADA À PÉSSIMA ROTINA DE TRABALHO E NÃO SE ALIMENTAM DIREITO, FORAM MAIS DE 10 MORTES NO ÚLTIMO ANO, SÓ ENTRE JOVENS, DEVERIA VER COMO ESTÁ A QUALIDADE DAS ÁGUAS E DO SOLO, PRA MELHORAR AS CONDIÇÕES”.

“OUTRA QUESTÃO PREOCUPANTE DA ÁREA DA SAÚDE É O AUMENTO DO ÍNDICE DE PESSOAS COM HIPERTENSÃO E DIABETES, QUE SE ELEVOU BASTANTE. RELACIONADO AO CONSUMO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS. E ASSIM, PRODUZEM MENOS PRODUTOS AGRÍCOLAS”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

DIREITO À SAÚDE, À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

Na concepção do SUS, a saúde não se encerra apenas na ausência de doenças ou na prevenção de comportamentos de risco. Ela está relacionada à qualidade de vida do jovem, alcançada por meio da satisfação pessoal e do desenvolvimento de competências sociais, e, também, da manutenção relativamente duradoura de comportamentos que promovam o seu desenvolvimento e saúde. Portanto, o desenvolvimento saudável do jovem ou adolescente não está pautado, unicamente, na garantia de sobrevivência ou no cuidado de problemas denominados orgânicos. Ele está associado, também, a condições físicas e a aspectos psicológicos e socioambientais, que permitem que jovens e adolescentes possam lidar com as transformações esperadas para esta fase do curso de vida e com os desafios impostos pelo contexto social e histórico em que vivem. Nesse sentido, a atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens apresenta-se como um desafio, por tratar-se de um grupo social em fase de grandes e importantes transformações psicobiológicas articuladas a um envolvimento social e ao redimensionamento da sua identidade e dos novos papéis sociais que vão assumindo.

“SAÚDE MENTAL TEM ALTO ÍNDICE DE SUICÍDIO, ENTRE 18 E 24 ANOS GERALMENTE, ALGUNS RELATAM QUE É DEVIDO A UMAS COISAS TRADICIONAIS QUE ELES TÊM E QUE TÊM QUE CUMPRIR, OUTROS RELATAM QUE É DEVIDO À OCIOSIDADE DO JOVEM QUE AO CHEGAR À CIDADE NÃO ATINGE EXPECTATIVAS E FICA DEPRIMIDO, ISSO NO ENSINO MÉDIO”.

(Representante da Oficina da região Norte)

Em 2011, o Governo lançou o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), voltado às famílias que viviam com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa. Em quatro anos, as ações do BSM retiraram 22 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. Atualmente o MDA repassa aproximadamente R\$ 2,4 bilhões para 13,8 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Contudo, o Brasil ainda apresenta injustiças na distribuição da riqueza, com amplos setores de sua população vivendo em condições de pobreza que não lhes permitem o acesso às mínimas condições e aos bens essenciais à sua saúde. A pobreza se manifesta na falta de emprego, de moradia digna, de alimentação adequada, de sistema de saneamento básico, de serviços de saúde, de educação e de mecanismos de participação popular na construção das políticas públicas.

A população rural brasileira caracteriza-se por uma diversidade de raças, etnias, povos, religiões, culturas, sistemas de produções e padrões tecnológicos, segmentos sociais e econômicos, de ecossistemas e de uma rica biodiversidade, entretanto não há como negar evidências das desigualdades em saúde impostas a estas populações.

Dados sobre as condições de vida e saúde da população do campo revelam uma situação de iniquidade quando comparadas à população urbana. No campo, é maior a porcentagem de mortalidade infantil e insalubridade. Do total de pessoas que vivem no campo, 25,5% enfrentam uma situação de extrema pobreza, 71% são negros e 26% são analfabetos. Em relação à cobertura de saneamento, apenas 28,9% dos domicílios são ligados à rede de abastecimento de água potável com canalização interna. No tocante às condições de saúde, ainda permanecem doenças infectoparasitárias decorrentes da precária situação de saneamento. São frequentes as lesões por esforços repetitivos, os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e morbidades relacionadas à intoxicação por agrotóxicos e metais pesados. Tais aspectos revelam a existência de um perfil epidemiológico diferenciado para a população do campo.

A morbidade referida no meio rural aponta para uma maior porcentagem de indivíduos com diarreia, vômito e com dores nos braços ou nas mãos, em relação à área urbana. Também na área rural, a falta de esgoto e de água encanada e potável é bem maior do que na área urbana, o que pode estar associado à ocorrência de doenças caracterizadas por sintomas gastrointestinais.

É nesse contexto, muitas vezes marcado por desigualdades e iniquidades em saúde, que encontramos o jovem rural. As questões que envolvem a dinâmica de vida de adolescentes e jovens moradores de áreas rurais geram situações peculiares que deveriam ser entendidas e levadas em consideração na organização da atenção à saúde. Em realidade, nessas formas de organização social, a infância é curta, sendo que a fase biológica da adolescência é logo acompanhada das responsabilidades da vida adulta, sem que estejam claramente definidos os tempos da adolescência e da juventude, como nas organizações sociais modernas que exigem maior tempo de formação social para o desempenho das atividades produtivas da fase adulta.

Portanto, aspectos de ordem econômica, social, cultural, política e ambiental compõem os determinantes sociais da saúde, que exercem uma influência direta sobre a qualidade de vida do jovem rural. Em geral, os jovens rurais possuem necessidades particulares no campo da saúde, envolvendo o conteúdo, a forma e a própria linguagem da atenção a que têm direito. Obstáculos enfrentados em suas vidas provocam comportamentos que muitas vezes correspondem a uma estratégia de resistência e desembocam em situações de risco

“É NECESSÁRIO QUE LEVATEMOS ESSA BANDEIRA DA AGROECOLOGIA. RECENTEMENTE, A AGROECOLOGIA CONSEGUIU ENTRAR OFICIALMENTE NO NOSSO CURRÍCULO, E ESTAMOS FORMANDO UM NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA NA NOSSA UNIDADE SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, EDUCAÇÃO NO CAMPO E ENSINO DE AGROECOLOGIA, TENTANDO FAZER A PONTE COM A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, QUE INCLUSIVE TAMBÉM ESTÁ DESENVOLVENDO O PROJETO JOVENS CIDADÃOS AGROECOLÓGICOS, E TEMOS DOIS EGRESSOS E UM ESTUDANTE QUE FAZEM PARTE DESTES PROJETO. ENTÃO, DE ALGUMA FORMA, A GENTE OBSERVA QUE ESTAS QUESTÕES ESTÃO CHEGANDO NO TERRITÓRIO COM MAIS FORÇA”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

e vulnerabilidade. Os jovens do campo aparecem, então, ligados a temas como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, drogas, intoxicação pelo uso inadequado de agrotóxico nas lavouras e casos de violência resultantes do envolvimento em conflitos pelo uso da terra.

Foi gerada uma nova sistematização do entendimento da área de saúde e meio ambiente e sustentabilidade, agrupando propostas em temas principais como agrotóxicos, alimentos orgânicos, saneamento básico, gravidez na adolescência, álcool e drogas, saúde nas escolas, cursos técnicos para a área de agricultura familiar e agroecologia e educação ambiental, como disciplina.

USO DE AGROTÓXICO

Um aspecto importante quando se trata da saúde da população jovem do campo diz respeito ao uso de agrotóxicos. A preocupação com a presença de agrotóxicos nos alimentos é tão antiga quanto a introdução destes produtos químicos no controle de pragas e doenças que afetam a produção agrícola. O uso indiscriminado de agrotóxico causa danos à saúde do jovem trabalhador e do meio ambiente. O contato do agrotóxico com o homem pode-se dar por meio do trabalho com o manuseio e aplicação do produto químico nas lavouras sem o uso correto dos equipamentos de proteção individual e a partir de resquícios presentes em alimentos que chegam à mesa do consumidor.

Especialistas alertam para os diversos males causados pelos agrotóxicos, mas chamam atenção, sobretudo, para as intoxicações em longo prazo. Os efeitos dos agrotóxicos dividem-se basicamente em intoxicações agudas e crônicas. As primeiras ocorrem quando a pessoa, ao ser diretamente exposta a produtos químicos, apresenta sintomas mais imediatos como tontura, náusea, dor de barriga e diarreia. Já a intoxicação crônica se dá quando a pessoa é exposta a doses pequenas, porém cotidianas, tanto no manuseio como no consumo de alimentos contaminados. Essa exposição gradual é responsável por problemas mais sérios a longo prazo, como câncer, doenças endócrinas e do sistema nervoso.

Os danos ambientais causados pelo uso do agrotóxico referem-se à chegada do produto em lençóis freáticos, solo e fauna. Ao contaminar corpos d'água, o agrotóxico pode chegar a fontes de abastecimento humano e causar danos à saúde da população abastecida. Quanto à fauna, o agrotóxico poderá causar um desequilíbrio na vida aquática dos peixes, provocando um aumento de mortalidade. No solo, o uso excessivo de pesticidas e adubo provoca sua acidez, diminuindo a disponibilidade de nutrientes no solo e fazendo com que as plantas tenham acesso a concentrações de metais pesados no solo, o que lhes geraria toxicidade. Propagar a informação dos seus danos e conscientizar a população são algumas das medidas para prevenir a contaminação do meio ambiente e preservar a saúde das pessoas que entram direta ou indiretamente em contato com os resíduos do agrotóxico.

Em abril de 2015, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) divulgou um relatório sobre o uso de agrotóxicos nas lavouras do país e seus impactos sobre o meio ambiente e a saúde. Segundo o Instituto, o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Em 2014 foram consumidas 500 mil toneladas de veneno, 20% de todo agrotóxico comercializado no mundo. Em virtude de ser o maior exportador de diversos produtos agrícolas, tais como: soja, açúcar, etanol, carne de boi e de frango, café e tabaco, o Brasil está cada vez mais dependente dos agrotóxicos e fertilizantes químicos em seus processos produtivos agrícolas.

Se o cenário atual já é suficientemente preocupante, do ponto de vista da saúde pública, as perspectivas são de agravamento dos problemas nos próximos anos. Os impactos à saúde pública são amplos e podem atingir vastos territórios e envolver diversos grupos populacionais de diferentes faixas etárias, como trabalhadores de diversos ramos de atividades, moradores do entorno de fábricas e fazendas, além de todos os consumidores de alimentos.

Uma reportagem divulgada no dia 9 de outubro de 2015 pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra apontou que a desinformação e o analfabetismo funcional presente na zona rural dificulta a compreensão das informações nos rótulos dos venenos para quem o manipula, configurando um fator de risco para os mesmos. Segundo o IBGE, mais da metade (56,3%) dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica

necessária para garantir a saúde de seus usuários. Este resultado é particularmente revelador quando relacionado ao nível de instrução. Dos produtores com instrução igual ou inferior ao ensino médio incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica. Nos estabelecimentos onde houve aplicação de agrotóxicos, 77,6% dos responsáveis pela direção declararam ter ensino fundamental incompleto ou nível de instrução menor. Como as orientações de uso de agrotóxicos que acompanham tais produtos são de difícil entendimento, o baixo nível de escolaridade, incluindo os 15,7% que não sabem ler e escrever, está entre os fatores socioeconômicos que potencializam o risco de intoxicação pelo produto.

A implantação inicial dos produtos químicos no campo foi forçada e sem acompanhamento de uma comunicação que esclarecesse os malefícios do produto. Esta realidade configurou uma necessidade para que as escolas implementassem o estudo de experiências vividas por trabalhadores no campo e a introdução de conceitos de medicina moderna, tecnologia agrícola, novidades de mídia e outras, sem que a realidade rural ficasse estática e isolada.

“(...) TEMOS UMA ALIMENTAÇÃO QUE É HIPERINDUSTRIALIZADA NAS CIDADES, QUE DEIXA A NOSSA JUVENTUDE DOENTE E QUE DEIXA DANOS INIMAGINÁVEIS A NOSSA VIDA, COMO OS AGROTÓXICOS E OS ANABOLIZANTES NAS CARNES. TEMOS QUE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL (...)”

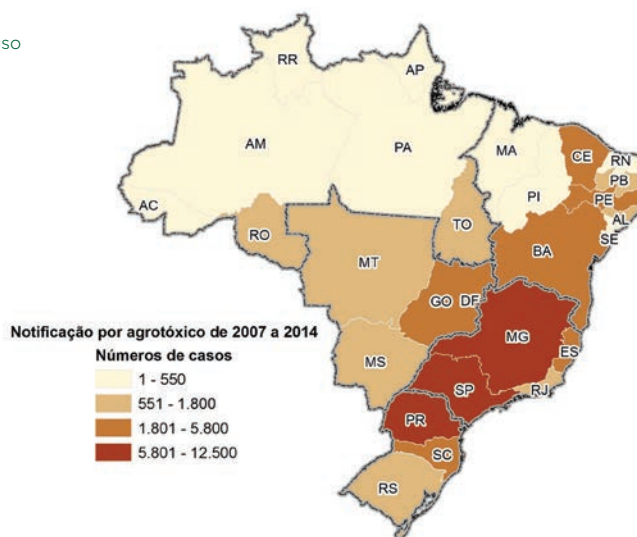
(Representante da Oficina da região Norte)

A falta de políticas públicas de saúde que definam ações de vigilância e monitoramento das populações expostas e as deficiências estruturais que limitam os diagnósticos dos efeitos de longo prazo (como a falta de laboratórios de toxicologia, com equipamentos e metodologias atualizadas, principalmente no setor público de saúde) são fatores determinantes do atual perfil epidemiológico das doenças causadas por produtos agrotóxicos, que constituem uma epidemia nacional que acomete todos os segmentos da população rural e urbana do país.

A Figura 20 apresenta os casos de intoxicações por agrotóxicos no Brasil entre 2007 e 2014, registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Os estados que mais notificaram casos de intoxicação exógena por agrotóxicos, no período de 2007 a 2014, foram São Paulo (12.562 casos), Paraná (10.967 casos), Minas Gerais (10.625 casos) e Pernambuco (5.734 casos). O Acre (um caso) foi o estado que menos notificou.

FIGURA 20: NOTIFICAÇÃO DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICO DE USO AGRÍCOLA POR ESTADO.

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde



USO DE AGROTÓXICO

O aspecto que mais chama a atenção no mapa é a grande concentração de casos de intoxicações notificados, especialmente no Centro-Sul do país (Figura 21).

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde

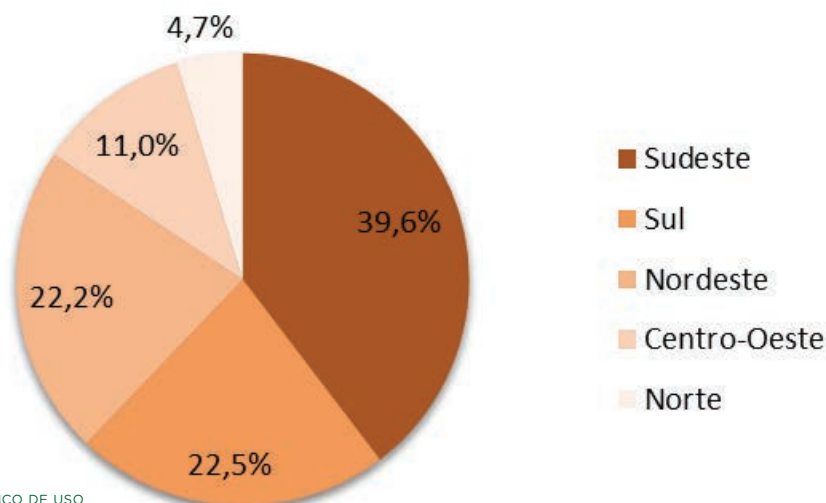


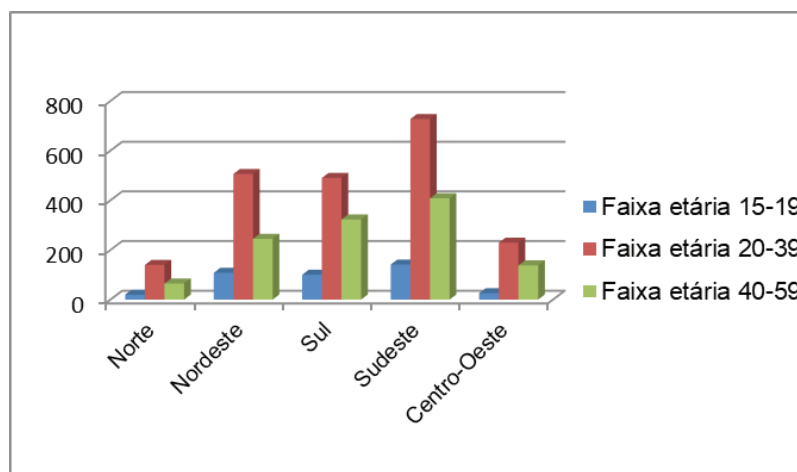
FIGURA 21: PERCENTUAL DE NOTIFICAÇÃO DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICO DE USO AGRÍCOLA POR REGIÃO.

Leva-se em conta, ainda, que as agências internacionais de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), consideram que, em países como o Brasil, onde existem graves problemas na estrutura da saúde pública, podem ocorrer subnotificações dos casos de intoxicações por agentes químicos em geral, inclusive os agrotóxicos. Essas subnotificações são decorrentes de diversos fatores, entre eles, dificuldade de acesso dos agricultores às unidades de saúde, inexistência de centros de saúde em regiões produtoras importantes, além da dificuldade de diagnóstico e de relacionar os problemas de saúde com a exposição a agrotóxicos. De acordo com a FIOCRUZ, essa subnotificação é na ordem de 1:50, ou seja, a cada intoxicação notificada, existem outros 50 casos não notificados. Os casos indicados no mapa representam, portanto, apenas 2% do total. Por conseguinte, é possível que tenham ocorrido 1.250.000 casos de intoxicações por agrotóxico de uso agrícola no período analisado.

A Figura 22, a Figura 23 e a Figura 24 revelam os casos de intoxicação por agrotóxicos agrícolas segundo faixa etária nas regiões brasileiras entre 2015 e 2017, registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

FIGURA 22: CASOS DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS AGRÍCOLA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA EM 2015.

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net



USO DE AGROTÓXICO

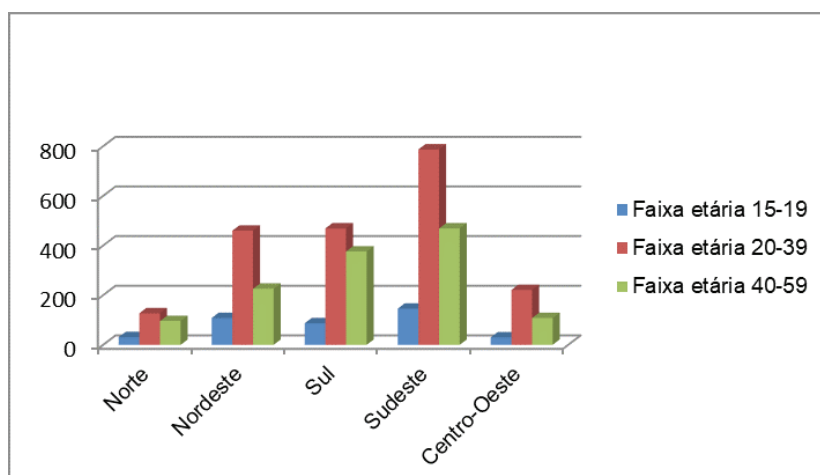


FIGURA 23: CASOS DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS AGRÍCOLA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA EM 2016.

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

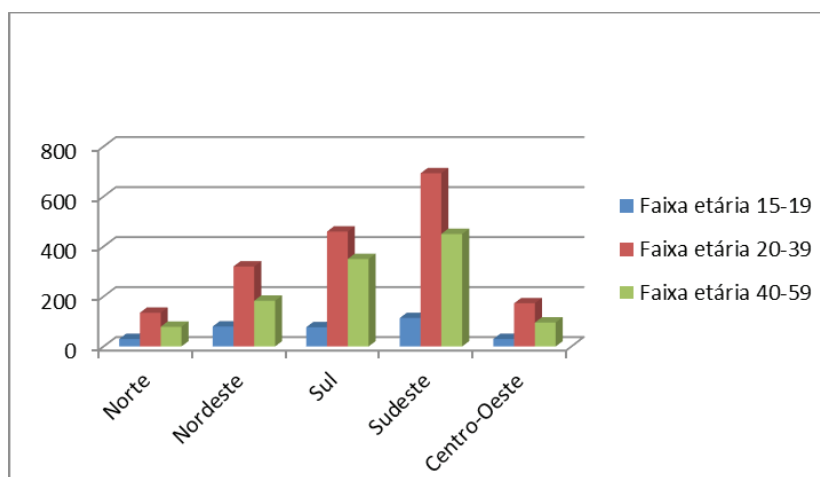


FIGURA 24: CASOS DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS AGRÍCOLA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA EM 2017.

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net

Os resultados apontam uma maior incidência de casos de intoxicação por agrotóxicos agrícolas em pessoas na faixa etária de 20 a 39 anos em todas as regiões do país. Nos anos avaliados, a região Sudeste foi a que apresentou o maior número de registros de intoxicação, seguido pelas regiões Sul e Nordeste.

“PEGANDO PELA MINHA REGIÃO (...) NOS HOSPITAIS DOS MUNICÍPIOS, DÁ MUITA ENTRADA POR CAUSA DA PRODUÇÃO EM SI (DE FUMO), NÃO SEI DIZER EM ÍNDICE, SE TEM MUITO ÍNDICE DE CÂNCER POR ESTAR RELACIONADO COM A QUESTÃO DA PRODUÇÃO, A GENTE NÃO TEM ESSE DADO AQUI”.

“O PARANÁ É O ESTADO COM MAIOR NÚMERO DE CASOS POR INTOXICAÇÃO DE DEFENSIVO AGRÍCOLA”.

“NA REGIÃO OESTE TAMBÉM PARECE QUE TEM UM DADO MUITO GRANDE DE CÂNCER DE PELE POR CAUSA DA PULVERIZAÇÃO AÉREA (...) ”

(Representantes da Oficina da região Sul)

ALIMENTOS ORGÂNICOS

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

A alimentação saudável na infância e na adolescência promove a saúde, o crescimento, o desenvolvimento e previne problemas de saúde, tais como a anemia por deficiência de ferro, obesidade, e cárie dental; e pode prevenir problemas de saúde em longo prazo, como doenças cardíacas, câncer, diabetes, hipertensão, osteoporose e outras.

A adolescência é a fase na qual ocorrem intensas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais. Estas mudanças fazem parte de um processo contínuo e dinâmico, que sofre influências do meio social e do ambiente onde o jovem se encontra. É na adolescência que se consolidam os hábitos alimentares para a vida adulta. Além disso, é um período de altas necessidades nutricionais que precisam ser satisfeitas para propiciar adequado crescimento e desenvolvimento da pessoa. Como é o período em que se adquire determinada independência e assumem-se responsabilidades, o adolescente fica mais vulnerável, do ponto de vista nutricional.

O atual quadro epidemiológico brasileiro caracteriza-se pela presença simultânea de doenças agudas e crônicas não transmissíveis. A desnutrição diminuiu nas últimas décadas e o sobrepeso e a obesidade aumentaram de forma considerável coexistindo com as deficiências nutricionais.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 (POF 2008- 2009) apontou que aproximadamente 20% dos adolescentes apresentam excesso de peso, além disso, há inadequação da ingestão de nutrientes como cálcio, fósforo, sódio, ferro e vitaminas A, E e C. A Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil apontou que jovens e adolescentes consumiam mais alimentos não saudáveis, como macarrão instantâneo, biscoitos recheados, sorvetes, refrigerantes, pizzas, salgados fritos/assados, salgadinhos de pacote e sanduíches, que adultos e idosos. Em contrapartida, consumiam menos frutas, legumes e verduras.

A alimentação saudável ultrapassa a ingestão de nutrientes, referindo-se também aos alimentos específicos que fornecem os nutrientes, bem como às inúmeras combinações possíveis a partir deles e as dimensões sociais e culturais do ato de comer. Por isso, os jovens precisam ser aconselhados e orientados em relação à alimentação visando à manutenção ou à recuperação de seu estado nutricional.

Uma alimentação saudável não significa uma alimentação cara ou de difícil acesso. Fazem parte de uma alimentação saudável a maioria dos alimentos in natura, tais como: feijão, arroz, milho, trigo, frutas, legumes e verduras, sementes e castanhas, que devem ser consumidos em porções adequadas todos os dias para garantir os nutrientes essenciais ao organismo. Nesse contexto, destacam-se os alimentos orgânicos, produzidos sem o uso de agrotóxicos agrícolas.

“(…) TEMOS QUE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL BASEADA EM UM MODELO VIÁVEL ECONOMICAMENTE, SUSTENTÁVEL E QUE RESPEITA NOSSA BIODIVERSIDADE. NÓS SOMOS OS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS”.

(Participante da Oficina da região Norte)

Os alimentos orgânicos estão se tornando cada vez mais populares devido aos seus benefícios para a saúde e para o meio ambiente. O alimento orgânico é produto final da agricultura orgânica, uma maneira de produção que evita o uso de fertilizantes artificiais e pesticidas. O sistema de agricultura orgânica visa produzir um alimento saudável para o consumidor final e também promove uma produção social e economicamente sustentável, recorrendo ao uso de adubo orgânico, sistemas de rotação de culturas, prevenção e controle das pragas naturais sem o uso de pesticidas. A favor da sustentabilidade ambiental, a produção de alimentos orgânicos promove a manutenção da saúde do agricultor, funciona como fonte de renda, mantém a qualidade da água e do solo e se enquadra cada vez melhor no mercado devido às pessoas procurarem cada vez mais uma alimentação equilibrada e natural, garantindo as mesmas uma vida saudável.

Agricultores familiares e assentados da reforma agrária são os dois principais grupos responsáveis pelo aumento da produção de alimentos orgânicos no Brasil. Criado em 2013, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) conta com cerca de 15 mil produtores inscritos, sendo quase 80% deles classificados como agricultores familiares. Além dos assentados e dos agricultores familiares, completam o perfil dos produtores de alimentos orgânicos no Brasil os integrantes de ecovilas, normalmente formadas por jovens que residem no meio rural. No ranking das regiões que mais produzem alimentos orgânicos, o Sudeste fica em primeiro lugar, totalizando 333 mil hectares e 2.729 registros de produtores no CNPO. Na sequência, as regiões Norte (158 mil hectares), Nordeste (118,4 mil hectares), Centro-Oeste (101,8 mil hectares) e Sul (37,6 mil hectares).

Estabelecendo uma cota mínima de preservação e valorização da produção do agricultor familiar local, a Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, instituiu que no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, dando assim, mais segurança e rentabilidades dos produtores.

Outro programa de fomento a agricultura familiar é o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que financia projetos ao pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros. No entanto, é importante esclarecer quem seria o agricultor rural. Pela Lei n.º 11.326, de 24 julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que não detém propriedade rural maior que 4 módulos fiscais, utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade e possua uma parcela mínima de renda familiar proveniente das atividades agrícolas em suas terras.

Logo, uma das vantagens dos jovens que moram no campo é a possibilidade de produzir o próprio alimento, sem o uso de agrotóxicos, e ter comida saudável e fresca sempre à mão. Acrescenta-se ainda o fato dessa parcela da população ter mais dificuldade no acesso a alimentos processados e ultraprocessados, como biscoitos, salgadinhos, macarrão instantâneo, refrigerantes, sorvetes, chocolates, hambúrgueres, entre outros que são muito consumidos por jovens e adolescentes de áreas urbanas, principalmente por serem muito convenientes, de fácil acesso e práticos. As bebidas açucaradas, como: refrigerantes, sucos industrializados, xaropes etc., merecem atenção especial, pois apresentam consumo elevado

ALIMENTOS ORGÂNICOS

entre os adolescentes. Essas bebidas são ricas em açúcar e seu consumo excessivo aumenta o risco de obesidade.

A Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil revelou que, entre a população brasileira que vive nas cidades e aquela que vive na zona rural, este último grupo é o que tem maior consumo diário de alimentos diversos, como grãos, frutas e peixes, conforme Tabela 11.

TABELA 11: CONSUMO DIÁRIO DE ALIMENTOS POR PESSOA POR LOCAL DE RESIDÊNCIA.

	ZONA URBANA	ZONA RURAL
ARROZ	156,2g	181,2g
FEIJÃO	177,9g	208,1g
PEIXES FRESCOS	17,5g	53,5g
FARINHA DE MANDIOCA	4,7g	19,1g
MANGA	3,5g	10,7g
AÇAÍ	2,2g	6,8g
BATATA-DOCE	2,1g	4,3g
REFRIGERANTE	105g	42,7g
PÃO DE SAL	56,9g	33,4g
CERVEJA	33,8g	17,5g
SANDUÍCHES	13,5g	2,2g

FONTE: IBGE, 2011

Além das informações referentes ao consumo alimentar, é muito importante que as equipes de Atenção Básica conheçam os hábitos e o estilo de vida dos jovens e adolescentes, principalmente daqueles de seu território, para verificar os caminhos adequados e viáveis para intervenções individuais ou atividades coletivas de promoção da saúde.

Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com o objetivo de promover compras governamentais para a constituição de estoques públicos e para promover a alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional com os alimentos gerados por meio da agricultura familiar.

A promoção da alimentação adequada e saudável é uma diretriz da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), fundamentando-se nas dimensões de incentivo, apoio, proteção e promoção da saúde para combinar iniciativas focadas na criação de ambientes saudáveis, no desenvolvimento de habilidades pessoais e na reorientação dos serviços de saúde na perspectiva da promoção da saúde.

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) corresponde a uma das diretrizes do PNAN e tem como enfoque prioritário a realização de um direito humano básico, que proporcione a realização de práticas alimentares apropriadas dos pontos de vista biológico e sociocultural, bem como o uso sustentável do meio ambiente.

No que concerne ao saneamento, a Constituição Federal de 1988 prevê que a titularidade dos serviços deve ser do município, contudo a prestação se diversifica entre companhias públicas estaduais, órgãos municipais e algumas poucas empresas privadas. Dos serviços prestados, apenas 34,5% dos domicílios nas áreas rurais são atendidos com rede de abastecimento de água com ou sem canalização interna e, dos serviços de esgotamento sanitário, apenas 5,45% dos domicílios estão ligados à rede de coleta. Pelo Censo do IBGE de 2010, 29,9 milhões de pessoas residem em áreas rurais no Brasil, o que totaliza em 8,1 milhões de domicílios. Sendo assim, cerca de 5,3 milhões de domicílios captam suas águas por outras fontes, como, por exemplo, por meio de poços ou diretamente de cursos d'água sem o devido tratamento prévio e 7,7 milhões de domicílios despejam seus efluentes em fossas sépticas, que podem estar ou não ligadas a rede coletora, depositando os dejetos em fossas rudimentares ou, ainda, diretamente em cursos d'água ou no solo a céu aberto.

A deficiência na logística de atendimento ao abastecimento e principalmente da coleta de lixo deve-se, por exemplo, à existência de moradias dispersas dentro do território municipal, o que agregaria grandes dispêndios financeiros à prefeitura para universalizar o atendimento de saneamento básico.

No tocante a resíduos sólidos, isto tem se tornado um problema agravante, devido ao tipo de lixo que atualmente é gerado nessas áreas. Antes do desenvolvimento industrial e econômico, os resíduos eram formados basicamente por compostos orgânicos, sendo estes facilmente biodegradáveis, no entanto, o cenário está configurado com a produção de matéria orgânica, plástico, metal, vidro, papel, papelão e outros, onde pode-se citar as embalagens e sobras de agrotóxicos e produtos veterinários.

Quando se encontra uma gestão de resíduos sólidos inoperante ou ineficaz no meio rural, os resíduos, em sua maioria, devastam e degradam o meio ambiente. Ações como incineração do lixo causam poluição atmosférica e a disposição do lixo a céu aberto e perto de corpos d'água provoca poluição do solo e da água, além de criar ambientes propícios para a proliferação de doenças.

Buscando-se medidas mitigadoras da poluição a partir da educação ambiental e do cumprimento de políticas ambientais, como a PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), temas como reciclagem, coleta seletiva, compostagem, reutilização e logística reversa estão sendo cada vez mais aderidos na sociedade. Como medida incentivadora, o Ministério do Meio Ambiente adota como meta os 17 objetivos estipulados pela ONU quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como estes podem ser transversalizados para a juventude.

Com um papel importante para a manutenção do sistema de reciclagem, a valorização e integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, além de estar prevista na PNRS, é promovida pelo Programa Cataforte, por meio de parcerias estabelecidas pela Secretaria-Geral do Governo, que visa possibilitar a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem, de modo que estejam aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.

SANEAMENTO BÁSICO

A reduzida oferta da rede pública de abastecimento de água na zona rural juntamente com fatores como poluição das fontes hídricas disponíveis, variabilidade climática e baixa renda dificultam o acesso regular à água potável. Como dito anteriormente, o acesso à água realiza-se muitas vezes por meio de poços, açudes, cisternas, carro-pipa, barreiros e outros.

No caso do semiárido brasileiro, a presença de rios intermitentes prejudica a extração contínua de água ao longo do ano e a água subterrânea normalmente é salinizada, o que iria requerer tratamentos de altos custos. Uma medida para retardar os efeitos pela falta de abastecimento de água é a captação da água da chuva, que é direcionada a cisternas criadas para atender o próprio domicílio ou até mesmo produções agrícolas. Por isso, a gestão dos recursos hídricos tem se dado de forma local e comunitária. Um exemplo de soberania local quanto à gestão de água é dado e estimulado pelo Projeto Cisternas nas Escolas, que busca envolver todos os atores da sociedade na busca de soluções à falta de água no meio rural, discutindo-se o direito à água de qualidade e o uso sustentável desse bem.

Também é referência, inclusive em âmbito internacional, o programa Um Milhão de Cisternas, financiado desde 2003 pelo Governo Federal. O projeto é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social com objetivo de promover o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos pela agricultura familiar. Para isso, utiliza tecnologias de baixo custo e simples manuseio. São usadas principalmente as cisternas de placa, que armazenam a água para uso na época em que não chove na região do semiárido brasileiro. O público do programa são famílias rurais de baixa renda. A meta era construir 1 milhão de cisternas, objetivo alcançado em 2014. A meta já foi ultrapassada em mais de 250 mil unidades desde então.

“QUEM ALIMENTA O BRASIL EXIGE RESPEITO”.

(Representante da Oficina da região Norte com relação à dificuldade de acesso à água pela comunidade)

No que diz respeito à qualidade da água e uso potável da mesma, tem-se que os poluentes geralmente encontrados na água do meio rural são argilas suspensas, matéria orgânica, patógenos originados de fossas sépticas, além de pesticidas e fertilizantes utilizados nas culturas agrícolas, porém os pesticidas, fármacos e hormônios dissolvidos na água raramente são eliminados, mesmo por processos de tratamentos de água utilizados pelas companhias de abastecimento público, por isso a prevenção para que seus compostos não cheguem aos mananciais de água deve ser controlada e prevenida de modo eficaz.

ÁLCOOL E DROGAS

Nas últimas décadas, os padrões de morbimortalidade sofreram modificações profundas, sendo que a predominância das mortes deixou de ser ocasionada por doenças infectocontagiosas para ser decorrente de doenças ligadas às mudanças no estilo de vida. Esse processo é conhecido como transição epidemiológica e afeta todos os países. Entre os comportamentos prejudiciais à saúde, destaca-se o consumo de álcool e outras drogas.

A carga global de morbidades relacionadas ao uso de álcool e drogas ilícitas equivale a 5,4% do total de doenças. Na população brasileira, o consumo de drogas ilícitas tem sido considerado um fator causador de morbimortalidade, sobretudo, por doenças crônicas não transmissíveis, infecciosas, transtornos mentais e dependência física e psíquica. Nesse

sentido, drogas são compreendidas como toda substância natural ou sintética, que pode ser inalada, ingerida ou administrada, e que causa alterações nas estruturas e funções orgânicas, modifica o comportamento e gera dependência. A prevalência do uso de drogas é maior em determinadas populações-chave, como adolescentes e adultos jovens, pacientes com transtorno mental e indivíduos de comunidades rurais.

A adolescência é uma fase do crescimento e desenvolvimento humano, caracterizada por mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais importantes para a afirmação e consolidação de hábitos na vida adulta. É a faixa etária de maior vulnerabilidade para experimentação e uso abusivo de drogas, e os motivos que levam ao aumento do uso dessas substâncias são diversos e complexos. Alguns fatores podem estar relacionados a essa fase da vida, como a sensação juvenil de onipotência, o desafio à estrutura familiar e social, a curiosidade, a impulsividade, a pressão e a aceitação pelos seus pares e a busca de novas experiências. É nessa fase, em que existe a pressão dos grupos de pertencimento, que o indivíduo é mais vulnerável às influências dos outros na aquisição de diversos comportamentos de risco. Porém, são os valores intrínsecos e as atitudes adotadas pelos pais, os principais norteadores da conduta dos filhos, que oferecem proteção ou risco para os jovens, inclusive para o consumo de álcool e demais drogas.

“(…) USO CRESCENTE DE DROGAS POR CRIANÇAS NAS COMUNIDADES. PERGUNTA-SE, SE A FALTA DE ENTRETENIMENTO OU DE POLÍTICAS PARA JOVENS NÃO LEVA A ESSE USO. RESSALTA QUE A REALIDADE DE QUEM MORA NA CIDADE É DIFERENTE DE QUEM MORA NO CAMPO, DO PONTO DE VISTA DE OPÇÕES DE CULTURA E LAZER, INCLUSIVE. DESTACOU TAMBÉM O AUMENTO DE CASOS DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DSTS) NAS ÁREAS RURAIS”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

Investigações têm demonstrado que populações de comunidades rurais apresentam vulnerabilidade para o consumo e problemas relacionados ao uso de drogas ilícitas, quando comparadas à população urbana. Problema que avança indiscriminadamente nos grandes centros urbanos, o uso de entorpecentes encontrou solo fértil também no meio rural. Embora seja um tema ainda cercado de tabus, os depoimentos de quem vive o dia a dia no campo revelam que o uso de drogas dissemina-se também entre trabalhadores rurais, assim como em outras categorias. Os prejuízos são notáveis, especialmente para a saúde de homens e mulheres no auge da capacidade produtiva que, muitas vezes, dependendo da substância usada, podem ter o resto da vida comprometido. Em geral, essas populações são constituídas por indivíduos com renda e escolaridade baixas, com precárias condições de trabalho e dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

“NÃO ENCONTRANDO NENHUM APOIO, CASA, ALIMENTAÇÃO, ACABAM SENDO MULAS DE DROGAS E OUTROS PROBLEMAS QUE ELES ENFRENTAM. ALCOOLISMO TEM ASSOLADO NOSSA JUVENTUDE”.

(Participante da Oficina da região Centro-Oeste)

Qualquer tentativa no sentido de prevenção da dependência de drogas na juventude e adolescência precisa levar em consideração que o uso de drogas não pode ser tratado de forma simples, pois atuar na prevenção requer considerar que o adolescente está pleno de desejos, vontades e atuações.

ÁLCOOL E DROGAS

O álcool na juventude e adolescência é fenômeno complexo, multifatorial e socialmente determinado. Participam da cadeia descritiva das causas do uso do álcool diversos fatores sociodemográficos no contexto dos ambientes familiar e escolar, além de outros fatores, como a relação com amigos e outros adolescentes. Os fatores que controlam a oferta, o acesso e o marketing envolvendo as bebidas alcoólicas são fundamentais para se compreender o contexto social, pois ultrapassam os fatores individuais. O álcool é a substância psicotrópica considerada droga legal mais utilizada por adolescentes no Brasil e no mundo. Seu consumo nesse grupo é preocupante, tanto pela maior tendência à impulsividade e atividades de risco, nessa fase da vida, quanto pelo prejuízo ao desenvolvimento cerebral na infância e na adolescência, determinando repercussões durante a vida adulta. O consumo de bebidas alcoólicas compromete, sobretudo, a região cortical, afetando negativamente o desenvolvimento.

Álcool é a principal causa de morte e acidentes para jovens e adolescentes do sexo masculino entre 15-24 anos de idade em todas as regiões do mundo e também para adolescentes do sexo feminino nos países desenvolvidos e nas Américas. O consumo abusivo de bebida alcoólica pode causar problemas psicossociais, emocionais e orgânicos. É uma das queixas mais frequentes na Unidade Básica de Saúde, sendo a oportunidade para detectar o risco de uso crescente e o padrão de uso, como rotina, em adolescentes. Deve-se ressaltar que o álcool é um dos responsáveis pelos elevados índices de mortalidade por acidentes entre adolescentes e jovens. O uso de álcool pelos pais e grupos de amigos é o principal fator de influência para o consumo entre os adolescentes. Assim como no uso de outras drogas, os motivos que levam um adolescente a beber são vários: curiosidade, por prazer, para esquecer seus problemas, agir de acordo com o grupo, entre outros.

Segundo estudos científicos citados no guia, quase 40% dos adolescentes brasileiros experimentaram álcool pela primeira vez entre 12 e 13 anos, em casa. A maioria deles bebe entre familiares e amigos, estimulados por conhecidos que já bebem ou usam drogas. Entre adolescentes de 12 a 18 anos que estudam nas redes pública e privada de ensino, 60,5% declararam já ter consumido álcool.

A precocidade de início do uso de álcool é um dos fatores preditores mais relevantes de problemas futuros. O consumo antes dos 16 anos de idade aumenta significativamente o risco para beber em excesso na idade adulta, em ambos os sexos. Pesquisas indicam que quanto menor a idade mínima legal para o consumo de bebidas, maiores as possibilidades de ocorrência de acidentes de trânsito relacionados ao álcool, de traumatismos acidentais, homicídios, suicídios e acidentes com armas de fogo.

“(…) NA ÁREA RURAL É MAIS UMA QUESTÃO DO ÁLCOOL DO QUE DAS DROGAS, O ÁLCOOL É MUITO PRESENTE, ÀS VEZES É MAIS QUE NA CIDADE O CONSUMO DE ÁLCOOL (…). O CIGARRO PARECE QUE É UMA COISA DO PESSOAL MAIS VELHO, NA MINHA REGIÃO NÃO É TÃO PRESENTE NA JUVENTUDE (…). DE 15 JOVENS, UM FUMA E TODOS BEBEM, NÃO QUE SEJA O ALCOOLISMO EM SI, MAS É MUITO MAIS PRESENTE DO QUE ANTES. JÁ AS DROGAS, POR EXEMPLO, A MACONHA, JÁ NÃO É TÃO PRESENTE NA ÁREA RURAL AO MEU VER”.

(Participante da Oficina da região Sul)

O consumo de drogas ilícitas, tanto em áreas urbanas, quanto rurais, é consistentemente maior entre a faixa etária de 25 a 34 anos; pessoas do sexo masculino; indivíduos mais escolarizados e que não vivem com o companheiro. Em relação à raça/cor, apenas a maconha apresenta diferenças percentuais, sendo mais utilizada entre indivíduos que se declaram de raça/cor preta, enquanto que, entre as outras drogas ilícitas, não existem diferenças relevantes

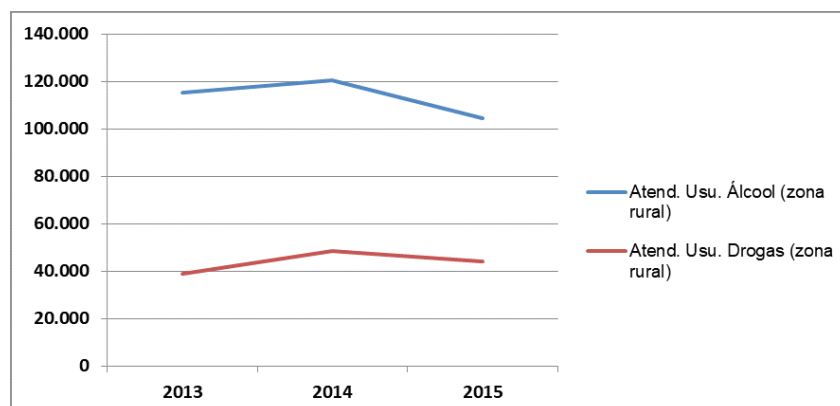


FIGURA 25: Nº DE ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL E DROGAS NA ZONA RURAL NO PERÍODO DE 2013 A 2015.

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB do Ministério da Saúde

Ao analisar os levantamentos referentes aos atendimentos de usuários de álcool e drogas na zona rural brasileira (Figura 25), nota-se a existência de uma lacuna de dados sobre a população jovem do campo. De acordo com os dados do Sistema de Informação de Atenção Básica do Ministério da Saúde, verifica-se, no período de 2013 a 2015, um maior número no atendimento de usuários de álcool em relação aos usuários de drogas, com uma queda expressiva entre 2014 e 2015 no atendimento de usuários de álcool.

A questão das drogas lícitas e ilícitas deve ser tratada como problema de saúde pública e ser integrada às políticas governamentais vigentes. As estratégias de prevenção dos diversos problemas que ocorrem com os adolescentes devem constar dos programas de saúde pública adotados pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal). Os riscos imediatos e de longo prazo advindos do uso de álcool por crianças e adolescentes reforçam a necessidade de desenvolver programas efetivos de prevenção e de tratamento.

“(…) USO DE DROGAS LÍCITAS, MAS TEM SIDO BASTANTE COMUM DE OUVIR NO DEPOIMENTO DOS JOVENS A DEPRESSÃO, ENTÃO AS DROGAS LÍCITAS ELAS SÃO (TÊM) UM AUTOCONSUMO NA JUVENTUDE RURAL ... ALTO ÍNDICE DE CONSUMO DE DROGAS LÍCITAS, OU SEJA, TRATAMENTO DE DEPRESSÃO, MUITO CONSUMO DE ÁLCOOL, POUCA UTILIZAÇÃO DO CIGARRO DE TABACO, MAS O ÁLCOOL REALMENTE É MUITO FORTE E UMA DAS ATRIBUIÇÕES QUE ELES (JOVENS) DÃO PARA A QUESTÃO DA PRÓPRIA DEPRESSÃO, TANTO EM MULHERES QUANTO EM HOMENS, É A FALTA DE ÁREAS DE LAZER, DE ATIVIDADES DE LAZER NA ÁREA RURAL ... TRABALHAM, DAÍ NO FINAL DE SEMANA ELE VAI NA BODEGA TOMAR UM TRAGO, OU ELE VAI NA FESTA QUE TEM NA COMUNIDADE QUE TEM PRÓXIMA, OU ELE SAI E VAI NA CIDADE, MAS A GENTE SABE PERFEITAMENTE QUE AS CIDADES DO INTERIOR ELAS NÃO TÊM, MESMO NA CAPITAL, ... ATIVIDADES VOLTADAS AO LAZER... O TRABALHO EXCESSIVO, QUE TRABALHA COM FUMO POR EXEMPLO, O TEMPO TODO TEM QUE ESTAR LÁ, MESMO COM A AGRICULTURA, O GADO DE LEITE, SÃO ATIVIDADES QUE ELES TRABALHAM ... 24 HORAS POR DIA, PRATICAMENTE, E O LAZER ACABA FICANDO DE LADO E ISSO CAUSA UM PROCESSO DE DEPRESSÃO BASTANTE GRANDE”.

(Participante da Oficina da região Sul)

ÁLCOOL E DROGAS

O critério sobre investimento de recursos e políticas públicas direcionadas à prevenção, na realidade brasileira, ainda é muito incipiente. A implementação do Programa Nacional de Prevenção da Saúde ainda se mostra insuficiente para sua apropriação por parte dos gestores, ao mesmo tempo que apresentam um desejo manifesto em potenciá-la. Não há indicadores para as ações de promoção da saúde nos municípios, situação que denota a insuficiência de instrumentos de monitoramento e avaliação, podendo contribuir para a invisibilidade de alguns resultados. Portanto, é possível compreender que há necessidade de se estabelecer indicadores de acompanhamento para as ações de promoção da saúde, devendo estes estar expressos nos instrumentos orientadores de gestão. Nessa construção é fundamental ter ações e indicadores específicos para os povos dos campos, das florestas e das águas e, dentre eles, as múltiplas juventudes ali inseridas.

Nesse sentido, faz-se necessário ir na contramão das proposições voltadas para o tratamento. A prevenção é mais eficaz e de baixo custo, sendo que estimativas evidenciam que para cada um dólar investido em prevenção, ocorre uma economia de até 10 dólares em tratamento para abuso de álcool ou outra substância.

“(...) NECESSIDADE DE UM DEBATE SOBRE SAÚDE MENTAL NO CAMPO, QUE HOJE NÃO EXISTE. SÃO VERIFICADOS MUITOS CASOS DE SUICÍDIO NO CAMPO, SURTOS PSICÓTICOS E DE AUTOMUTILAÇÃO, ONDE A DINÂMICA DESTE PROBLEMA NÃO TEM APENAS UM FATOR”.

(Participante da Oficina da região Nordeste)

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Ficar grávida, na maioria das vezes, traz felicidade e é visto por todos com muita alegria. Entretanto, dados do Ministério da Saúde revelam que a gravidez tem acontecido cada vez mais cedo no Brasil. Meninas menores de 15 anos de idade estão engravidando, e isso não deve ser visto com naturalidade, pois, além de complicações físicas para mãe e bebê, ficar grávida tão cedo traz consequências psicológicas, sociais, econômicas, etc. Em alguns casos, é também um indicador de violência sexual, alterando em muito as possibilidades e oportunidades de futuro dessas meninas, seus filhos e suas famílias.

“(...) O CAMPO NÃO É MAIS UM LUGAR TRANQUILO. DESTACOU QUE HÁ VIOLÊNCIA, TAMBÉM, POR QUESTÕES ASSOCIADAS À ORIENTAÇÃO SEXUAL. ALÉM DISSO, A FALTA DE AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL, OBSERVA-SE GRANDE QUANTIDADE DE JOVENS, DE 17 ANOS, PRECOCEMENTE GRÁVIDAS”.

(Participante da Oficina da região Nordeste)

A gravidez na adolescência, considerada de alto risco pela complexidade de fatores, torna-se um problema de saúde pública devido às consequências que impõe à sociedade como um todo. Já é certo que a gravidez na adolescência aumenta os riscos de mortalidade da adolescente durante a gestação, além do aumento da mortalidade neonatal e de crianças de até dois anos, filhos de adolescentes.

Tradicionalmente, a ocorrência da gravidez na adolescência é enfocada como não planejada, indesejada e decorrente do desconhecimento de métodos anticoncepcionais. Estes aspectos nem sempre estão presentes e sinalizam que a análise da gravidez e da maternidade nessa faixa etária não pode ser desvinculada das motivações individuais, nem descontextualizada das condições sociais em que as adolescentes estão inseridas, considerando-se a influência de fatores sociopolíticos, culturais e psicológicos implicados na escolha de ser mãe. Na zona rural, assim como na sociedade em geral, por exemplo, ainda pode existir alguma tendência à preservação de condutas mais conservadoras no que diz respeito às relações de gênero e comportamento sexual. No entanto, a dispersão geográfica, a dificuldade de acesso e limitações na qualidade dos serviços de saúde evidenciam maior precariedade nessas comunidades quando comparadas às condições de saúde urbanas.

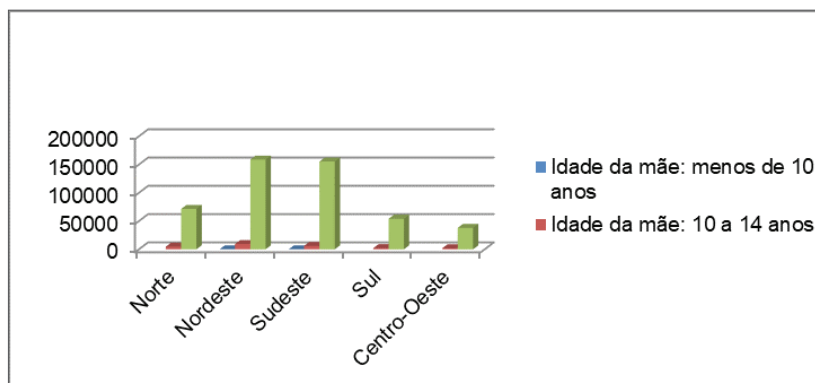
“E QUANDO CHEGAM AO ENSINO SUPERIOR, TEM A FALTA DE PERSPECTIVA E DE EMPREGO E ACABAM INDO PARA A MARGINALIDADE, ENGRAVIDAM CEDO(...)”

(Participante da Oficina da região Norte)

A gravidez e a maternidade em adolescentes se relacionam estreitamente com os contextos de pobreza e exclusão, falta de condições para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e a ausência de medidas de proteção diante de situações de risco. Os fatores que incidem na ocorrência da gravidez precoce são diversos e complexos. Entre eles, cabe destacar o início cada vez mais cedo das relações sexuais; a crescente “erotização” dos meios de comunicação e entorno social; a insuficiente educação sexual e a falta de políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva voltadas para esta faixa etária, em especial para a juventude. Cabe salientar que ainda existem as relações não consentidas, o abuso sexual e as agressões sexuais como fatores causais de gravidez em menores de 15 anos.

Além de se afastarem da escola, essas jovens não estão preparadas para cuidar do bebê, que acaba sendo cuidado pela mãe e pela avó. Essa criança não tem, em geral, as condições de um desenvolvimento adequado. A mãe acaba tendo o próprio futuro e o da criança prejudicados.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a gravidez na adolescência teve uma queda de 17% no Brasil. Em números absolutos, a redução foi de 661.290 nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos em 2004 para 546.529 em 2015. A Figura 26 apresenta o número de nascimentos por residência e idade da mãe no ano de 2016, segundo registro no DATASUS, do Ministério da Saúde.



Fonte: DATASUS

FIGURA 26: NÚMERO DE NASCIDOS VIVOS POR RESIDÊNCIA E IDADE DA MÃE NO ANO DE 2016.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A região com mais filhos de mães adolescentes com idade entre 15 a 19 anos em 2016 é o Nordeste (158.615), seguido da região Sudeste (155.271). A região Norte vem em terceiro lugar com 71.422 nascidos vivos, seguido da região Sul (54.082) e Centro-Oeste (37.856).

A mudança de padrões da gravidez na adolescência está relacionada a vários fatores como expansão do programa Saúde da Família, mais acesso a métodos contraceptivos e ao Programa Saúde na Escola (PSE) que oferece informação de educação em saúde, que leva ao empoderamento dos próprios adolescentes ao fazer escolhas livres e determinar o seu projeto de vida.

O Ministério da Saúde tem implementado ações que ampliam as oportunidades em educação e em saúde, com foco no direito sexual e direito reprodutivo para adolescentes, que conscientizam essa população sobre o tempo desejável para engravidar. Além disso, vem trabalhando fortemente com a promoção, proteção e recuperação da saúde de adolescentes e jovens buscando sensibilizar gestores para uma visão completa do ser humano e para uma abordagem sistêmica das necessidades dessa população. Uma das iniciativas é a distribuição das Cadernetas de Saúde de Adolescentes (CSA), com as versões masculina e feminina. A caderneta contém os subsídios que orientam o atendimento integral aos adolescentes, com linguagem acessível, possibilitando ao adolescente ser o protagonista do seu desenvolvimento. Outras estratégias adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) incluem a distribuição de vários métodos contraceptivos nos diversos serviços de atendimento à população, inclusive aos adolescentes. Ainda, o PSE também contribui para a promoção da saúde e educação sexual e reprodutiva.

SAÚDE E ESCOLAS

Saúde e educação são constantemente evocadas quando a questão gira em torno das condições de vida. A interação entre elas constitui um caminho importante para a conquista da qualidade de vida.

“(…) SE OBSERVA MUITAS MORTES DE JOVENS MULHERES NO CAMPO COM CÂNCER, QUE DESCOBREM A DOENÇA EM ESTÁGIO JÁ AVANÇADO. ASSOCIA ESTE PROBLEMA À FALTA DE TRATAMENTOS E EXAMES. ALÉM DISSO, DESTACOU O PROBLEMA DO FEMINICÍDIO NA POPULAÇÃO RURAL”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

O setor educacional, dada sua capilaridade e abrangência, é um aliado importante para a concretização de ações de promoção da saúde voltadas para o fortalecimento das capacidades dos indivíduos, para a tomada de decisões favoráveis à sua saúde e à comunidade, para a criação de ambientes saudáveis e para a consolidação de uma política intersetorial voltada para a qualidade de vida, pautada no respeito ao indivíduo e tendo como foco a construção de uma nova cultura da saúde.

“INEXISTÊNCIA DE UM PADRÃO ARQUITETÔNICO CONDIZENTE COM O MEIO RURAL. PROJETAR ESCOLAS NO MEIO RURAL COM PADRÃO URBANO GERA DIFICULDADES DE APRENDIZADO PARA OS JOVENS DO MEIO RURAL”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

O período escolar é fundamental para se trabalhar saúde na perspectiva de sua promoção, desenvolvendo ações para a prevenção de doenças e para o fortalecimento dos fatores de proteção. Crianças, jovens e adultos que se encontram nas escolas vivem momentos em que os hábitos e as atitudes estão sendo criados e, dependendo da idade ou da abordagem, estão sendo revistos. Por outro lado, reconhece que, além da escola ter uma função pedagógica específica, tem uma função social e política voltada para a transformação da sociedade, relacionada ao exercício da cidadania e ao acesso às oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem, razões que justificam ações voltadas para a comunidade escolar para dar concretude às propostas de promoção da saúde.

O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. Nele, as políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral dos estudantes da rede pública de ensino. O PSE visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Dessa forma, o PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

A partir de 2013, com a universalização do PSE, todos os municípios do país estão aptos a participar do Programa. As equipes da atenção básica em saúde e as equipes das escolas devem se articular para o desenvolvimento de ações de saúde na escola.

O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos. A Figura 27 ilustra os municípios brasileiros que aderiram ao programa em 2017.

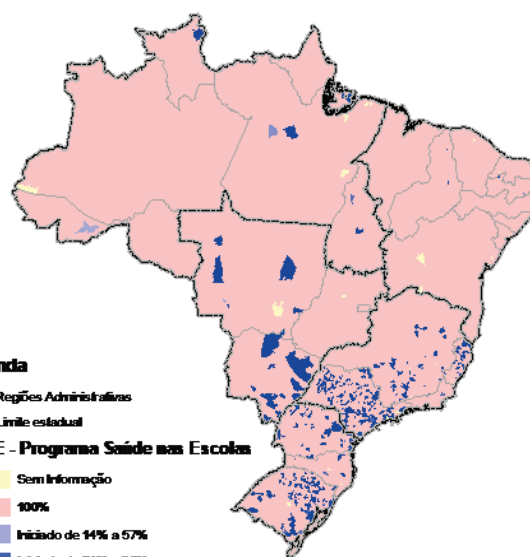
FIGURA 27: MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE ADERIRAM AO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM 2017.

Fonte: Sistemas de Informação da Atenção Básica: Painel de Adesões. Programa Saúde na Escola- 2017

Status Municípios Brasileiros	Total	%
Aderido 100%	5042	90,5%
Iniciado 14% a 57%	36	0,6%
Iniciado 71% a 93%	3	0,1%
Não aderido 0%	464	8,3%
Sem informação	27	0,5%
Total	5572	

Legenda

-  Regiões Administrativas
-  Limite estadual
- PSE - Programa Saúde nas Escolas**
-  Sem informação
-  100%
-  Iniciado de 14% a 57%
-  Iniciado de 71% a 93%
-  Não Iniciado 0%



SAÚDE E ESCOLAS

As atividades de educação e saúde do PSE ocorrerão nos territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), tornando possível o exercício de criação de núcleos e ligações entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer, como praças e ginásios esportivos, etc.).

No PSE a criação dos Territórios locais é elaborada a partir das estratégias firmadas entre a escola, a partir de seu projeto político-pedagógico e a unidade básica de saúde. O planejamento destas ações do PSE considera: o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. Nesse contexto, a escola passa a ser a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral.

Para o alcance dos objetivos e sucesso do PSE é de fundamental importância compreender a Educação Integral como um conceito que compreende a proteção, a atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. Na esfera da saúde, as práticas das equipes de Saúde da Família incluem prevenção, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivos humanos.

Para alcançar estes propósitos o PSE foi constituído por cinco componentes, entre eles: a) avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; b) promoção da saúde e de atividades de prevenção; c) educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens; d) monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; e) monitoramento e avaliação do programa.

Particularmente para a população do campo, o Programa Saúde na Escola é de fundamental importância para o fortalecimento e promoção das orientações de saúde a todos os moradores e estudantes da zona rural, especialmente devido à distância da zona urbana com os serviços de saúde. Ações do PSE beneficiam anualmente centenas de moradores do campo, como aconteceu na prefeitura de Pinheiros/ES por meio da ação da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, em novembro de 2017. Estudantes e familiares das comunidades do Capitão, Lagoa Seca, XV de Maio e Brunelli da zona rural de Pinheiros foram beneficiados com inúmeras atividades de saúde, por meio da atuação conjunta da equipe do Programa Saúde na Escola com o PSF, como a realização de teste rápido de glicemia capilar, sífilis, HIV, aferição de pressão arterial, orientações da Vigilância Sanitária sobre dengue, Chikungunya, Zika vírus, emissão de cartão do SUS e distribuição de hipoclorito de sódio para diluição em caixas d'água e cisternas.

CURSOS TÉCNICOS PARA A ÁREA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

De acordo com o Ministério da Educação, em 2006 foi criado o curso de especialização lato sensu em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, de modo a capacitar profissionais em nível de pós-graduação na área de educação agrícola em centros federais de educação tecnológica agrícola. Para o ensino médio integrado a profissionalização, foi desenvolvido o Programa Brasil Profissionalizado que visa a expansão, ampliação e modernização das escolas para o ensino da agroecologia.

CURSOS TÉCNICOS PARA A ÁREA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

Em 2011, o Senar firmou parceria com o Ministério da Educação para levar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ao meio rural, transformando o que antes era simplesmente uma ação de plantar e colher num modo produtivo repleto de conhecimentos sobre máquinas, equipamentos e técnicas de administração. Atualmente o Senar apresenta oito programas com diferentes cursos gratuitos e com certificação, são eles: agricultura de precisão, campo sustentável, capacitação tecnológica, empreendedorismo e gestão de negócios, gestão de riscos, inclusão digital, empresa rural e qualidade de vida.

Quanto à assistência técnica com foco na questão ambiental, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), instituída pelo Governo Federal, vem atuando desde 2003 com o objetivo de estimular, promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais.

O MEC ainda dispõe do Pronatec, criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Esse programa tem como objetivos a expansão das redes federal e estaduais de EPT; a ampliação da oferta de cursos à distância; a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas; a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda; e a difusão de recursos pedagógicos para a EPT. Contudo, o programa não apresenta um recorte específico para a população jovem do campo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO DISCIPLINA

O que vigora atualmente é a Lei nº 9795/99 juntamente com a resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que dispõem sobre a educação ambiental em todos os níveis de ensino. A lei também instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, de modo a promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental. No entanto, é necessário esclarecer que o conteúdo sobre educação ambiental é colocado como tema transversal, ou seja, o assunto de educação ambiental é contemplado dentro da emenda de disciplinas obrigatórias que podem ser interligadas ao assunto, como ciências e geografia. Em 2015, foi criado o Projeto de Lei nº 221, que visa instituir a matéria de educação ambiental como disciplina obrigatória, porém, ainda se encontra em tramitação.

Pensando na educação ambiental fora das escolas e indo mais para o que seria considerado aula prática, as unidades de conservação presentes no meio rural funcionam como verdadeiras fontes de pesquisa e projetos de extensão. A Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é uma regulamentação que categoriza e classifica as unidades de conservação.

As Unidades de Conservação (UC) classificam-se em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. A primeira refere-se a áreas que necessitam de mais cuidados, devido a suas fragilidades e particularidades, já a segunda permite o uso da área para atividades sustentáveis que não deixem de preservar, proteger e conservar o meio ambiente.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO DISCIPLINA

De maneira a compatibilizar a conservação das áreas com a educação ambiental, a Lei do SNUC determina algumas categorias que são livres para a prática da pesquisa científica, sendo a mesma permitida e incentivada, como a Floresta Nacional, unidade de conservação de uso sustentável, e outras são passíveis de mais restrições e burocracia como a Reserva Biológica, unidade de proteção integral, que necessita de regulamento específico. Porém, todas devem solicitar autorização ao órgão responsável pela administração da unidade para que este realize o controle e a supervisão da correta operacionalização das atividades.

Nesse cenário, a saúde de adolescentes e jovens tem representado um desafio para os profissionais de saúde dedicados a este grupo populacional. Cada sujeito nas suas dimensões biológica, psicológica e sociocultural constitui uma unidade indissociável. Nesse contexto, a atenção a adolescentes e jovens deve pautar-se na integralidade. Esse paradigma imprime o respeito à diversidade e a certeza de que, para a promoção de uma vida saudável, é preciso, antes de tudo, a inclusão de todos. O Sistema de Saúde deve preocupar-se em assistir o indivíduo desde a concepção até o final da vida, reconhecendo a família como a unidade primária da sociedade, dentro da qual o sujeito se constrói, socializa-se, desenvolve-se e humaniza-se.

Iniciativas na Atenção Básica à Saúde devem incluir a melhoria de condições sanitárias no ambiente físico, e a atenção às necessidades nutricionais, biológicas, psicológicas e sociais em todas as etapas do desenvolvimento humano, dentro do ciclo da vida. A integralidade da atenção nos serviços de Atenção Básica à Saúde é entendida como a integração das ações de promoção da saúde, de prevenção de agravos e enfermidades, de assistência e de controle de doenças, sempre pautada nos determinantes e condicionantes da saúde.

As ações de saúde na atenção básica devem, em especial, interferir nos modos e estilos de vida dos indivíduos, das famílias e das comunidades, contribuindo para a melhoria das condições gerais de saúde e cidadania e, dessa maneira, melhorando a qualidade de vida de todos.

No caso específico do jovem rural, devido à complexidade e a gravidade das condições de saúde das populações do campo, há a necessidade premente de melhorar o acesso às ações e aos serviços de saúde, com qualidade, visando atender as especificidades dessa juventude. Neste sentido, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta foi criada para reafirmar o princípio de universalidade do SUS, por meio de ações de saúde integral, como a garantia constitucional a tais populações. Trata-se do compromisso com a promoção da equidade em saúde, assegurando uma ação concreta com o objetivo de buscar soluções para os problemas relacionados à vida e ao processo de trabalho no campo, na floresta e nas águas.

Evidenciou-se que a juventude rural não tem sido contemplada com políticas públicas de abrangência nacional, levantamentos epidemiológicos ou pesquisas científicas que investiguem de forma profunda a situação de saúde dessa parcela da população brasileira. Fica evidente no cenário brasileiro a importância de uma única juventude: a urbana. Quando encontradas publicações envolvendo a população rural, estas centram na visão epidemiológica sobre doenças endêmicas, estados nutricionais e condições clínicas, enfatizando-se que estes estudos se referem ao comportamento populacional nas comunidades rurais, tendo como população pesquisada adultos e o ambiente onde vivem, não levando em consideração a juventude.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO DISCIPLINA

Assim como a saúde, o meio ambiente na vida do homem também representa a base para sua subsistência e manutenção. Por um mundo mais sustentável, hoje, o homem também cuida da manutenção e qualidade do ambiente em que vive. Retratar a realidade do jovem rural no meio ambiente é enxergar de perto as urgências que a sociedade precisa para viver dignamente num meio ambiente saudável.

Os temas principais aqui retratados não limitam os assuntos relevantes às áreas de saúde e ambiental, mas cumprem com o seu dever de auxiliar na criação e na resolução de problemas a serem enfrentados pelas gerações atuais e futuras.

Das informações fornecidas destaca-se: a necessidade de aumentar o atendimento de abastecimento de água e recolhimento dos resíduos sólidos no meio rural; a divulgação de informações sobre os danos oferecidos pelos agrotóxicos em linguagem acessível e, se possível, de maneira ilustrada; ampliação da cobertura de investimentos para a produção de alimentos orgânicos dos produtores rurais; maior divulgação dos cursos técnicos e incentivo financeiro para que os jovens consigam conciliar uma vida de estudos e trabalho.

Observando estes temas centrais, percebe-se que eles estão inclusos nos cinco eixos do Plano de Juventude e Sucessão Rural: i) terra e território, pois o jovem rural tem a sua vida intimamente ligada ao meio que vive; ii) trabalho e renda, pois a natureza é usada como fonte de sua subsistência; iii) educação no campo, que vai além da alfabetização, já que esclarece e fundamenta a ética, cidadania e realidades no ambiente rural, sendo a ela incorporada às vivências frequentemente encontradas no campo; iv) qualidade de vida, porque o nosso bem-estar está relacionado com a qualidade do ambiente e v) participação, comunicação e democracia, já que toda ação ambiental só é eficaz com a participação de todos, mesmo que uma medida sustentável seja proposta por uma única instituição, a democracia, a comunicação e a colaboração da população faz total diferença.

DIREITO À CULTURA, AO DESPORTO E AO LAZER, À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O Estatuto da Juventude, instituído por meio da Lei n.º 12.852 de 5 de agosto de 2013, defende, dentre muitos outros, o direito à cultura (do vigésimo primeiro ao vigésimo quinto artigo – Seção VI), à comunicação e liberdade de expressão (vigésimo sexto e vigésimo sétimo artigo – Seção VII) e ao desporto e lazer (do vigésimo oitavo ao trigésimo artigo – Seção VIII). Apesar de assegurados os direitos, muito ainda precisa ser realizado no âmbito das políticas públicas para garantir o acesso às ferramentas necessárias para exercer esses direitos, principalmente quando se trata da juventude rural.

A maior parte das políticas públicas que tratam (de forma transversal ou focada) a juventude como público-alvo estão concentradas no meio urbano. Tal fato justifica-se, em grande parte, devido à aglomeração da maioria desse público nos espaços urbanos do Brasil.

O conjunto das políticas públicas precisa considerar as possibilidades para o desenvolvimento do campo não como parte estanque e isolada da sociedade. O campo deve ser pensado e entendido como parte componente, como parte constituinte, como parte integrante do território e da realidade social, política e econômica brasileira.

DIREITO À CULTURA, AO DESPORTO E AO LAZER, À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A juventude rural precisa ser apreendida tanto em sua totalidade quanto em sua heterogeneidade, como espaço de luta, que abriga opiniões e interesses divergentes de grupos diversos, como os assentados dos programas de reforma agrária, os trabalhadores quilombolas, os pequenos proprietários, os ribeirinhos e os demais agricultores que vivem no campo há várias décadas e não têm qualquer ligação com os movimentos sociais de luta pela terra.

Também é necessário considerar que nem todos jovens rurais se dedicam apenas ao trabalho agrícola. Muitos transitam intensamente entre o rural e o urbano, seja para trabalhar, estudar ou encontrar alternativas de vivência, por meio de cultura, esporte e lazer. As trajetórias podem ser diversas e dependem do tipo de território em que vive esse grupo, da renda da família, dos níveis de escolaridade alcançados, do sexo, das características etnoculturais e socioambientais.

Sendo assim, para o desenvolvimento das áreas rurais, é imprescindível que as políticas voltadas para a juventude atendam a sua diversidade e extensão, considerem a realidade objetiva das populações a que se destinam e contemplem suas carências no processo de sua elaboração.

A temática da cultura, da comunicação e liberdade de expressão e do desporto e lazer, aparentemente, concorre, em contextos de grande desigualdade e de exclusão social, com outras temáticas e necessidades vistas como mais importantes e básicas para a qualidade de vida. Desta forma, o direito à cultura, assim como à comunicação e ao esporte/lazer, frequentemente aparece como um aspecto secundário e de viés elitista. Porém, lazer, esporte, cultura e comunicação são assuntos fundamentais na dinâmica comunitária e na implementação de programas sociais e de saúde.

Iniciativas nessas áreas possuem centralidade no fortalecimento da cidadania e de redes de solidariedade. Tais iniciativas possuem um potencial de sociabilidade que amplia o campo de possibilidades, abrindo caminhos e opções, diante das dificuldades do contexto social. Além disso, agregam, por meio da mediação cultural, valores simbólicos, reconstituindo identidades e relações que ultrapassam em certo sentido os campos do lazer, do esporte, da comunicação ou da cultura propriamente ditos. Sendo assim, propiciam a reafirmação de valores relacionados ao diálogo, à cooperação, à mobilização, à disciplina, à conscientização, à autoridade, valores fundamentais para uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que vivem. Deste modo, atividades culturais e de lazer em sentido amplo merecem figurar na agenda de desenvolvimento social e de promoção da saúde.

“(…) MAS TEMOS MUITAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS LÁ MUITO GRANDES NA REGIÃO. NÃO SEI SE ALGUÉM JÁ OUVIU FALAR EM SÃO CAETANO DE ODIVELAS, TEMOS O BAILE DAS MÁSCARAS LÁ. É UMA COMUNIDADE EXTRATIVISTA MARINHA, JÁ GANHOU DIVERSOS PRÊMIOS E PARCERIAS COM A HOLANDA.”

“(…) [A CULTURA DE] NINHOS DE PÁSSAROS E CORDÃO DE PÁSSAROS ESTÃO SE PERDENDO PORQUE A JUVENTUDE NÃO ESTÁ SE ENVOLVENDO”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

O termo cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal realidade concerne ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana.

DIREITO À CULTURA, AO DESPORTO E AO LAZER, À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Cultura não se limita apenas aos seus equipamentos e às suas manifestações artísticas. Ao invés de ser concebida somente como produto, a cultura é entendida de forma ampliada e plural, isto é, além da arte, do “erudito”, refere-se ao cotidiano, ao pensado, aos valores e ao simbólico, entre tantos outros aspectos da vida social.

“CULTURA INDÍGENA, TODAS AS COMUNIDADES INDÍGENAS TÊM FESTEJO EM CADA MÊS, SÃO TRÊS DIAS DE FESTA, COM FUTEBOL, ARCO E FLECHA, AÍ A PREFEITURA DÁ O APOIO”.

“QUESTÃO CULTURA ENFRAQUECIDA AOS POUCOS, MIGRAÇÃO DA JUVENTUDE PARA A CIDADE E VOLTAM PARA AS ALDEIAS NOS FINAIS DE SEMANA E NAS FÉRIAS PARA ESTAREM PRÓXIMOS AOS ANCIÕES, CACIQUES. ESTÁ ACONTECENDO UMA TRANSIÇÃO”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

Diante da multiplicidade de interpretações e usos do termo cultura, há três concepções fundamentais de entendimento da cultura: 1) modos de vida que caracterizam uma coletividade; 2) obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento; e 3) fator de desenvolvimento humano. Na primeira concepção, o termo possui um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, que é o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. Sendo assim, cultura é definida como um sistema de símbolos, valores, ideias, significados e comportamentos criados pelos grupos sociais. Valoriza-se o patrimônio cultural imaterial, os modos de fazer, a tradição oral, a organização social de cada comunidade, os costumes, as crenças, seus modos de viver, pensar e fruir e as manifestações da cultura popular (simbólicas e materiais), buscando, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. A segunda concepção é dotada de uma visão mais restrita da cultura, referindo-se às obras e práticas da arte, da atividade intelectual e do entretenimento, vistas também como atividade econômica. Esta dimensão não se dá no plano da vida cotidiana do indivíduo, mas sim em âmbito especializado, no circuito organizado, contribuindo para a geração de emprego e renda. A terceira concepção da cultura ressalta o papel que ela pode assumir como um fator/ instrumento de desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social. Sob esta ótica, as atividades culturais são realizadas com intuítos socioeducativos diversos: para estimular atitudes críticas e o desejo de atuar politicamente; no apoio ao desenvolvimento cognitivo de portadores de necessidades especiais ou em atividades terapêuticas para pessoas com problemas de saúde; como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos; no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais, como os altos índices de violência, a depredação urbana, a ressocialização de presos ou de jovens infratores. Embora muitos pesquisadores e artistas critiquem esta visão como sendo utilitária, pois acreditam no valor da arte em si mesma, é fato que a cultura pode e deve exercer um papel na formação política e social dos indivíduos.

A comunicação é a base da relação entre as pessoas, estando cada vez mais presente na sociedade contemporânea, unindo os indivíduos e fazendo com que eles se fortaleçam e existam, com base na relação com o outro. O direito à comunicação também se refere ao fato do jovem rural ter voz nos movimentos sociais, garantindo sua participação popular e exercendo sua cidadania. Para que a comunicação se torne efetiva no meio rural é necessária a democratização da mídia, impressa, digital, oral, para se ter acesso à informação.

DIREITO À CULTURA, AO DESPORTO E AO LAZER, À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Muitas das experiências de organização social no campo com jovens, envolvem estratégias de comunicação para o desenvolvimento local. A liberdade de expressão e de informação consideram o cidadão, e suas organizações coletivas, como participantes da informação e não apenas como receptores, pois têm o direito a expressarem-se por meios de comunicação social também como emissores, produtores e difusores de conteúdo. Com relação ao direito à liberdade de expressão, as pessoas podem utilizar qualquer meio, forma ou estilo para exteriorizar suas ideias e sua criatividade sobre qualquer assunto ou pessoa, seja público ou privado, sem que se possam exercer legitimamente formas de controle ou censura prévias. O direito ao acesso e ao uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação consiste no poder de acessar e usar livremente esses mesmos meios e tecnologias na produção e na circulação de conteúdos próprios, bem como na recepção de conteúdo.

O lazer está ligado à sociabilidade, à criatividade, à ludicidade, ao investimento na vida pessoal, como educação e turismo, à saúde e a inúmeros outros aspectos ligados à qualidade de vida. Carrega diversos significados e interpretações, inclusive sendo tomado como componente da cultura, evidenciando não apenas as suas relações com outras esferas sociais, mas possibilitando o conhecimento dos significados e valores simbólicos para aqueles que os vivem, bem como apontando a dimensão política que permeia a temática. É caracterizado como o espaço do lúdico e prazeroso vinculado à satisfação pessoal sem fins funcionais e utilitários, expressando a cultura de um grupo ou sociedade.

Dessa forma, as atividades de lazer são atividades culturais em seu sentido amplo, que se distinguem pela conjunção particular entre tempo (disponível) e propensão (busca pelo prazer/satisfação). Ao ser tomado como uma forma de expressão cultural, o lazer, se por um lado pode ser visto como mecanismo de homogeneização ou difusor/reprodutor do status quo, apresenta, ao mesmo tempo, o potencial de suscitar e expressar diversas formas de sociabilidade e de reciprocidade, dado seu caráter relacional, educativo e crítico-reflexivo. Sendo assim, uma política de lazer é fundamentalmente uma intervenção no âmbito da cultura. Logo, a política de lazer deve ser compreendida como política cultural, assumindo a relação existente entre lazer e cultura, que apesar de não serem dimensões totalmente coincidentes, são campos com inúmeros pontos de contato.

Dessa maneira, devido à forte interligação, inclusive sob o ponto de vista de políticas públicas, os direitos à cultura, à comunicação e liberdade de expressão e ao desporto e lazer serão tratados de forma conjunta nesse documento.

INFRAESTRUTURA PÚBLICA

Um dos aspectos abordados como fator para o êxodo rural é a falta de espaços que tragam cultura e lazer para o campo, apontados como fatores de descontração e socialização que aliviam o estresse causado pelo desgaste do dia a dia de trabalho no campo, assim como a ansiedade e a depressão, um exemplo de espaço que se tem como única fonte de diversão são os estádios de futebol (Figura 28) e ainda assim, a grande maioria se encontra fora dos territórios rurais.

FIGURA 28: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL NO BRASIL.

Fonte: IVIG.



Para que se tenham oportunidades de comunicação e expressão cultural é importante que existam espaços que permitam essa interação. Os jovens rurais, assim como os jovens urbanos, demandam espaços públicos culturais diversificados.

Dessa forma, a infraestrutura pública no contexto da cultura, comunicação e liberdade de expressão e esporte e lazer consiste na construção, ampliação e manutenção de espaços públicos para promoção de ações que incentivem a comunicação, informação, cultura e lazer, proporcionando a criação de eventos e prestando assistência na zona rural. São exemplos desses tipos de espaços: bibliotecas, cinemas, teatros, sedes de unidades de conservação, centros culturais, casas de cultura, pontos culturais e demais espaços interativos na zona rural que possuam equipamentos para apoio à juventude na questão cultural e de informação. Tais espaços são necessários para o desenvolvimento de projetos culturais comunitários e para incentivo e valorização de produção cultural regional, proporcionando a integração da juventude e consequentemente o intercâmbio de conhecimento.

Do mesmo modo, a construção e manutenção de espaços voltados para esporte e lazer, como centros esportivos, complexos poliesportivos, academias, ginásios, campo de futebol, quadras, praças, ciclovias, pistas, parques, assim como aquisição de equipamentos e materiais voltados à prática de atividades físicas, esportes e lazer nas comunidades rurais é fundamental na busca da juventude rural por infraestrutura pública adequada. Como pode ser observado na Figura 29, este tipo de infraestrutura ainda precisa ser ampliado no meio rural.

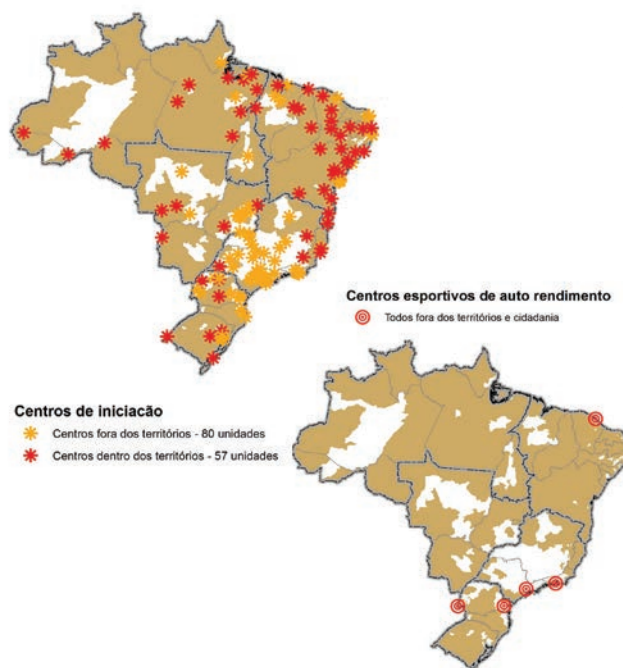


FIGURA 29: CENTROS ESPORTIVOS DE AUTORRENDIMENTO E CENTROS DE INICIAÇÃO.

FORTE: [HTTP://DADOS.GOV.BR/DATASET/OBRAS-DO-PAC-PROGRAMA-DE-ACELERACAO-DO-CRESCIMENTO](http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crecimento)

INFRAESTRUTURA PÚBLICA

“FUTEBOL É MUITO FORTE, E O ESPORTE É MAIS VOLTADO AO GÊNERO MASCULINO, AS MENINAS NÃO PARTICIPAM”.

(Representante da Oficina da região Norte)

Algumas políticas públicas do Governo relacionadas à cultura voltadas ao meio rural foram importantes para a disseminação da informação e da cultura ao jovem rural entre eles: o Projeto Arca das Letras, Ponto de Cultura e Programa Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), conforme demonstrado na Figura 30.

FIGURA 30: DISTRIBUIÇÃO DOS CENTROS DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS PELOS TERRITÓRIOS RURAIS.

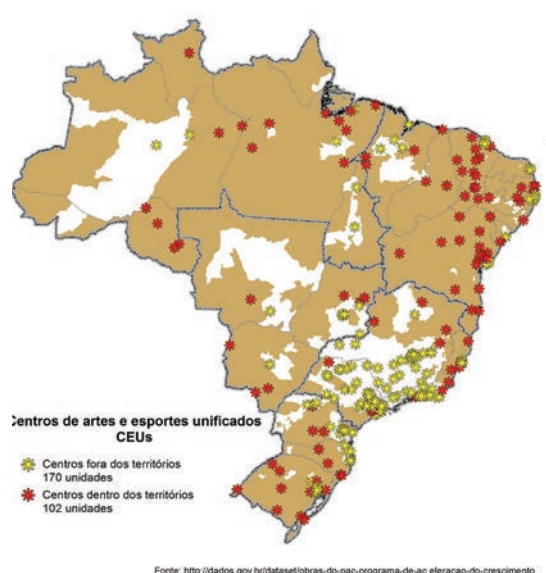
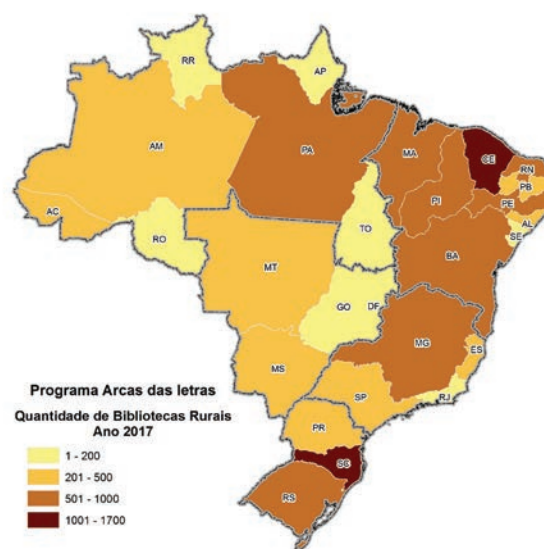


FIGURA 31: DISTRIBUIÇÃO DAS ARCAS DAS LETRAS EM TODO O BRASIL. FONTE: MDA, 2018



O Programa Arca das Letras (Figura 31), criado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), existe desde 2003 com o objetivo de possibilitar o acesso aos livros, incentivar a leitura nas comunidades rurais de todo o país por favorecer contato com livros técnicos, didáticos, literários, folhetos explicativos relacionados a temas do meio rural. A Arca é uma estante com 200 livros e é instalada numa biblioteca ou local semelhante, que sirva também como espaço estimulante das manifestações culturais, mobilizando as comunidades para a realização de eventos como exposições, saraus, visitas de autores e contação de histórias.

O Programa Arca das Letras atingiu mais de 2,4 mil municípios em todo o Brasil, e já alcançou mais de 1 milhão de famílias, com a implantação de mais de 11 mil bibliotecas, algumas instaladas em Associação de Trabalhadores Rurais ou em Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), conforme Figura 32.

“ARCA DAS LETRAS, MUITO INTERESSANTE, MAS NÃO É NOSSA REALIDADE, SERIA MUITO IMPORTANTE PARA A AMAZÔNIA, SERIA FUNDAMENTAL UMA BIBLIOTECA PARA UMA CRIANÇA TER CONTATO COM LIVRO”.

(Representante da Oficina da região Norte)

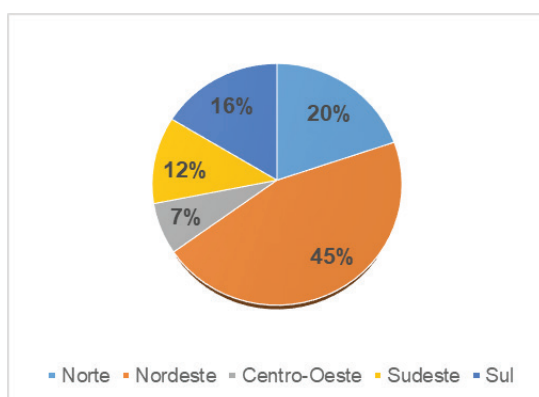


FIGURA 32: PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ATENDIDAS POR REGIÃO GEOGRÁFICA NO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS. FONTE: MDA, 2018.

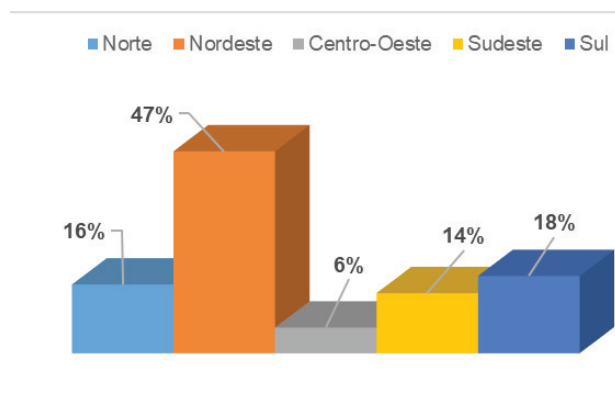


FIGURA 33: PERCENTUAL DE COMUNIDADES ATENDIDAS PELO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS, POR REGIÃO GEOGRÁFICA. MDA, 2018

O Nordeste foi a região mais atendida, com praticamente a metade das Arcas distribuídas (47%), beneficiando 586.506 famílias (Figura 33).

Foram adquiridos mais de dois milhões de livros (Figura 34), parte dos livros técnicos doados em parceria pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Também foram capacitados 19 mil agentes de leitura responsáveis pela coordenação dos exemplares. O programa serviu de estímulo a outras iniciativas em algumas comunidades, como parceria com as escolas na organização de concursos de poesia e redação, apresentações de peças teatrais e rodas de leitura, onde os jovens da comunidade leem para os mais velhos, integrando as idades e promovendo bons hábitos e valores importantes para a formação da juventude.

“(...) EMATER TEM LÁ NA MINHA CIDADE E DÁ ASSISTÊNCIA À AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE ONDE MORO (...) MAS A EMATER NÃO TEM CONDIÇÕES, NEM GASOLINA”.

(Representante da Oficina da região Norte)

Com um resultado positivo e uma grande abrangência nacional (Figura 35), é merecido que este projeto seja mantido e que se aumentem os pontos de atuação, como demandado pelos jovens rurais no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural de 2016.

A ampliação do programa está sendo avaliada em conjunto com o Ministério da Cultura (MinC), a Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), que se reuniram no início de 2018. A ideia é que esse projeto se torne mais uma oportunidade de democratizar a leitura e o acesso aos livros aos jovens das comunidades rurais.

INFRAESTRUTURA PÚBLICA

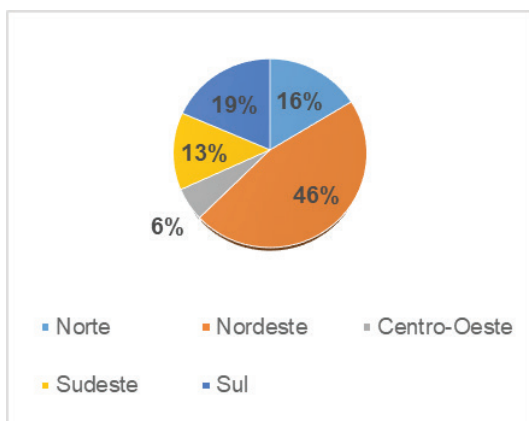


FIGURA 34: AQUISIÇÃO DE LIVROS POR REGIÃO GEOGRÁFICA, DENTRO DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS. MDA, 2018.

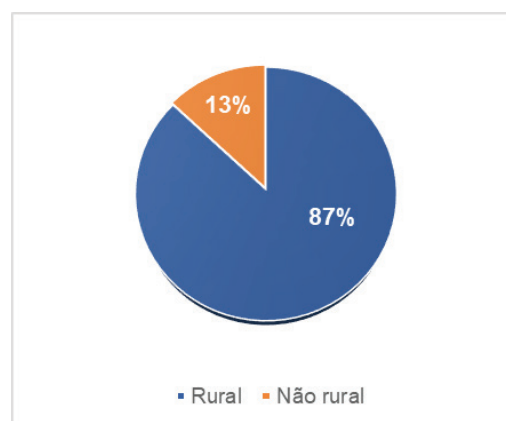


FIGURA 35: ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA, CONSIDERANDO OS TERRITÓRIOS RURAIS. FONTE: IVIG, 2018.

“(…) NUM QUILOMBO, NÓS FIZEMOS O PROJETO ARCA DAS LETRAS. É UMA CAIXA DE LIVROS QUE A COMUNIDADE RECEBE E ADMINISTRA, MAS FOI SÓ”.

“(…) É UM PROGRAMA (ARCA DAS LETRAS) QUE ESTÁ PARADO FAZ MUITO TEMPO (…)”

“NO ESTADO (RS) NÃO TEM (ARCA DAS LETRAS), NÃO ESTÁ EM FUNCIONAMENTO”.

“OS COMITÊS DE JUVENTUDE RURAL, TÊM ALGUNS EM FUNCIONAMENTO (ARCA DAS LETRAS), MAS TAMBÉM MEIO QUE QUASE PARANDO”.

(Representantes da Oficina da região Sul)

“O PROGRAMA ARCA DAS LETRAS TAMBÉM FUNCIONOU BEM NO NOSSO ESTADO. EM 2017 TEVE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DE MINAS GERAIS, CONSEGUINDO SE IMPLANTAR EM 17 UNIDADES DAS 21 ESCOLAS DE FAMÍLIAS AGRÍCOLAS”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

O Ponto de Cultura é um instrumento da Lei da Cultura Viva e inclui “entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades”. Já o instrumento Pontão de Cultura é uma entidade cultural, ou instituição pública de ensino, que articula um conjunto de outros pontos ou iniciativas culturais, desenvolvendo ações de mobilização, formação, mediação e articulação de uma determinada rede de pontos de cultura e demais iniciativas culturais, seja em âmbito territorial ou em um recorte temático. Ambos instrumentos são reconhecidos e certificados pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do Ministério da Cultura (MinC). Esses instrumentos fortalecem a cultura local por meio de grupos tradicionais, por meio de ações e editais que também beneficiam a juventude rural.

Vale ressaltar que a Política Nacional de Cultura Viva (Lei n.º 13.018 de 2014) é um marco histórico na evolução das políticas culturais e tem como objetivo a criação de uma rede de incentivo e de disseminação de iniciativas culturais por meio de apoio e fomento e garantia de respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural. A Lei da Cultura Viva “tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural”. Neste contexto estão incluídos os jovens das comunidades rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Outra forma de infraestrutura relacionada à comunicação requisitada pelos jovens rurais é o fortalecimento e a criação de mídias alternativas como fanzines, rádios comunitárias, melhoria na rede de internet e telefonia móvel e ponto de correios e telégrafos, objetivando o fomento da democratização da mídia, acesso e desenvolvimento de atividades educativas no tocante à liberdade de expressão.

“NÃO TEMOS NENHUM PROJETO DE RÁDIO COMUNITÁRIA E A COMUNIDADE SONHA COM ISSO, OUTRO DESEJO SÃO OS PONTOS DE CULTURA”.

(Representante da Oficina da região Norte)

As rádios comunitárias são importantes veículos de comunicação no meio rural, fazendo parte da cultura popular rural, com programação voltada para o público rural e com uma linguagem simples. Entre todos os meios de comunicação de massa, o rádio tem se destacado como exemplo de força e perseverança, principalmente no meio rural, graças à sua popularidade, tradição e poder de penetração em localidades comumente inacessíveis a outros veículos de informação.

Nem televisão e internet extinguiram este meio de comunicação que pode ser acessado em regiões remotas, onde o acesso à internet ainda é muitas vezes limitado. Embora o rádio seja um veículo de massa, que pode sofrer deturpações da notícia de acordo com interesses, a rádio comunitária busca ser um espaço de expressão democrática: “vinculada aos segmentos subalternos da sociedade, a comunicação aparece de forma democrática, tanto na sua metodologia como em seu conteúdo; Instrumento das classes subalternas: acontece num processo de luta de classes e é vista como oposição à comunicação massiva que, subordinada ao poder da classe dominante, é considerada alienante e deturpadora dos interesses populares”.

Diversas rádios apresentam programas voltados para o jovem rural, mas ainda se faz necessária uma ampliação de sua estrutura, com mais antenas, visto que, devido ao relevo e acidentes geográficos em muitos locais, o sinal não chega ou é intermitente. No Plano Nacional da Juventude Rural foi sugerido que existissem mais programas de rádios voltados para o jovem rural, mostrando que este meio de comunicação ainda continua eficiente neste meio e entre os jovens, mesmo com a popularização de outras mídias como televisão e, principalmente, internet.

INCLUSÃO DIGITAL

Numa junção de rádio com internet, é possível acessar diversos conteúdos de rádios comunitárias pelo site da Rede Nacional de Rádio, com programas voltados ao homem do campo, como “Prosa Rural”, “Sintonia Rural”, “Momento Agro”, “Com você, cidadão”, entre outros temas diversos acessíveis ao jovem rural. No site Rádios EBC também é possível ter acesso a diversas rádios e programas, entre eles o “Brasil Rural”. Atualmente a internet consegue ter um alcance ainda maior que a rádio, mesmo no meio rural. Mas é interessante notar como o formato de programa de rádio tem ainda grande aceitação e alcance do público rural, por se manter eficiente em dialogar com o pequeno produtor, mesmo sendo acessado via internet.

O programa Prosa Rural, por exemplo, está no ar desde 2003, é produzido pela Embrapa e veiculado por 44 rádios comerciais e 207 rádios comunitárias de toda a região Nordeste. É um programa semanal com duração de 15 minutos, voltado para os jovens e pequenos produtores familiares da região do Semiárido. Usando uma linguagem clara e acessível para o público, o Prosa Rural fala sobre as pesquisas da Embrapa concluídas que podem ser usadas pelo pequeno produtor rural no seu dia a dia, contribuindo para a melhoria das condições de vida (EMBRAPA, 2004).

No Plano Nacional da Juventude Rural houve uma demanda pelo aumento da mídia impressa voltada para jovens no campo, como jornais e fanzines. Essa mídia deve existir pontualmente em algumas localidades com um alcance bem regional, criada pelo município e, às vezes, na própria associação rural, difícil de quantificar e listar as principais. Todo município tem seu jornal impresso e se a agricultura for base de sua economia, o tema será abordado com regularidade.

Em âmbito nacional, ainda circulam, embora todos tenham sua versão digital via internet, que acaba tendo maior acesso. Esta forma digital, além de mais eficiente com relação ao número de leitores, torna-se também ambientalmente mais sustentável. A televisão aberta também oferece programas voltados ao jovem rural, como “Televisão Minas Rural”, “Programa Novos Rurais”, do canal RBS, programa “ES Rural”, em parceria com a TV Educativa do Espírito Santo, na TV Brasil.

A inclusão digital é uma pauta relativamente recente, que faz parte das demandas de infraestrutura e está bastante ligada à juventude, ainda que beneficie a população rural como um todo. Nesse caso, há demandas por centros ou postos digitais comunitários com torres repetidoras do sinal; a oferta de sinal de internet em espaços culturais e escolas; e a extensão do Programa Nacional de Banda Larga para o campo. Esta é uma das pautas que mais têm crescido entre as juventudes rurais, estando associada à sociabilidade da juventude e às suas redes de interação, comunicação e informação. É imprescindível que a informação e o conhecimento estejam disponíveis para o desenvolvimento do jovem rural nesta sociedade baseada na informação, e para assegurar o acesso e uso efetivo da principal ferramenta atual, as redes eletrônicas de internet com investimento do Governo podem garantir a sustentabilidade do acesso ao serviço no meio rural.

Inclusão Digital da Juventude Rural foi um programa criado em 2011, pelo Ministério das Comunicações, com atuação até 2015, que apoiava a capacitação de jovens rurais de todo o país no uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Foram oferecidos cursos

de capacitação para que os jovens rurais, indígenas e de comunidade quilombolas passassem a atuar como produtores e multiplicadores de informações e representações locais; foram capacitados e formados 6,4 mil jovens entre 2011 e 2013.

O Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR, no âmbito da política de inclusão digital do Governo Federal, foi criado pelo Decreto n.º 6991 de 27 de outubro de 2009. Os Telecentros públicos e comunitários são espaços que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias da informação e da comunicação, com computadores conectados à Internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões, como social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos.

“A INCLUSÃO DIGITAL NO MEIO RURAL É UMA COISA MUITO COMPLICADA, TODO MUNDO SABE DISSO. E ONDE EU MORO É MUITO POUCA GENTE QUE TEM ACESSO À INTERNET”.

(Participante da Oficina da região Centro-Oeste)

“SOBRE A QUESTÃO DA INCLUSÃO DIGITAL, RESSALTOU QUE NÃO HÁ MUITAS INICIATIVAS POR PARTE DO GOVERNO, DESTACANDO QUE O GOVERNO NÃO FORNECEU, PARA A SUA REGIÃO, INTERNET BANDA LARGA PARA A POPULAÇÃO RURAL”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

“SOBRE PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL, O QUE NÓS TIVEMOS UM TEMPO E QUE TAMBÉM NÃO FUNCIONOU FORAM AS ‘CASAS DIGITAIS’. FIZEMOS UM ESFORÇO MUITO GRANDE PARA RECUPERAR ISSO, ATÉ PORQUE É UMA POLÍTICA MUITO ESPECÍFICA PARA JUVENTUDE, MAS NÃO OBTIVEMOS SUCESSO. ALGUMAS ENTIDADES ATÉ COLOCARAM PARA FUNCIONAR PARA CURSOS E DEMAIS EVENTOS, MAS A POLÍTICA EM SI NÃO FUNCIONOU”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

“(…) HOJE A MAIORIA DOS JOVENS TÊM AS PEQUENAS EMPRESAS, PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES (…) ELES PRECISAM COMEÇAR A TER UM MARKETING DA EMPRESA DELES, A PROPRIEDADE RURAL É UMA EMPRESA, ELE É UM EMPREENDEDOR RURAL, ELE TEM QUE SE ENXERGAR ENQUANTO EMPREENDEDOR RURAL (…) HOJE UMA DAS GRANDES DIFICULDADES DE VOCÊ MANTER O JOVEM NO CAMPO É A QUESTÃO DAS COMUNICAÇÕES, TUDO É MUITO DEFICIENTE, O TELEFONE NÃO FUNCIONA, A INTERNET NÃO FUNCIONA”.

(Participante da Oficina da região Sul)

A ampliação e construção de Telecentros Comunitários Rurais se dá por meio de uma parceria entre ministérios, prefeituras e entidades, que são responsáveis pela manutenção desses espaços. Existem 7.755 Telecentros instalados em todo o país permitindo o acesso gratuito à internet de boa qualidade, promovendo a inclusão digital da juventude rural, garantindo

INCLUSÃO DIGITAL

a esta população o direito de interação e acesso à informação conforme seu interesse e necessidade. Os Telecentros oferecem ainda cursos e atividades e funcionam como espaço de integração, cultura e lazer.

Com o avanço das tecnologias em telecomunicações e internet, o perfil do meio rural se altera significativamente, diluindo a ideia de um ambiente isolado e atrasado em relação ao meio urbano. A internet introduz novos atores sociais, reduzindo as distâncias e encolhimento do tempo e proporciona uma expansão das fronteiras, promovendo diálogos em escalas globais.

“É consenso entre os jovens rurais que a internet é um espaço de divulgação e visibilidade para o campo, que amplia horizontes, facilita a comunicação e a manutenção dos vínculos além proporcionar outras formas de conhecimento e fontes de informação. No entanto, ainda que ela seja um universo de possibilidades, está longe de uma representação unívoca entre os jovens, que também a associaram à reprodução de desigualdades, falta de privacidade, distanciamento das relações mais próximas, comodismo e manipulação de notícias e falta de efetividade prática. Além disso, ainda que a internet propicie a essa geração de jovens a experiência do multipertencimento, entende-se que esse é também um processo de reafirmação identitária, valorização da cultura e de seus modos de vida, evidenciando nas representações sentimentos enaltecidos sobre o campo e o orgulho em ser jovem rural” (DIAS, 2017)

Garantir o acesso a serviços de telecomunicação e à internet com banda larga (3G e 4G) gratuita de qualidade para todo território, através de fibra óptica, incluindo as comunidades rurais, quilombolas e indígenas, é uma forma de democratizar os meios de comunicação. Em 2016, segundo o IBGE, apenas 50% dos lares brasileiros tinham acesso à internet, sinalizando limites de acesso à informação provavelmente representados pelas comunidades rurais, indígenas e quilombolas, que ainda não possuem infraestrutura adequada para um acesso de qualidade à internet, que permita inseri-los de fato na era da comunicação regional e global. O Governo tem políticas públicas recentes com proposta de expandir esse importante meio de comunicação digital para o espaço rural com a ampliação da distribuição de antenas, o “Programa Internet para Todos” e o Programa Gesac.

O “Programa Internet para Todos” é uma parceria entre Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), municípios e empresas do setor de telecomunicação com intuito de levar internet banda larga gratuita para municípios brasileiros com a instalação de novas antenas. O foco principal é a inclusão digital de populações de comunidades isoladas, com difícil acesso e sinal ruim, como nas áreas rurais.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) é um programa do MCTIC, que oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga, via satélite, a telecentros, escolas, hospitais e postos de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e

quilombos. Criado em 2002, é direcionado, prioritariamente, para regiões remotas e em situação de vulnerabilidade social, atualmente o programa conta com cerca de 5.500 Pontos de Presença em funcionamento instalados em todo o Brasil. As escolas rurais estão como prioritárias para instalação de novos pontos pois beneficiará cerca de 3 milhões, unidades básicas de saúde em localidades rurais, quilombos e mais de 200 aldeias indígenas.

Os veículos de comunicação também são utilizados para os povos indígenas se manifestarem, divulgando sua cultura, compartilhando suas reivindicações e visões de mundo. A internet é o meio mais eficiente e que traz um aumento significativo para a comunicação destes povos. Existem etnojornalistas e cineastas indígenas que produzem filmes e conteúdos na internet, rádio e televisão voltados para os povos indígenas, mas que também acabam informando a sociedade em geral sobre a importância da diversidade desses povos.

O indígena Anápuáka, da etnia Tupinambá, é criador da Rede Cultura Digital Indígena e mantém uma rede de mídias para divulgação e conexão entre as culturas indígenas, como página no Facebook e o Blog do Anápuáka, e é um dos coordenadores da Rádio Yandê, a primeira rádio web indígena do Brasil, com conteúdo voltado ao povo indígena, e também importante fonte de informação para a sociedade como um todo para que conheça melhor a cultura e diversidade dos índios.

Outra iniciativa voltada para a comunicação indígena muito importante é a Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, composta por 18 integrantes de oito etnias (Baré, Baniwa, Desana, Tariano, Tuyuka, Tukano, Yanomami e Wanano), que produzem e distribuem suas próprias notícias feitas pelos correspondentes, locutores e editores indígenas. O grupo produz mensalmente o boletim de áudio Wayuri, distribuído via internet (Whatsapp e Soundcloud), radiofonia, rádio FM e compartilhamento via Bluetooth e ShareIT, mostrando como os jovens indígenas estão integrados e familiarizados com as tecnologias digitais. Entre as dificuldades e desafios, está a falta de infraestrutura para realizar os programas da rede quanto com relação à telefonia celular, telefones públicos, radiofonia e sinal de internet para permitir a comunicação nas diversas localidades isoladas na Amazônia. “O levantamento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das sete Terras Indígenas (TIs) do Médio e Alto Rio Negro, mostra que apenas 24,5% das comunidades possuem radiofonia na região e telefones públicos (orelhões) atendem somente a 8,5% das aldeias”. Em Dourados/MS, a associação de jovens indígenas desenvolveu uma estratégia de comunicação nas aldeias do Jaguapiru e Bororó por meio de material audiovisual, fotografias, blog, fotolog e um jornal impresso.

“Esses jovens encontraram na comunicação uma alternativa ante a marginalidade com que os índios são tratados na cidade, e possibilidade de direito à voz e ao espaço social, em suas próprias tribos, já que os jovens indígenas solteiros ocupam um não-lugar na Reserva, pois não pertencem à organização tradicional indígena, tampouco estão inseridos entre os brancos”. (OTRE, 2008)

Os jovens quilombolas parecem estar menos organizados, mas existem algumas associações como a Associação de mulheres e jovens quilombolas da rua do Jorro (Amej), com página em redes sociais, do município de Cipó/BA, recém declarada pela lei municipal (Lei n.º 232 de 2018).

INCENTIVO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO

O incentivo financeiro do poder público é muito discutido na questão da acessibilidade da juventude rural aos direitos de cultura, comunicação e liberdade de expressão, assim como desporto e lazer. Dentre medidas ou ações de incentivo financeiro para promover a fruição dos direitos aqui expostos, estão: linhas de crédito para financiamento de cursos e de iniciativas juvenis rurais; disponibilização de bolsas para os jovens rurais; ampliação das fontes de recursos destinados para o investimento e desenvolvimento das identidades culturais do campo; chamadas públicas e editais específicos para fomento à cultura juvenil no meio rural.

“EXISTEM EDITAIS PARA A CULTURA NO ESTADO, MAS ESSES EDITAIS NÃO CONTEMPLAM AS COMUNIDADES COMO DEVERIA. CONTEMPLAM ARTISTAS QUE VIVEM EM AMAPÁ. FORA DOS MUNICÍPIOS, NÃO TEM INCENTIVO, NA MINHA COMUNIDADE, POR EXEMPLO, A TRADIÇÃO É O BATUQUE, MAS ESTÁ SE PERDENDO, POR FALTA DE INCENTIVO”.

“AÍ A ESCOLA, COM TODA A DIFICULDADE, CRIOU O PROGRAMA “MOSTRA A SUA CARA”, QUE TEMOS UM TRABALHO DIRECIONADO PARA ELEVAÇÃO DA AUTOESTIMA DA CRIANÇA DA COMUNIDADE NEGRA PRA FAZER COM QUE A LEI 3000 E A 39 ACONTEÇA (...) PARA QUE O JOVEM NEGRO SE IDENTIFIQUE NOS ESPAÇOS”.

(Representantes quilombolas da Oficina da região Norte)

“EM 2017 A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PRONERA EM 2018 ERA DA ORDEM DE 28 MILHÕES DE REAIS. ESTE ORÇAMENTO FOI CORTADO NA CÂMARA, COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, E CHEGOU A 18 MILHÕES DE REAIS. JÁ NA APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO PARA O ANO DE 2018, O CORTE CHEGOU A 100%”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

Tais medidas ou ações são frequentemente observadas para outras temáticas. O crédito rural, por exemplo, historicamente tem sido o instrumento central da política agrícola para promover a produtividade e o aumento de renda no Brasil. A quantidade de recursos financeiros que o país disponibiliza para os produtores e o agronegócio por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) aumenta a cada ano. Porém, medidas específicas para a temática de cultura, comunicação, desporto e lazer envolvendo, especialmente ou estritamente, a juventude rural, ainda precisam ser mais ampliadas.

“(...) A BUROCRACIA EXCESSIVA, COM RELAÇÃO AO ACESSO AO CRÉDITO E AO MICROCRÉDITO POR MEIO DA LINHA DO PRONAF JOVEM, FAZENDO COM QUE O NÚMERO DE ACESSOS SEJA MUITO BAIXO EM ALGUNS ESTADOS”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

“A SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, TODA VEZ QUE VAI FALAR SOBRE CULTURA INDÍGENA, NUNCA TEM ORÇAMENTO. NO MUNICÍPIO TAMBÉM NÃO, E NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR, A QUESTÃO SE TORNA PIOR AINDA”.

(Representante da Oficina da região Sudeste)

INCENTIVO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO

A abertura de editais específicos para juventude rural no que se refere à aquisição de equipamentos e à instalação de rádios comunitárias e/ou rádios poste foi uma requisição recorrente no Seminário de 2015. Editais para incentivo de atividades rurais e voltados para o fortalecimento do homem no campo e empoderamento da mulher são lançados com frequência por órgãos como BNDES, Banco do Brasil, Caixa, Banco Mundial e Ministério da Cultura (MinC). Geralmente os projetos preveem melhorias na infraestrutura e aquisição de equipamentos. O importante para isso é a comunidade rural estar organizada com uma pessoa física ou jurídica que possa submeter projetos em prol da comunidade a esses editais.

CRIAÇÃO DE AGENDA/CALENDÁRIO DE EVENTOS DA JUVENTUDE RURAL

Os eventos, sejam eles artísticos, culturais, religiosos, esportivos, e/ou cívicos são acontecimentos que aumentam a vida social e notória das pessoas, levando-as a experimentar novas emoções e desenvolvendo o seu senso crítico. Por meio destas atividades, o ser humano é capaz de se deparar com várias realidades, situações, culturas e costumes diferentes, de outras regiões, por exemplo, fazendo com que então estes indivíduos possam aprender a compreender as diferenças, a sua importância e a respeitá-las.

São nessas diferenças que estão as singularidades dos valores das mais variadas localidades, reafirmando-se assim a cultura e a própria identidade cultural deste mesmo grupo. Participando de eventos e do convívio social que os mesmos oferecem, as pessoas educam seus sentidos, aprimoram seu olhar, adquirem uma nova visão do mundo, absorvem novos conhecimentos e vivem novas experiências, ultrapassando os limites da vida particular.

Sendo assim, tais atividades estão diretamente relacionadas a comunicação, cultura, liberdade de expressão, esporte e lazer. Além disso, por causa da enorme gama de variedades de tipos, pela pouca interferência de sazonalidade e diversificação de públicos que este segmento pode vir a ter, os eventos podem se tornar ferramentas muito versáteis na questão do acesso da juventude rural a cultura, comunicação, esporte e lazer.

Neste contexto, se faz importante a criação de uma agenda ou calendário de eventos específicos para juventude rural inseridos na programação oficial dos municípios e/ou estados. Competições e campeonatos esportivos, olimpíada da juventude rural, atividades envolvendo dança, música, culinária, oficinas culturais, exposições, dentre tantas outras manifestações artísticas são alguns exemplos de eventos que poderiam fazer parte do calendário da juventude rural.

Algumas ações já são desenvolvidas atualmente neste sentido, como por exemplo: a Copa da Juventude Rural, promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), que movimenta as cidades do interior mineiro com aproximadamente 200 times envolvidos. A competição é uma iniciativa da federação e tem como objetivo integrar e fortalecer a juventude rural; Jogos da Juventude Rural promovido pela Associação da Juventude Rural (Ajur), Emater/RS e a Prefeitura Municipal de Uruguaiana, que acontecem há 20 anos com o objetivo de estimular a prática do esporte nas comunidades do interior e resgatar esportes típicos, como cabo de guerra, prova de crochê, entre outros.

A ampliação e maior diversificação de eventos e ações neste sentido devem ser levados em consideração para o beneficiamento da juventude rural em relação aos direitos aqui expostos.

CRIAÇÃO DE AGENDA/CALENDÁRIO DE EVENTOS DA JUVENTUDE RURAL

Vale salientar, neste contexto, os Jogos dos Povos Indígenas (JPIs), criados no ano de 1996 por meio de uma ação coletiva dos irmãos Mariano Marcos Terena e Carlos Justino Terena através do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena em parceria com o Ministério do Esporte, diante da necessidade dos próprios indígenas. O evento objetiva a prática dos jogos e a divulgação das manifestações esportivas e culturais de cada etnia, além da promoção da integração destas. Desta forma, nas várias edições já realizadas do evento, que acontecem em âmbito nacional, os povos indígenas têm a oportunidade de divulgar suas culturas e suas habilidades nas modalidades esportivas tradicionais, promovendo o encontro de um número considerável de etnias de diversas regiões do Brasil. Dentre as modalidades, estão: arco e flecha, cabo de guerra, canoagem, atletismo, corrida com tora, xikunahity (jogo de cabeça), futebol, arremesso de lança, luta corporal, natação, zarabatana, rōkrã.

A consideração dos Jogos dos Povos Indígenas no cenário brasileiro está presente no artigo n.º 217 da Constituição Brasileira de 1988, que trata o desporto não somente como formação atlética, mas apresenta, no inciso IV, “a proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional”. Portanto, é dever do Estado proteger, resgatar, registrar e divulgar as manifestações culturais de caráter esportivo que se vinculem às nossas raízes etno-históricas.

Não obstante a realização dos JPIs em si, na oportunidade do evento são discutidas questões maiores da política indígena. Aproveita-se a reunião de várias etnias e de suas lideranças para tal.

É importante destacar que o contato dos povos durante a realização dos jogos (que têm como característica a celebração, o encontro, o conhecimento de outros povos, fazendo com que sejam reconhecidos por suas diversidades culturais) na cidade dos “brancos”, envolvendo seus moradores, turistas e toda sorte de mídia mundial, faz com que os indígenas se tornem mais visíveis para a sociedade mais ampla. Desta forma, a luta indígena em questões importantes, como por exemplo, a demarcação de terras, saúde e alimentação, passam a ter outra dimensão nos debates, sendo apresentadas de modo objetivo por meio desse instrumento: o esporte.

CULTURA, COMUNICAÇÃO/ LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DESPORTO/LAZER NA ÁREA DA EDUCAÇÃO/ESCOLAS

O lazer, o esporte, a cultura e a comunicação / liberdade de expressão estão atrelados à educação, proporcionando às pessoas felicidade e realização, sendo considerados não só instrumentos e veículos de educação, mas também objetos da educação. A escola, como instituição socializadora, é responsável por proporcionar atividades que fomentem a comunicação, a cultura e o lazer, colaborando no desenvolvimento de potencialidades e na socialização dos jovens.

Assim, a escola deve ser um local que estimule os jovens a consumir e produzir cultura, ampliando a expressão cultural por meio não só da cultura erudita, mas também da cultura popular. Quando os jovens rurais passam a produzir seus próprios conteúdos e, assim, atuar como autores de suas histórias, começam a compreender que são livres para construir suas experiências, relacionadas ao meio em que estão inseridos. Da mesma forma, o esporte e o lazer nas escolas levam a juventude a tomar consciência da dimensão de possibilidades que o tempo livre pode proporcionar para uma boa qualidade de vida.

CULTURA, COMUNICAÇÃO/ LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DESPORTO/LAZER NA ÁREA DA EDUCAÇÃO/ESCOLAS

Na área da comunicação, a escola deve exercer importante papel de capacitação. Para que os jovens rurais tenham acesso aos benefícios das tecnologias digitais e internet, é necessário que eles sejam capacitados para o uso destas ferramentas para terem uma inclusão digital efetiva, já que muitos destes jovens não estão capacitados para o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação/TICs. Assim, para uma efetiva inserção do jovem rural ao meio de comunicação digital é importante que ele tenha acesso a uma infraestrutura de computadores e rede de banda larga, que podem ser instalados em salas para este fim em escolas municipais. E desta forma, o aprendizado é ainda mais enriquecido com o acesso à Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais: os usuários podem buscar, baixar e/ou navegar por mais de 20 mil recursos educacionais digitais que estão à sua disposição.

Além disso, a importância dessas atividades nas escolas também está relacionada ao fato de induzir os jovens a refletir sobre as condições necessárias para a prática de lazer/ esporte/ cultura/ comunicação na comunidade onde vivem e a reivindicar esse direito, tornando-os aptos a serem vinculados às esferas públicas de discussões para que possam participar efetivamente da formulação, gestão e implementação de políticas públicas.

A juventude rural aparece como um setor fragilizado de nossa sociedade, possuindo, dentre várias dificuldades, a falta de ferramentas que possibilitem o acesso a cultura, comunicação e lazer. Segundo o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, dentre as maiores queixas dos jovens rurais relacionadas aos direitos mencionados acima estão:

- Com relação à cultura, as demandas passam tanto pelo acesso a bens e serviços culturais, ou seja, à fruição de produções culturais diversas, quanto pelas condições de produção cultural nas áreas rurais, sejam elas ligadas às heranças tradicionais ou não. São frequentes, por exemplo, demandas por cinemas e bibliotecas móveis, que possam chegar às populações rurais. No mesmo sentido da oferta de cultura que vá até a juventude, há demandas pela realização de festivais culturais. Com relação às condições de produção, aparecem as demandas pelo financiamento – seja com editais públicos ou linhas de crédito específicos para a juventude rural – e pela oferta de infraestrutura, com Pontos de Cultura ou espaços análogos a centros de formação e produção cultural.
- Com relação a esporte e lazer, além da demanda por espaços públicos que proporcionem o acesso a este direito, o aumento de investimentos e recursos do poder público destinados a esporte e lazer na comunidade rural, bolsas de incentivo a atletas rurais, criação de calendário do esporte como, por exemplo, olimpíadas da juventude rural e necessidade de maior fomento desses direitos nas escolas também são destacados.
- Com relação a comunicação e liberdade de expressão, as demandas passam tanto pela infraestrutura, por meio de espaços culturais públicos de acesso à informação e construção de casas digitais comunitárias, quanto pela criação e ampliação de mídias alternativas nas áreas rurais, ampliação da rede de internet e de telefonia móvel de qualidade e capacitação para inclusão digital.

CULTURA, COMUNICAÇÃO/ LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DESPORTO/LAZER NA ÁREA DA EDUCAÇÃO/ESCOLAS

O acesso à cultura e à comunicação e liberdade de expressão tem estado presente na pauta das políticas públicas, com a criação de leis e decretos que estimulam a contemplação destes direitos entre os jovens rurais. Um exemplo de sucesso é a Lei da Cultura Viva com os Pontos de Cultura ou a Arca das Letras, que mantém atualizadas as bibliotecas do meio rural, estimulando a busca pela informação com acesso a conteúdos direcionados.

“CULTURA, TEM PROJETO QUE É A CIRANDA, SÓ EM UM MÊS, AGOSTO, MAS FICAM MAIS ENTRE ELES, OS CIRANDEIROS, NÃO É TODA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO QUE É ENVOLVIDA”.

(Representante da Oficina da região Norte)

“(...) O ASPECTO DA CULTURA É MUITO FRACO ASSIM, PORQUE O MATO GROSSO DO SUL É UM ESTADO QUE TEM UMA GRANDE QUANTIDADE DE CULTURA. É COMO SE COLOCASSE MUITA COISA NUMA PAINELA SÓ E ACABA SAINDO NADA. E O MATO GROSSO DO SUL ACABA SENDO ISSO, É MUITA COISA NUMA PAINELA SÓ, TEM GENTE EM TUDO QUANTO É LUGAR, SÓ QUE (...) SE VOCÊ PROCURAR LÁ, NÃO TEM NADA.”

(Participante da Oficina da região do Centro-Oeste)

Mesmo assim ainda são necessários incentivos e ações voltadas à melhoria na estrutura física do meio rural para que tenham de fato ferramentas para uma comunicação efetiva pelo meio digital, para que sejam inseridos na grande rede e tenham possibilidade de dialogar com diversas realidades e difundir e firmar sua cultura, com troca de experiências entre jovens rurais de diversas regiões. Essa troca de informações pode fortalecer e resgatar uma identidade.

Vale salientar que no Brasil a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência estão dividindo espaço com atividades ligadas à prestação de serviços, à indústria, ao turismo e ao lazer, tornando cada vez menos nítidos os limites entre o rural e o urbano. Segundo reportagem da edição especial 50 Anos de FAPESP da revista Pesquisa FAPESP, em 2012, os dados disponíveis do ano de 2009 mostraram que 44,7% dos brasileiros que residem na zona rural têm renda proveniente de atividades não agrícolas. Esse cenário começou a ser sinalizado no final dos anos 1990, na pesquisa Caracterização do Novo Rural Brasileiro 1992/98, batizado de Projeto Rurbano. Apoiado pela FAPESP, pelo programa de Núcleos de Excelência (Pronex/CNPq/Finep) e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (SDR/MMA), o projeto reunia pesquisadores e núcleos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os resultados das duas primeiras fases da pesquisa, divulgados no ano 2000 (Revista Pesquisa FAPESP) destacaram que “o mundo rural é maior que o agrícola”, ou seja, a área rural brasileira não se restringe às atividades relacionadas a agropecuária e agroindústria, ganhando funções não-agrícolas e oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para famílias.

Nesse conjunto de atividades não-agrícolas que se proliferam na área rural, além de sítios de lazer, casas de campo, fruticultura, floricultura, restaurantes, clubes e hotéis-fazenda, destacam-se as festas de rodeio e outras festividades tradicionais como atividades dinâmicas, lucrativas e expressivas do novo rural brasileiro, representando porcentagens significativas da receita das cidades. O turismo rural, atividade em franca expansão nas áreas de represas formadas para a geração de energia elétrica e ao longo dos rios, é apontado como um

CULTURA, COMUNICAÇÃO/ LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DESPORTO/LAZER NA ÁREA DA EDUCAÇÃO/ESCOLAS

importante vetor de desenvolvimento de novas atividades não-agrícolas, sobretudo das áreas rurais ribeirinhas.

Neste sentido, é necessário que processos de elaboração de políticas públicas para a juventude rural levem em consideração as novas ocupações rurais nesses locais, que, por sua vez, possuem economias dinâmicas.

Em razão do exposto, em que se constata uma grande complexidade nos fatores que influenciam a estrutura ocupacional dos residentes rurais, é preciso que as políticas assumam um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, ao mesmo tempo em que utilizem diferentes instrumentos de política econômica e social para promover um modelo de desenvolvimento rural que permita a melhoria da qualidade de vida de seus jovens. Desta forma, é fundamental a participação efetiva da juventude rural nos processos de tomada de decisões, na formulação e gestão de políticas públicas, face as trajetórias e experiências já acumuladas dos jovens, assim como a grande diversidade cultural e étnica existente no meio rural.

DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

O Estatuto da Juventude – Lei n.º 12.852/2013 – garante, por meio de suas diretrizes gerais (Art. 3º Inciso V), o acesso aos “meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre”. Além disso, no próprio Estatuto da Juventude, o Direito ao Território e à Mobilidade são considerados elementos importantes para o desenvolvimento social por permitir o acesso aos serviços básicos (educação, saúde, cultura, lazer, entre outros), além de viabilizar uma maior inclusão social e equiparação de acesso às oportunidades.

O conceito de mobilidade é associado ao deslocamento das pessoas no território, cujo percurso deve ser de fácil locomoção, considerando a limpeza, a segurança, aspectos visual (sinalização, estética, arborização, iluminação, entre outros), auditivo (poluição sonora), entre outros, dotado de total acessibilidade. A acessibilidade é inerente à facilidade em se deslocar, tendo em vista os destinos desejados no âmbito individual ou coletivo.

Os conceitos de mobilidade e acessibilidade, apesar de distintos entre si, são complementares, uma vez que não é possível afirmar que um território seja considerado eficiente na mobilidade sem que os critérios de acessibilidade sejam proporcionalmente adequados à qualidade da mobilidade e vice-versa.

As áreas rurais, em geral, apresentam características específicas, tal como a baixa densidade demográfica e população dispersa no território, o que dificulta justificar ou viabilizar a oferta de transportes públicos coletivos regulares à população rural.

Informações acerca da demanda da população rural por serviços de transporte público coletivo são desconhecidas pelo próprio Governo Federal, conforme afirmação do Ministério das Cidades: “não há dados abrangentes sobre a necessidade de transportes em áreas rurais”. Entretanto, o órgão reconhece que parte considerável das cidades com até 500 mil habitantes detêm diversas linhas de transporte coletivo que são utilizados no deslocamento da população rural até os centros urbanos.

DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE

O transporte coletivo que realiza o pêndulo entre as áreas urbanas e rural existe, mas a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros no interior das áreas rurais é desconhecida, indicando um gargalo acerca da informação sobre este tipo de serviço.

O desenvolvimento rural depende de diversos fatores que, de alguma maneira, se relacionam com o meio urbano, onde os acessos aos bens e serviços disponíveis, tanto em área rural quanto em área urbana, são alguns dos “principais fatores para garantir o direito à cidadania”. Desta forma, a melhora em acessibilidade e mobilidade nas áreas rurais possibilitam o aumento de oportunidades de forma mais equitativa no território.

A oferta do serviço de transporte coletivo em áreas rurais, em geral, não é adequada nem à realidade, nem às necessidades da população. Esta afirmação foi corroborada pelo IPEA ao identificar que, somente em 2012, cerca de 52% dos domicílios situados nestas áreas detinham pelo menos um veículo privado (automóvel ou motocicleta), o que pode indicar a má qualidade dos serviços de transporte coletivo ou a inexistência destes.

Todavia, o uso intensivo de veículos motorizados privados nos deslocamentos do cotidiano da população pode ter consequências nocivas tanto ao sistema de transporte quanto à própria população. Dentre as externalidades oriundas do aumento da preferência pelo veículo motorizado privado, estão: aumentos dos congestionamentos, do tempo de viagem, das emissões de poluentes, de acidentes de trânsito, entre outros.

Esse é um quadro que afeta a qualidade de vida da juventude rural, pois impacta diretamente sobre as condições de trabalho, educação, saúde e lazer, uma vez que sem uma infraestrutura adequada que propicie a mobilidade dessa parcela população, esta tem um cerceamento de seus direitos.

“A GENTE NÃO CONSEGUE ACESSO ÀS UNIVERSIDADES PRÓXIMAS DE CASA PARA QUE O JOVEM CONTINUE NA COMUNIDADE. E QUANDO CONSEGUE ACESSO, O DESLOCAMENTO É DIFÍCIL, O JOVEM NÃO TEM RENDA PARA PAGAR A UNIVERSIDADE, PREFERINDO, ENTÃO, MIGRAR PARA CIDADE GRANDE.”

(Representante da Oficina da região Sudeste)

Diante deste cenário, torna-se evidente a importância da elaboração, e atualização periódica e sistemática, de diagnósticos e planos de ação acerca do planejamento do território e da mobilidade dos municípios, a serem considerados pelo Plano Diretor do Município, a ser apresentado a seguir.

PLANOS MUNICIPAIS E RECONHECIMENTO E DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS

O Planejamento Territorial consiste numa das principais ferramentas de ordenamento e gestão pública.

A Constituição de 1988 obriga o desenvolvimento dos Planos Diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes. Todavia, foi a partir do Estatuto das Cidades, publicado na Lei n.º 10.127 em 10 de julho de 2001, que as áreas rurais passaram a ser consideradas no planejamento municipal, por meio dos Planos Diretores.

— PLANOS MUNICIPAIS E RECONHECIMENTO E DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS

A realização dos Planos Diretores Municipais permite “fortalecer a gestão democrática e a função social da cidade e propriedade”, tendo como objetivo a inclusão do território e a redução das desigualdades, sendo considerado peça fundamental na solução (ou enfrentamento) dos mais variados problemas sociais, principalmente no que tange à redução das desigualdades.

Apesar dos benefícios do ordenamento sobre a planificação da área rural, a mentalidade dos planejadores (tomadores de decisão) ao elaborar os Planos Diretores não mudou desde a promulgação do Estatuto das Cidades. Ou seja, o meio urbano ainda tem predominância sobre o meio rural, onde, em muitos casos, este último é visto de forma “homogênea e subserviente ao urbano”.

O planejamento do território rural demanda dos tomadores de decisão certa especialização e experiência sobre o seu funcionamento e das suas características, visando identificar os principais problemas e desenvolver estratégias de soluções mais adequadas à realidade rural.

No entanto, a função de legislar em áreas rurais – atribuição dada aos municípios, conforme determinação do Estatuto da Cidade – encontra dificuldades de ordem prática devido aos conflitos de competências e atribuições entre o ente municipal e o Governo Federal. O Estatuto da Cidade não determinou a abrangência do Plano Diretor, fato que gera conflitos quanto às atribuições nas áreas rurais, já que, estas são de competência constitucional do Governo Federal.

A interpretação e entendimentos tornam-se divergentes ao tentar identificar o ente responsável pelo ordenamento do território rural. Como exemplo desta divergência, para alguns tomadores de decisão, as áreas rurais são objeto das políticas públicas de desenvolvimento urbano, dado que o município tem a atribuição de legislar sobre o seu próprio território. Para outros, é de competência do Governo Federal legislar sobre o uso do solo das áreas rurais devido ao desenvolvimento de políticas agrícolas e agrárias, conforme determina a Constituição do Brasil. Além disto, o parcelamento do solo rural é de atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), já que existem normas específicas para tal.

Essa situação impacta fortemente no campo, pois desencadeia dificuldades no planejamento, na gestão e na organização das áreas rurais, já que as disposições legais sobre o território rural estão, em grande parte, sob a responsabilidade das esferas federal e estadual.

As políticas públicas destinadas para as áreas rurais devem ser desenvolvidas em articulação entre Municípios, Estados e União, para que o primeiro (Município) possa determinar as políticas de exploração do território rural mais adequadas, tendo em vista, sempre, atender às necessidades e aos interesses de seus habitantes por meio do Plano Diretor.

PLANOS MUNICIPAIS E RECONHECIMENTO E DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIOS —

“(…) A MAIORIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, PRINCIPALMENTE AS CAIÇARAS, FOI SOBREPOSTA POR ESTAÇÕES ECOLÓGICAS NA DÉCADA DE 60. ESSAS ESTAÇÕES SÃO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL QUE NÃO RECONHECEM A PRESENÇA DESSAS COMUNIDADES. ENTÃO, A GENTE NÃO TEM COMO VIVER, PRIMEIRO PORQUE NÃO PODERÍAMOS ESTAR LÁ DENTRO, E OUTRA, QUE MESMO LUTANDO PARA PERMANECER, NÃO PODEMOS REALIZAR NENHUMA DAS ATIVIDADES QUE PERTENCE A NOSSA CULTURA, COMO PLANTIO E A PESCA (…)”

(Representante da oficina da região Sudeste)

Nesse sentido, ter as demandas da juventude como ponto de partida pode ser um caminho para aproximar esses jovens de ações que garantam equidade e qualidade de vida, principalmente se eles tiverem assento garantido e forem ouvidos nas rodas de debate para a elaboração dos planos diretores de seus territórios.

“A CULTURA INDÍGENA, SE FOR COLOCAR DA LUTA PELA SUA TERRA É MUITO FORTE NO MATO GROSSO DO SUL PORQUE É CONSTANTE. SE FOR VER UM DOS ESTADOS QUE TÊM MAIS LUTA INDÍGENA É NO MATO GROSSO DO SUL, PORQUE LÁ O AGRONEGÓCIO TOMA DE CONTA E O EMBATE TEM QUE SER TODO DIA, OU SENÃO HÁ ÍNDIO SENDO RETIRADO DA SUA CASA, ASSENTADO QUE JÁ TEM TERRA SUA CASA SENDO RETIRADA, E ASSIM VAI, PORQUE ONDE O AGRONEGÓCIO CHEGA (…)”

(Participante da Oficina da região do Centro-Oeste)

AMPLIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE E DA MOBILIDADE RURAL

Em áreas rurais, as principais vias de acesso são, na maior parte dos municípios, caracterizadas por estradas rurais e vicinais utilizadas tanto para o deslocamento de pessoas quanto para o escoamento da produção, passando por áreas de preservação ambiental, mananciais, reservas florestais, entre outros.

O DNIT define rodovia rural como trechos rodoviários que ligam “áreas urbana e industrial, pontos de geração e atração de tráfego e pontos significativos dos segmentos modais, atravessando área rural”. O órgão ainda define rodovias vicinais como “estrada local, destinada principalmente a dar acesso a propriedades lindeiras ou caminho que liga povoações relativamente pequenas e próximas” DNIT.

A mobilidade nas áreas rurais pode ser considerada como uma caixa preta pela escassez de informações disponíveis em base de dados oficiais do Governo, em trabalhos científicos, como teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos publicados em congressos e em revistas científicas, entre outros. Entretanto, há vasta informação acerca do deslocamento entre as áreas rurais e urbanas. Essas informações são corroboradas pelo próprio Ministério das Cidades conforme transcrição do texto do documento cujo título é “PlanMob – Caderno de Referências para a Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana”.

AMPLIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE E DA MOBILIDADE RURAL

A dificuldade que a população rural, principalmente os jovens, encontra em se deslocar no seu próprio território e nas áreas urbanas, sendo este último um polo de oferta de serviços básicos, como saúde, educação, lazer, entre outros, é tal que, no ano de 2012, cerca de 42,81% dos domicílios situados em áreas rurais detinham algum tipo de veículo automotor (automóvel ou motocicleta). Dos domicílios que apresentaram os dois tipos, o percentual foi de 9,04% (Figura 36).

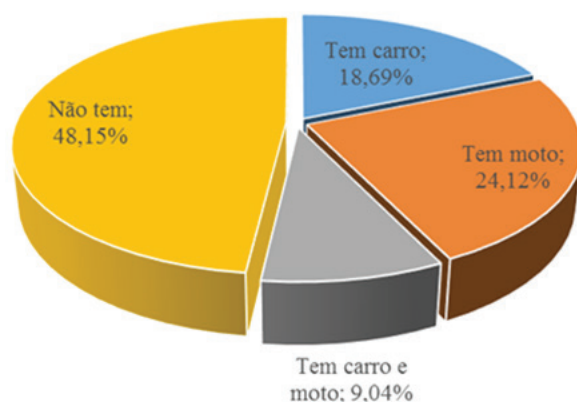


FIGURA 36. PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS RURAIS COM POSSE DE ALGUM VEÍCULO AUTOMOTOR (AUTOMÓVEL E/OU MOTOCICLETA). FONTE: (IPEA, 2013)

A ausência do serviço de transporte coletivo tem maior impacto nas camadas sociais menos favorecidas, já que, as famílias mais abastadas tendem a usufruir com maior facilidade dos meios de transportes motorizados individuais, tais como, automóveis e motocicletas, rompendo, desta forma, as barreiras do isolamento territorial.

Com o aumento da preferência pelo transporte motorizado individual nas áreas rurais, as consequências são o aumento dos acidentes de trânsito, congestionamentos nas vias, poluição veicular, entre outros. Os efeitos destas externalidades são percebidos em toda a comunidade rural, principalmente no setor produtivo agrícola por aumentar os custos para escoar a produção agrícola devido às implicações da ausência dos serviços de transportes coletivos de qualidade.

Diante desse cenário, o Governo Federal criou os programas “Caminho da Escola” e o “Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)”, visando aprimorar as políticas públicas para o transporte escolar. Em ambos os programas, os objetivos são, em suma, o transporte seguro entre a residência e a escola, destinado aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais e ribeirinhas. Só no ano de 2013, o programa “Caminho da Escola” atendeu 4,2 milhões de alunos.

Devido à escassez de oferta de serviços de transporte coletivo, o jovem rural, em geral, tende a mudar para os locais que disponibilizem serviços básicos e oportunidades que proporcionem a melhora na sua qualidade de vida, tais como educação, emprego, entre outros, que são encontrados com maior facilidade em áreas urbanas.

CADEIA PRODUTIVA RURAL

A importância do setor agropecuário familiar é na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente para o autoconsumo, cujo foco é maior nas funções de caráter social do que nas econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui de forma significativa para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. Nesse sentido, fortalecer a permanência do jovem no campo é uma questão para além do trabalho e renda, é uma questão também de mobilidade.

Como já mencionado anteriormente, em termos de produção, a agricultura familiar tem significativa representatividade na produção de diversas culturas do país, conforme Tabela 12. Por outro lado, ao observar a estrutura agrária, os dados do Censo Agropecuário 2006 revelam que os agricultores familiares detinham cerca de 85% do total de terras destinadas para a agropecuária.

TABELA 12: PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR DO BRASIL.

ARROZ EM CASCA (1.000 t)	6.484	3.204	33,1
FEIJÃO-PRETO (1.000 t)	160	512	76,2
FEIJÃO DE COR (1.000 t)	595	685	53,5
FEIJÃO-OUTROS ¹ (1 000 t)	184	953	83,8
FEIJÃO-TOTAL (1.000 t)	939	2.149	69,6
MANDIOCA (1.000 t)	2.006	9.907	83,2
MILHO EM GRÃO (1.000 t)	22.555	18.873	45,6
SOJA (1.000 t)	39.731	6.465	14
TRIGO (1.000 t)	1.760	473	21,2
CAFÉ EM GRÃO (VERDE) (1000 t)	1.502	919	38
LEITE DE VACA (106 LITROS)	8.719	11.849	57,6
LEITE DE CABRA (106 LITROS)	12	24	67,1
OVOS DE GALINHA (106 DÚZIAS)	2.231	451	16,2

Fonte: (HOFFMANN, 2015, p. 419)

Entretanto, apenas 24% das áreas ocupadas para a agropecuária são de estabelecimentos familiares, evidenciando a concentração destas terras para as atividades do agronegócio. Diante disto, os programas do Governo Federal já apresentados, bem como a educação fundamentada nas particularidades dos territórios, também já apresentados, são o caminho para que os jovens rurais possam se instalar na terra e dali conseguir suprir suas necessidades de bem viver.

DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

Dentre os direitos assegurados no Estatuto da Juventude, destacam-se o direito à diversidade e à igualdade. Ao longo da história humana, a “diferença” sempre teve uma conotação de algo pejorativo, negativo e depreciativo. A prática do preconceito e da discriminação está muito associada a esta visão distorcida do que era considerado diverso em relação aos padrões estabelecidos. Entretanto, atualmente, e a partir das lutas sociais, o termo “diversidade” ganhou um aspecto mais positivado, representando as lutas em favor dos direitos de pessoas e setores excluídos ou marginalizados socialmente.

“NÃO SE FALA SOBRE ISSO [QUESTÃO DE GÊNERO] NA ZONA RURAL, LGBT (...) SE FALA MAIS NA ZONA URBANA (...)”

(Representante da Oficina da região Norte)

A diversidade pode ser entendida, de forma simples, como um conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social. Está ligada à extensão da individualidade num conjunto social mais amplo e, por isso, diretamente associada aos diferentes modos de abordagem e percepção da realidade, e também aos conceitos de heterogeneidade, multiplicidade e variedade. As diferenças se mostram parte da convivência humana na vida em sociedade e a tendência de torná-las uma inadequação aos valores “padrões” estabelecidos em determinado núcleo social específico gera o preconceito, a intolerância e a discriminação.

“QUESTÃO DE GÊNERO É POUCO DEBATIDA, ELES NÃO COMENTAM NA ALDEIA, NÃO TÊM NENHUM CASO OU, QUANDO TÊM, ASSUMEM, SE REVELAM JÁ NA CIDADE OU NA FACULDADE. QUANDO ESTÃO NA ALDEIA, NÃO TEM NENHUMA PESSOA QUE RELATA, NÃO É DEBATIDO NEM DISCUTIDO POR QUESTÃO MESMO DE TRADIÇÃO”.

(Representante da Oficina da região Norte)

É importante salientar que o respeito à diversidade está ligado a todos os direitos presentes no Estatuto da Juventude, uma vez que as diferenças existentes, sejam de cor, credo, classe social, origem, entre outras, não podem gerar distinção de tratamento em relação a saúde, educação, trabalho, segurança e cultura para o jovem.

A igualdade, por sua vez, passou por diversas transformações filosóficas importantes ao longo da história: desde a primeira concepção da desigualdade natural, até a busca pela efetivação da igualdade material, passando pela igualdade natural, desigualdade civil e igualdade civil, esta questão sempre teve importância no pensamento humano e da sociedade em transformação. A partir da normatização da igualdade e o fortalecimento do estado constitucional, a igualdade formal ganhou cada vez mais peso nas sociedades ocidentais. Finalmente, com a legitimação do estado social, foram sendo criadas ferramentas para tornar a igualdade possível. No atual cenário observa-se uma constituição que apresenta a igualdade formal e direitos que visam direta e indiretamente a efetivação da igualdade material, entretanto, ainda há muito para avançar na busca de uma sociedade igualitária.

A igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos deve respeitar as questões de diversidade de gênero, etnia, raça, cultura, religião, orientação sexual, renda familiar, origem e idade, para que assim nenhum indivíduo se sinta subjugado ou discriminado. As diferenças devem ser utilizadas pelos indivíduos para somar experiências e conhecimentos e não para reprimir

DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE

aqueles que destoam em uma determinada realidade social. Dessa forma, é possível buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

A diversidade e igualdade para o jovem rural está diretamente ligada ao seu modo de vida e cultura e como isso afeta a percepção das outras regiões sobre esse modo de vida. Dessa forma, propostas relativas a esse tema estão diretamente associadas à adequação no meio rural dos modelos criados para a cidade e, mais especificamente, para os jovens.

DIÁLOGOS ENTRE TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

As lideranças jovens no campo são fundamentais para garantir a representação dos temas que expõem as necessidades para o futuro do campo, principalmente para a sucessão rural e a garantia dos direitos dos jovens. Dessa forma, a participação dos jovens em seminários, conferências e encontros nacionais e internacionais é muito importante para que os gestores tomem conhecimento das questões que devem ser priorizadas e tomadas como base para o desenvolvimento das políticas públicas.

No I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, a garantia dos direitos da juventude foi discutida por jovens de várias partes do Brasil. Na questão da diversidade, foi citada a burocracia para o acesso às políticas públicas, que em geral são desarticuladas e não consideram a discussão da sexualidade e da diversidade sexual. Outro ponto levantado foi a questão do papel da mulher na sociedade rural, citando a recorrente desvalorização e falta de visibilidade ao trabalho das mulheres, além da falta de políticas públicas criadas especificamente para vencer essa barreira entre gêneros no campo.

O diálogo entre os territórios rurais existentes no país é muito relevante para o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas ao tema, pois a troca de experiências e vivências é necessária para criar mecanismos de enfrentamento à discriminação e à desigualdade.

O Projeto Jovens Rurais em Movimento (PJRM), proposto pelo Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), busca a representação da juventude rural ao fortalecer sua organização social em áreas rurais do Paraná por meio de oficinas de juventude, viagens técnicas e intercâmbios, além da participação em reuniões municipais e territoriais e da realização de seminários. Nestes eventos a participação pública da juventude é garantida, pois as questões são discutidas pelos próprios jovens, a partir de indivíduos devidamente capacitados para este exercício (Jovens Agentes de Desenvolvimento Rural). As discussões se iniciam no âmbito da comunidade depois são ampliadas para o município e, finalmente, evoluem para o nível territorial.

O Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira é um projeto bienal que objetiva integrar os participantes de diferentes instituições que desenvolvem ações voltadas ao estímulo do empreendedorismo, o desenvolvimento das noções de cidadania e a compreensão das diferenças entre os habitantes dos mais diversos territórios rurais de todas as regiões do país. O descobrimento de novas culturas, paisagens e sotaques é uma experiência que amplia horizontes e transforma paradigmas, que está diretamente conectada à revisão de preconceitos e à busca de uma sociedade mais igualitária. Além disso, a promoção desses

DIÁLOGOS ENTRE TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

encontros entre jovens das mais distintas realidades mostra aos participantes outros modos de vida, novos caminhos para vislumbrar o futuro e novas opções para o manejo das suas terras e seu desenvolvimento.

Este formato de projeto é importante para desenvolver lideranças e permitir que a voz dos jovens rurais de comunidades específicas, que podem ser considerados minorias, seja ouvida, ajudando a reduzir as desigualdades e garantindo a perpetuidade dessas culturas.

ADEQUAÇÃO DE CURRÍCULOS ESCOLARES

O currículo escolar tradicional se guia por um projeto monocultural e homogeneizante, contemplando um determinado perfil de alunos e esperando que todos os indivíduos aprendam da mesma maneira, em um mesmo tempo e com os mesmos métodos e recursos. Nesse caso, os que não se adequam a esse modelo, ficam de fora desta proposta.

Por outro lado, a escola inclusiva, a ser atingida a partir de alterações nos currículos escolares, tem uma visão mais ampla, democrática e plural, reconhecendo a diversidade como linha central no cenário escolar. Este formato de escola tem capacidade de abranger todos os indivíduos, sem distinção alguma, utilizando-se de um currículo adaptável e passível de revisão segundo as circunstâncias, considerando que existem tantas formas de aprender quanto alunos. Assim, este sistema educativo possibilita a inclusão de todos os alunos, respeitando as diversidades.

A complementação dos currículos escolares de todo o país com questões associadas ao meio rural é importante para que os jovens ampliem seu entendimento acerca de temas comumente associados à discriminação, mas que servem de ponto de partida para trabalhar a diversidade e a igualdade, como o movimento sem terra e as culturas indígenas e afro-brasileiras. Uma vez entendendo a realidade e um pouco da cultura dessas minorias, os jovens estarão menos aptos a discriminar essas culturas e passam a ser disseminadores desse conhecimento.

A educação no campo foi inicialmente proposta para conter a migração para as áreas urbanas, com a ideia de que a população campesina necessitava ser educada para viver em sociedade. Os movimentos de reforma agrária e pensadores da área da educação passaram a reivindicar a melhoria dos currículos nessas escolas, para desenvolver o pensamento crítico nesses jovens - neste momento a “Educação Rural” passou a ser tratada como “Educação do Campo”. Atualmente no Brasil há áreas rurais que recebem essa Educação do Campo, porém ainda há muitos locais onde as escolas rurais recebem o mesmo currículo das escolas urbanas, que mostra realidades distintas do modelo de vida deles, com um modelo mercadológico, que estimula a competitividade e vê a educação como um produto, numa perspectiva completamente diferente do ambiente rural.

No contexto das Escolas do Campo, faz-se importante a adequação dos currículos de áreas rurais à realidade local, para que o jovem tenha mais facilidade de absorver os conteúdos abordados pela escola. Esse modelo educacional é capaz de englobar todas as escolas do meio rural porque se preocupa com as crianças e jovens quilombolas, assentados, ribeirinhos, caiçaras, de comunidade de fundo de pasto, indígenas, pantaneiras e viventes em distritos e vilas, ligados ou não a movimentos sociais ou de luta por reconhecimento de direitos.

ADEQUAÇÃO DE CURRÍCULOS ESCOLARES

Esses currículos devem ser significativos para os alunos que residem e têm relações diretas com o campo, pois, ao homogeneizar o ensino, há riscos de perda do significado de “ser do campo”, para o jovem se perceber apenas “estando no campo”.

Entretanto, verifica-se que escolas que não vivem a realidade dos movimentos sociais acabam por utilizar os currículos urbanos pertencentes à gestão da educação pelo município, já que este fica responsável por estas escolas rurais e não se preocupa em diversificar o currículo e em levar em conta tanto as questões do campo, quanto as questões de diversidade.

Especificamente no que tange a educação e cultura, a diversidade deve ser trabalhada tanto dentro das escolas e faculdades, quanto nas próprias residências, de forma a evitar violência e discriminação.

Os profissionais que atuam junto aos jovens, seja no ambiente escolar ou laboral, devem estar preparados para lidar com as questões trazidas por eles e, principalmente, orientá-los acerca da diversidade e igualdade, para que essas questões sejam esclarecidas e trabalhadas, evitando que se repitam ou que sejam esquecidas.

Finalmente, é importante fortalecer as escolas do campo, para que, uma vez reconhecidas como de excelência e qualidade, sejam capazes de reconhecer e fortalecer a identidade das famílias no seu entorno, que sobrevivem da agricultura familiar, para que, assim, essas pessoas consigam superar a discriminação e as desigualdades associadas ao trabalho no campo.

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

Neste tema estão englobadas todas as minorias que são de alguma forma discriminadas pela sociedade, inclusive o próprio modo de vida rural, uma vez que a maior parte da população brasileira já é urbana. Os dados do Censo 2010 mostram que apesar de 60,4% dos municípios serem considerados predominantemente rurais, eles concentram apenas 17% da população brasileira. Assim, a população rural, que possui modos de vida bem específicos de acordo com a localização da comunidade, é formada por diversas minorias, de acordo com cada modo de vida. Quando considerados os jovens rurais, considera-se então um número ainda mais reduzido de indivíduos, mas que não podem deixar de ser ouvidos e considerados pelas políticas públicas, pois representam o futuro das áreas responsáveis pela produção primária do país, além da riqueza cultural dessas regiões.

Historicamente na área rural a questão dos papéis sociais de homens e mulheres vem acompanhada de estereótipos, tabus e preconceitos. A igualdade de gêneros e a liberdade da identidade sexual são difíceis de serem atingidas e, por isso, são abordadas nas discussões em seminários específicos como prioritárias para criação de políticas públicas que empoderem mais estes grupos sociais, com mais acesso à terra e mais respeito às suas escolhas pessoais.

A violência contra a mulher no campo é pouco denunciada nas áreas rurais de acordo com a UNICEF, por causa do machismo e do patriarcado comuns nessas regiões. Outro fator agravante é que há poucas delegacias de mulheres, o que dificulta ainda mais o encorajamento das mesmas a procurar ajuda junto aos órgãos de justiça.

Iniciativas que buscam dar voz às mulheres do campo são importantes para garantir o protagonismo feminino na administração de propriedades e empresas rurais. Nesse sentido, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) criou o programa Mulheres em Campo, para que as mulheres possam gerir seus próprios negócios e, assim, ganhar mais representatividade e voz nas decisões, deixando de ser subjugadas pelas figuras masculinas ao seu redor, em geral seus pais e maridos.

O mundo rural em geral e, mais especificamente, as classes mais pobres e com menor escolaridade têm tendências mais homofóbicas que aquelas observadas no ambiente urbano. O autor atribui isso ao fato que mais informação disponível e o convívio em espaços mais diversificados (como as grandes metrópoles) influem nas questões de discriminação e preconceito. Além disso, o fato de a homofobia estar associada à violência torna importante o investimento em campanhas contra a discriminação e o reconhecimento dos direitos.

Dados e informações específicas sobre a violência com jovens LGBT das áreas rurais são escassas no Brasil. Desta forma, se faz necessário, como ferramenta para construção de políticas públicas voltadas para esta questão, um estudo de mapeamento dos padrões de violência, discriminação e violações de direitos contra a população LGBT na área rural. Vale salientar que o combate a estas formas de violência implica reflexão articulada com as políticas de segurança pública.

O Projeto “Disque 100” foi criado em 1997 por organizações não governamentais e inicialmente chamado de “Disque Denúncia”. Em 2003, o projeto passou a ser responsabilidade do governo e sua coordenação e execução ficou a cargo da Secretaria Nacional de Direitos. Este canal recebe qualquer tipo de denúncia que envolva violações dos direitos, especialmente acerca das minorias, como adolescentes, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência e população LGBT. Este serviço ouve, orienta e registra a denúncia e, assim, torna-se uma opção para tornar mais visível e passível de quantificação o número de casos de discriminação. O serviço é gratuito para todo o Brasil e, por isso, uma ótima opção para as áreas rurais que já são mais isoladas e nem sempre possuem uma infraestrutura capaz de atender, de modo adequado, esses tipos de denúncias.

O mapeamento realizado pelo Governo por meio do “Disque 100” indica que há homofobia em larga escala no Brasil, que se manifesta de diversas formas e continua gerando mortes. Somado a isso, há hoje um crescente fundamentalismo religioso e o conservadorismo de algumas instituições da mídia que acabam por acirrar sentimentos de ódio para com as mulheres e o grupo LGBT. Na área rural, este fundamentalismo religioso é mais acirrado que nas áreas urbanas, levando ao aumento da discriminação com esses grupos. Assim, jovens mulheres e LGBTs não se sentem representados e com voz ativa no campo, podendo migrar para áreas urbanas como alternativa.

As peculiaridades na violência dirigida a mulheres e grupos LGBTs já justificam a criação de políticas públicas dirigidas especificamente para esse público, para superar essa discriminação e ampliar a cidadania.

ACESSIBILIDADE

As questões relacionadas à deficiência foram historicamente excludentes porque estavam ligadas à ideia de incapacidade e/ou defeito, assim, havia sempre uma carga pejorativa negativa e limitada, onde o indivíduo identificado como “deficiente” era visto como alguém distante dos padrões de “normalidade”. Assim, as pessoas deficientes têm sido vítimas de processos excludentes já cristalizados pela sociedade e, nesse sentido, a diversidade e a inclusão contemplam aspectos ligados a lutas em favor da melhoria de condições, aceitação e integração social e educacional das pessoas com deficiências.

Portanto, deve-se buscar a igualdade de direitos também para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, necessitando de atendimento especial temporário ou permanente. Nesse sentido, uma iniciativa do Senar, chamada Apoena, capacita mobilizadores visando incluir pessoas com deficiência na sociedade para melhorar sua qualidade de vida e buscando a igualdade e o respeito à dignidade do outro, enxergando além da sua limitação.

A Lei n.º 13.146/15, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, define como acessibilidade:

“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”

Esta lei também define que as pessoas com deficiência têm direito ao processo de habilitação ou reabilitação, com prestação de serviços próxima ao seu domicílio, esteja ela na zona urbana ou rural, respeitada a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais. Desta forma, o jovem rural tem o direito à acessibilidade, entretanto, o Poder Executivo nem sempre promove o auxílio necessário para que ele seja tratado de forma igualitária.

O jovem com deficiência que vive na área rural sabe que garantir a acessibilidade na infraestrutura local não é tão simples, pois envolve complementação de infraestruturas básicas que nem sempre existem, como, por exemplo, rampas para cadeiras de rodas, sendo que nem o calçamento existe, por isso a parte de comunicação é fundamental. No ambiente rural a acessibilidade deve ser mais forte nas atitudes dos instrutores/professores, que precisam se comunicar da melhor forma possível com o educando, de forma a ampliar a capacidade de acolhimento e aceitação dessas pessoas.

Em relação à acessibilidade em escolas, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi um divisor de águas que permitiu a ampliação do número de alunos com necessidades especiais nos diferentes espaços escolares do país. A partir disso, procura-se instituir nos ambientes educacionais a não exclusão dos deficientes, por meio de ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Porém, o dogma da segregação ainda está enraizado em muitas unidades escolares, com posturas que limitam a inclusão, criando espaços especializados para os jovens deficientes ao invés de promover a integração entre todos os alunos.

A educação especial para jovens com deficiência é feita essencialmente nas instituições urbanas, de forma que quando um jovem no meio rural precisa de atendimento, em geral é deslocado até a cidade mais próxima, pois seu município muitas vezes não dispõe de verbas para essa finalidade. Além disso, pode existir uma certa resistência de algumas famílias do campo em matricular seus filhos deficientes nas escolas. Essa questão mostra uma falha grave no atendimento a esses jovens, que, além de sua condição muitas vezes difícil, ainda precisam percorrer grandes distâncias para chegar a um local onde tenha o atendimento necessário.

O direito à diversidade e à igualdade deve garantir que o jovem rural não sofra qualquer tipo de discriminação: etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade, orientação sexual, idioma, religião, opinião, condição social ou econômica, seja no ambiente familiar, escolar ou laboral. Portanto, o tratamento deve ser igualitário por parte de toda a sociedade, de forma que os jovens rurais não se sintam rebaixados ou maltratados.

O poder público tem a responsabilidade de assegurar a estes jovens a igualdade no cumprimento de todos os direitos, tais como: educação, saúde, segurança, cidadania e justiça. Neste sentido, há necessidade de capacitar profissionais da educação, da saúde e da segurança pública para enfrentar qualquer forma de discriminação que ocorra em seus ambientes de trabalho, assim como atuarem como disseminadores da tolerância e respeito às diferenças.

Entretanto, a diversidade no campo envolve muitos preconceitos arraigados até mesmo à cultura rural e, por isso, ainda é um tabu. Cabe aos jovens ampliar suas lideranças e buscar seus direitos para garantir que seu modelo de vida e suas crenças sejam respeitadas, mas lembrando também de respeitar a própria diversidade existente no campo.

Finalmente, o aumento da discriminação tem ligação direta com a questão da segurança pública, pois infelizmente está associado com a violência disparada contra as minorias, como é o caso dos jovens rurais, que muitas vezes são discriminados por sua origem. Logo, as políticas públicas devem ser pensadas de forma a incluir a diversidade nos diálogos e capacitar os profissionais de segurança para que sejam disseminadores do respeito aos direitos humanos e igualdade para todos os jovens.

SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

A segurança pública e acesso à justiça fazem parte dos direitos assegurados aos jovens no Estatuto da Juventude. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a segurança pública é um dever do estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da integridade dos cidadãos e do patrimônio.

Dessa forma, diz respeito à segurança individual e comunitária e é considerada essencial pela sociedade brasileira atual, tendo em vista a criminalidade e a violência que assolam o país e retiram do cidadão seu direito de ir e vir. Vale ressaltar que todos os segmentos da sociedade devem participar das discussões acerca da segurança pública porque ela não é tarefa exclusiva do Estado e dos organismos policiais.

A violência relacionada à juventude apresenta duas facetas, pois ao mesmo tempo que os jovens representam a maior parte dos indivíduos dentro do sistema carcerário, estes também são os que mais morrem por causas violentas. Portanto, é importante haver uma

SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA

infraestrutura de qualidade para que os jovens sejam atendidos com respeito e dignidade por profissionais capacitados e preparados, estejam eles na posição de protagonista de um delito ou de vítima.

A relação entre a segurança pública e os jovens também está diretamente ligada ao direito de acesso à educação de qualidade, que dará melhores oportunidades de emprego, e ainda associada ao esporte e ao lazer como alternativa à criminalidade. O acesso à justiça visa garantir que os direitos dos jovens sejam cumpridos, garantindo a segurança futura da sociedade, uma vez que o jovem estará menos propenso a se envolver com a criminalidade.

A falta de segurança pública no Brasil atinge toda a população, e a criminalidade está comumente associada a jovens de baixa renda e das periferias. Logo, políticas que busquem criar alternativas para esses jovens são fundamentais para melhorar este cenário.

Em outra perspectiva, a segurança pública é essencial para o conforto e desenvolvimento do jovem rural, uma vez que num ambiente seguro e com garantia dos seus direitos, ele consegue se desenvolver de maneira mais saudável e ser mais útil para a sociedade.

ACESSO À JUSTIÇA

A justiça no Brasil nem sempre chega a todos os brasileiros, seja pela burocracia, seja pela dificuldade de acesso a ela e a profissionais que entendam as necessidades dos cidadãos. Tratando-se de jovens rurais, muitos de seus direitos específicos estão descritos em estatutos relativamente recentes e cujas questões nem sempre são conhecidas pelos profissionais que lidam com a justiça nas áreas rurais, o que pode gerar penas não condizentes com os delitos cometidos.

A violação dos direitos dos adolescentes e jovens nas zonas rurais infelizmente é comum no Brasil, com deficiências graves no atendimento aos direitos básicos de saúde, moradia e educação. A defasagem educacional nas áreas rurais é muito mais acentuada que nos centros urbanos, no caso do Movimento Sem Terra, por exemplo, 31,5% dos assentamentos não têm escolas próximas, o que vem de encontro ao problema da falta de transporte para deslocar os adolescentes até os centros de estudo.

Isso torna ainda mais importante o acesso à justiça, de modo que os adolescentes e jovens, uma vez reconhecendo seus direitos, podem correr atrás das autoridades competentes e cobrar do poder público ao menos seus direitos básicos, para que tenham acesso a um futuro mais digno.

A Lei n.º 12.726/12 alterou a Lei n.º 9.099/95 para criar e instalar juizados especiais itinerantes para atuarem nas áreas rurais na resolução de conflitos. Esta medida facilitou o acesso à justiça para milhares de pessoas residentes no campo, em questões de disputas de terras, que estão diretamente ligadas à agricultura familiar e também à facilidade de permanência dos jovens no campo.

“NO MATO GROSSO A GENTE TEM (...) NÃO É UMA RIVALIDADE. O MATO GROSSO É CARACTERIZADO POR UM MERCADO DE PLANTAÇÕES EXTENSIVAS DE SOJA, ALGODÃO, MILHO, DE FORMA QUE A AGRICULTURA FAMILIAR FICA MARGINALIZADA, PRINCIPALMENTE NOS ASSENTAMENTOS”.

(Participante da Oficina da região Centro-Oeste)

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta garantias para todos os adolescentes, sem distinção, o que representou uma grande mudança no acesso à justiça por adolescentes que descumpriram as leis porque as legislações anteriores tratavam com maior rigor os delitos ou deixavam a decisão à mercê do magistrado que julgasse. O tratamento jurídico para adolescentes e adultos não pode ser o mesmo, uma vez que aqueles são pessoas em desenvolvimento, e que, portanto, possuem prerrogativas diferenciadas dos adultos. Além disso, coloca um questionamento acerca da culpa do delito ser integralmente do adolescente, pois se o adolescente não teve acesso aos direitos sociais básicos, que poderiam garantir outra trajetória social, como imputar-lhes a responsabilidade integral por ter aderido à criminalidade?

INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO AOS JOVENS

A segurança pública associada aos jovens rurais está muito ligada à falta de infraestrutura local para atendimento aos mesmos, tanto para evitar que sejam atraídos pela criminalidade ou estejam mais propensos a serem vítimas da violência, quanto para proporcionar o atendimento adequado para vítimas e agressores, de forma que sejam tratados de maneira respeitosa.

Em geral, os municípios rurais deixam a desejar em relação a transportes de qualidade; escolas adequadas e cursos técnicos pertinentes, que considerem também os saberes locais; atendimento à saúde; instalações públicas, como por exemplo a iluminação em vias de circulação; entre outras questões.

Além disso, a insegurança nas áreas rurais tem aumentado nos últimos anos e, por estarem localizadas distantes das delegacias e dos batalhões da Polícia Militar, a falta de policiamento e de efetivo policial, necessários para garantir a proteção dos cidadãos nas proximidades das residências e das lavouras, passa a ser uma reclamação cada vez mais constante. Dessa forma, existe uma permanente sensação de isolamento e vulnerabilidade por parte dos habitantes das áreas rurais, uma vez que os bandidos conseguem facilmente armas de fogo de calibres até mesmo superiores aos da própria polícia.

Esta insegurança, aliada à falta de infraestrutura capaz de coibir as ações criminosas no campo, tende a diminuir o desejo do jovem de permanecer nas áreas rurais, pois, uma vez que o indivíduo não se sinta protegido em suas terras e também não consiga garantir a segurança de sua família e evitar prejuízos, ele estará mais propenso a se mudar para áreas mais próximas às cidades, o que pode ser crucial para a manutenção da agricultura familiar.

A inexistência de delegacias especializadas em crimes rurais dificulta a solução dos casos, principalmente aqueles referentes à disputa de terras, pois as delegacias das cidades nem sempre estão preparadas para equacionar essas questões. Entretanto, já há iniciativas de delegacias especializadas pelo país, sendo o Rio Grande do Sul pioneiro neste tipo de

INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO AOS JOVENS

infraestrutura com a instalação de duas Delegacias de Polícia Especializadas na Repressão aos Crimes Rurais (Decrab), na qual serão investigados, principalmente, roubos de gado e de maquinários agrícolas. Estas delegacias devem atuar em áreas estratégicas, de acordo com as manchas de criminalidade em cada estado ou região, e podem ser deslocadas de acordo com a necessidade. Esse tipo de infraestrutura policial proporciona tranquilidade para o jovem rural, pois garante mais segurança para o seu patrimônio familiar.

Avanços na área de infraestrutura podem, então, ser de grande valia para a melhoria da segurança pública, como, por exemplo, melhorar o policiamento em áreas mais isoladas e assentamentos para combater a violência nesses locais, evitar a opressão de pessoas com menos poder e garantir as terras, auxiliando a própria sucessão rural.

AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA

O Mapa da Violência dos jovens no Brasil mostra que os homicídios são atualmente a principal causa de mortes de jovens entre 15 e 29 anos, seguidas por mortes em transportes e, por último, suicídios. O perfil mais atingido pelos homicídios são os homens jovens negros, moradores das periferias e de áreas metropolitanas. Os dados mostraram que 53,73% dos mortos por homicídios, em 2012, eram jovens, sendo 77,0% pretos e pardos e 93,30% do sexo masculino. Vale ressaltar que as bases utilizadas para a geração destes dados não cobrem a totalidade das mortes no país, pois as regiões Norte e Nordeste deixam de cobrir cerca de 15% das mortes, além de apresentar uma subnotificação das mesmas. Não existem mapas da violência gerados especificamente para a população jovem rural, mas acredita-se que muitas das mortes podem nem ser comunicadas às autoridades.

Os estados onde as taxas de homicídios mais se elevaram entre 2001 e 2012 foram Roraima, Ceará, Acre e Goiás, com taxas acima de 20%. São estados predominantemente rurais e o crescimento desses índices mostra uma perigosa queda na segurança pública para os jovens rurais. Por outro lado, os números absolutos de homicídios são muito superiores na região Sudeste do país, onde também se concentra a maior parte da população.

“(...) É TAREFA NÚMERO UM NOSSA, HOJE, COMBATER O EXTERMÍNIO DA NOSSA JUVENTUDE, SEJA ELA NA CIDADE OU NAS NOSSAS COMUNIDADES E POVOS TRADICIONAIS. É NECESSÁRIO GARANTIR A VIDA COM DIGNIDADE E RESPEITO QUE, ALIÁS, NÓS DO CAMPO SEMPRE LUTAMOS POR ESTE DIREITO (...)”

(Representante da Oficina da região Norte)

Apesar de todas essas mortes de jovens por homicídios, ainda não há uma devida resposta em termos de políticas públicas para o enfrentamento deste problema.

A violência associada aos conflitos de terra leva ao extermínio de povos tradicionais. O número de assassinatos em comunidades tradicionais no campo vem aumentando desde 2015, relacionadas às instabilidades do Governo. Um exemplo são as comunidades quilombolas, pois dados do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) mostram o aumento dos assassinatos, que estão associados à falta de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Agravando esse cenário, a Ouvidoria Agrária Nacional, que é um dos principais espaços de denúncia e apuração dos casos de violência no meio

AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA

rural, acabou enfraquecida após sua extinção e posterior reestruturação, dificultando ainda mais a coibição dos assassinatos.

“A VIOLÊNCIA ESTÁ ALTA, TANTO QUE UM DIA UM RAPAZ FOI ENCONTRADO MORTO, DENTRO DO PRÓPRIO QUARTO, NINGUÉM SABE COMO FOI, QUEM FOI (...)”

(Representante da Oficina da região Norte)

Já em relação aos povos indígenas, o genocídio segue excluindo as comunidades de seus territórios tradicionais, na busca por uma identidade nacional homogênea, que dispensa as diversidades culturais. Um exemplo é a construção de megaempreendimentos por dentro das terras indígenas, deixando um rastro de contaminação de águas e solos e destruição da vida, o que adoecer essas populações e enfraquece seu modo de vida.

A violência associada à perda de territórios deve ser combatida com mais rigor ao julgar os processos de demarcação de terras e regulação fundiária, além de maior fiscalização e canais de comunicação e denúncias. Isso garantirá a sucessão rural desses povos, que está diretamente ligada aos jovens e sua capacidade de perpetuar a cultura repassada por seu povo.

“(...) SE VERIFICA QUESTÕES RELACIONADAS À CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E DE RENDA, RESULTANDO EM DESIGUALDADES, MISÉRIA E INTENSIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO, O QUE, ÀS VEZES, É DETERMINANTE PARA O ÊXODO DOS JOVENS, CONFORME COMENTADO”.

(Participante da Oficina da região Nordeste).

“A VIOLÊNCIA É MUITO FORTE AQUI E PODERIA DIZER QUE ESTÁ RELACIONADA À FALTA DE EDUCAÇÃO, DE ACESSO DE OPORTUNIDADES. (...) NOSSA JUVENTUDE É VIOLENTA, NÃO CHEGA NADA ATÉ ELES, NEM UM CURSO DE INFORMÁTICA. SE TIVESSEM UMA ATIVIDADE OU ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS MUDARIAM REALIDADE DELES”.

(Representante da Oficina da região Norte)

A abordagem policial é uma questão chave na relação entre juventude e violência, pois há muita violência e despreparo na forma como os policiais abordam os jovens suspeitos de algum delito. Essa abordagem, em certas vezes, principalmente com jovens do sexo masculino, é feita de forma desrespeitosa e, eventualmente, envolve agressões físicas. Os jovens de áreas rurais sofrem bem menos com essa questão que os de áreas urbanas, pois cerca de 7% dos jovens rurais declararam ter sofrido uma abordagem policial desrespeitosa, contra 37,5% dos jovens urbanos. Em relação a agressões sofridas, apenas 2,9% dos jovens do meio rural declararam ter sido agredidos pela polícia, contra 17% dos jovens urbanos. Em relação a faixa etária e raça, os jovens de 21 a 23 anos e de pele negra são os que mais sofrem com abordagens desrespeitosas e agressões.

A capacitação dos policiais com noções de ética, direitos humanos e cidadania é crucial para reduzir esses índices de abordagens indevidas, pois os jovens devem ser respeitados, ainda que sejam culpados pelo delito suspeito.

AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA

O Estado é o principal agente violador dos direitos básicos dos adolescentes, pois muitos de seus órgãos de repressão à violência contra os jovens é conivente com atividades de violência sexual, laboral e homicídios contra crianças e adolescentes das zonas rurais. Especificamente no caso da exploração sexual, os pais e os proprietários de prostíbulos são os principais agentes articuladores. Daí vem a necessidade de campanhas, sobretudo entre caminhoneiros, com o objetivo de erradicar essas práticas pedófilas. Já nos plantios ilícitos e cultivos de fruticultura, cana, sisal, cannabis, entre outros, há relatos de adolescentes com membros superiores deformados por causa das atividades de corte e operação de maquinários.

“NA COMUNIDADE TEM UM NÍVEL MUITO GRANDE DE PROSTITUIÇÃO E DROGAS. MUITAS MENINAS NAS ESTRADAS, AS MENINAS ESTÃO LÁ E OS RAPAZES TAMBÉM, EXISTE UM ALTO NÍVEL DE PROSTITUIÇÃO MASCULINA LÁ”.

“TEM UMA MOÇA LÉSBICA, QUE NESTE CASO É CONSIDERADA OPRESSORA, ELA NÃO TINHA ESPAÇO NA COMUNIDADE POR NÃO RECONHECEREM ELA, SÓ HOMEM E MULHER, E ELA SE ISOLOU E PRECISOU DE AJUDA PSICOLÓGICA. (...) MEU IRMÃO DIRECIONOU ELA PARA O NÚCLEO DE PSICOLOGIA DA FACULDADE”.

(Representantes da Oficina da região Norte)

Os dados de abuso sexual contra jovens chamam a atenção para a violência doméstica e intra-familiar, com índices de cerca de 30% dos jovens rurais sofrendo este tipo de abuso de parentes próximos. Em relação ao número de abusos sofridos por parte de desconhecidos, 25% ocorreram em áreas rurais.

A Unesco desenvolve ações com abordagens integradas, que combinam educação de qualidade e a proteção aos direitos humanos no combate e prevenção à violência contra os jovens. Nesse sentido, destacam-se questões imprescindíveis, como a capacitação dos jovens para participar de ações comunitárias e iniciativas de prevenção à violência e a mobilização de especialistas e organizações da sociedade civil para debater e aperfeiçoar estratégias sociais, educacionais e culturais.

A Organização Pan-Americana da Saúde (2017) lançou a campanha INSPIRE, com estratégias para erradicar a violência contra os adolescentes, o que vai impactar diretamente também na vida do jovem de 18 a 29. Estas ações abrangem:

- Assegurar a implementação e vigilância no cumprimento das leis para prevenir comportamentos violentos, reduzir o uso excessivo de álcool e limitar o acesso de jovens a armas;
- Reforçar normas e valores que promovam relações não violentas, respeitadas, acolhedoras, positivas e com equidade de gênero;
- Instaurar e manter a segurança das ruas e de outros ambientes onde jovens se reúnem e passam o tempo;
- Reduzir castigos físicos ou humilhantes e criar relações familiares positivas;
- Melhorar a segurança e a estabilidade econômica das famílias, com consequente redução da violência infligida pelo parceiro íntimo e dos maus-tratos;

AÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA

- Melhorar o acesso a serviços de qualidade nas áreas de saúde, bem-estar social e justiça criminal, inclusive para denunciar casos de violência;
- Aumentar o acesso das crianças a uma educação mais eficaz e equitativa quanto ao gênero, aprendizagem socioemocional e formação de habilidades para a vida, além de assegurar que o ambiente escolar seja seguro e estimulante.

O Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci) foi criado pelo Ministério da Justiça em 2007, com o objetivo de melhorar a segurança e reduzir a violência. O Pronasci ofereceu aos municípios diferentes ações de prevenção da violência, entre elas o “Mulheres da Paz”, buscando capacitar mulheres líderes das comunidades em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do referido programa, tendo como incumbência aproximar os jovens com os quais o Pronasci trabalhará. Outra ação de destaque do Pronasci é o “Protejo”, onde jovens bolsistas em território de descoesão social agem como multiplicadores da filosofia passada pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades espalhadas pelo país.

É possível observar que o combate à violência perpassa diversas questões associadas a família, modo de vida, acesso a infraestrutura básica de qualidade, entre outras, que implicam em mudanças em toda a sociedade rural, para que o jovem esteja menos propenso a ser vítima de violências, seja ela física ou emocional.

RESSOCIALIZAÇÃO DE INFRATORES

Os jovens com menor educação formal e sem experiência profissional acabam excluídos pelo sistema econômico. Aliado a isso, as novas tecnologias no campo, que reduziram a necessidade de mão de obra humana, e o perfil de trabalhadores cada vez mais qualificados exigido pelo mercado, são fatores que contribuem para o ingresso dessas pessoas na marginalidade, uma vez que o jovem descapacitado não encontra oportunidades de trabalho, sejam elas formais ou informais.

A violência protagonizada pelos adolescentes e jovens adultos cria na sociedade um sentimento de impunidade, onde a solução seria a criação de novos mecanismos punitivos, como a redução da maioridade ou o endurecimento das penas, como se os mesmos pudessem liquidar a criminalidade juvenil. Entretanto, a população carcerária brasileira continua crescendo e, se a reeducação e ressocialização dos jovens em débito com a justiça não for adequada, em pouco tempo eles voltarão a cometer atrocidades.

Os jovens ainda menores em conflito com a lei possuem três opções de recolhimento (internação, internação provisória e semiliberdade), determinadas por decisão da autoridade judiciária, uma vez que não podem ser presos. As atividades propostas durante esse recolhimento precisam ser guiadas para, que ao sair desse regime, o menor consiga outras oportunidades. Assim, tanto para eles, quanto para os jovens já adultos, a ressocialização é fundamental para que retornem à sociedade e não voltem a ingressar na criminalidade. Nesse sentido, a visão da sociedade não deve ser preconceituosa e é necessário oferecer alternativas para que consigam educação, emprego e qualificação.

RESSOCIALIZAÇÃO DE INFRATORES

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias mostra que 56% dos presos no Brasil possuem entre 18 e 29 anos, apesar dessa faixa etária corresponder por apenas um quinto da população brasileira. Os dados referentes à população carcerária jovem e rural não foram obtidos, entretanto, os estados com maiores percentuais de jovens presos são: Amazonas, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Vale ressaltar que este estudo não mostrou os percentuais específicos para o estado de São Paulo e que os dados apresentados são relativos, a partir da população carcerária de cada estado.

Os percentuais citados acima mostram o quão representativas as políticas públicas para os jovens nessa faixa etária são para a segurança pública nacional. Especificamente para os jovens rurais, ações que englobam os direitos a educação, cultura, trabalho e saúde são essenciais para a prevenção da violência, a manutenção no campo e para que o jovem tenha oportunidades, deixando de recorrer à criminalidade.

Entretanto, uma vez que o menor ou jovem infrator ingressou no sistema prisional, as ações de ressocialização são importantes para garantir que ele tenha uma boa reintegração na sociedade e que não retorne à criminalidade quando cumprida sua pena. Nesse sentido, o Pronas tem como parte de seu público-alvo os jovens de 15 a 24 anos que vivem na criminalidade, que se encontram em conflito com a lei e, ainda, aqueles que participam do serviço militar e geralmente são procurados pelo crime organizado por possuírem conhecimento no manejo de armas. Este programa visa articular políticas de segurança com ações sociais, buscar as causas que geram a violência e criar estratégias de ordenamento social e segurança pública.

A segurança pública está ligada à garantia dos direitos fundamentais dos jovens, como saúde, educação, lazer e cultura, pois uma vez que tenham oportunidades de desenvolvimento e trabalho digno, a criminalidade não se torna tão atrativa. No caso dos jovens rurais, grande parte desses direitos são violados a partir da falta de infraestrutura que há, historicamente, no campo. Por isso, estes ficam mais vulneráveis à criminalidade, principalmente quando migram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

“(...) DADOS DE 2010 DO IBGE MOSTRAM QUE CERCA DE 2 MILHÕES DE PESSOAS DEIXARAM O MEIO RURAL, SENDO METADE DESSE CONTINGENTE (APROXIMADAMENTE 1 MILHÃO) JOVENS (...)”

(Participante da Oficina região Nordeste).

A falta de dados específicos sobre os jovens rurais dificulta muito o entendimento do real cenário existente no país acerca da violência e do acesso à justiça por esses indivíduos. Portanto, esse levantamento de dados, a partir de estudos e pesquisas, é muito importante para subsidiar políticas públicas organizadas e focadas, além de permitir a avaliação periódica dos impactos nas causas, consequências e frequência da violência contra os jovens rurais.

A segurança pública e a justiça também devem estar preparadas para coibir atos discriminatórios para com os jovens rurais, evitando que sejam expostos a casos de violência física e emocional, e permitindo a liberdade religiosa, sexual e cultural.

RESSOCIALIZAÇÃO DE INFRATORES

Outro ponto fundamental é proporcionar ao jovem segurança dentro de suas terras, sem medo de perda de seu patrimônio ou dano à vida, mantendo a qualidade de vida de seus pais e avós e garantindo a sucessão rural e, portanto, a manutenção deste jovem no campo.

Portanto, as políticas públicas de segurança associadas diretamente aos jovens rurais precisam levar em consideração essas questões, de forma a protegê-los e a garantir os outros direitos fundamentais previstos no Estatuto da Juventude, permitindo que tenham as mesmas oportunidades que os jovens das áreas urbanas. Estas políticas devem articular ações das três esferas de poder e garantir também a participação da sociedade civil.

BARREIRAS DE ACESSO

Um fator de agravamento da situação das juventudes rurais reside no fato das barreiras de acesso às políticas públicas vigentes. Essas barreiras se dão em três níveis: cultural, burocrático e econômico.

A significação da cultura cresce dia após dia com o advento das novas tecnologias e a consequente construção de novas e complexas identidades híbridas pessoais e corporativas com várias camadas ou níveis. Surgem, assim, novos atores sociais ou se ressignificam os já existentes. Isso pode ser fonte de conflitos e barreiras culturais ao acesso das políticas públicas.

Dentre tantas significações culturais, é possível estabelecer três grandes grupos entre as juventudes rurais. São eles: os povos do campo, das florestas e das águas. Entretanto, as políticas públicas não são específicas para cada um desses grupos. Em sua maioria, elas privilegiam os povos do campo, que já têm o acesso dificultado por questões econômicas ou burocráticas. Quando a pessoa ainda pertence a outro grupo como, por exemplo, os caiçaras, que vivem próximos às Unidades de Conservação, o acesso ao Pronaf Jovem é praticamente impossível, uma vez que eles não têm titularidade de posse da terra e, muito menos, a renda mínima exigida, pois, muitas vezes, suas atividades primeiras, vinculadas ao seu modo de vida, como a pesca artesanal, estão comprometidas por resoluções de proteção da UC.

Uma das grandes questões que surgiu no diagnóstico situacional foi essa dificuldade, por exemplo, por parte dos quilombolas, que precisam passar por um longo processo jurídico de reconhecimento como tal e, somente a partir daí, essa parcela da juventude pode acessar alguns programas governamentais.

Já a questão da demarcação das terras para os povos da floresta tem um viés completamente diferente entre as populações extrativistas e indígenas. Esses são somente alguns exemplos da complexidade que deve ser considerada quando se cria uma política pública, pois ela abarca uma enormidade de realidades que não tem, necessariamente, similaridade, apesar das populações estarem na faixa etária de 15 aos 29 anos. Assim, é fundamental que toda política pública seja passível de adequações para atender às múltiplas juventudes.

Os aspectos econômicos e burocráticos se entrelaçam e essa trama dificulta ainda mais o acesso das juventudes às políticas públicas, como demonstrado na Tabela 13. Em sua grande maioria, as políticas destinadas à juventude rural necessitam de aparatos estruturais e fortalecimentos institucionais para a sua efetivação. Por exemplo, não é possível aplicar o Projovem Campo e o consórcio social e o Prouni sem instituições de ensino fundamental,

BARREIRAS DE ACESSO

médio e superior próximas e acessíveis a estes jovens. Não é possível oferecer o Pronaf Jovem e o Nossa Primeira Terra sem uma rede forte e estruturada de escolas técnicas agrícolas, empresas e instituições de treinamento e capacitação rural e de instituições de oferecimento de crédito próximas aos produtores.

Alguns direitos da juventude rural ainda não possuem políticas públicas específicas para os seus atendimentos, como o direito à diversidade e à igualdade, à saúde, à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão, ao desporto e ao lazer, à sustentabilidade e ao meio ambiente e à segurança pública e ao acesso à justiça.

Nesse sentido, este relatório apresentará proposições de ações estratégicas de modo que a Secretaria Nacional de Juventude possa contribuir para a mudança do cenário atual, assegurando a efetiva inclusão social das juventudes rurais brasileiras.

TABELA 13: BARREIRAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VIGENTES.

PRONAF JOVEM	O JOVEM PRECISA ESTAR CONCLUINDO O ENSINO MÉDIO EM CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA OU ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS PARA PARTICIPAREM DO PRONAF JOVEM. A FORMAÇÃO NO ENSINO MÉDIO EXIGIDO É DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O CORRETO MANEJO E ADMINISTRAÇÃO DA TERRA QUE SERÁ FINANCIADA PELO PROGRAMA. NO ENTANTO, MUITOS JOVENS RURAIS SEQUER COMPLETAM A EDUCAÇÃO BÁSICA, SENDO MENOR AINDA A QUANTIDADE DOS QUE COMPLETAM O ENSINO MÉDIO. O VALOR FINANCIADO POR BENEFICIÁRIO É BASTANTE LIMITADO, O QUE TORNA DIFÍCIL A COMPRA DE EQUIPAMENTOS QUE ADICIONEM UM VALOR MAIOR À PRODUÇÃO.	DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE; DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA; DIREITO À EDUCAÇÃO
NOSSA PRIMEIRA TERRA	O CRITÉRIO DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA PARA ACESSAR O NOSSA PRIMEIRA TERRA; A RESTRIÇÃO DE IDADE ATÉ 29 ANOS QUE PODERIA SER ESTENDIDA PARA 32 BASEADA NA IDADE USADA PELO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS; OS VALORES FINANCIADOS PARA A COMPRA DA TERRA PODERIAM SER DIFERENCIADOS PARA CADA REGIÃO, CONSIDERANDO O PREÇO DA TERRA NOS MERCADOS LOCAIS; A DIFICULDADE DE OBTENÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CIDADANIA POR PARTE DOS JOVENS RURAIS, O LIMITE DE FINANCIAMENTO É BAIXO PARA A COMPRA DE TERRAS; NO FORMATO EM QUE É PROPOSTO, ENDIVIDA O JOVEM (BARCELLOS, 2016).	DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE
PROJOVEM CAMPO - SABERES DA TERRA	HÁ DIFICULDADE DE MANUTENÇÃO DE DIÁLOGO ENTRE ENTES FEDERADOS E A EQUIPE DE FORMAÇÃO DO PROGRAMA QUE NECESSITA ESTAR EM FORMAÇÃO CONTINUADA E COM AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PARA QUE HAJA CONSTANTE APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA (CRUZ, 2016).	DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA; DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE
PROUNI (*)	A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO POR PARTE DA JUVENTUDE RURAL AINDA NÃO É UMA REALIDADE PARA GRANDE PARTE. A AUSÊNCIA DE CURSOS DE PREPARAÇÃO PRÉ-VESTIBULAR NO MEIO RURAL PARA CONSEGUIR AS VAGAS NO PROCESSO SELETIVO DAS UNIVERSIDADES. FORMAÇÃO ESCOLAR AQUEM DO QUE É EXIGIDO NAS PROVAS DE ACESSO ÀS UNIVERSIDADES. OS CENTROS UNIVERSITÁRIOS E UNIVERSIDADES SE LOCALIZAM GERALMENTE NAS CIDADES, DISTANTES DO MEIO RURAL. A OFERTA DE CURSOS NAS UNIVERSIDADES PRÓXIMAS AO MEIO RURAL GERALMENTE É LIMITADA ÀQUELES CURSOS QUE NECESSITAM MENOS COMPLEXIDADE PARA INSTALAÇÃO DE LABORATÓRIOS E SALAS DE AULA ALÉM DE SEREM DESLIGADOS DAS NECESSIDADES E REALIDADE RURAL. DIFICULDADE DE MANUTENÇÃO DO JOVEM RURAL NO CURSO SUPERIOR POR AGREGAR CUSTOS PARA A FAMÍLIA RELACIONADOS A TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO, MATERIAL DIDÁTICO, MORADIA (QUANDO A UNIVERSIDADE NÃO FICA PRÓXIMA AO MEIO RURAL).	DIREITO À EDUCAÇÃO; DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA.
CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE RURAL	PARA PARTICIPAR, A RENDA PER CAPITA FAMILIAR DESSES JOVENS DEVE SER DE ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO E ESTAR CURSANDO OU TER CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL OU MÉDIO.	DIREITO À EDUCAÇÃO; DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA
PRONACAMPO (*)	O PROGRAMA VISA IMPEDIR QUE HAJA BARREIRAS ENTRE OS JOVENS, AS ESCOLAS E OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO. SE PROPÕE A MELHORAR AS CONDIÇÕES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO. SEGUNDO DADOS DO CENSO ESCOLAR/ INEP (2017) AS CONDIÇÕES DAS ESCOLAS NO CAMPO ERAM AS SEGUINTE: TOTAL DE ESCOLAS SEM COMPUTADORES - 29.056; TOTAL DE ESCOLAS SEM INTERNET - 41.076; TOTAL DE ESCOLAS COM BANDA LARGA - 48.646; TOTAL DE ESCOLAS SEM ENERGIA ELÉTRICA - 4.936 (ESCOLAS SERÃO ATENDIDAS PELO PROGRAMA LUZ PARA TODOS); TOTAL DE ESCOLAS SEM ÁGUA POTÁVEL - 5.589; TOTAL DE ESCOLAS SEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO - 8.087; TOTAL DE PROFESSORES SEM GRADUAÇÃO: 112.374	DIREITO À EDUCAÇÃO

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Como desdobramento das oficinas regionais e das informações sistematizadas no diagnóstico situacional, foram elaboradas ações estratégicas com a finalidade de facilitar a circulação das informações, bem como o acesso das juventudes às políticas públicas existentes.

Nesse sentido, o primeiro passo foi estabelecer como cada um dos direitos constantes no Estatuto da Juventude deve ser adequado à realidade das juventudes rurais, como demonstra a Tabela 14, que serviu como norte para a sistematização das ações estratégicas. Tais estratégias foram resultantes das oficinas regionais.

TABELA 14: DIREITOS DO ESTATUTO DA JUVENTUDE E A REALIDADE DA JUVENTUDE RURAL.

DIREITO	ADEQUAÇÃO À REALIDADE DA JUVENTUDE RURAL
I - DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À REPRESENTAÇÃO JUVENIL	CONTROLE SOCIAL E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE RURAL; FORTALECIMENTO DA POLÍTICA TERRITORIAL E DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE EM SUAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO; CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS COMITÊS TERRITORIAIS DE JUVENTUDE; INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE RURAL.
II - DIREITO À EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO COMO DIREITO; EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO EIXO ESTRUTURANTE DA AGENDA EDUCACIONAL NACIONAL; AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS; POLÍTICA EFETIVA DE RECONHECIMENTO E FINANCIAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA; DIÁLOGO ENTRE CAMPO E CIDADE; PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO VOLTADO AO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR; EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA; SEXUALIDADE; EDUCAÇÃO PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE (RACIAL, ÉTNICA, DE GÊNERO, DE CLASSE, ENTRE OUTRAS).
III - DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA	DIREITO À TERRA; FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR; CRÉDITO; ASSISTÊNCIA TÉCNICA; ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E FOMENTO; TECNOLOGIAS SOCIAIS; MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA A JUVENTUDE ASSALARIADA RURAL (TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL); ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA; GERAÇÃO DE RENDA; SUCESSÃO RURAL.
IV - DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE	POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (QUILOMBOLAS; INDÍGENAS; RIBEIRINHOS; CIGANOS; POVOS DE TERREIRO; EXTRATIVISTAS; CAIÇARAS E OUTROS); JOVENS MULHERES; JOVENS LGBT, JOVENS NEGROS.
V - DIREITO À SAÚDE	SAÚDE PREVENTIVA (DSTs, ALCOOL E OUTRAS DROGAS); CONTAMINAÇÃO POR AGROTÓXICO; CONDIÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO; DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO; SAÚDE MENTAL (SUICÍDIO, DEPRESSÃO, DROGAS, ETC.); SAÚDE ALTERNATIVA (RESGATE DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, FITOTERÁPICOS, HOMEOPATIA); ACESSO ÀS POLÍTICAS DE SAÚDE QUE CONSIDEREM AS ESPECIFICIDADES DAS JUVENTUDES DO CAMPO; SEXUALIDADE.
VI - DIREITO À CULTURA	VALORIZAÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS; RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL; FINANCIAMENTO DAS INICIATIVAS JUVENIS; AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE CULTURA NO MEIO RURAL; RELIGIOSIDADE; AGREGAÇÃO DE VALOR CULTURAL AOS BENS E SERVIÇOS DO TERRITÓRIO.
VII - DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	FORTALECER ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO NO MEIO RURAL (RÁDIO COMUNITÁRIAS, JORNAIS, ETC.); ACESSO À INTERNET, TELEFONIA MÓVEL E FIXA; DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO; PONTOS DE INCLUSÃO DIGITAL.
VIII - DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER	AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E MATERIAIS ESPORTIVOS NO MEIO RURAL; ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES FÍSICAS E DE SAÚDE.
IX - DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS E TRANSPORTE CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS/TERRITORIAIS; RECONHECIMENTO E DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS; APROFUNDAMENTO DO DEBATE DA MOBILIDADE A PARTIR DAS REALIDADES DOS POVOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS; DIREITO À MORADIA.
X - DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE	FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA COMO MATRIZ TECNOLÓGICA; RESPEITO E PRESERVAÇÃO DOS BIOMAS; QUESTÃO HÍDRICA; COMBATE AO USO DE AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS; SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR.
XI - DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA	CONFLITOS NO CAMPO E VIOLÊNCIA CONTRA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA TERRA; POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A AMEAÇADOS DE MORTE; ATUAÇÃO POLICIAL; HOMICÍDIOS CONTRA A JUVENTUDE NEGRA; VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES; PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS; JUSTIÇA ITINERANTE; UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Nas oficinas regionais, foram levantadas as ações estratégicas propostas por estados, trabalho realizado pelos representantes estaduais, junto às suas bases. Essas propostas foram agrupadas e retrabalhadas ao longo das oficinas, de onde saíram as propostas regionais. A Tabela 15 apresenta a sistematização das ações que foram comuns a todas as regiões, portanto, as consideradas mais significativas.

Com vistas a essa síntese, a SNJ selecionou três pontos a serem desenvolvidos em curto prazo. Esses pontos são apresentados no Mapa Norteador do Tempo e das Ações. São ações estratégicas do ponto de vista da gestão pública, que podem impulsionar várias das ações elencadas pelas juventudes dos campos, das florestas e das águas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

TABELA 15: SÍNTESE DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PROPOSTAS NAS OFICINAS

Eixo		
TERRA E TERRITÓRIO	REFORMA AGRÁRIA	DESTINAR 30% DOS NOVOS LOTES DA REFORMA AGRÁRIA PARA A JUVENTUDE RURAL, GARANTINDO A PARIDADE DE GÊNERO
		PRIORIZAR A DESTINAÇÃO DOS LOTES RETOMADOS EM ASSENTAMENTOS CONSTITUÍDOS PARA OS/AS JOVENS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS
		ALTERAR NORMATIVO DO INCRA POSSIBILITANDO A PRIORIZAÇÃO DA JUVENTUDE, INCLUINDO JOVENS SOLTEIRAS/OS.
		NORMATIZAR A TRANSFERÊNCIA DE POSSE DOS LOTES DA REFORMA AGRÁRIA PARA HERDEIRAS/OS.
	DEMARCAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	DELIMITAR, DEMARCAR E REGULARIZAR AS TERRAS QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.
		REVISAR OS PLANOS DE MANEJOS DOS PARQUES QUE FORAM CRIADOS ANTES DA CONVENÇÃO 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO PARA QUE OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS USUFRUAM DE SEUS RECURSOS.
		DESENVOLVER MECANISMO DE REVISÃO DE PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE CONTENHAM PCTS, QUE CONTEMPLAM A DIVERSIDADE DOS POVOS E POSSAM SER ACIONADOS MEDIANTE SITUAÇÕES CRÍTICAS.
	CRÉDITO FUNDIÁRIO	AMPLIAR O ACESSO DA JUVENTUDE AO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, GARANTINDO QUE 50% DOS CONTRATOS SEJAM CELEBRADOS POR JOVENS, INCLUINDO AS/OS JOVENS SOLTEIRAS/OS.
		FACILITAR E AGILIZAR O ACESSO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO.
	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	FACILITAR A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE PARA HERDEIRAS/OS COM REDUÇÃO/ISENÇÃO DE TAXAS CARTORIAIS E IMPOSTOS.
REGULARIZAR AS TERRAS DAS/OS JOVENS POR MEIO DAS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.		
CRIAÇÃO DE LINHA DE CRÉDITO QUE AUXILIA NA TRANSAÇÃO/ REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		
TRABALHO E RENDA	ACESSO À ATER	ATENDER 80 MIL JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR COM ATER ESPECÍFICA PARA A JUVENTUDE RURAL, GARANTINDO A PARIDADE DE GÊNERO.
		ATENDER 25% DE JOVENS NAS CHAMADAS DE ATER/ATES, INCLUINDO AS ESPECÍFICAS DE MULHERES E PCTS
	QUALIFICAR ATER	CAPACITAR, NO MÍNIMO, CINCO AGENTES DE ATER POR ESTADO PARA O TEMA DO CRÉDITO PARA A JUVENTUDE, PREFERENCIALMENTE DO QUADRO TÉCNICO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DE ATER.
		GARANTIR COTA DE 30% DE JOVENS NAS EQUIPES DE EXTENSÃO CONTRATADAS NAS CHAMADAS DE ATER/ATES
	ACESSO À DAP	AMPLIAR O NÚMERO DE JOVENS COM DAP, PRIORIZANDO MULHERES E PCTS.
		REALIZAR MUTIRÕES DE EMISSÃO DE DAP NOS TERRITÓRIOS RURAIS, PRIORIZANDO OS JOVENS.
		ADEQUAR PORTARIA DA DAP DE FORMA A DESBUROCRATIZAR O ACESSO DA JUVENTUDE AS POLÍTICAS PÚBLICAS.
	AGROECOLOGIA	GARANTIR CRÉDITO FOMENTO PARA A JUVENTUDE DESENVOLVER ATIVIDADES PRODUTIVAS DE MATRIZ AGROECOLÓGICA, COMO: A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO, OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS, OS BANCOS DE SEMENTES CRIOLAS, O CULTIVO FITOTERÁPICO, ENTRE OUTRAS ATIVIDADES.
		REALIZAR PREMIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE JUVENTUDE NA AGROECOLOGIA.
	DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO	APOIO À FORMAÇÃO DE BANCOS DE SEMENTES CRIOLAS PELA JUVENTUDE RURAL (PROGRAMA DE SEMENTES E MUDAS).
	ACESSO AOS MERCADOS	PRIORIZAR NO PNAE A COMPRA DE ALIMENTOS ORIUNDOS DE ORGANIZAÇÕES QUE TENHAM MAIOR PARTICIPAÇÃO DE JOVENS EM SEU QUADRO SOCIAL, POR MEIO DA ALTERAÇÃO DO INCISO I, §2º, ART.25 DA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4/2015, CONFERINDO PRIORIDADE ÀS ORGANIZAÇÕES QUE TENHAM 50 % DE JOVENS EM SEU QUADRO SOCIAL
		AMPLIAR O ACESSO DA JUVENTUDE AO PNAE.
		AMPLIAR O ACESSO DA JUVENTUDE AO PAA.
	ACESSO AO CRÉDITO	BENEFICIAR 280.000 JOVENS COM CRÉDITO PRONAF ATÉ 2018.
		AMPLIAR A METODOLOGIA DO MICRO CRÉDITO ORIENTADO PARA A LINHA DO PRONAF JOVEM.
	INFRAESTRUTURA	AMPLIAR O APOIO PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A JUVENTUDE.
	APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	FOMENTAR A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS, ENVOLVENDO OS COLEGIADOS TERRITORIAIS NA MOBILIZAÇÃO E PACTUAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS, GARANTINDO QUE A APRENDIZAGEM PRÁTICA SEJA EXERCIDA NOS EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A APRENDIZAGEM TEÓRICA NORTEIE-SE PELOS PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA.
ECONOMIA SOLIDÁRIA	PROMOVER A AMPLIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF) EM EMPREENDIMENTOS COLETIVOS DA JUVENTUDE RURAL.	
	OFERTAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS.	
	PROMOVER AÇÕES E CAMPANHAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FUNDAMENTADA NA AGROECOLOGIA.	
	APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE JOVENS RURAIS POR MEIO DE EDITAL EM PARCERIA COMA SENAES/MTPS	
	APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE JOVENS RURAIS POR MEIO DE EDITAL EM PARCERIA COM A SENAES/MTPS.	
	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NAS DIRETORIAS DAS COOPERATIVAS/ ASSOCIAÇÕES ACOMPANHADAS PELO PROGRAMA NACIONAL DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR (COOPERAF).	
	APOIAR A ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS/ASSOCIAÇÕES DE JOVENS RURAIS POR MEIO DE EDITAL ESPECÍFICO QUE CONTEMPLE RECURSOS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS.	

Eixo		
Educação no Campo	Acesso à Educação	ATENDER 15 MIL JOVENS, POR MEIO DE EDITAIS DO PRONERA, EM PARCERIA COM UNIVERSIDADES/ESCOLAS TÉCNICAS
		AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS EM CURSOS SUPERIORES, GARANTINDO A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS IF'S FEDERAIS.
		RECONHECER OS JOVENS EGRESSOS DE ESCOLAS MANTIDAS POR ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO ORIUNDA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA FINS DE ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
		AMPLIAR A OFERTA DE CURSO DE NÍVEL SUPERIOR COM LINHA ORIENTADA EM AGROECOLOGIA
	Acesso à Educação Profissional	AMPLIAR O NÚMERO DE JOVENS MATRICULADAS/OS NO PRONATEC CAMPO.
		ALTERAR NORMATIVO LEGAL DE FORMA A RECONHECER AS CEFFAs COMO INSTITUIÇÕES PÚBLICAS.
		RECONHECER AS CEFFAs COMO OFERTANTES DO PRONATEC CAMPO.
	Infraestrutura Educacional	LANÇAR EDITAL DO PROINF VOLTADO À REFORMA E CONSTRUÇÃO DAS CEFFAs NOS TERRITÓRIOS RURAIS.
		FORMAÇÃO CONTINUADA CONTEXTUALIZADA PARA PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM MODALIDADE ESPECÍFICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, COM PERÍODO PARA ADEQUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ÀS MODALIDADES ESPECÍFICAS ATENDIDAS.
Qualidade de Vida	Acesso aos Meios de Comunicação	PROMOVER TELEFONIA RESIDENCIAL FIXA, MÓVEL E ACESSO A INTERNET PARA O JOVEM RURAL (UTILIZANDO FUST).
		ATENDER 11.000 ÁREAS DE VULNERABILIDADE DIGITAL COM ACESSO À INTERNET PELO PROGRAMA GESAC.
	Combate ao uso dos agrotóxicos	PROMOVER CAMPANHAS CONTINUADAS E PERMANENTES SOBRE OS DANOS À SAÚDE CAUSADOS PELO USO DE AGROTÓXICOS, PRINCIPALMENTE NAS ESCOLAS DO CAMPO, TENDO A/O JOVEM RURAL COMO PROTAGONISTA.
	Saúde no Campo	EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS, COM ATENÇÃO ESPECIAL À JUVENTUDE RURAL.
		FORTALECIMENTO DAS "FARMÁCIAS VIVAS".
	Infraestrutura de Cultura	APOIAR E EXPANDIR OS PONTOS DE CULTURA NAS ÁREAS RURAIS.
	Redes de Cultura	APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE CULTURA DE JOVENS RURAIS POR MEIO DE EDITAL.
Participação, Comunicação e Democracia	Participação nos Espaços de Decisão	ASSEGURAR A COTA MÍNIMA DE 20% (VINTE POR CENTO) DE JOVENS NO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (CONDRAF) / ASSEGURAR 2 (DUAS) VAGAS PARA ENTIDADES DA JUVENTUDE RURAL NO CONDRAF.
		ASSEGURAR A COTA MÍNIMA DE 20% (VINTE POR CENTO) DE JOVENS NAS SEÇÕES NACIONAIS DA REUNIÃO ESPECIALIZADA DA AGRICULTURA FAMILIAR (REAF).
	Troca de Experiências	PROMOVER E FOMENTAR A REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS: ENTRE JOVENS RURAIS (TROCA DE EXPERIÊNCIAS E DE INFORMAÇÕES SOBRE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS); ENTRE GRUPOS DE COMUNIDADES DIFERENTES E ENTRE O CAMPO E A CIDADE (TROCA DE EXPERIÊNCIAS).
		PROMOVER INTERCÂMBIOS DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE AS/OS JOVENS RURAIS LATINO-AMERICANOS E DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.
	Organização da Juventude nos Territórios Rurais	ASSEGURAR A COTA MÍNIMA DE 20% (VINTE POR CENTO) DE JOVENS EM TODAS AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS.
		ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DE COMITÊS DE JUVENTUDE RURAL, EM TODOS OS COLEGIADOS TERRITORIAIS, VINCULADOS AO PROGRAMA TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA.
		FOMENTAR A ATUAÇÃO DOS NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (NEDETs) COM A JUVENTUDE RURAL.
		REALIZAR PREMIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DA JUVENTUDE NOS TERRITÓRIOS.
		REALIZAR ENCONTRO NACIONAL: DAS MULHERES JOVENS RURAIS; JUVENTUDE DOS TERRITÓRIOS (INCLUINDO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS); DA JUVENTUDE RURAL DOS PONTOS DE CULTURA.
		ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, COM FOCO NA LUTA PELA TERRA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE.
	Produção e Disseminação da Informação	CONSTRUIR INDICADORES SOBRE JUVENTUDE RURAL COM FOCO NO DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DESTE DOCUMENTO.
		DIVULGAR INFORMAÇÕES DE POLÍTICAS, EDITAIS E MATERIAIS SOBRE JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DE APLICATIVO E DAS MÍDIAS SOCIAIS.
		PRODUIR CARTILHAS ORIENTADORAS PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE RURAL.
		ELABORAR SEÇÃO DE "PERGUNTAS FREQUENTES" SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE RURAL.
		REALIZAR ESTUDO SOBRE: JUVENTUDE RURAL E PADRÕES SUCESSÓRIOS, JUVENTUDE RURAL E MEIO AMBIENTE E JUVENTUDE RURAL LGBT.
	Acesso aos Meios de Comunicação	AMPLIAR O NÚMERO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS;
		PUBLICAR NOVAS NORMAS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

TABELA 16: MAPA NORTEADOR DO TEMPO E DAS AÇÕES.

MAPA NORTEADOR DO TEMPO E DAS AÇÕES - JUVENTUDE RURAL	
FORMAÇÃO	
Objetivo	Ações
Construção de agenda de educação permanente Público-Alvo: Agentes públicos que atuam na ponta (contato com a população jovem)	Reunião interna de apresentação das ações estratégicas vinculadas à formação
	Articulação interna pro Prodoc para garantir recurso para Termo de Referência
	Elaboração do Termo de Referência
	Publicação do edital
	Seleção do consultor
	Elaborar projeto formativo contextualizado para diferentes realidades (povos do campo, das florestas e das águas)

MAPA NORTEADOR DO TEMPO E DAS AÇÕES - JUVENTUDE RURAL	
ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Objetivo	Ações
Fortalecer a integração e articulação entre políticas públicas, promovendo o acesso universal, integral, equânime e com qualidade à juventude rural, assegurando suas especificidades (povos dos campos, das florestas e das águas)	Definição dos órgãos participantes do GT
	Elaboração de uma portaria de criação de um GT para o tema de formação
	Disparar os ofícios para os órgãos competentes
	Realizar visitas bilaterais em cada órgão para esclarecer e fomentar o engajamento na pauta
	Definir o arranjo de implementação dos recursos garantidos
	Montar estratégias de captação de novos recursos
	Definição de cronograma formativo

MAPA NORTEADOR DO TEMPO E DAS AÇÕES - JUVENTUDE RURAL	
INFORMAÇÃO	
Objetivo	Ações
Disseminação das informações	Criação do repositório central da juventude rural no portal da SNJ
	Chamamento público para o Termo de cooperação com as Escolas de Governo repositório
	Inserir no ID Jovem o conteúdo de gênero e orientação sexual
	Capacitação dos responsáveis pelos CEDOCs estaduais
	Produção das peças para campanha midiática das políticas públicas voltadas para as juventudes: do campo, das florestas e das águas.
	Veiculação das campanhas
Criação do Manual de acesso às Políticas Públicas para a Juventude Rural	Verificar o status das políticas públicas existentes e/ou se houveram novas criações
	Elaboração do Manual
	Publicação em formato digital do Manual

Todas informações, depoimentos e dados apresentados neste diagnóstico traz em seu bojo o conceito do Bem Viver, adotando por base o trabalho de Alberto Acosta¹,

Esse conceito nasceu nas discussões para a formulação da nova Constituição equatoriana, em 2007. A base do pensamento do “Bem Viver” é indígena. Entre as muitas contribuições sobre o tema aceitos pelos organizadores do pensamento, há reflexões da comunidade Sarayaku, na província de Pastaza, Equador, onde se elaborou um “plano de vida” que sintetiza princípios fundamentais do “Bem Viver”.

O “Bem Viver”, além de fazer parte da constituição do Equador e da Bolívia, tem sido debatido em outras partes do mundo. Países europeus, como Espanha e Alemanha, já têm seguidores desse conceito.

No livro de Acosta, ele é apresentado como uma alternativa às armadilhas que podem estar escondidas sob a égide de conceitos como “economia verde”, “desenvolvimento sustentável”, que têm sido apenas uma espécie de “maquiagem desimportante e distrativa”. Ou ainda de indicadores ambientais e sociais, que surgem em profusão, mas não conseguem chegar a um acordo e, na visão de Acosta, “acabam por cercear ideias inovadoras”.

Nesse sentido, o autor propõe a construção de um estado plurinacional e eminentemente participativo. A tarefa, complexa, é aprender desaprendendo, aprender e reaprender ao mesmo tempo, construindo uma nova história, uma nova democracia, pensada e sentida a partir do respeito aos povos originários, à diversidade, à natureza.

Como se propõe a ser uma alternativa ao desenvolvimento, o “Bem Viver” exige outra economia, sustentada nos princípios de solidariedade e reciprocidade, responsabilidade, integralidade. O objetivo é construir um sistema econômico sobre bases comunitárias, orientadas por princípios diferentes dos que propagam o capitalismo ou o socialismo. Será preciso uma grande transformação, não apenas nos aparatos produtivos, mas nos padrões de consumo, obtendo melhores resultados em termos de qualidade de vida, satisfazendo as necessidades atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras, em condições que assegurem relações cada vez mais harmoniosas do ser humano consigo mesmo, dos seres humanos com seus congêneres e com a natureza.

Nesse sentido, o conceito do “Bem Viver” se aproxima daquele registrado no relatório “Nosso Futuro Comum”: satisfazer as necessidades básicas de todos e estender a todos a oportunidade de satisfazer suas aspirações para uma vida melhor. Os padrões de consumo no “Bem Viver” devem olhar para um prazo longo de sustentabilidade. Os valores vão encorajar padrões de consumo dentro dos limites ecológicos possíveis e aos quais todos possam aspirar. Para construir, por exemplo, a soberania alimentar a partir do mundo camponês, com a participação de consumidores e consumidoras.

Para tanto, é necessário consolidar as muitas propostas que querem recuperar a produção local com o consumo dos produtos localmente, chamadas “iniciativa zero quilômetro”. O fundamento básico é o desenvolvimento das forças produtivas locais, controle da acumulação e centramento dos padrões de consumo. Tudo deve ser acompanhado de um processo político de participação plena. Mercado interno, aqui, significa mercado de massas e, sobretudo, mercados comunitários onde predominará o “viver com o nosso e para os nossos”, vinculando campo e cidade, rural e urbano.

Pessoas e comunidades podem viver a construção do “Bem Viver” num processo autodependente e participativo. O “Bem Viver” se converte em um bem público, com um grande poder integrador, tanto intelectual como político. Fortalece processos de assembleias em espaços comunitários. Repensa profundamente os partidos e organizações políticas tradicionais.

O trabalho é um direito e um dever em uma sociedade que busca o “Bem Viver”. Tem-se que pensar em um processo de redistribuição do emprego. O comércio deve se orientar e se regular a partir da lógica social e ambiental. No “Bem Viver” os seres humanos são vistos como uma promessa, não uma ameaça. Não há que se esperar que o mundo se transforme para se avançar no campo da migração. Há que agir para provocar essa mudança no mundo. O que se busca é uma convivência sem miséria, sem discriminação, com um mínimo de coisas necessárias. O que se deve combater é a excessiva concentração de riqueza, não a pobreza.

Não há que desenvolver pessoas, é a pessoa que deve se desenvolver. Para tanto, qualquer pessoa tem que ter as mesmas possibilidades de escolha, ainda que não tenha os mesmos meios.

¹ O Bem Viver. Editora Elefante, Editora Autonomia Literária: São Paulo, 2016.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. A. L., O Ministério Público e a Segurança Pública, 1998. Disponível em https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/399/o%20mp%20e%20a%20seguran%C3%A7a%20publica_Almeida.pdf?sequence=1. Acesso em: 30/06/2018

ALMEIDA, E. P.; GIACOMINI, L. B.; BORTOLUZZI, M. G. Mobilidade e acessibilidade urbana. In: II Seminário Nacional de Construções Sustentáveis. Passo Fundo: [s.n.], 2013. ISBN: 9788573342536.

ALVAREZ S., GOMES G., XAVIER D. Causes of addiction and its consequences for the user and the family. J Nurs on line [internet]. 2014 Mar [cited 2016 May 12];8(3):641-8. Available from: http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/3509/pdf_720

APOINME. Chega ao fim o Seminário Nacional de Jovens indígenas. Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Disponível em: <https://goo.gl/E4vt9m>. 2012

ARAUJO, A. O. Rádio-Escola: a comunicação como prática educativa. Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008) Comunicação e Cidadania - Actas do 5o Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) ISBN 978-989-95500-1-8. 2008

ARCAFAR SUL, - Associação Regional das Casas Familiares Rurais da Região Sul, Disponível em: www.arcafarsul.org.br/page/conteudos/1/quem-samos.html. Acesso em: 23/06/2018.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano A educação básica e o movimento social do campo / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. - Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2018.

ARRUDA, M. A. Educando com a ajuda das neurociências: cartilha do educador. Instituto Glia, 2010.

ASA. Articulação do Semiárido Brasileiro. Ações - Cisternas nas Escolas. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas>. Acesso em: 26 de jun 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Composição da população de 18 anos ou mais de idade. 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-venecia_es#trabalho. Acesso em: 01 jul. 2018.

AVELAR, R. B. Políticas Públicas de Segurança no Brasil: para pensar os Direitos Humanos de LGBT, Goiânia, 2014.

AYRES, J. R. C. M.; FRANCA J., I. Saúde do Adolescente. In: SCHARAIBER, L. B.; NEMES, M. I. B.; GONCAVES, R. B. M. (Org.). Saúde do Adulto. Programas e Ações na Unidade Básica. São Paulo: Ed. Hucitec, p. 66-85, 1996.

BADALOTTI, R. M.; MARTINELLI, M. L.; TONEZER, C.; BOTTEGA, S.. (2017) Juventude rural e políticas públicas- avanços e limites. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16806/4416>.

BANCO MUNDIAL. Competências e Empregos: uma Agenda para a Juventude, documento síntese. 2018.

BARCELLOS, S. B. 2014. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social. Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://goo.gl/oQ1uQP>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BARCELLOS, S.B. A juventude rural e as políticas públicas: identidade e reivindicação por direitos sociais. Projeto de cooperação técnica utf/bra/083/bra - Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura - OPPA. 2016.

_____. A juventude rural enquanto ator político atuando na configuração de políticas públicas no Brasil. Ensaio preparado para apresentação no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais [ANPOCS] - Caxambu/MG, 23 a 27 de outubro de 2015.

_____. a constituição das políticas públicas para a juventude rural: relações de interdependência entre sociedade civil e estado. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia - Grupo de Trabalho Sociologia e

Juventude: questões e estudos contemporâneos, 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA).

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade 1994.

BEGNAMI, M. J. F. Inserção socioprofissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação. Belo Horizonte, MG, 2010.

BERNARDES, R. M.; TORRES, T. Z. Tecnologias Sociais, TICs e Educação: pilares para a construção da Tecnopédia Social Rural – TeSoRu. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 21. 2010, João Pessoa. Anais ... [S.l.: s.n.], 2010. Não paginado. SBIE 2010.

BERTONCINI, E.L., 2008. Tratamento de efluentes e reúso da água no meio agrícola. Revista Tecnologia e Inovação Agropecuária. V1. Pág 152-169.

BEZERRA, M.C.L.; VEIGA, J.E. Agricultura Sustentável. Bezerra, M.C.L. & Veiga, J.E.(coordenadores). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; IBMA; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000. 190 p.

BOMBARDI, L. M. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia - São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BLAKA R. F. C. Avanços e desafios no desenvolvimento da qualidade do ensino na educação do campo de Canoinhas, SC. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado/UnC. Canoinhas, SC, 2010.

BONALUME, C. R., O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI, Brasília, 2010.

BORJA, I. M. F. S.; MARTINS, A. M. O. Evasão Escolar: desigualdade e exclusão social. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2012.

BORGES. S. B. et al. Casas Familiares Rurais: histórico de implantação no Sudoeste do Paraná. Pato Branco: Synergismus Scientifica.v. 06 (1), 2011.

BORGES, A. C., OLIVEIRA, E. C. B. B., PEREIRA, E. F. B. B., OLIVEIRA, M. D., Reflexões sobre a Inclusão, a Diversidade, o Currículo e a Formação de Professores, Anais do Congresso Acadêmico-Científico da UEG Porangatu, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>. Acesso em: 04/06/2018.

BORSANI, M. J., Adequação curricular: construindo uma escola inclusiva, 2014. Disponível em: <http://diversa.org.br/artigos/adequacao-curricular-escola-inclusiva/>. Acesso em: 23/06/2018.

BRANDÃO, C. R. Casa de escola: cultura camponesa e educação rural. Campinas, São Paulo: Papirus, 1983.

BRANDT, G. B. A dúvida exclusão de jovens do interior. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, setembro de 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD). Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, Brasília, 2017.

_____. Lei Nº 12.852, de 5 De agosto de 2013. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. 2013a

_____. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Disponível em: http://www.mda.gov.br/pndrss/encarte_juventude.pdf. 2013b

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2004.

_____. Lei no 10.257, de 10 de Julho de 2001 - Estatuto da Cidades. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm>.

BIBLIOGRAFIA

_____. Lei no 12.852/2013 - Estatuto da Juventude. 2013.

_____. Emenda Constitucional Nº 65, de 13 de Julho de 2010. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm. 2010.

_____. Diretos da Juventude: Subsídios para o debate. Terceira Conferência Nacional da Juventude. Disponível em: <https://goo.gl/inSd1Q>. 2015.

_____. Fundação Palmares certifica 29 comunidades quilombolas. Ministério da Cultura. Disponível em: <https://goo.gl/zPGBBw>. 2017.

_____. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes / Nilson Weisheimer. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2010.

_____. LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995, Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm. Acesso em: 29/06/2018.

_____. LEI Nº 12.726, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012, Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, para dispor sobre o Juizado Especial Itinerante, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm. Acesso em: 29/06/2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

_____ tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-dizpnud.htm>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde na Escola (PSE). Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php>. Acesso em 10 junho de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil. Brasília (DF): MS; 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Plano Operativo de Saúde das populações do campo e da floresta 2012/2015. Brasília (DF): MS; 2011b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Plano Nacional de Saúde – PNS: 2012-2015. Brasília (DF): MS; 2011a.

_____. 1999. Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Disponível em: http://ibd.com.br/Media/arquivo_digital/c40fe6c4-51f3-414a-9936-49ea814fd64c.pdf. Acesso em: 14 de jun 2018

_____. 1999. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>. Acesso em: 14 de jun 2018

_____. 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 26 de jun 2018.

_____. 2006. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 de jun 2018

_____. 2009. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de

junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 18 de jun 2018

_____. 2010. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 07 de jun 2018

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção a Saúde. Saúde Mental. Brasília, 2013. 176 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2015.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Mais orgânicos na mesa do brasileiro em 2017. Brasil, 2017. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-org%C3%A2nicos-na-mesa-do-brasileiro-em-2017>>. Acesso em 20 junho de 2018.

_____. MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Compras da Agricultura Familiar. 2018. Conheça o PAA - Compra Institucional. Disponível em: <<http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/paa>>. Acesso em: 15 de jun 2018

_____. MEC. Ministério da Educação. Brasil profissionalizado. 2011. Professores começam curso de especialização em agroecologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/209-noticias/564834057/17267-professores-comecam-curso-de-especializacao-em-agroecologia>>. Acesso em: 14 de jun 2018

_____. MEC. Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. Conselho pleno. 2012. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 14 de jun 2018

_____. MEC. Ministério da Educação. Documentos. 2005. Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA. doi:10.1073/pnas.0703993104

_____. MEC. Ministério da Educação. Educação profissional e tecnológica. 2006. Agroecologia pode reduzir consumo de agrotóxicos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/209-noticias/564834057/7341-sp-190131479>>. Acesso em: 14 de jun 2018

_____. Ministério da Saúde (MDS). Informes Técnicos Institucionais. A promoção da saúde no contexto escolar. Rev Saúde Pública; 36(2):533-535, 2002.

_____. Ministério da Saúde (MDS). Marco Legal - Saúde, um direito dos adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/marco_teorico_referencial.pdf

_____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2014. Reciclagem. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/7656-reciclagem>>. Acesso em: 07 de jun 2018

_____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Juventude e meio ambiente. 2015. Revista do Ministério do Meio Ambiente. nº 02. Dez. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/2edicao_RevistaJuventude.pdf>. Acesso em: 07 de jun 2018

_____. MDA. 2018. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Governo Digital, <https://www.governodigital.gov.br/cidadania/inclusao-digital/incl> (Acessado em 24/06/2018).

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário <http://www.mda.gov.br/arcadasletras/> (Portal do Programa Arca das Letras)

BIBLIOGRAFIA

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (Projeto Arca das Letras) <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/arca-das-letras-12-anos-germinando-boas-sementes>(acesso ao site em 20/06/2018)

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (Projeto Arca das Letras) <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mg-17-bibliotecas-foram-implantadas-pelo-arca-das-letras-em-um-m%C3%AAs> (acesso ao site em 20/06/2018)

_____. Ministério da Educação .Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais.http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77031-informacoesbasicas-plataformaintegrada-seb-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192 (Acessado em 24/06/2018).

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salalmprensa/noticias/arquivos/2017/12/MCTIC_fecha_contrato_com_a_Telebras_para_ampliar_alcance_do_programa_Gesac.html (acessado em 22/06/2018)

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação. http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SETEL/inclusao_digital/telecentros/TELECENTROS.html (acessado em 22/06/2018)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. - Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 2 v.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER. Lei nº12188 de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.html>.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMACHO, R. S. A Geografia no contexto da educação do campo. In: Revista Percurso- NEMO Maringá, v. 3, n. 2 , p. 25- 40, 2011 ISSN: 2177-3300 (on-line).

CONAPAM. Conselho Consultivo da APA Serra da Mantiqueira. 2016. Manejo dos resíduos gerados em áreas rurais. Disponível em: <http://amigosdemaui.net/projetos/GT-CONAPAM/projeto_residuos_rurais.pdf>. Acesso em: 05 de jun 2018

CANEDO, D. “cultura é o quê?” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador - Bahia - Brasil.

CARA D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007, p. 171-196.

CAPORAL, F.R. Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar. Seminário Nacional: Decidindo Políticas de Extensão Rural para o Brasil. Federação das Associações e Sindicatos da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, realizado em Brasília - DF, de 12 a 14 de março de 2002. Disponível em: <www.agroecologia.uema.br/publicacoes.pdf>.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional a extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Disponível em:

<<http://www.agroeco.org/socla/publicaciones.html>>.

CARIOLA, Cecília. (Coord.). Sobrevivir en la pobreza: en fin de una ilusión. Caracas: Cendes; Nueva Sociedad, 1992.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político. Disponível em: <https://goo.gl/EZJbtR>. 2008

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Latinoamericana de ciencias sociales*. v. 7, n. 1, pp. 179- 208, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2018.

CASTRO, A. M. G. De et al. Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no brasil. In: AGRÁRIO, M. do D. (Org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 56 p. ISBN: 9788560548989.

CARVALHO, R., RODRIGUES, I., RIOS, R. Exclusão digital e comunicação cidadã na Internet: a experiência da Agência Jovem de Notícias. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió-AL-15 a 17 junho 2011*

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CHAVES, Kênia Matos da Silva; FOSCHIERA, Atamis Antonio. Práticas de educação do campo no brasil: escola família agrícola, casa familiar rural e escola itinerante. *Revista Pegada – vol. 15 n.276 dezembro/2014*, p. 76-94.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário, Cimi lança manifesto e denuncia os ‘decretos de extermínio’ atuais contra os povos indígenas, dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/2012/12/34298/>. Acesso em: 23/06/2018.

CINTRA, J.P.S.; BOBADILLA, K.B.; GAUTO, M. O Trabalho Infantil no Brasil - O desafio do trabalho infantil nas atividades agrícolas. Fundação Abrinq. São Paulo. 2017. 20 p.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. III Seminário Nacional de Juventude Indígena: Carta ao Estado Brasileiro e Organismos Internacionais. Disponível em: <https://goo.gl/AUh1UF>. 2016

CONAQ. A juventude do Brasil também é quilombola. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/juventude/>. 2018

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2012. Acesso à água na zona rural: o desafio da gestão. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2012/acesso-a-agua-na-zona-rural-o-desafio-da-gestao>>. Acesso em: 07 de jun 2018

CONTAG. Secretaria de Jovens Trabalhadores(As) Rurais. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Disponível em: <https://goo.gl/SMLJ8G>. 2018.

COOMBER K, TOUMBOUROU JW, Miller P, STAIGER PK, HEMPHILL SA, CATALANO RF. Rural adolescent alcohol, tobacco and illicit drug use: a comparison of students in Victoria, Australia and Washington State, United States. *J Rural Health* [Internet]. 2011 Sept [cited 2016 May 09];27(4):409-15. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3186916/pdf/nihms-261352.pdf>

CORDEIRO, E. N., Gênero e Diversidade Sexual no Campo, 2012. Disponível em: <https://www.agenciajovem.org/wp/genero-e-diversidade-sexual-no-campo/>. Acesso Em: 16/06/2018.

CORDEIRO, G.N. K. et al. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. In: *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

COSTA, A.; MATOS R; VALLE, F. Análise dos processos de masculinização no meio rural dos municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. Disponível em: <https://goo.gl/WfzY6C>.

COSTA DE ARAÚJO, S., ADALBERTO, J., FILHO, S., DE FÁTIMA, V., NOGUEIRA, B., SANTOS LIMA, E.C. 2015. Análise das formas de acesso à água na zona rural de municípios do semiárido paraibano. *II Workshop Internacional sobre Água no Semiárido Brasileiro*.

COSTA JUNIOR, A. L. Psicologia da saúde e desenvolvimento humano: o estudo do enfrentamento em crianças com câncer e expostas a procedimentos médicos invasivos. In M. A. Dessen, & A. L. Costa Junior (Eds.), *A Ciência do Desenvolvimento Humano* (pp. 171-189). Porto Alegre: Artmed, 2005.

CRUZ, A. B., Reflexão sobre as Escolas Rurais: Educação do Campo ou Currículo Urbano, *Anais da 4ª Jornada Científica da Geografia UNIFAL-MG*, Alfenas – MG, junho de 2016. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu>.

BIBLIOGRAFIA

br/4jornadageo/system/files/anexos/abigail439_443.pdf. Acesso em: 23/06/2018.

DE MICHELI D., FORMIGONI M., As razões para o primeiro uso de drogas e as circunstâncias familiares prevêm os padrões de uso futuro? JBras Depend Quím. 2001;2(1):20-30.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, JUNHO DE 2014 Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 16/06/2018.

DIAS, Diana Leonardo, Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2017. Participação e representações sociais na internet: um estudo sobre a Rede Jovem Rural. Orientadora: Sheila Maria Doula

DIAS et al. Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n1/1413-8123-csc-23-01-0103.pdf>. Acesso em 10/08/2018.

DNIT. Terminologias rodoviárias usualmente utilizadas. In: Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre. Brasília, Brasil: DNIT, 2007.

DOMINGUES, M.R., MÁRCIA, J., BERNARDI, R., YURIE, E., ONO, S., ONO, M.A., 2004. Agrotóxicos: Risco à Saúde do Trabalhador Rural. Pesticides: Risk to Rural Worker Health. Semina: Ciências Biológicas e da Saúde. Londrina. V25. Pág 45-54. doi:10.5433/1679-0367.2004v25n1p45.

DORES, S. R; LUSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, 2011, v. 772.

ELER, M. N.; MILLANI, T. J. Métodos de estudos de sustentabilidade aplicados à aquicultura. R. Bras. Zootec. [online]. 2007, vol. 36, suppl., p. 33-44.

EMBRAPA. Sem renovação, população rural brasileira envelhece. Disponível em: <https://goo.gl/9qGNdX>. 2018.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Soluções tecnológicas. 2000. Disponível: <<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/716/clorador-embrapa>>. Acesso em: 08 de jun 2018

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. 2014. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 52, supl. 1, Brasília, 2014.

FANCK, C. Entre a enxada e o lápis: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão/PR. Porto Alegre: 2007. 153 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

FARIA H. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades, pp. 35-51. In L Brant (org.). Políticas culturais. vol.1. Editora Manole, São Paulo, 2003.

FASSHEBER, J.R.M.; FREITAG, L.C.; FERREIRA, M.B.R. Jogos dos Povos Indígenas: um “lugar” de negociações sociais. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em junho de 2008 - Porto Seguro, Bahia, Brasil.2008. Disponível em:http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2034/jose%20ronaldo%20mendon%C3%A7a.pdf. Acesso em: maio de 2018

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A.L.S. Caminhos das Tecnologias Sociais – reflexões iniciais. In: Revista Primeiro Pano. Responsabilidade e Sustentabilidade. n. 20, janeiro de 2011, p. 40-43.

FIGUEIROA, J. G. A Força do Rádio e os Novos Desafios da Comunicação Rural. 2005 <http://www.paginarural.com.br/artigo/1070/a-forca-do-radio-e-os-novos-desafios-da-comunicacao-rural> (acessado em 22/06/2018)

FLEURY M., GRENIER G., BAMVITA J., PERREAULT M., CARON J. Predictors of alcohol and drug dependence. Can J Psychiatry [Internet]. 2014 Apr [cited 2016 May 10];59(4):203-12. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4079128/pdf/cjp-2014-vol59-april-203-212.pdf>

FLEURY-TEIXEIRA, P., VAZ, F., CAMPOS, C., ÁLVARES, J., AGUIAR, R., & OLIVEIRA, V. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 13, 2115- 2122, 2008.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Revista tempo*, v. 2, n. 3, p. 34-58, jun. 1997.

FRAGA, L.; NOVAES, H.T.; DAGNINO, R. Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade para as engenharias: obstáculos e propostas. In: *Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia: abordagens alternativas para uma nova América Latina/organizador, Renato Dagnino*. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 315p.

FREIRE, M. 2007. Moedas Sociais: O que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local? Acessível em: https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_62.pdf Acessado em: 20/08/2018

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. *São Paulo em Perspectiva*, 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

FRANCO, C.S., BATISTA, M.D.A., OLIVEIRA, L.F.C. DE, KOHN, G.P., FIA, R., 2017. Coagulação com semente de moringa oleífera preparada por diferentes métodos em águas com turbidez de 20 a 100 UNT. *Engenharia Sanitaria e Ambiental*. V22. Pág 781-788. doi:10.1590/s1413-41522017145729

FROELICH, J. M.; RAUBER, C. da C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Cienc. Rural* vol.41 no.9 Santa Maria Sept. 2011Epub Sep 16, 2011.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. Assessoria de Comunicação. 2017. Panorama do Saneamento Rural no Brasil. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/panorama-do-saneamento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 05 de jun 2018.

_____. Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. Assessoria de Comunicação. 2017. Ações de Saneamento Rural. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/acoes-de-saneamento-rural-funasa>>. Acesso em: 07 de jun 2018.

GARCIA, M.R.M. Espaços e formas de lazer entre crianças rurais - um estudo no município de viçosa. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. VIÇOSA MINAS GERAIS - BRASIL, 2013.

GAUSMANN, D. M., MACHADO, S., Reinserção Social de Jovens Privados de Liberdade, *Anais da Semana Acadêmica Fadismas Entrementes*, 2014. Disponível em: <http://sites.fadisma.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/05/reinsercao-social-de-jovens-privados-de-liberdade.pdf>. Acesso em: 28/06/2018.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *São Paulo em perspectiva*, 18(2): 95-103, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acesso em 03/07/2018.

GHOSH, B. Economic Migration and the Sending Countries. In: VANDEN BROECK, Julien (org.) *The Economics of Labour Migration*. Cheltenham/Vermont: Edward Elgar, 1996, p.77-113.

GOMES, P., FELÍCIO, C., MELO, L., PEREIRA, K. 2010. Poluição do solo causada pelo uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes - zona rural - Viçosa - MG. Simpósio de Meio Ambiente. Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável (CBCN).

GOMES, G.; BECKER, C. L. Tecnologia Social: isso serve para que mesmo? In: *Revista Primeiro Pano - Responsabilidade e Sustentabilidade*. n. 20, janeiro 2011, p. 44-45.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, D.R. Jogos dos povos indígenas: trajetória e interlocuções. Tese de Doutorado apresentada à Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física - CAMPINAS, 2013.

GUARESCHI, P. A. O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 2013.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting]* 089. Recife: [s.n.], 2007.

BIBLIOGRAFIA

HAN, P. Soziologie der Migration. Stuttgart: Lucius & Lucius Verlag, 2000.

HAUDT; F. M; RIVATTO L. B. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo e as Políticas Públicas para a Educação. 2011.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? Segurança Alimentar e Nutricional, [s.l.], v. 21, no 1, p. 417-421, 2015. ISSN: 2316-297X, DOI: 10.13140/RG.2.1.4623.0886.

HORTA, N., SENA, R. Abordagem ao adolescente e ao jovem nas políticas públicas de saúde no Brasil: um estudo de revisão. Revista de Saúde Coletiva, 20, 475-495, 2010.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/pofanalise_2008_2009.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

_____. Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio 2007: PNAD 2007. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 10 junho 2018.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2008-2009: antropometria e análise do estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsaude.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

_____. Nova proposta de classificação territorial mostra um Brasil menos urbano, Site da Agência IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano.html>. Acesso em: 15/06/2018.

IFAN. Primeira infância e gravidez na adolescência. Cartilha gravidez na adolescência. Secretaria Executiva – Biênio 2013/2014.

INFOJOVEM, Diversidade, Site do InfoJovem. Disponível em: <http://www.infojovem.org.br/infopedia/descubra-e-aprenda/diversidade/> Acesso em: 19/05/2018.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). (2012) “Rural Development through Decent Work”. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/documents/publication/wcms_182750.pdf

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, Violência contra quilombolas dispara em 2017, outubro de 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/violencia-contr-quilombolas-dispara-em-2017> Acesso em: 30/06/2018.

INSTITUTO SOUZA CRUZ, Conexões Rurais - Mapeando as boas práticas do III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira, 2011. Disponível em: [http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/ins_8bfk5y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BGJQJ/\\$FILE/medMD8L8JVD.pdf?openelement](http://www.institutosouzacruz.org.br/groupms/sites/ins_8bfk5y.nsf/vwPagesWebLive/DO8BGJQJ/$FILE/medMD8L8JVD.pdf?openelement). Acesso em: 01/07/2018.

INTERTV, RJTV 1ª Edição, Criação de espaço para ressocialização de jovens infratores em escola de Campos é defendida, 01 de novembro de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/rjintertv-1edicao/videos/v/criacao-de-espaco-para-ressocializacao-de-jovens-infratores-em-escola-de-campos-e-defendida/6259341/>. Acesso em: 16/06/2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/160513_livro_dimensoes.pdf. Acesso em: 22/06/2018.

_____. Comunicado do IPEA No 161 - Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012. Brasília: [s.n.], 2013.

JENKINS, C. D. Construindo uma saúde melhor: um guia para a mudança de comportamento (pp. 15-38). Porto Alegre: Artmed/ Pan-American Health Organization, 2007.

KESSLER F, BARBOSA T. M, FALLER S, RAVY S.A, CAROLINA P. A, BENZANO D., et al. Crack users show high

rates of antisocial personality disorder, engagement in illegal activities and other psychosocial problems. *Am J Addict.* 2012 Jul/Aug; 21(4):370-80. (IMPRESSO)

KRAMBECK, C. Planejamento territorial rural: análise do processo de elaboração de planos diretores em municípios rurais, o caso de Papanduva – Santa Catarina. 187 p. - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

LAMBERT D, GALE J., HARTLEY D. Substance abuse by youth and young adults in rural America. *J Rural Health* [Internet]. 2008;24(3):221-8 [cited 2016 May 13]. Available from: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-0361.2008.00162.x/full>

LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Escola rural: urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, A. V. Educação do campo e Pedagogia da Alternância: algumas considerações metodológicas. Universidade Federal do Recôncavo Baiano Entrelaçando. IN: Revista Eletrônica de Culturas e Educação N. 6, V.2, p. 46-60, Ano III (2012), Set.-Dez.

LIMA, N.Q. 2011. Redes sociais, juventude rural e desenvolvimento local : apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas pelos jovens do Cariri Cearense. <http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/6101> (Acessado em 24/06/2018)

LIMA, SUZANA M. V. Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural / Suzana Maria Valle Lima ... [et al.]. -- Brasília: MDA, 2013. 184p.; 19,6 x 16,7 cm. - (NEAD Estudos; 25).

LOPES, I. B., OLIVEIRA, G. A., COSTA, A. C. M., Acessibilidade e Inclusão nas Escolas do Campo, 2012.

LIMA, M. F. Externalidades do transporte e a mobilidade urbana do Distrito Federal. 75 p. - Universidade de Brasília, 2014.

LOPES, H. S. M., Projeto Jovens Rurais em Movimento e a Integração de Municípios no Território Centro-Sul do Paraná, Anais do XI SEUR e V Colóquio Internacional Sobre Comércio e Consumo Urbano Eixo temático – Cidade e Cidadania, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/viewFile/8459/5520>. Acesso em: 25/06/2018

MACHADO, E. H., SPAREMBERGER, R. F. L., Princípio da Igualdade: evolução na Filosofia Jurídica e nas Constituições Brasileiras, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5183/Princ%C3%ADpio%20da%20igualdade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07/06/2018.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR, A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. *Saúde Soc.* São Paulo, v.17, n. 1, 2008, p. 7-20.

MALTA D. et al. Exposição ao álcool entre escolares e fatores associados. *Rev. Saúde Pública.* 2014;48(1):52-62.

_____. Prevalência do consumo de álcool e drogas entre adolescentes: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar. *Rev Bras Epidemiol.* 2011;14(supl. 1):136-146.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

MATTEI, L. O Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista de Economia do Nordeste*, [s.l.], v. 45, no sup. especial, p. 83-91, 2014. ISSN: 2357-9226, DOI: 10.13140/RG.2.1.4623.0886.

MATTOS, A. R. & MESQUITA, M. R. . A Participação Política de Jovens no Contemporâneo e seus Desafios. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/26.pdf>. 2013.

MCIDADES. Ministério das Cidades - Caderno de Referência PlanMob. In: Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Brasília, Brasil: MCidades, 2015.

MELO VA & ALVES JÚNIOR ED. Introdução ao lazer. Editora Manole, São Paulo, 2003.

MENDES, A. de M. Acesso às Políticas Públicas no Meio Rural: Um Estudo a Partir dos Agricultores Familiares

BIBLIOGRAFIA

do Ramal do Brasileirinho, Manaus – AM. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 9. Ano 02, Vol. 01. pp 5-29, Dezembro de 2017. ISSN:2448-0959.

MENEZES, M. A., STROPASOLAS, V. L., BARCELLOS, S. B., Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf. Acesso em: 23/06/2018.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA, W. R. O rural no planejamento municipal: perspectiva e possibilidades a partir do Plano Diretor Municipal. Revista Equador, Piauí, v. 6, no 1, p. 20-39, 2017. ISSN: 2317-3491.

MEPES. Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.mepes.org.br/index.php/quem-somos/mainmenu-historico>. Acesso em: 20/06/2018.

MOURA, E. A. F. et al. Aspectos demográficos, socioeconômicos e de saúde da população ribeirinha durante a enchente de 1999 na reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. Cadernos de Resumos. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Geraes Ltda, 2000. v. 1. p. 57-58.

MPPR – Ministério Público do Paraná, Disque 100 - Disque Direitos Humanos - Disque Denúncia Nacional, 2018. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>. Acesso em: 01/07/2018.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2015. Agricultores expostos a agrotóxicos não sabem que sofrem risco de morte. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/10/09/agricultores-expostos-a-agrotoxicos-nao-sabem-que-sofrem-risco-de-morte>. Acesso em: 14 de jun 2018

_____. Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Escola Itinerante do MST: história, projeto e experiências. Cadernos da Escola Itinerante do MST, Curitiba, v. 8, n.2, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da missão ao Brasil da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas. Disponível em: <https://goo.gl/qu7gBZ>. 2016.

NASRALA NETO, E., LACAZ, F.A. DE C., PIGNATI, W.A., 2014. Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista! Ciência & Saúde Coletiva. V19. Pág 4709-4718. doi:10.1590/1413-812320141912.03172013

NASCIMENTO, C. G. A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás- EFAGO. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da economia solidária. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005. p. 57-63.

NEUMANN, P.S.; LOCH, C. Legislação Ambiental, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas. Ciência Rural, Santa Maria, vol. 32, n. 2, 2002, p. 243-249.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf. Acesso em: 10 jul. 2013.

OLIVEIRA, Claudete Souza. Escrevo-te estas mal traçadas linhas: a escola e o trabalho nas cartas dos jovens da cadeia produtiva do skate. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs>.

OLIVEIRA FILHO, R. S. de (2008) Construção participativa de diagnósticos e oficinas de tecnologia social em cooperativas de triagem de resíduos sólidos. In: Anais 7º Jornadas Latinoamericanas de estudos Sociales de La ciencia y La tecnologia. Rio de Janeiro: UFRJ. Esocite 2008. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/resumos/36307.htm>.

OLIVEIRA, K.F. 2008. O potencial educativo do rádio e da comunicação popular. Cad. Cult. Ciênc. V.2 N. 1 -p. 26-35.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, INSPIRE - Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças – Resumo Executivo, 2017. Disponível em: <http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/33852/9789275719411-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29/06/2018.

OSER C., LEUKEFELD C., TINDALL M., GARRITY T., CARLSON R., FALCK R, et al. Rural Drug Users: factors associated with substance abuse treatment Utilization. Int J Offender Ther Comp Criminol [Internet]. 2011 June [cited 2016 May 09];55(4):567-86. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2923294/pdf/nihms189939.pdf>.

PATERNIANI, J.E.S., MANTOVANI, M.C., ANNA, M.R.S., 2009. The use of Moringa oleifera seeds for treatment of surface water. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V13. Pág 765-771. doi:10.1590/S1415-43662009000600015.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Textos

para discussão nº 48. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>.

PENA, J. O. Tecnologia Social e o Desenvolvimento Rural. In: Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade. Aldalice Otterloo [et al.]. Brasília/DF: s. n, 2009, p. 195-203.

PERES F.F. et al. Lazer, esporte e cultura na agenda local: a experiência de promoção da saúde em Manguinhos. Ciência & Saúde Coletiva. 10(3): 757-769, 2005.

PERUZZO, C.M.K. 2007. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Vol.1, no1, Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF ISSN 1981-4070.

PESSOTI, A. L. Ensino médio rural: as contradições da formação em alternância. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Universidade Federal do Espírito Santo, 1995. 146p.

PICOLOTTO, E. L. . As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese. Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - CPDA. 2011

QUEIROZ, H. & PERALTA, N. Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo integrado dos Recursos Naturais e Gestão Participativa. Disponível em: <https://goo.gl/9YzU6Z>. 2006

QUEIROZ, J. B. O Processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2007.

RACEFFAES - Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo. Cultivando a educação dos povos do campo do Espírito Santo. São Gabriel da Palha/ES, 2014.

RAÍCIK, C. Q., Criação de delegacias especializadas no combate a crimes rurais é pioneira nas polícias civis do país, Site da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, publicado em 28/05/2018. Disponível em: <http://www.ssp.rs.gov.br/criacao-de-delegacias-especializadas-no-combate-a-crimes-rurais-e-pioneira-nas-policias-civis-do-pais>. Acesso em: 29/06/2018

RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

REBELO, F., Insegurança e armas de fogo na área rural, Artigo da Gazeta do Povo de 09/09/2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinio/artigos/inseguranca-e-armas-de-fogo-na-area-rural-4cqmy8nsf6hxx8py8xg2rq4kt>. Acesso em: 21/06/2018.

REDE BRASIL ATUAL. Juventude quer transformar realidade no campo para ali fincar raízes. Disponível em: <https://goo.gl/s4A9UR> 2017. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

RIBEIRO, M. Desafios postos à educação do campo. In: Revista HISTEDBR-On Line. Campinas, nº 50 (especial), p. 150-171, mai2013 - ISSN: 1676-258 123

_____. Movimento camponês, trabalho e educação. Liberdade, autonomia e emancipação: princípios/ fins da formação humana. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, MUNDO DO TRABALHO. Revista Pegada - vol. 15 n.2 94 dezembros/2014

RICCI, R. Esboços de uma nova concepção de educação no meio rural brasileiro. Texto produzido para as equipes de educação e agricultura da Fundação SEADE.117.

BIBLIOGRAFIA

ROCHA, A. C., CERETTA, G. F., BOTTON, J. S., BARUFFI, L., & ZAMBERLAN, J. F. 2012. Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita - PR. Revista de Administração Da UFSM, V5.

ROZEMBERG, B., PERES, F. 2003. Reflexões sobre a educação relacionada aos agrotóxicos em comunidades rurais. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ. Pág 367-384. ISBN 85-7541-031-8.

ROY, J. L-exode des jeunes du milieu rural : en quête d'un emploi ou d'un genre de vie. Recherches sociographiques, vol.33, nº3, 1992, p.429-444.

RTS - Rede de Tecnologia Social. Caderno de textos base para discussões do I Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social. Salvador (BA), 2006.

SAKAMOTO, E.; LIMA, J. P. Acessibilidade em ambiente rural: uma abordagem multicritério com uso de SIG. Transportes, [s.l.], v. 24, no 1, p. 63, 2016. ISSN: 2237-1346, DOI: 10.14295/transportes.v24i1.958.

SANCHEZ Z., OLIVEIRA L., RIBEIRO L., NAPPO S.. The role of information as a preventive measure to the drug use among young people at risk.Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2010 May [cited 2016 May 10];15(3):699-708. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n3/v15n3a12.pdf>

SANTOS, A. P., TREVIZAN, D. M. K., SILVA, L. A. M. . Ações em Defesa do Direito à Profissionalização de Jovens no Mercado de Trabalho. Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/acoes_em_defesa.pdf . Visualizado em 26/03/2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Hermenêutica diatrópica: pela democratização do conhecimento. Registro, ano 3, n. 5, mar./ago. 1996 (Caderno especial).

SANTOS, F.R. E NETO, L.B. Políticas públicas para a educação rural no Brasil: da omissão à regulamentação do programa nacional de educação na reforma agrária. Revista HISTEDBR On-line (ISSN: 1676-2584), Campinas, nº 66, p 178-195, 2015.

SANTOS, R. A. e CORDEIRO, M. R. A importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo regional. Revista científica eletrônica de turismo - ISSN: 1806-9169 Ano VIII - Número 15 - Junho de 2011.

SANTOS, M. C. S., AZEVEDO, R. G., Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul, Revista O público e o privado - Nº 21, páginas 111 - 126, 2013.

SAULE JUNIOR, N. A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares. 1o ed. São Paulo: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004. 544 p. ISBN: 9788575252577.

SCALABRIN, I. S; PIAIA, C. A Pedagogia da escola itinerante. In: XI Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

. Educação do campo e sustentabilidade: o caso da Escola Família Agrícola em Santa Cruz do Sul - RS. In: Atos de Pesquisa em Educação. Blumenau: v. 8, n. 3, set./dez. 2013. p.964-985.

SCHIRMANN, C., OSINSKI, C., 2017. VIII Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional. Desenvolvimento na agricultura familiar através da produção orgânica: geração de renda aliada a sustentabilidade.Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Cerro Largo.

SCHULDEN J., THOMAS Y., Compton W. Substance abuse in the United States: findings from recent epidemiologic studies. Curr Psychiatry Rep [Internet]. 2009 Oct [cited 2016 May 12];11(5):355-9. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3144502/pdf/nihms310277.pdf>.

SCHWENDLER, S. F. Principais problemas da educação do campo no Brasil e no Paraná. In: Cadernos Temáticos: educação do campo. Secretaria de Estado da Educação SEED/PR. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, PR, 2005. p. 35-46.

SEAD. Sead promove capacitação de jovens no acesso ao crédito fundiário. Disponível em: <https://goo.gl/DZpdMz> . 2017.

SECRETARIA DO GOVERNO. 2018. Programa Cataforte. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/pro-catador/cataforte>>. Acesso em: 07 de jun 2018.

SENADO FEDERAL. Atividade legislativa. Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2015. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120737>>. Acesso em: 14 de jun 2018.

SENAR. Serviço de Aprendizagem Rural. Educação a distância. Cursos. Disponível em: <<http://ead.senar.org.br/cursos/>>. Acesso em: 14 de jun 2018.

_____. Serviço de Aprendizagem Rural. Programas. Pronatec do SENAR. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/programa/pronatec-do-senar>>. Acesso em: 14 de jun 2018.

_____. Mulheres em Campo, Site do SENAR, 2018. Disponível em: <http://senar.org.br/programa/mulheres-em-campo>. Acesso em: 13/06/2018.

_____. SENAR participa de debate sobre inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência, 2017. Disponível em: <http://senar.org.br/noticia/senar-participa-de-debate-sobre-inclusao-e-acessibilidade-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 13/06/2018.

SERAFIM, M. P. Convergência entre a Política de Inclusão Social e Política de Ciência e Tecnologia: enfoque tecnológico para inclusão social. In: Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia: abordagens alternativas para uma nova América Latina. (Org.) DAGNINO, RENATO. Campinas Grande: EDUEPB, 2010. 315 p.

SILVA, E. R. A., OLIVEIRA, R. M., Os Jovens Adolescentes no Brasil: a situação socioeconômica, a violência e o sistema de justiça juvenil, In: Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas, pps: 293-329. Brasília, IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/160513_livro_dimensoes.pdf. Acesso em: 20/06/2018.

SILVA, Maria do Socorro. A formação Integral do Ser Humano: referência e desafio da Educação do Campo. Revista de Formação por alternância. Brasília, nº 5, ano 3, pp. 45-61, dezembro, 2007.

SNJ. Legislação sobre a Juventude. Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/legislacao#.WzOPj9VKJIU>. 2017.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Bebidas alcoólicas são prejudiciais à saúde da criança e do adolescente. Manual de orientação. Departamento Científico de Adolescência. 2017.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, Dec. 2008. Available from. access on 28 Jun 2018. doi: 10.1590/S0101-73302008000400008.

SOUZA, M. B. A. Tecnologia Social. In: Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade. Aldalice Otterloo [et al.]. Brasília/DF: s. n, 2009. p. 247-251.

SPENCE R., WALLISCH L. Alcohol and drug use in rural colonias and adjacent urban areas of the Texas border. J Rural Health. 2008;23(Suppl):55-60. (IMPRESSO).

SPÓSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de educação, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

SUGUIY, T. Eficiência versus satisfação no transporte público. Um estudo das práticas nas cidades brasileiras. 160 p. - Universidade Estadual de Capinas, 2017.

TIRIBA, Lia. Economia popular e cultura do trabalho: pedagogias da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o popular na economia e na educação. In: TIRIBA, L.; PICANÇO, I. (Ed.). Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Ideias e Letras, 2004. p. 75-101.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. Cadernos de psicologia social do trabalho, v. 14, n. 1, 2011.

TSE. Repositório de Dados Eleitorais: Candidatos. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://goo.gl/cy52QJ>. 2018.

BIBLIOGRAFIA

UNEFAB União Nacional das Famílias Agrícolas do Brasil. Disponível em: www.unefab.org.br, Acesso em: 22/02/2014.

UNESCO, Prevenção da violência entre jovens no Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/youth/preventing-youth-violence/>. Acesso em: 24/06/2018.

UNICEF, VIOLÊNCIA NAS ÁREAS RURAIS – Crianças e jovens: as principais vítimas, 2003. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_07.pdf. Acesso em: 28/06/2018.

VEIGA, G. V. et al. Inadequação do consumo de nutrientes entre adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, [S.l.], v. 47, n. 1, p. 212S-221S, 2013.

WASELISZ, J. J., Os jovens do Brasil – Mapa da Violência, 2014. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acesso em: 27/06/2018.

WIZNIEWSKY, C. R. F. O professor de Geografia na construção da educação do campo a partir da significação do lugar. In: *Expressões da re-territorialização do campo brasileiro*. (Org.) Rosa Maria Vieira Medeiros, Ivanira Falcade.- Porto Alegre: ImprensaLivre, 2013. p.159-170.

WORLD HEALTH ASSOCIATION.GLOBAL Health Observatory (GHO) data.Resources for the Prevention and Treatment of Substance Use Disorders [Internet]. Geneva: WHO; 2016 [cited 2016 May 12]. Available from: http://www.who.int/gho/substance_abuse/en/

ZAMBOM, M. A. et al. Ciências Agrárias: Ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária. 1o ed. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017. 228 p. ISBN: 9788568205228.

ZIMMERMANN, A; VENDRUSCOLO R; DORNELES S. B. Educação do campo: o processo de implementação da Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari (CFR/VJ). In: ARAUJO, R. M. de L. Práticas pedagógicas e ensino integrado [recurso eletrônico] / Ronaldo Marcos de Lima Araújo. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 575 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 7) Brasília-DF, v. 6, n. 2, julho-dezembro de 2017 39 ISSN 2238-5630

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Acessível em: <http://fbes.org.br/o-fbes/> Acessado em: 20/08/2018.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Cirandas. Acessível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-cirandas>. Acessado em: 20/08/2018.

Rádios EBC, programa Brasil Rural. <http://radios.ebc.com.br/brasil-rural> (acessado em 23/06/2018)

Rede Nacional de rádio <http://redenacionalderadio.com.br/programas/sintonia-rural> (acessado em 23/06/2018)

Revista Pesquisa FAPESP. Edição nº 52, abril de 2000. Reportagem: “O NOVO RURAL BRASILEIRO”. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/04/01/o-novo-rural-brasileiro/> Acesso em: Maio, 2018.

Revista pesquisa fapesp.edição especial 50 anos de fapesp, maio de 2012. reportagem: “o brasil rural não é só agrícola”. disponível em:http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/08/202-207_brasil_rural.pdfAcesso em: Maio, 2018.

Revista SEBRAE Agronegócios. N 4, dezembro 2006, p. 17-18.

<https://observatorio3setor.org.br/noticias/escravizados-brasil-e-lider-na-america-latina-em-escravidao-moderna/> (em 15/08/2018, às 15h)

<http://www.tst.jus.br/web/combate-trabalho-infantil/trabalho-infantil-no-campo> (em 15/08/2018, às 15h)

<http://radios.ebc.com.br/brasil-rural/edicao/2016-10/trabalho-infantil-no-campo-prejudica-criancas-brasileiras> (em 15/08/2018, às 15h)